

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MEQUITA FILHO  
INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS**

**LEILA MARIA FRANCO**

**A POLÍTICA ANTIPOBREZA NO GOVERNO LULA: uma análise do discurso**

**São José do Rio Preto  
2013**

**LEILA MARIA FRANCO**

**A POLÍTICA ANTIPOBREZA NO GOVERNO LULA: uma análise do discurso**

Tese apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Texto e Discurso)

Orientador: Prof. Dr. José Horta Nunes

**São José do Rio Preto  
2013**

Franco, Leila Maria, 1964-

A política antipobreza no governo Lula: uma análise do discurso/Leila Maria Franco. – São José do Rio Preto, 2013  
300f. : il.

Orientador: José Horta Nunes

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista  
“Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Letras e  
Ciências Exatas

1. Linguística. 2. Análise do discurso Político. 3. Ponto  
de vista(Literatura). 4. Políticas públicas –Brasil. I. Nunes,  
José Horta. II Universidade Estadual Paulista “Júlio de  
Mesquita Filho”. Instituto de Biociências, Letras e Ciências  
Exatas. III Título.

CDU - 412

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária do IBILCE  
UNESP – Campus de São José do Rio Preto

## **COMISSÃO JULGADORA**

### **TITULARES**

---

Prof. Dr. José Horta Nunes – Orientador  
LABEURB/NUDECRI/UNICAMP

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cláudia Castellanos Pfeiffer  
LABEURB/NUDECRI/UNICAMP

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Suzy Maria Lagazzi  
DL/IEL/UNICAMP

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dantielli Assumpção Garcia  
UNILAGO

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Soeli Maria Schreiber da Silva  
UFSCar

### **SUPLENTES**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Irene de Lima Freitas  
UNIUBE

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristiane Pereira Dias  
NUDECRI/UNICAMP

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Tereza Martins  
UNIFAIMI

## **AUTORIZAÇÃO PARA REPRODUÇÃO**

Autorizo a reprodução deste trabalho.

São José do Rio Preto, 10 de junho de 2013

**LEILA MARIA FRANCO**

## AGRADECIMENTOS

Eu não poderia deixar de agradecer e oferecer àqueles que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, mas, de modo especial:

A Deus, pela oportunidade de superar desafios e evoluir intelectual e espiritualmente.

Ao orientador, professor Doutor José Horta Nunes, parâmetro constante, pela orientação segura, o que possibilitou muitas discursividades. A minha admiração e gratidão às sugestões pertinentes ao trabalho desenvolvido.

Às professoras, Dr<sup>a</sup>. Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer e Dr<sup>a</sup>. Suzy Maria Lagazzi, por aceitarem o convite para participarem da banca de qualificação. Pelo conhecimento estendido, pelas muitas contribuições que seguem nas páginas desta tese.

Às professoras doutoras que atenderam ao convite para compor a banca examinadora: Dr<sup>a</sup> Cláudia Regina Castellanos Pfeiffer, Dr<sup>a</sup> Suzy Maria Lagazzi, Dr<sup>a</sup> Dantielle Assumpção Garcia, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Soeli Maria Schreiber da Silva, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Irene de Lima Freitas, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristiane Pereira Dias, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Tereza Martins.

Aos meus pais, Saul e Carmelina, cuja presença e exemplos de força e cuidados sempre foram incentivos para caminhar. Obrigada por vocês existirem e, mesmo em meio a tantas adversidades, sempre acreditaram na educação para seus filhos, não medindo esforços para que pudéssemos estudar. Sou parte de vocês, e essa conquista é nossa.

Aos meus irmãos Carlos e Leia, às filhas e irmãos de coração, Lana, Lara, Sara e Rosângela, por tantas horas roubadas de nosso convívio e por semearem sempre o ânimo. Ao José Luiz, em especial, pelas muitas interlocuções, discussões valiosas que tomaram corpo neste estudo.

Ao Pedro Paulo, por tudo que vivemos e passamos, companheiro inseparável de todas as horas – pela presença, confiança e apoio. Sobretudo, pela amizade e amor dedicados a nós.

Aos meus filhos, Lucas e Laura, que trazem tanta luz e alegria para a minha vida... que sempre compreenderam as minhas buscas, esperaram pela minha volta, pela ternura paciente em horas de impaciência.

À Sílvia Emiko Kazama, funcionária da Seção Técnica de Pós-Graduação da UNESP/IBILCE, por ter sido sempre atenciosa e solícita.

Às Assistentes Sociais do CRAS Abadia, de Uberaba, e às beneficiárias do Programa Bolsa Família que se fizeram protagonistas indispensáveis das entrevistas, na elaboração desta tese.

À Universidade do Estado de Minas Gerais – Câmpus de Frutal, por concordar com as minhas ausências tão requeridas quando cursava disciplinas, ou outros eventos relacionados ao doutorado.

A tantos outros companheiros inseparáveis de todas as horas, pela presença constante. Reconheço e sinto-me profundamente agradecida pela felicidade de ter podido conviver e aprender com todos vocês nesse período particular da vida. Mas ainda não sei como lhes retribuir ou os recompensar. Então, peço-lhes que aceitem, ao menos por ora, essas minhas palavras.

## RESUMO

Este estudo objetiva mostrar o discurso do e sobre o Programa Bolsa Família (PBF), inserido na Política Antipobreza de Transferência de Renda, no governo Lula. A orientação teórica está na Análise do Discurso de Linha Francesa, em Pêcheux (1997), Orlandi (2001a, 2001b). Fundamenta-se, ainda, em questões acerca do discurso político em Pêcheux (1981, 2008), Orlandi (2001b), Zoppi-Fontana (1997), Courtine (1990), Lagazzy-Rodrigues (1998) e do discurso jornalístico, em Mariani (1998), entre outros. O *corpus* inclui: a Lei n 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e o Decreto n 5.209, de 17 de setembro de 2004, o qual regulamenta o Programa Bolsa Família; entrevistas com 10 (dez) beneficiárias, residentes na cidade de Uberaba, Minas Gerais, beneficiadas pelo Programa de Transferência de Renda Bolsa Família; 60 artigos jornalísticos, veiculados no período de janeiro de 2003 a janeiro de 2010, em três jornais – Folha de S. Paulo, Estado de Minas, O Globo –, sendo 20 de cada jornal. Ao mostrar o funcionamento discursivo das sequências, verificamos que o lugar discursivo nas três ancoragens de análise é o do Estado assistencialista. Da parte do Estado, o garantidor, o provedor, no sentido de dar *renda (benefício básico, benefício variável)* a todos que dele necessitam – os beneficiários; daí a condição de necessitado/assistido pelo Estado. Da parte das beneficiárias, uma posição -sujeito de submissão - do consenso-, em relação ao modo pelo qual o Estado as individualiza - da posição-sujeito assistida/necessitada, da posição-sujeito-Estado-Pai/Protetor/Provedor; da parte da discursividade jornalística que espreita o Estado para apontar o seu esvaziamento em meio a problemas de gestão, gerenciamento, que desqualifica o político, reduzido a questões assistencialistas, político-partidárias; da posição sujeito-Estado: sujeito a Deus/religioso/ capitalista. Logo, a forma como a língua foi mobilizada para produzir sentidos na conjuntura sócio-histórica já assinala uma orientação, e isso é o político.

**Palavras-chave:** Análise do discurso. Discurso político. Políticas públicas. Programa Bolsa Família



## ABSTRACT

This study aims to show the speech *of* and *on* the Allowance Family Program (AFP), inserted in Anti-poverty Income Transfer Policy, under Lula. The theoretical orientation is the Discourse Analysis of French Line in Pecheux (1997), Orlandi (2001a, 2001b). It is also based on questions of political discourse in Pecheux (1981, 2008), Orlandi (2001b), Zoppi-Fontana (1997), Courtine (1990), Lagazzy-Rodrigues (1998) and journalistic discourse in Mariani (1998), among others. The corpus includes: Law nr. 10.836, of January 9, 2004, and Decree nr. 5.209, of September 17, 2004, which regulates the Allowance Family Program; interviews with ten (10) beneficiaries living in Uberaba, state of Minas Gerais (Brazil), benefited by the Income Transfer Allowance Family Program; 60 journalistic articles, written from January 2003 to January 2010 in three newspapers – from Folha de S. Paulo, Estado de Minas and O Globo newspapers - 20 of each one. By showing the discursive function of the sequences, we found that the discursive place in the three anchors of analysis comes from a Welfare State. By the State, the guarantor, the provider, in order to give income (*basic benefit, variable benefit*) to all who need it – the beneficiaries, thence the condition needed/assisted by the State. By the beneficiaries, a subject-position of submission - by consensus - in relation to the way how the State individualizes them – the subject-position assisted/needy, the subject-position-State-Father/Protector/Provider; by the journalistic discourse which watches the State in order to point its emptying amid management problems, management, which disqualifies the political, reduced to welfare issues, political-party ones; by subject-position-State: submitted to God/religious/capitalist. Thus, the way the language was mobilized to produce meanings in socio-historical situation already marks a direction, and this is political.

**Keywords:** Discourse analysis. Political discourse. Public policies. Allowance Family Program.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> Textos do jornal Folha de S. Paulo	71
<b>Quadro 2</b> Textos do jornal Estado de Minas	72
<b>Quadro 3</b> Textos do jornal O Globo	72
<b>Quadro 4</b> Formações discursivas e efeitos de sentido	177

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>17</b>
2.1 Situando o quadro epistemológico da análise do discurso: o histórico e o contemporâneo	17
2.2 A teoria do discurso.....	20
2.2.1 O discurso político.....	29
2.3 Conceitos fundamentais .....	40
2.3.1 Efeito de sentido.....	40
2.3.2 Memória discursiva.....	41
2.3.3 Esquecimentos.....	44
2.3.4 Formações discursivas.....	45
2.3.5 Condições de produção.....	49
2.3.5.1 O contexto de emergência do Programa de Transferência de Renda.....	49
2.4 O Estado e as políticas públicas.....	58
2.5 Mídia.....	62
2.6 O discurso jornalístico.....	64
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>68</b>
3.1 Natureza do método.....	68
3.2 Material de estudo: configuração e descrição do <i>corpus</i> .....	69
3.3 Procedimentos de análise.....	74
<b>4 A ANÁLISE E OS GESTOS DE INTERPRETAÇÃO .....</b>	<b>77</b>
4.1 O funcionamento discursivo da Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e do Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004.....	77
4.2 O funcionamento discursivo no discurso das beneficiárias do Programa Bolsa Família....	97
4.3 O funcionamento discursivo dos textos jornalísticos.....	114
4.3.1 A discursividade econômica: a pobreza e a fome em questão.....	118
4.3.2 Discursividade de uso político.....	132
4.3.2.1 Programa assistencialista.....	140
4.3.3 Discursividade política.....	143
4.3.4 A discursividade administrativa: a gestão e o gerenciamento do PBF.....	151
4.3.5 Últimas palavras: os sentidos de pobreza .....	178
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>185</b>

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>197</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>206</b>
<b>ANEXO A - Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004.....</b>	<b>207</b>
<b>ANEXO B - Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004.....</b>	<b>217</b>
<b>ANEXO C - Entrevistas com dez beneficiárias do Programa Bolsa Família.....</b>	<b>221</b>
<b>ANEXO D - Vinte textos do jornal Folha de S. Paulo.....</b>	<b>232</b>
<b>ANEXO E - Vinte textos do jornal Estado de Minas.....</b>	<b>254</b>
<b>ANEXO F - Vinte textos do jornal O Globo.....</b>	<b>274</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A língua constitui a base material dos processos discursivos, os quais são fortemente articulados com a exterioridade – os processos sócio-históricos e, por isso, mobilizadores da produção de sentido. Dizemos essas coisas porque o discurso acerca do Programa Bolsa Família<sup>1</sup> (de agora em diante PBF), implantado no primeiro mandato do governo Lula, mais especificamente no ano de 2003, é o nosso objeto de estudo, haja vista que pretendemos verificar os reflexos disso na ordem discursiva, a saber: no discurso político, no discurso dos sujeitos beneficiários do PBF e no discurso jornalístico.

Buscamos compreender, na materialidade textual, as formas de representação do político que materializa o contato entre o linguístico, o histórico e o político. Pela sua relação fundamental com o político, a Análise do Discurso (referida a partir de agora como AD) é o dispositivo teórico escolhido, uma vez que nos possibilita verificar como o Estado rege suas relações com as políticas públicas. Objetivamos entender o funcionamento do político e, mais especificamente, compreender aqui, de modo politicamente significado, o discurso de Política Pública do Programa Bolsa Família. Assim, ao refletirmos sobre a linguagem, as discursividades, presentes na Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e no Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, levamos em conta também as especificidades histórico-políticas, na condição de objetos simbólicos, a fim de questionarmos os sentidos que tais discursos produzem no contexto histórico de implantação do Programa Bolsa Família e as bases que os sustentam.

No discurso jornalístico, vamos verificar como, ao montar e reconfigurar leituras da história e da política acerca do PBF, os acontecimentos relativos ao Estado e aos beneficiários são interpretados de modo a nos mostrar, por um lado, que podemos ter mais de uma voz acerca de um fato em questão, mas nunca um fato outro que poderia ser relatado e, por outro, possibilitar leituras diversas da história política, na tentativa de explicar o fato noticiado e seus desdobramentos na ordem pública.

Os jornais nomeiam, produzem explicações em direção aos seus leitores. Esse processo cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e consequências para os fatos ocorridos. Encontram-se, assim, nesse funcionamento jornalístico, aspectos da argumentação que poderiam envolver os leitores, uma vez que, nas páginas do jornal, colocam-se em

---

<sup>1</sup> Bolsa Família será assim grafado por nós conforme disposto na Lei n. 10.836 de 09 de janeiro de 2004 e no Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, embora este apareça, em alguns textos jornalísticos com hífen.

questão e em circulação dizeres que são autorizados e mesmo anônimos, dando a ilusão ao leitor menos desavisado de uma dialética de consenso (unidade imaginária entre as posições-sujeito) ou de dissenso (a diversidade no espaço público). Assim, interessa-nos igualmente mostrar a qual discurso o jornalista se filia: ao político, ao jurídico, ao administrativo, ao religioso, bem como que posições-sujeito são convocadas para falar do e sobre o Programa Bolsa Família em cada jornal.

Analisamos o discurso das beneficiárias do PBF – unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 140,00<sup>2</sup>, a fim de mostrar que imagens elas constroem delas mesmas e do Estado, a partir dos seus relatos e, também, que discursividades ecoam dos seus dizeres.

Importa, sobretudo, fazer aqui uma reflexão da “própria política da palavra” (ORLANDI, 1990, p. 51), uma vez que, num dado discurso – seja ele do Estado, das beneficiárias ou do jornal – há outros discursos. E é o que nos instiga nessa busca de verificar o que levou uma dada posição-sujeito dizer x e não y, e como esse y, que fora silenciado, significa ao longo dos dizeres e dos seus apagamentos.

A opção por esses lugares discursivos se justifica porque, para nós, os discursos são marcados por enunciados e sentidos itinerantes, que são o resultado do cruzamento entre diferentes práticas discursivas, já que não partem de um único lugar, mas de vários lugares enunciativos. Com o propósito de estudar esses recortes discursivos, o objetivo principal deste estudo é mostrar o discurso do e sobre o PBF, inserido na Política Antipobreza de Transferência de Renda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cujo mandato compreende o período de janeiro de 2003 a janeiro de 2010. Como objetivos secundários, elencamos os seguintes: organizar o *corpus* referente ao discurso político, ao jornalístico e dos sujeitos entrevistados; compreender como esses discursos se apresentam no *corpus* de estudo; examinar o funcionamento desses discursos; discutir os sentidos de família e de pobreza para os enunciadores.

Para tanto, o *corpus* de estudo é constituído pela (i) Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que instituem o programa Bolsa Família; por (ii) entrevistas com 10 (dez) beneficiárias do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, cadastradas pela Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS), na cidade de Uberaba, Minas Gerais; e (iii) por 60 (sessenta) artigos jornalísticos<sup>3</sup>, veiculados em

<sup>2</sup> Informação atualizada, conforme <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>, em 10/01/2013.

<sup>3</sup> A escolha dos textos jornalísticos foi feita por “representatividade” numérica do objeto pesquisado (GOLDENBERG, 2004, p. 14)

três jornais: Folha de S. Paulo, Estado de Minas e O Globo, sendo 20 de cada jornal. Todos os textos têm como assunto principal questões que envolvem o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, correspondendo ao objetivo que suscita a análise.

A escolha pelo discurso do PBF vai ao encontro do nosso interesse em transitar no interior de acontecimentos políticos, inseridos na lógica do poder do Estado, o que suscitou o levantamento de questionamentos que clamam por respostas, a saber:

- Quais os efeitos de sentido nos três *corpora* de estudo no que se refere à discursividade do e sobre o PBF? e, mais especificamente:
- Como o Estado significa a si mesmo na instituição do PBF?
- Qual a concepção de família e de pobreza nesses documentos e como essa concepção trabalha, supostamente, tanto o deslocamento quanto a fixação de sentidos outros?
- Que interlocução a discursividade das beneficiárias faz com a Lei e o Decreto?
- De que lugar a posição-sujeito-beneficiária discursiviza?
- Que discursividades se inscrevem no discurso das beneficiárias? Que imagens projetam de si e do Estado?
- O que está silenciado, sujeito a equívoco, na discursividade da posição-sujeito-beneficiária?
- O que se diz sobre o PBF na discursividade jornalística?
- Que discursividades entram em circulação nos textos jornalísticos para falar do e sobre o PBF?
- Que discursividades são construídas em torno das variáveis pobreza e fome?
- Que memórias são reavivadas na discursividade jornalística para falar do e sobre o PBF?
- Que posições-sujeito são colocadas em debate na discursividade jornalística?
- Como a posição-sujeito-jornalista se posiciona em relação à discursividade do e sobre o PBF?
- Os jornais, como propagadores de sujeitos e sentidos divididos, reforçam ou se distanciam do modelo econômico Neoliberal?
- Que efeitos de sentido emergem da discursividade jornalística acerca da posição-sujeito-beneficiária?
- Que lugar discursivo é comum na discursividade da Lei e do Decreto, das beneficiárias e dos textos jornalísticos?
- O que fora silenciado/apagado nessas ancoragens de análise?
- Que equívocos são construídos na discursividade dessas três ancoragens de análise?

Tais questionamentos configuram para nós um desafio na tentativa de mostrar os discursos acerca dessa política de assistência social, fato que nos levou a analisar as práticas

discursivas que permeiam esse fato. Do mesmo modo, acreditamos que o papel da língua é fundamental na articulação do texto, pois qualquer aspecto da estrutura linguística – a seleção lexical, as opções sintáticas – pode ser articulado de uma posição ideológica particular, seja a do legislador, a exemplo da Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e do Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004 – aqui representando o Estado –, seja daqueles que recebem ou usufruem benefícios do Estado – os sujeitos beneficiários do PBF –, seja das instituições jornalísticas, representantes da grande mídia, no caso, o Jornal Folha de S. Paulo, o Estado de Minas e O Globo.

Assim, cremos que o nosso estudo contribuirá para sinalizar ao leitor que o dizer não nos parece neutro e inocente, mas o lugar de manifestação de diferentes posicionamentos enunciativos que estariam ali, não ditos literalmente, mas subjacentes e opacos na materialidade linguística. O desvelar dos seus efeitos de sentido nos permite trazer à luz, por meio de um olhar reflexivo sobre o *corpus* de estudo, os discursos nem sempre explícitos e frequentemente contraditórios ali instaurados.

Com efeito, acreditamos que, ao divulgar os resultados de nossa investigação, por exemplo, na sala de aula, possibilitaremos aos leitores uma visão crítica das várias discursividades que aqui se inscrevem, visto que cada um dos recortes de análise levará, talvez, à identificação de filiações discursivas diferentes, o que contribuirá para o melhor conhecimento da constituição e do funcionamento do texto como fazer discursivo.

Nesse sentido, para a proposta de estudo que ora apresentamos, o dispositivo teórico da Análise do Discurso foi o escolhido, pois se apresenta como uma teoria crítica da linguagem, constituindo uma área do conhecimento que, por se localizar no entremeio das ciências sociais humanas, “centra suas investigações nas relações entre a linguagem e a história, a sociedade e a ideologia, a produção de sentidos e a noção de sujeito”, como lembrado por Mariani (1998, p. 25). Trata-se de considerar a materialidade da linguagem, a qual não é apenas formal (no sentido estrito), mas histórica. Por isso, a AD, quando trata da questão da linguagem verbal, considera, igualmente relevante, tanto a língua – estrutura, forma – quanto a história e constitui um objeto próprio nesse entroncamento – o discurso – o qual é considerado por Pêcheux (1997) como, simultaneamente, estrutura e acontecimento.

Para cumprir o que propomos, a tese está dividida em três capítulos.

No capítulo Fundamentação Teórica, tivemos, como proposta, a contextualização do dispositivo teórico do nosso estudo. Para isso, consideramos pertinente iniciarmos com os domínios disciplinares em que se assentam a AD – a Linguística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise –, áreas das ciências sociais representadas por diferentes práticas discursivas.



Além disso, dado que a AD coloca o discurso no centro de seus estudos, ao conceber essa como mediação necessária entre o homem e a realidade social, trabalhando do mesmo modo com ela no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas – seja como sujeitos, seja como membros de uma determinada forma de sociedade –, no nosso estudo, também abordaremos questões políticas relativas à política pública, para tentarmos mostrar o discurso do e sobre o PBF, inserido na Política Antipobreza de Transferência de Renda, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que é o objetivo maior deste estudo. Além disso, contemplaremos aqui questões relativas ao discurso político e ao jornalístico.

No capítulo Metodologia, tivemos o intuito de montar o dispositivo analítico do nosso estudo, o qual se constitui da natureza do método, do material de estudo: configuração e descrição do *corpus* e dos procedimentos de análise.

No capítulo A Análise e os Gestos de Interpretação, discutimos as questões já problematizadas para este estudo: um diálogo constante entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico.

Nas Considerações Finais, sintetizamos as constatações mais representativas detectadas na pesquisa, ao retomar e relacionar algumas reflexões, bem como elaborar algumas compreensões mais gerais no espaço do PBF.

Por meio da estrutura anteriormente descrita, queremos dar a conhecer como o Programa Bolsa Família é apresentado pelo Estado e como ele é lido pelos beneficiários e pelos jornais, o que justifica o nosso esforço de compreensão. Isso porque acreditamos que ele seja passível de observação, não somente como programa social, mas também como objeto simbólico dotado de determinações históricas e, sobretudo, aqui, políticas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta os pressupostos teóricos constitutivos desta pesquisa, que se realizará à luz da Análise do Discurso de linha francesa. Para tanto, ele contempla questões relativas à teoria do discurso, do discurso político e do discurso jornalístico. Outras questões serão contempladas, a exemplo, o Estado e as políticas públicas. Assim, serão evidenciados, inicialmente, os domínios teóricos nos quais se inscreve a AD.

### 2.1 Situando o quadro epistemológico da análise do discurso: o histórico e o contemporâneo

Historicamente, a Análise do Discurso, iniciada nos meados dos anos sessenta do século XX, na França, com a publicação de Michel Pêcheux, intitulada Análise Automática do Discurso, assim como com o lançamento da revista *Langages*, organizada por Jean Dubois, tem como objeto próprio de estudo o discurso definido como “o efeito de sentidos entre locutores”.

Basicamente, ela se constitui, conforme Orlandi (2006), no espaço de questões criadas pela relação entre três domínios disciplinares que são, ao mesmo tempo, uma ruptura com o século XIX, a saber: o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise.

No Materialismo Histórico, a história tem sua materialidade. Logo, fundamenta-se na observação da realidade relacionada a um fato histórico, como por exemplo, a criação do Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda do governo Lula, sejam eles legisladores, beneficiários ou jornalistas, como produtores de uma condição concreta de vida que se assenta no mundo material, constitutivo dos dizeres. Aqui se inscreve a nossa escolha e, ao analisar a materialidade linguística e revelar os nossos gestos de interpretação, falaremos do que está fora da linguagem: o Programa Bolsa Família.

Igualmente, interessa-nos dizer, ainda, que o Materialismo Histórico apresenta explicações acerca de situações em que o sujeito atua como membro de uma sociedade na qual ele pode assumir posições diferentes, a saber: a posição-sujeito-legislador, a posição-sujeito-jornalístico e a posição-sujeito-beneficiário. Isso impõe ao sujeito uma injunção: falar a partir de lugares e situações que lhe são autorizadas, já que cada situação exigiria dele um posicionamento no contexto histórico-social, enfim, um discurso. Em outras palavras, a

posição-sujeito não está livre para dizer o que deseja, uma vez que, ao se inscrever em uma ou outra formação discursiva, projeta do seu lugar social a sua posição no discurso.

Na Linguística, a língua é um sistema de signos, de relações abstratas no qual os fatores externos, geradores de irregularidades, não afetam o sistema que só pode e deve ser estudado a partir da sua estrutura, das relações internas, pois cada elemento (sons, palavras) não tem qualquer valor independentemente das relações de equivalência e de oposição que os unem.

A língua, nesse caso, não é tomada na sua relação com a vida, com a história, mas a partir de regularidades determinadas pelo próprio sistema linguístico, um sistema fechado em si mesmo que se mantém como o lugar das sistematicidades fonológicas, morfológicas e sintáticas. Dessa maneira, os sentidos inscrevem-se no ponto de interseção entre a cadeia sintagmática – eixo da combinação – e a cadeia paradigmática - eixo da seleção -, uma vez que o significado depende da posição que o signo ocupa e da função que exerce no sistema linguístico. Contrário a isso, posicionamo-nos aqui na concepção de língua pelo viés da AD: a língua como lugar da incompletude, sujeita a falhas e equívocos - um permanente confronto do real da língua com o real da história, pois não basta trabalhar apenas o real da língua; é necessário, e definidor no campo da AD, trabalhar com o real da história (ORLANDI, 2001b, p. 39).

Por fim, a Psicanálise, segundo a qual é “o sujeito que se coloca como tendo sua opacidade: ele não é transparente nem para si mesmo” (ORLANDI, 2006, p.13). Em outras palavras, ele é incompleto, uma vez que se constitui em relação ao Outro. Sobre as suas palavras, há outras palavras, outros discursos – de enunciações anteriores em relação ao momento da enunciação. Nesse sentido, sobre o discurso dos políticos, dos beneficiários, dos jornalistas, há a inscrição de outros discursos já ditos que incidem sobre o que é dito. Assim, o sujeito se apresenta pela linguagem, a partir do discurso do Outro e do significante do Outro.

Esse domínio disciplinar se faz pertinente no nosso estudo para discutirmos questões relativas ao Sujeito: o sujeito inserido dentro das condições de produção, que se constitui na relação entre língua e história, a posição-sujeito (governo, beneficiário, jornalista) e a forma histórica na qual esses sujeitos se inscrevem, bem como as situações no sentido estrito e no sentido amplo.

Pelo que observamos, a AD, ao operar com tais domínios disciplinares, constitui-se, então, de uma materialidade linguística e de uma materialidade histórica simultaneamente e, como consequência, define seu objeto teórico – o discurso –, ao estabelecer seus procedimentos analíticos na interface com outras áreas do conhecimento.

No entanto, apesar de Orlandi reconhecer a contribuição desses domínios disciplinares, aponta-nos que a práxis da Análise do Discurso que se faz hoje no Brasil se inscreve em novas condições de produção e novas formas de assujeitamento, uma ‘virada’ nos estudos da significação (ORLANDI, 2012, p. 42), sinalizando três conjuntos de considerações, a saber:

- (i) a inauguração de um novo campo de questões – a mudança de lugar do conceito de discurso: uma nova conjuntura histórica, novas formas de existência histórica da discursividade que leva a análise do discurso a novos questionamentos. O que se faz hoje, segundo ela, é mostrar as diferentes materialidades significantes, o espaço contraditório de desdobramento das discursividades. Não se abandona simplesmente aqui a relação com a língua, quando se trabalha com a materialidade discursiva. É preciso compreender a natureza da relação entre as diferentes formas materiais e a concepção de língua – ‘um corpo atravessado por falhas, submetido à irrupção interna da falta’ (PÊCHEUX, 1990, p. 50);
- (ii) a das formas de existência histórica da discursividade: o que é colocado em questão são os modos históricos de assujeitamento discursivo, a materialidade discursiva, a língua, o discurso. Se o discurso é uma materialidade histórica que interpela os sujeitos, a questão desloca-se para as formas de existência histórica da discursividade, hoje, em suas diferentes materialidades que se desdobram em um espaço contraditório. Daí a necessidade, segundo ela, de trabalhar questões relativas à individuação do sujeito (contraface do assujeitamento do indivíduo) na relação com o social, na relação com o Estado e a Sociedade e na relação com o político-social;
- (iii) do tipo de análise e dos conceitos que o determinam (a metáfora, a metonímia e o interdiscurso): a partir do conceito de metáfora (espaço de diferentes discursividades inscritas em diferentes formações discursivas), a AD se debate, hoje, em outra configuração ainda que mantenha empréstimos metafóricos referentes à psicanálise, ao marxismo, à linguística: elas mesmas também sofrem deslocamentos em suas relações de campo, segundo Orlandi (2012). Nesse sentido, Orlandi pontua a importância da AD de repor as suas questões ao materialismo do lado da conjuntura histórico-política. Hoje, as metáforas de trabalho, para a pesquisadora, são as rede de entremeio, de em meio a, pluralidade do novo objeto que não é novo, mas que se inscrevem em outras conjunturas históricas, formas históricas de assujeitamento, da materialidade discursiva, das condições verbais do aparecimento da discursividade.

## 2.2 A teoria do discurso

Para falar do lugar teórico da AD, fundamentamo-nos em Orlandi (2001 a, 2001b, 2005), a qual tem em Pêcheux (1997) seu interlocutor, reconhecendo a proposta dele acerca de questões fundamentais na relação língua/sujeito/história e do discurso, o lugar de observação dessa relação.

Para Pêcheux (1969), o discurso, definido em sua materialidade simbólica, é “efeito de sentidos entre locutores”, o que traz para si as marcas da articulação da língua com a história para significar. No discurso, trabalha-se com as formas materiais (linguístico / estrutura histórica / acontecimento), formas linguísticas inscritas no mundo, significando os sentidos e os sujeitos e significando-se pelos sujeitos que a praticam (ORLANDI, 2001b, p. 63).

A Análise do Discurso, ao articular o linguístico ao histórico, coloca a linguagem na relação com os modos de produção social: não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Há, entre os diferentes modos de produção social, um modo específico, que é o simbólico. Existem, pois, práticas simbólicas significando o social. A materialidade do simbólico assim concebido é o discurso (ORLANDI, 2001b, p. 63).

Para tratar da relação língua x história, na AD se inscrevem duas recusas: a língua não é transparente e, por isso, seu sentido não está claro como se fosse estabelecido por convenção ou como se a palavra pudesse diretamente referir-se a alguma coisa no mundo, mas atravessada de discursividade – sua espessura semântico-linguística e histórica (ORLANDI, 2001b, p. 21).

Outra recusa é a da autonomia da sintaxe, ao afirmar que a língua tem um funcionamento parcialmente autônomo e, por isso, contesta que o sentido seja exclusivamente da ordem da língua. O sentido também seria da ordem da história. Nos processos discursivos, então, o sentido é atravessado pela história e pelo sujeito, pela possibilidade do equívoco, sujeito a falhas – dos deslocamentos dos processos de significação – e da transgressão às regras, a fim de ganhar outros sentidos advindos da filiação materialista, sob a superfície opaca, ambígua e plural do texto.

Desse modo, para constituir-se, a AD opera significativos deslocamentos de terreno, a saber, a compreensão do real, sujeito à interpretação, no cruzamento da língua com a história (ORLANDI, 2001b, p. 60), cujo objetivo é expor o olhar leitor à opacidade do texto, colocando o dito em relação ao não dito, em relação ao dito em outro lugar (ORLANDI,

2001b, p. 62). Não interessa a essa teoria o texto como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso.

Com efeito, a Análise do Discurso é, então, a disciplina que, ao deslocar-se, busca definir o seu lugar teórico-metodológico que, apesar de se distanciar do estruturalismo linguístico, lhe servirá de norte e inspiração, pois forneceu à nova corrente os instrumentos necessários para analisar a língua como objeto linguístico. A esse respeito, consideramos que a emergência da AD se dá na perspectiva de uma ação intervencionista e transformadora que objetiva combater o excessivo formalismo linguístico vigente. Ao lado desse novo olhar, a AD certamente abriu um novo campo de questões no interior da linguística, ao operar, como consequência, com o deslocamento, sobretudo, nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelos estudos anteriores.

Tal deslocamento possibilitou, segundo Orlandi (2001b, p. 21), que a AD se ocupasse com a opacidade do texto, a fim de buscar, nas marcas do político, do simbólico, do ideológico e do funcionamento da linguagem, a inscrição da língua na história para que ela signifique. A ideia de funcionamento, aqui, supõe a relação estrutura / acontecimento (PÊCHEUX, 1988), a junção, respectivamente, do que diz respeito à ordem da língua e daquilo que é resultante de sua historicidade, relação entre o que, em linguagem, é considerado ideologicamente neutro, abstrato e homogêneo com o que é sujeito a equívoco – o confronto do real da língua com o real da história –, decorrente da inscrição ideológica dos sujeitos em diferentes segmentos sociais. Assim, a língua, que tem na AD autonomia relativa, vai funcionar como base, como lugar material onde se vão realizar os processos discursivos. A língua redefine-se, pois, como pressuposto, como modo de acesso, para analisar a materialidade do discurso.

Quanto a isso, para Orlandi (2001a, p. 16), a AD trabalha com a língua no mundo, com diferentes formas de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas, seja como sujeitos, seja como membros de uma determinada forma de sociedade. Os sujeitos são afetados pela língua e pela história, não tendo o controle sobre o modo como elas os afetam. Para a autora, isso implica dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia.

Assim, a compreensão do fenômeno linguagem, na perspectiva do discurso, mostra-se, ainda, como o lugar da materialidade ideológica e, nesse contexto, se insere a ruptura epistemológica de que nos fala também Pêcheux (1997) com o formalismo, o que colocaria os estudos discursivos na vertente da ideologia (uma concepção de mundo acerca da circunstância histórica) e do sujeito (os sujeitos intercambiáveis na história).

Orlandi (2001b, p. 19-20), ao falar das rupturas, pontua, do mesmo modo, que a AD surgiu em um contexto intelectual afetado por duas: de um lado, com a ascensão da linguística, não era possível mais considerar o sentido apenas como conteúdo, mas, sobretudo, o que há de novo aqui é qual o seu funcionamento discursivo. De outro, há, segundo ela, nesses últimos anos, um deslocamento no modo como os estudiosos veem a leitura, pois essa surgia como um dispositivo teórico-analítico.

O deslocamento de que nos fala Orlandi (1986, p. 107) está relacionado à unidade de análise – o signo ou a frase para o texto –, o que implicaria outro posicionamento metodológico em relação ao objeto discursivo.

Aqui, a noção de dispositivo considera a materialidade linguística como uma superfície opaca, ambígua e plural de um texto, demandando a necessidade de construção de um artefato a fim de alcançar a discursividade – “a inscrição dos efeitos materiais da língua (capaz de equívoco) na história.” (ORLANDI, 2001b, p. 20). Equívoco, porque “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para outro”, ensina-nos Pêcheux (1988).

A noção de dispositivo tem, ainda, como característica, segundo Orlandi (2001a, p. 59):

colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir naquilo que o sujeito diz aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras. Isso porque a AD, na tentativa de encontrar o real dos sentidos, debruça-se sobre a materialidade linguística e histórica.

O ‘não dito’, ‘o que não se diz’ nos reporta para os sentidos do silêncio de que nos fala Orlandi (2007), uma vez que há um processo de significação silenciado da ordem do implícito o qual foi posto em posição secundária, como “o resto da linguagem”. Sua proposta, então, é, por um lado, tratá-lo como figura e não como fundo, pelo que ele é e não pelo que não é e, por outro, vê-lo como um processo ativo que se liga à história e à ideologia, fato que permite a movimentação do sentido.

Sobre a noção de silêncio, Orlandi (2007) observa que a relação linguagem/silêncio se estabelece de duas maneiras. Em um primeiro momento, diz que o silêncio é muito mais que complemento da linguagem, pois tem uma natureza própria. Isso não implica dizer que ele possa ter um sentido independente, muito menos a estudiosa sugere que os sentidos do silêncio se encontram nas interações daquele que diz. Pelo contrário, ele é garantia da movimentação dos sentidos. Aqui, o silêncio não se apresenta como aquilo que

está fora da linguagem e que, entretanto, não seja só complemento dela. Tampouco se apresenta como o abismo dos sentidos, mas como o possibilitador de efeitos de sentido, pondo em jogo os processos de significação. Ele é o ponto de sustentação para o que ela chamou de não-um – os muitos sentidos (a polissemia) –, ao mesmo tempo, a possibilidade do “efeito do um” (o sentido literal), a paráfrase.

Em um segundo momento, ela observa que o silêncio é exterior à linguagem, anterior a ela, configurando-se em um estado primeiro em torno do qual a palavra gravita (ORLANDI, 2007, p. 32). Nesse sentido, ele é tomado como a marca, na linguagem, da incompletude. Segundo a autora, a incompletude é própria a todo e qualquer processo discursivo.

Com efeito, a autora concebe o silêncio com dupla forma: há um silêncio fundador que mostra que todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio (ORLANDI, 2007), e outro, o das diferentes formas de silenciamento, os quais ela chama de política do silêncio, que é subdividido em constitutivo e local. O primeiro indica que, para dizer, é preciso não dizer, já que uma palavra apaga necessariamente as outras. Já o local está relacionado à censura, ao proibido de se dizer em determinadas circunstâncias.

Como as ferramentas metodológicas da linguística, na vertente estruturalista, se mostraram limitadas para analisar o objeto discursivo, fora determinante a elaboração de um dispositivo teórico-analítico para falar da materialidade discursiva, levando-se em conta aspectos da materialidade linguística (sintaxe) e da conjuntura sócio-histórica. Aqui, inscreve-se a AD como uma metodologia de análise, um dispositivo teórico-analítico. Como dispositivo que busca a compreensão acerca dos modos de significar de um objeto simbólico, a AD se vale, por um lado, da interpretação e, de outro, da compreensão para entender o funcionamento discursivo de tal objeto.

A interpretação (ORLANDI, 2001 a, p. 26) é o sentido pensando-se o contexto imediato. Já a compreensão é entender como um texto produz sentido, a explicitação dos processos de significação presentes no texto, o que possibilita fazer a escuta de outros sentidos que não estão ditos literalmente ali, mas que estão silenciados: para cada discurso – o do político, o do beneficiário e do jornalístico –, por exemplo, haveria um gesto de interpretação dessas diferentes posições.

Como área do conhecimento que quer firmar-se teoricamente, a AD mostra-se limitada com a impossibilidade de acesso direto à interpretação. Isso a leva a considerar a própria interpretação como uma ferramenta de reflexão a qual é “constitutiva da língua, [...] pois essa dá lugar à interpretação” (ORLANDI, 2001b, p. 23), ou seja, o lugar da



interpretação é o lugar do outro enunciado, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção de sentidos e na constituição dos sujeitos.

Notemos, então, que, na perspectiva discursiva, a língua não é um objeto pronto e acabado, mas a língua da ordem material, da opacidade, da possibilidade de processos outros de significação e da marca da história inscrita nela mesma. É a condição da materialidade para compor o tecido discursivo, o modo como se podem mobilizar os saberes e o outro. Igualmente, a língua é uma questão política, para tratar do dentro e do fora, do próximo e do ausente, lugar no qual as palavras até podem silenciar-se e, ao silenciarem, abrir espaço para produzir sentidos outros, pois a moldamos em função dos nossos interesses e de acordo com as posições políticas assumidas no momento em que o dito é dito.

Pensar a língua na relação com o discurso é, então, para nós, lugar de relação entre posições discursivas diferentes e os sujeitos situados, no nosso caso, no contexto histórico-social que envolve a implantação e execução do Programa Bolsa Família no discurso político, dos beneficiários e no jornalístico. É no interior de questões colocadas pela língua que a exterioridade ecoa e, por isso, o signo se situa num espaço de interlocução, no qual palavras, expressões ou estruturas sintáticas não são, suficientemente, a garantia de sentido para o texto, pois as condições sócio-históricas de produção de um discurso também são constitutivas de suas significações, razão pela qual a AD tem a exterioridade como necessária no processo de análise discursiva.

O desvio provocado pela AD acerca da noção de língua possibilitou, também, por um lado, o deslocamento da noção de texto e, por outro, a explicitação do seu lugar como unidade de análise do discurso. Assim, tomaremos como objeto de nosso estudo três ancoragens de análise:

- (i) a Lei n.10.836, de 09 de janeiro de 2004, e o Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que instituem o Programa Bolsa Família;
- (ii) 10 (dez) entrevistas; e
- (iii) 60 (sessenta) artigos jornalísticos.

Para explicar o funcionamento de tais textos na sua materialidade com suas formas, suas marcas e seus vestígios, consideraremos: os processos parafrásticos, os processos polissêmicos e as metáforas.

Nos processos parafrásticos, um texto pode ter relação com outros textos já existentes, os quais, muito embora ditos em outro tempo e espaço, trazem consigo uma significação de uma mesma memória, o que fala antes em outro lugar (ORLANDI, 2001b, p.

110). Aqui, há a estabilização daquilo que é dito e, daí, o sentido se mantém, retomando os mesmos espaços do dizer.

Já nos processos polissêmicos, a ruptura e o deslocamento movimentam os processos de significação. Além disso, eles são a manifestação material, concreta do discurso, não como unidade sujeita à experimentação, mas como parte de um processo pelo qual se tem acesso direto à discursividade: a tensão entre o mesmo (o já dito) e o diferente (o a se dizer) e a dispersão do sujeito e do sentido (ORLANDI, 2001b, p. 12), isto é, interrogar acerca do lugar ocupado pelo sujeito, como eles estão significando seu lugar, como, a partir de suas condições, eles praticam a relação do mundo com o simbólico, materializando sentidos, textualizando, formulando, falando (ORLANDI, 2001b, p. 67).

No processo de análise dos objetos simbólicos, o analista de discurso deve mostrar os mecanismos dos processos de significação que presidem a textualização da discursividade. Assim, há necessidade, na Análise do Discurso, de uma passagem da noção de função à de funcionamento – a que permite encontrar as regularidades – e da construção de um dispositivo analítico baseado na noção de efeito metafórico (ORLANDI, 2001b, p.23). A definição de efeito metafórico situa a questão do funcionamento diante da articulação entre língua e discurso, pois o efeito metafórico é o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual na qual se percebe um deslizamento do sentido de x a y. Isso porque todo enunciado é suscetível de se tornar outro, diferente de si mesmo, de se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar outro (PÊCHEUX, 1988). Ou, mais ainda, observa Orlandi (2001b, p. 24), “todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série léxico-sintaticamente determinada de pontos de deriva possíveis – deslizamentos metafóricos – oferecendo lugar à interpretação”. É, portanto, aqui, que a análise do discurso deve atuar.

Os textos escolhidos por nós, para compor o *corpus*, são, então, o nosso espaço de trabalho, pois, como analistas do discurso, buscaremos o funcionamento da linguagem – os sentidos – como os sujeitos políticos, beneficiários e jornalistas significam e organizam a significação, os silenciamentos, o inesperado, a memória que se inscreve neles. Ou melhor, o lócus de tensão entre a formulação (atualidade) e a constituição (memória) (ORLANDI, 2001b, p. 90).

Baseando-nos em Orlandi (2001b, p. 73), tomaremos o texto aqui como unidade significativa em relação à situação discursiva, o texto como entrada do sentido, na constituição de um objeto novo, o discurso (ORLANDI, 2001b, p. 78). Aqui, a autora produz um deslocamento, um salto do texto como pretexto para estudar línguas, para a concepção do

texto como forma material, como textualidade, manifestação material concreta do discurso, sendo este tomado como lugar de observação dos efeitos da inscrição da língua sujeita a equívoco na história. Enfim, o objetivo da análise de um texto é então “compreender como ele funciona, como produz sentidos, sendo um objeto linguístico-histórico, ou, mais ainda, apreender sua historicidade” (ORLANDI, 2001b, p. 88).

Concordamos com a estudiosa em relação à concepção de texto como unidade significativa, cujo sentido depende do contexto sócio-histórico, ao recuperar *status* pleno de objeto discursivo, social e histórico. Essa significação, que se inscreve no texto, seria oriunda de uma historicidade – da história, do sujeito e dos sentidos do texto como discurso. Conciliam-se, pois, no texto, abordagens internas e externas da linguagem, porque todo texto, como unidade da manifestação material do discurso, tem uma materialidade linguístico-histórica: o lugar em que os diferentes níveis de agenciamento do sentido se manifestam e se dão a ler – o lugar da imanência (significante) e da manifestação (significados). Com efeito, texto é, para nós, lugar no qual discursos se polemizam, se completam, ou respondem uns aos outros. Daí “compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos” (ORLANDI, 2001b, p. 88), valendo-se da sua materialidade linguística.

A questão da significação e do sentido, do ponto de vista discursivo, pode-se dar também pelo estudo da palavra, o que revela elementos que objetivam a compreensão do funcionamento do léxico na sociedade e na história. A esse respeito, Orlandi (2001b, p. 86) nos lembra que as palavras não significam em si. Elas significam porque sua interpretação deriva de um discurso que as mantém, que as provê de realidade significativa. E sua disposição em texto faz parte dessa sua realidade significativa. É assim que, na compreensão do que é texto, podemos entender a relação com a exterioridade, a relação com os sentidos.

Contrária à ideia de palavra como grupo de fonemas com uma significação (FERREIRA, 1994, p. 475), a qual se apresenta entre dois espaços em branco, susceptível de uma transcrição de natureza escrita, a exemplo, nas sílabas, a fim de denotar um objeto (substantivos), uma qualidade (adjetivos), um processo (verbos) e uma relação (preposição e conjunções), tomaremos a palavra para falar da significação, pois “o funcionamento lexical estaria relacionado com os processos históricos de significação” (NUNES, 2006, p. 150).

Dado o interesse pelo estudo da palavra, duas tendências linguísticas se constituíram historicamente - a Lexicologia e a Lexicografia –, mas, como o objetivo do nosso estudo é analisar o discurso do e sobre o PBF, inserido na Política Antipobreza de Transferência de Renda no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pretendemos abordar somente a questão da articulação da Lexicologia com a Análise do Discurso, pois essa

é uma disciplina que possibilita deslocamentos teóricos. Em nosso caso, remeter o léxico ao sujeito e à história, à compreensão das palavras do discurso (NUNES, 2006, p. 150) e, conseqüentemente, entender como unidades lexicais (a exemplo: família, pobreza, bolsa família) são mobilizadas pelas posições-sujeito – políticos, beneficiários e jornalistas –, para falar do Programa de Transferência de Renda Mínima Bolsa Família.

Assim, a Lexicologia, quando pensada na perspectiva discursiva, por um lado, “aborda questões como a história das unidades e dos campos lexicais, as transformações de sentido, remetendo sempre esses aspectos às condições históricas de produção” (NUNES, 2006, p. 159). A esse respeito, a perspectiva discursiva possibilita a compreensão do léxico de uma língua como objeto linguístico afetado pelo discurso, ou seja, pelos processos históricos de significação. Além disso, nessa mesma perspectiva, a abordagem do campo lexical pressupõe a existência da polissemia, das contradições, das ambigüidades, dos efeitos de sustentação de um mesmo sentido e de silenciamento, enfim, do que caracteriza o campo lexical inscrito numa conjuntura sócio-histórica.

Por outro, a partir da distinção língua x discurso, a concepção de língua, na visão discursiva, pressupõe pensá-la como fato social - daí um sistema aberto sujeito a equívocos, mal-entendidos, silenciamentos –, evidenciando que o discurso é uma prática histórica e ideológica, o que pressupõe, ainda, pensar o modo como se apresenta o sistema linguístico no discurso. “A língua não somente é a base do funcionamento discursivo, mas também é afetada pelo discurso que move suas sistematicidades” (NUNES, 2006, p. 152). Em outras palavras, pelo discurso, podemos observar como o sistema linguístico foi mobilizado para dizer o que foi dito e como foi dito.

Pois bem, no estudo do léxico (NUNES, 2006, p. 153), as sistematicidades linguísticas se estabelecem no espaço diferencial (seleção) e relacional (combinação) entre os elementos lexicais. Assim, quando estudamos léxico e discurso, observa o autor, consideramos, ao mesmo tempo, essa propriedade diferencial e relacional da língua em seu funcionamento autônomo e a ligação com a história, ou seja, com aquilo que determina os pontos de abertura, de falha e reestruturação linguística.

Segundo Nunes (2006), se o fato linguístico é social, o fato lexical também o é; assim, está sujeito às forças sociais que permeiam as relações entre os sujeitos e aos saberes em movimento. Logo, o léxico, assim como a língua, é um sistema aberto, pois um elemento lexical pode ser substituído por outro, dotando a língua de relações bastante diversificadas. Ou seja, uma mesma palavra pode ter sentidos diferentes, de acordo com Nunes, dependendo da

posição sustentada pelo sujeito de modo que, ao se significar no discurso, o sujeito significa no léxico.

Dada essa contextualização teórica, o que seria o discurso, qual o seu lugar? Uma exterioridade à língua, uma vez que se inscreve na conjuntura sócio-histórica e envolve questões de natureza não estritamente linguística (os aspectos ideológicos e sociais inscritos nas palavras). A noção de discurso implica considerar, pois, as condições histórico-sociais de produção que envolvem o discurso. O discurso constitui-se de conflitos próprios à existência de tudo que tem vida social. A língua se insere, portanto, na história, constituindo e produzindo sentidos. O discurso não é a língua nem a fala, mas se realiza por meio de uma materialidade linguística, pois precisa dela para ter concretude material ou real.

Como vimos, o estudo do discurso toma a língua materializada na forma de texto – forma linguístico-histórica - e tem o discurso como objeto. E é, no discurso, que se concentram, se intrincam e se confundem as questões relativas à língua, à história e ao sujeito. Nesse sentido, o sujeito é sujeito à língua e à história, pois, para ganhar existência e produzir sentidos, ele é afetado simultaneamente por elas. Dessa forma, sofre os efeitos do simbólico, pois, se assim não fosse, não ganharia existência, não seria sujeito do sentido. Com efeito, os discursos não são fixos, acabados, estão sempre movendo-se e sofrendo transformações, acompanhando as mudanças sociais e políticas que integram a vida humana. Logo, como ensina Orlandi (2001a, p. 15), a palavra discurso toma a ideia de curso, de percurso, de movimento. A palavra em movimento, prática de linguagem.

E o político (ORLANDI, 2001b, p. 90) é aqui compreendido de um ponto de vista discursivo, sendo definido pelo fato de que “o sentido é sempre dividido”. Essa divisão possui uma direção que não é indiferente às injunções que derivam da forma da sociedade tomada na história em um mundo significado e significante, em que as relações humanas são simbolizadas.

Na AD, seu objeto privilegiado, desde o princípio, foi o discurso político. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho, no momento, é traçar um panorama dos estudos discursivos da AD na Europa (França e Itália), na Argentina e no Brasil, bem como entender como têm sido abordados os estudos do discurso político nesses contextos. Passemos agora ao que estamos propondo, ao recortar, inclusive, de que político estamos falando.

### 2.2.1 O discurso político

A AD, desde a sua origem na França, toma como objeto de estudo os discursos políticos, a fim de investigar suas especificidades, alianças e demarcações (PÊCHEUX, 1981, p. 5). Com efeito, assenta-se em um trabalho com viés político e científico, o que possibilita ao analista, simultaneamente, fazer ciência e política.

No que toca à ciência e à política, só poderia encontrar o discurso comunista como seu objeto privilegiado, com o risco de às vezes se encontrar preso nele a ponto de refleti-lo e reproduzi-lo: tratar-se-ia, finalmente, de um caso de pesquisadores comunistas se entregando à análise do discurso por meio do discurso comunista entendido como este espelho histórico excepcional, onde a ciência é obrigada a vir se condensar na política? (PÊCHEUX, 1981, p. 6).

Vemos que Pêcheux (1981) se reporta ao fato de a AD privilegiar o discurso político, em especial, o discurso político de esquerda. Para minimizar esse conflito, a teoria apoia-se na cientificidade. Esse lugar que a AD se destina oferece margem para que a teoria seja compreendida como uma prótese teórico-técnica. Com efeito, Pêcheux propõe a observação, nessa dualidade – que chama de imbecilidade –, o sintoma contraditório de uma dupla impaciência, política e científica, que encontra, no político, o seu lugar ideal: “pesquisadores comunistas dedicando-se à análise do discurso comunista”. É sair da imbecilidade e quebrar o espelho da prática de leitura de textos políticos.

Ainda para Pêcheux (2008), o político está na posição sujeito engajada de estar inserido em uma ordem política. Nesse sentido, motivado pelo enunciado *on a gagné* (ganhamos), dito pelo povo no dia da vitória de François Mitterrand, para a presidência da França, em 1981, explica a relação estrutura e acontecimento.

Notamos, nesse caso, que a materialidade linguística desse enunciado e o seu contexto de enunciação foram deslocados para o campo da política, e esse acontecimento discursivo fora trabalhado pela mídia em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convocou (PÊCHEUX, 2008, p. 19). Tal acontecimento apresenta duas especificidades: ser transparente e opaco. Transparente, porque, ao deslocar um sentido de um campo semântico para outro, o sentido está legitimado, fixo para os enunciadores; opaco, porque os diferentes posicionamentos discursivos que propiciaram esse dito começaram bem antes no espaço político.

Apesar de *on a gagné* não se inscrever no discurso político, Pêcheux (2008) o associa com uma mudança política, ou seja, influencia na forma de pensar e fazer política, ao transformar tanto o aspecto material quanto o aspecto semântico dos enunciados políticos.

Já que o funcionamento léxico-sintático em *on a gagné* é uma paráfrase pela qual a esquerda toma o poder na França, isso o interessa à medida que a materialidade discursiva do enunciado se filia às questões históricas e políticas e constitui uma intervenção na política, por meio da teoria.

Concordamos com o autor, por um lado, ao afirmar que o discurso possui uma materialidade linguística e, como consequência, essa materialidade e esse acontecimento são inseparáveis, ou seja, não existe de um lado a linguagem (o dentro) e de outro o histórico (o fora). Eles se fundem para produzir efeitos de sentido. Por outro, porque o discurso é sempre produzido por sujeitos sócio-historicamente – sejam eles políticos, beneficiários, jornalistas – determinados, condicionados a regras (linguísticas e históricas) que regulam as práticas discursivas.

Para Courtine (1982, p. 14), a AD funcionaria como uma “prótese linguística a serviço da pedagogia da verdade”. Ela é definida pelo referido autor não apenas como uma aparelhagem teórica, mas também como uma política reformista. O que é criticado por ele é a redução da análise do discurso como prática de textos políticos. Além disso, ele propõe que se pratique uma análise do discurso como dispositivo de leitura que possibilite analisar a textualização do discurso, o que é fundamental para compreender as relações simbólicas e de poder. Igualmente, Courtine (1999, p. 22) observa que memória e esquecimento são indissociáveis na enunciação política, uma vez que o que é enunciável se inscreve em num espaço de repetição de uma palavra por outra já dita ou, mais ainda, instaura um efeito de consciência que ressoa na formulação, mas que fora silenciado.

Acerca dessa textualização, Orlandi (2001b, p. 35) trabalha não só a textualização do político, mas a política da língua que se inscreve no texto, ou seja, na formulação por gestos de interpretação que tomam forma na textualização do discurso. Isso muda, segundo ela, o sentido de político. Seu objetivo é a análise da prática política da produção do sentido em que não visa à passagem da opacidade para a transparência, no exercício das diferentes possibilidades de significar, mas pretende livrar o leitor à sua história de significação. Com efeito, não privilegia o discurso político, aceita a contradição e, por isso, não pensa a linguística como um instrumental ortopédico para aplicar a problemas sociais. Pelo contrário, pensa a língua na sua própria ordem, como sistema significante, sujeita a falhas, deslizos, inscrevendo-se na história para significar, na produção necessária, o equívoco.

Ao falar ainda do político, encontramos a contribuição de vários autores. Iniciemos, pois, com Zancarini, Fournel e Descendre (2008), os quais, pautando-se no contexto florentino na Itália do século XVI, apresentam um modo particular e inovador para pensar a linguagem e entender o político: a relação entre discurso e prática política. Quanto ao aspecto semântico especificamente, os autores demonstram o fato de que o sentido das palavras assume aqui um valor eminentemente político, pois nos parece que a intenção dos autores é, antes de tudo, mostrar que há uma escrita política e, conseqüentemente, há uma língua política.

Para isso, eles propõem uma análise do pensamento político presente nos textos, valendo-se da materialidade linguística, ou seja, as várias relações semânticas que compõem, elas mesmas, como relações políticas. É o que afirma Zancarini (2008) no primeiro capítulo intitulado Uma Filologia Política: os Tempos e as Manobras das Palavras (Florença, 1494-1530), quando explica por que o método é denominado Filologia Política:

Então, “filologia” porque partimos de uma leitura (às vezes de uma tradução, forma particularmente rigorosa da leitura!) lenta e minuciosa que procura re-estabelecer os laços, os ecos, os distanciamentos no interior de uma obra ou entre uma obra e outra; “política”, não somente porque nós escolhemos estudar um *corpus* de textos ligados a uma conjuntura política e militar precisa, mas também porque, para nós, a abordagem crítica dos textos e a reflexão sobre o sentido das palavras utilizadas na linguagem têm um valor eminentemente político, qualquer que seja o período utilizado (ZANCARINI, 2008, p.11).

A reflexão acerca dos sentidos das palavras é uma tentativa de compreender as relações semânticas da escrita política. Para exemplificar essa constatação, Zancarini, Fournel e Descendre se valeram de um conjunto de termos mobilizados por eles mesmos que revelam tal propósito. A esse respeito, algumas ocorrências foram feitas, a saber o termo *libertas*, o qual surgiu no século XII e tomou feição jurídica no século XIV, culminando em um jogo político, no fim desse século e no início do século XV, quando, em Florença, “dois chanceleres da república utilizaram esse termo na política contra os duques de Milão e contra o papa” (ZANCARINI, 2008, p. 22).

O conceito de *libertas* é também analisado por eles em dois momentos. Primeiro de tudo, de feições jurídicas: é o da virada para o século XV. Já o segundo surge quando os Médicis, ao tomarem de volta o poder, redefinem o conteúdo teórico da *libertas* florentina.

Sobre a *libertas florentina*, Zancarini (2008) observa que há uma reflexão acerca da cidade e dos cidadãos de Florença, o que amplia o seu modo de compreender a liberdade,



fazendo dela um conceito prático, que o motiva criticar categorias como “o povo” e a propor formas de poder.

Zancarini e Fournel (2008) mostram, ainda, como os termos *tiranicida* e *direito de resistência* estão presentes no pensamento da *citè* florentina. Aqui, os autores mostram como o *direito de resistência* é diluído ao mesmo título em que o *tiranicida* romano exemplar – Brutus – é evocado; uma combinação que serve, em cada autor, ao propósito de manutenção do regime político do seu tempo.

Quanto ao sentido de *civilitàà*, segundo Zancarini e Fournel (2008), ele se constitui a partir da sua relação com o adjetivo *civile* e o modo como esse aparece articulado nos textos florentinos da época das guerras. Os termos *civile* e *civilitàà*, segundo eles, em relação a outros elementos linguísticos, são determinantes para dar visibilidade às diferenças nos republicanismos florentinos e ao modo como a república culmina no assassinato de Alexandre de Médici, em 1537, e na ascensão Cosme de Médici ao principado, momento a partir do qual

[...] os costumes e a participação no governo da cidade, em resumo, a vida e a política, que se imbricam na *civilitàà*, são distanciadas um do outro. O *vivere civile* não é mais senão o respeito passivo a uma lei ou a uma regra de cuja elaboração e promulgação o sujeito não participa mais. É sem dúvida aí que está a verdadeira morte da *civilitàà* florentina (ZANCARINI; FOURNEL, 2008, p. 90).

Os sentidos das palavras *povo* e *plebe* são alvos de Zancarini ainda em duas obras específicas de Maquiavel: O Príncipe e os Discursos. Segundo ele, o uso das palavras *povo* (*popolo*) e *plebe* (*plebe*) revelam uma dificuldade terminológica: a necessidade de descrever o corpo político, de dar um nome aos seus componentes e de pensar como podemos estabelecer alianças que permitem à cidade manter-se unida e estável (ZANCARINI, 2008, p. 91).

Zancarini e Descendre fazem considerações também a respeito das fórmulas e das expressões relativas ao Estado, que são relevantes para aqueles que estão envolvidos com a história dos conceitos políticos. De um lado, propõem uma reflexão acerca dos usos da expressão *ragione e uso degli stati*, formulada, conforme Zancarini, por Guicciardini e, de outro, de se evidenciar a acepção específica que tem o termo *stato* nos textos de Maquiavel.

Ao rever os estudos e as contribuições acerca da ideia de ‘razão do Estado’, Zancarini (2008) faz o percurso da compreensão e do funcionamento dessa expressão no pensamento político florentino, no início do século XVI. O autor mostra que *stato* está, não somente no vocabulário de Guicciardini, mas também no de Maquiavel. Mais especificamente, no texto de Guicciardini – *Dialogo del reggimento di Firenze* – há um modo

novo de analisar o Estado e o poder, uma vez que ele propõe uma clara separação metodológica entre a esfera do agir político e a da moral religiosa (ZANCARINI, 2008, p. 137), o que sinaliza, de modo preciso, como deve ser tratada a razão do Estado.

Para o termo *stato*, Descendre (2008, p. 170) propõe algumas especificidades, por exemplo, quando afirma que há “uma semântica de *stato* em Maquiavel” . Outro ponto destacado é o quanto foram significativos, para a elaboração dos conceitos da língua política de Maquiavel, os anos em que ele desenvolveu sua atividade de administração no domínio florentino, principalmente durante as suas missões diplomáticas. Tal experiência determinou um sentido *territorial* a *stato*, o que aponta para ele uma natureza geopolítica.

Ao contemplar não apenas as questões de conteúdo e as disputas ideológicas, mas também as formas do discurso político, a análise mostra que o recurso à língua florentina maquiaveliana e guicciardiniana tem uma função fundamental: propor um novo pensamento político que já não podia responder pelas diferenças religiosas, guerras civis e competições nos Estados territoriais.

Zancarini, Fournel e Descendre apresentam o espaço percorrido do pensamento dos homens políticos que fizeram e escreveram a história de Florença na época das guerras da Itália. Por isso, pensam a linguagem para entender o político ou, mais especificamente, a relação entre discurso e prática política. Nesse sentido, eles mostram que há uma escrita política e, conseqüentemente, uma língua política, dado que o sentido tem um valor eminentemente político, quando mergulhamos no tempo das palavras e das ações dos homens políticos florentinos. Isso nos inspira quando nos propomos mostrar, por exemplo, os sentidos de família e de pobreza e como essa concepção fixa sentidos outros na conjuntura na qual se inscreve o PBF.

Zoppi-Fontana (1997) retoma o discurso alfonsinista, na Argentina, durante os idos de 1983 a 1989, para mostrar os mecanismos de negociação destinados a assegurar a estabilidade dos governos democráticos pós-ditaduras de transição e seus reflexos na ordem discursiva, do discurso político, em dois núcleos temáticos: o da democracia e o da modernização.

Segundo Zoppi-Fontana (1997), o discurso político assume o gesto fundador de um novo tempo. Assim, o discurso de transição reorganiza o discurso político dos anos 80, no interior de uma encruzilhada discursiva – tempo transitório e tempo fundador –, no qual os sentidos de democracia e modernização sofrem sucessivos deslocamentos da ordem do político e do econômico à ordem do cultural do novo cidadão que esses discursos postulam e configuram como lugar de origem de toda transformação estrutural.

A temática da transição como representação temporal é também apontada e, a partir dela, se organizam os processos discursivos que configuram o discurso político latino-americano dos anos 80. Para tanto, Zoppi-Fontana (1997) utiliza um conjunto de alocações pronunciadas pelo presidente argentino Raul Alfonsín como material de análise, nomeado como DAL, para observar o funcionamento do discurso político durante os chamados governos de transição.

Com efeito, a autora concentra-se nos acontecimentos enunciativos da figura do porta-voz, nos chamados governos de transição. A figura do porta-voz se institui como o mecanismo de interpelação política, a partir do qual os enunciados do DAL se organizam numa determinada configuração discursiva. Ele é o pivô enunciativo em torno do qual se estruturam as relações entre os cidadãos e seu representante: o presidente Alfonsín. As relações estabelecidas entre ambos são definidas a partir da tensão produzida entre processos de metonímia (a direção povo → líder) ou de metáfora (a direção líder → povo) da enunciação política, ou seja, a palavra do presidente, representada como tradução ou como substituição da palavra do povo respectivamente.

O estudo demonstrou que o funcionamento da figura do porta-voz, como uma das figuras históricas de representação do sujeito da enunciação política, caracteriza-se por condensar e contrapor, num mesmo espaço referencial, processos de identificação e de diferenciação do porta-voz em relação ao grupo que ele representa. São processos que definem a dupla visibilidade do porta-voz – como participante no acontecimento discursivo, como par ou igual dos demais atores por ele representados e como testemunha desse mesmo acontecimento; o porta-voz se diferencia do resto do grupo por sua capacidade de produzir um olhar reflexivo, ou seja, um certo tipo de conhecimento sobre o discurso. A dupla visibilidade da representação do sujeito do DAL como porta-voz funciona como um sinal de uma inscrição em posições-sujeito ideológico opostas, estabelecidas em FDs contrárias (iluminista, elitista e pactista, igualitária). E essa duplicidade semântica é a base discursiva da modernização.

A referência à Zoppi-Fontana (1997) justifica-se para entender um modo de pensar a linguagem e compreender o político, mas também para pensar a relação entre discurso e prática política. Isso é o que nos interessa neste estudo, pois o discurso é o instrumento da prática política (PÊCHEUX apud HENRY, 1996), ou seja, a prática política tem a função de, pelo discurso, transformar as relações sociais.

Dado que o objeto de estudo de Zoppi-Fontana (1997) é o acontecimento discursivo em torno do porta-voz, no nosso caso, mostraremos o funcionamento discursivo

em torno das alocações produzidas tanto na Lei n. 10.836, que institui o PBF, e no Decreto n. 5.209, que regulamenta tal lei, quanto na discursividade jornalística. Mais especificamente, mostrar nesse material de análise as formas de representação da posição-sujeito na enunciação política acerca do e sobre o PBF.

Percorrendo ainda estudos que falam do político, Lagazzi-Rodrigues (1998), no seu trabalho de doutoramento, objetivou compreender o funcionamento discursivo da resistência do sujeito como possibilidade de mudança. Para isso, toma como *corpus* de estudo entrevistas realizadas com assentados da Fazenda Ipanema, em Iperó (SP), e a AD como recorte teórico-analítico, a fim de analisar o discurso sobre a cooperativa no contraponto com o discurso da liderança do MST no assentamento, como lugar discursivo. O seu estudo focaliza o discurso da resistência, como luta por mudanças: o sujeito resiste a alguma coisa. Já em nossa pesquisa, focaremos o discurso do consenso, de reafirmação do modelo Neoliberal, do Estado provedor que ratifica a posição-sujeito necessitado.

No contexto da AD, segundo Lagazzi-Rodrigues (1998), o espaço de relações que constitui o político é pensado quanto às posições de sujeito: o político apresenta-se como o domínio de possibilidade na relação entre as diferentes posições de sujeito que, em seu estudo, foram, de um lado, os assentados e, de outro, as lideranças do MST.

Ao analisar o discurso do MST, Lagazzi-Rodrigues (1998) observou que esse consegue, no espaço do assentamento, desestabilizar a ordem social que o discurso do MST traz para dentro do assentamento. Notamos, ainda, que, além disso, o deslocamento que o assentamento produz no discurso da propriedade se constitui na referência ao político, como observa a autora. Diferentemente dessa ação de desestabilização, perguntamo-nos, no nosso caso: há, na fala dos sujeitos beneficiários, uma unidade imaginária para não falar do que fora esquecido, silenciado nesse consenso?

Para Lagazzi-Rodrigues (1998), “na organização social moderna caracterizada pelo desenvolvimento do Estado moderno e pela gestão política da sociedade, é importante pensar o sujeito afetado pela relação com o poder”. Assim, como ela, indagaremos pelo político, na tentativa de compreender as relações que envolvem sua discussão, pois pensar o político, como funcionamento, significa pensar discursivamente o político. Na sequência da reflexão, a discussão que Lagazzi-Rodrigues traz sobre o político refere-se à sua textualização: quais os gestos de interpretação que nos permitem determinar, na posição sujeito, o lugar do outro possível (LAGAZZI-RODRIGUES, 1998, p. 48).

A partir das contribuições acima acerca do discurso político, apresentamos a concepção de político que norteará este estudo, mais especificamente, ao defini-lo em relação

à história: a questão do político na linguagem e a relação do político com o discurso, o equívoco como funcionamento do político. Por fim, a especificidade do recorte político que contemplamos neste estudo: de política pública e assistencialista do e sobre o Programa Bolsa Família.

Para Pêcheux (1975), o político – o confronto do simbólico com o político – não está só no discurso político, mas está discursivamente presente em todo discurso (ORLANDI, 2012, p. 55), uma vez que os sentidos e os sujeitos são divididos e têm uma direção que não é indiferente à sua relação com a ideologia (ORLANDI, 2012, p. 55). O político se inscreve na divisão dos sujeitos e dos sentidos porque a nossa formação social é regida, pela diferença, pela divisão, pela dispersão. O político está no fato de que, como a sociedade é dividida, há, pois, uma divisão nos sentidos; eles não significam, com efeito, pelo mesmo, para todos, mas sim, pela diferença. Daí, o equívoco – a incompletude dos sentidos – como funcionamento do político. E o fato de ter um direcionamento, um sentido diferente constitui um fato político, e é essa concepção de político que alinharemos nosso estudo.

Nesse sentido, Orlandi (2012) considera o político como dissenso, relação de força que se simboliza, ou, em outras palavras, o político, para a autora, reside no fato de que os sentidos têm direções determinadas pela forma de organização social que se impõe às posições-sujeito que foram interpeladas. Não há forma de estar no discurso sem se constituir em uma posição-sujeito – posição-sujeito-Estado, posição-sujeito-beneficiário, posição-sujeito-jornalista – e sem, portanto, se inscrever em uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, é a projeção da ideologia no dizer dessas posições-sujeito.

Concordamos então com Orlandi (2012) ao afirmar que as relações ou lugares de poder dessas posições-sujeito são simbolizadas, e isso é o político. A análise do discurso trabalha, dessa maneira, sobre relações e lugares de poder simbolizadas em uma sociedade de lugares – o do Estado, o dos beneficiários, o dos jornalistas – e, por isso, essa passa a ser uma questão política.

Para essa estudiosa, todo discurso é um discurso de poder, à medida que todos os discursos pretendem, de algum modo, impor uma verdade a respeito de uma questão específica, no nosso caso, mostrar o discurso do e sobre o PBF. Aliás, o discurso político se destaca nesse particular porque explicita sua luta pelo poder. Não poderia ser diferente, pois a explicitação de seu desejo de poder é o próprio discurso. Como a sociedade é constituída por relações hierarquizadas, estas são relações de força sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’ (ORLANDI, 2001a, p. 40).

Assim, o discurso político é o discurso que, afetado pelo poder, diz das relações de forças e de sentidos que relacionam posições-sujeito sociais na conjuntura sócio-histórica em função do seu poder fazer nas condições de suas existência, em sua estabilidade e movimento (ORLANDI, 2012, p. 145).

Relações de força, porque o lugar a partir do qual essas posições-sujeito discursivizam é constitutivo do que elas dizem (ORLANDI, 2001a, p. 39). Nesse caso, o discurso político inscreve-se em um lugar de enunciação próprio, ou seja, é absolutamente legítimo quando ele parte, a exemplo, do executivo federal, na palavra do Presidente. Logo, é uma posição-sujeito já marcada, já significada, a posição-sujeito histórico-politicamente constituída que já o significa antes mesmo que ele o signifique.

Já as relações imaginárias são simbolizadas pelos lugares de poder, uma vez que essas posições-sujeito se significam politicamente; discursivizam com interlocutores sociais diferenciados – pesquisadores, economistas, professores, por exemplo. O locutor principal, no caso da Lei e do Decreto, é o Estado, e o objeto é o Programa de Transferência de Renda Bolsa Família.

O objeto desse discurso se significa na sua relação entre o Estado e os beneficiários, ou seja, para a posição-sujeito-beneficiário, produto da relação de exclusão do capital, que vive a experiência da desigualdade, da diferença, do não ter. Inscreve-se, portanto, na conjuntura social e histórica, em que, como sujeitos, produz sua experiência, como parte de um processo político. São os sujeitos sociais, politicamente significados e capazes de significarem nos confrontos entre o político e o simbólico.

E a linguagem? A linguagem funciona como mediação necessária entre o sujeito e a realidade social. A linguagem é uma prática significativa, e pensamos a relação da linguagem com a sociedade e o Estado. A linguagem significa as relações sociais e está presente na própria constituição e funcionamento da sociedade.

Não há, com efeito, linguagem que não se confronte com o político, uma vez que a relação linguagem/política é de constituição mútua. É certo, então, que a linguagem, com sua materialidade, funciona como uma mediação necessária entre as posições-sujeito e a realidade social e é, nesse sentido, um trabalho, uma prática que se relaciona com as práticas sociais em geral. Como tal, ela exerce a mediação entre essas posições-sujeito e a realidade (ORLANDI, 2012, p. 152).

Mas, para significar, recorreremos à língua a qual se inscreve na conjuntura sócio-histórica para fazer sentido. A língua, sujeita a falhas (divisão), produz a discursividade a qual, por sua vez, se caracteriza pelo fato de que os sujeitos, em suas posições, e os sentidos

constituem-se pela sua inserção em diferentes formações discursivas (ORLANDI, 2012, p. 152). Nesse sentido, a língua é relativamente independente; “o simbólico afeta o real da história; o sujeito recebe afetação pelo real da língua e pelo real da história, descontrolando-se” (ORLANDI, 2000, p. 19-20). A forma como a língua é mobilizada para produzir sentidos, na conjuntura sócio-histórica, já assinala uma orientação no discurso político. O sentido está, pois, na materialidade discursiva, no fato de que a língua, para significar, tem de se inscrever nessa conjuntura.

Daí, a relação da língua com as posições-sujeito passa a ser da produção da significação, ou seja, incide sobre a relação da língua (sujeita a equívocos) com a história na constituição dos sentidos e dos sujeitos. Inscreve-se, portanto, no confronto do simbólico com o político (ORLANDI, 2012, p. 157). O discurso nos mostra como a língua se articula na produção dos sentidos e dos sujeitos. Não há, por isso, possibilidade de haver sentido que não resulte de um confronto do simbólico com o político. Nesse caso, pensamos, pois, o político, discursivamente, como o fato de que os sentidos são divididos e dependem das condições de sua produção.

Diante do exposto, dado que há um discurso político, de que político discursivizamos? O discurso de política pública e assistencialista no Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, recorte de nosso estudo.

A questão posta para as políticas públicas, conforme Rodrigues-Alcalá e Orlandi (2004, p. 15), é a de promoção de mecanismos que permitam criar o espaço público como instância mediadora que permita juntar e separar as pessoas, prevenindo que tropecem umas nas outras, instituindo o bem-estar como bem comum que possa ser associado ao estar-junto. A esse respeito, as autoras observam que as políticas públicas se inscrevem em uma tensa relação entre o mesmo e o diferente, a fim de construir um espaço de sociabilidade, no qual as diferenças sejam minimizadas. Sobre isso, ainda, Orlandi (2010b, p. 11) observa que não são evidentes os sentidos de políticas públicas quando se toma a perspectiva discursiva, mas lembra que política deve ser entendida aqui como “a arte de pensar pelo outro” – o povo (o público) –, ou seja, “em termos discursivos praticar o pensamento político é situar-se lá onde os sentidos se repartem”, se dividem, se dão a ler.

Em que isso pese, o Estado é responsável por incluir o sujeito por meio de políticas públicas, o que será afetado pelo imaginário de um espaço coletivo homogêneo e simétrico no qual a cada um é assegurada, pelos instrumentos de fabricação do consenso, a condição de bem-estar social.

Para tanto, é preciso definir a nossa compreensão de discurso de políticas públicas como aquele que discursiviza acerca do Estado em ação, no sentido de promover mecanismos de sociabilidade que permitam atender às demandas dos sujeitos na diferença. É o que se diz da ação do poder público, a exemplo, por meio do Programa Bolsa Família, voltado para setores específicos da sociedade, *unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza com renda mensal por pessoa, atualmente de R\$ 70,01 a R\$140,00*. Isto posto, trataremos aqui do discurso de políticas públicas como aquele que é inerente ao Estado, uma vez que tem uma função política: responder às demandas de setores vulneráveis da sociedade, no caso, *unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza*.

Nesses termos, o Programa Bolsa Família é uma política pública de responsabilidade do Estado – uma forma de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social. Pensando em termos concretos, o Programa Bolsa se insere no contexto de um Estado de inspiração neoliberal (CATANI, 2011), entendido de maneira ampla, sem se considerarem definições mais apuradas do que seria este Estado: se democrático liberal, se social democrático, por exemplo.

E o discurso assistencialista? É uma prática política que defende a assistência aos mais carentes da sociedade. Prática baseada no conceito de assistência, obrigação que contraem os governos com seus cidadãos por meio de uma constituição pela qual se assinala o caráter de dignidade de todo ser humano sem distinções de tipo algum e pela qual o governo há de assisti-los no que se refere à subsistência mínima básica, como no caso, em espécie, pondo à disposição das *unidades familiares* uma quantia em dinheiro por meio de medidas como o Programa de Transferência de Renda Mínima no PBF.

O discurso assistencialista caracteriza-se, com efeito, pela ajuda momentânea, filantrópica, pontual. Tal prática até poderia transformar a realidade social das comunidades mais pobres, pois atende apenas às necessidades individuais, e a ajuda é feita por meio de doações. Um dos problemas suscitados pelo assistencialismo é a conservação da situação de carência das camadas marginalizadas por finalidades político-econômicas, visto que, por ser uma prática de doação, é ótimo meio de construção de uma imagem favorável dos doadores em relação a certos públicos (principalmente os mais desinformados), no caso, *as unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza*.

A política assistencialista é, com efeito, paternalista, populista. Esquiva-se do papel social do Estado, passando a ser de interesse do partido/do grupo de poder. Dessa forma, referir-se-ia, ainda, a uma política de inclusão sustentada pelo discurso assistencialista e a falha do Estado como estruturante desse funcionamento social.



Todas essas alternativas se esgotam no discurso da inclusão das unidades familiares para adequá-las às formas de dominação da cultura, do conhecimento, ou da classe social, visando inserir o não inserido, para melhor conformá-las às novas formas do controle. E este é um discurso que, além de descaracterizar as necessidades reais dos movimentos da sociedade e de seus sujeitos, pode impedir o confronto entre o real de nossa sociedade e as relações que se dão entre os sujeitos individualizados que a constituem, e que já têm outra forma, outras necessidades. As relações sociais comunitarizam-se e são submetidas ao assistencialismo: nesse sentido, o discurso de políticas públicas se pode limitar como lugar de assistencialismo, no interior da ideologia neoliberal.

## **2.3 Conceitos fundamentais**

Para os propósitos deste estudo, os conceitos de efeito de sentido, interdiscurso (memória e esquecimento), intradiscurso (enunciação) e condições de produção compõem o dispositivo teórico apresentado.

### **2.3.1 Efeito de sentido**

As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos, e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí, a definição de discurso: o discurso é efeito de sentido entre interlocutores (PÊCHEUX, 1969). É o efeito produzido pela inscrição da língua na história, regida pelo mecanismo ideológico (ORLANDI, 2001b, p. 63). Faz parte, então, da noção de discurso, a noção de sentido entre sujeitos em interlocução, o lugar histórico-social em que os sujeitos enunciadores de determinado discurso se encontram, o contexto e a situação.

Na Análise do Discurso, busca-se a compreensão de como um objeto simbólico (texto, enunciado) produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos (ORLANDI, 2001a, p. 26), ou melhor dizendo: procura-se compreender a língua fazendo sentido, como trabalho simbólico, parte do trabalho social geral constitutivo do sujeito e da sua história (ORLANDI, 2001a, p. 15). Assim, podemos compreender a capacidade de o homem significar e significar-se, ou, mais especificamente, entender as maneiras de

significar. Dessa forma, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem.

Esses sentidos não são imanentes e não estão igualmente só nas palavras, nos textos, mas na relação com o que está fora da materialidade linguística, nas condições em que eles são produzidos que não dependem só das intenções dos sujeitos (ORLANDI, 2001a, p. 30), pois são produzidos em função dos lugares ocupados em interlocução. A exemplo, as palavras *pobreza* e *família* apresentam deslocamentos de sentido, dado o lugar socioideológico daqueles que as utilizam.

Assim, o sentido de uma dada palavra, de uma expressão ou uma proposição não existe por ele mesmo. Pelo contrário, é determinado pela posição ideológica na qual é colocado em jogo no processo sócio-histórico, durante a sua produção, pois o efeito de sentido não seria o sentido de uma palavra, mas de um conjunto de palavras que estariam em relação metafórica, polissêmica, enfim, de palavras no discurso.

O que é dito, então, segundo Pêcheux (1969), são efeitos de sentido, produzidos em condições determinadas, e que estariam, de alguma forma, presentes no modo como se diz. Seria uma pista a seguir para compreender os sentidos produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esse sentido tem a ver com o que é dito ali, mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito e com o que poderia ser dito e não foi. Aqui, convém observar a relação do que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar a presença do não dito no que é dito: presença produzida por uma ausência necessária (ORLANDI, 2001b, p. 60). Assim, o analista, segundo Orlandi, poderá mostrar como se produzem os efeitos de sentido, ao ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz, mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.

### **2.3.2 Memória discursiva**

Para entendermos os efeitos de sentido, convém recorrermos a outros sentidos já fixados na memória discursiva que se inscrevem no acontecimento presente. Diante disso, consideremos a contribuição de Pêcheux (1999, p. 52):

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Aqui, a memória discursiva é definida como aquilo que, diante de um texto, surge como acontecimento a ler, com o objetivo de mostrar os sentidos implícitos que a leitura requer para tornar o texto compreensível. A memória discursiva é uma memória que abrange muitos sujeitos (daí coletiva) e está ligada às condições sócio-históricas de produção dos discursos que participam da elaboração e da circulação de textos de sujeitos que estão socialmente inscritos. Coletiva, porque, quando reconstrói o passado, fala do presente, ou seja, um acontecimento histórico como parte da rede de memória em um espaço móvel de deslocamentos, de retomadas, de conflitos, de réplica e de polêmicas a que se filiam posições-sujeito diferentes.

Na produção do discurso, a memória tem papel fundamental, sendo tratada pelos estudiosos como interdiscurso (PÊCHEUX, 1997, p. 162; ORLANDI, 2001a, p. 31). Pêcheux (1997, p. 163) propõe chamar de interdiscurso “todo complexo com dominante”, porque, na aparente transparência do que é dito, inscreve-se um não dito que fala antes em outro lugar e se subordina a dizeres outros. A isso Orlandi (2001, p. 31) chama de memória discursiva – o saber discursivo.

O interdiscurso apresenta uma forma dupla – as articulações e o pré-construído – que determina o sujeito, segundo Pêcheux (1997, p. 164). Esse último corresponde ao sempre já aí, ao que todo sujeito sabe, ao já conhecido, ao que está no domínio do saber. Já aquele constitui o sujeito em sua relação com o sentido que provém da linearização ou sintagmatização do discurso-transverso no eixo do que Pêcheux (1997, p. 166) designa intradiscurso, ou seja, o funcionamento do próprio discurso com relação a si mesmo – o que é dito agora, com relação ao dito antes e ao que será dito depois (PÊCHEUX, 1997, p. 166). A ideia de funcionamento supõe a produção efetiva de uma sequência discursiva concreta, ou, mais ainda – a articulação do que é da ordem da língua (o sistema) e do que deriva de sua historicidade, o que está sujeito a equívoco, a falhas.

Ao deslocar a relação interdiscurso e intradiscurso num eixo cartesiano (COURTINE, 2006), o interdiscurso – o eixo da constituição – corresponde à dimensão vertical e estratificada; em contrapartida, o intradiscurso – a dimensão horizontal – corresponde ao eixo da formulação, da linearização do que é dito pelos sujeitos. Assim, todo dizer – o intradiscurso – é perpassado pela memória discursiva, o interdiscurso, que

disponibiliza dizeres já ditos por alguém, em algum lugar e em outros momentos já feitos e esquecidos; é o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. A relação do intradiscurso com o interdiscurso é que remete o dizer do sujeito ao Outro constitutivo (o interdiscurso: a memória do sentido/o que é repetível).

O saber discursivo – o que foi dito antes – movimentava todo dizer e ressurgia sob a forma do já conhecido pelo sujeito, porque o que é dito em outro lugar também significa nas nossas palavras. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada: no caso em estudo, tudo o que já foi dito sobre o Programa Bolsa Família, todos os dizeres dos políticos e da mídia sobre esse programa, bem como os sentidos de política. Todos os efeitos já ditos por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre o que já foi dito sobre o PBF. Então, a observação do interdiscurso nos permite remeter um dado dizer (o que foi dito acerca do PBF, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando, inclusive, seus desdobramentos e seus compromissos políticos, pois (o interdiscurso) se constitui de um complexo de Formações Discursivas, ligadas entre si, como veremos em seguida.

A formulação está determinada pela relação que os sujeitos estabelecem com o interdiscurso. O enunciado *Lula clona programas de FHC* (Estado de Minas, 10/06/2006), por exemplo, é composto pela sua formulação e também pela sua historicidade, pelo saber discursivo que se foi constituindo ao longo da história e produzindo dizeres, pela memória que tornou possível esse dizer, para esses sujeitos, num determinado momento e que representa o eixo de sua constituição (interdiscurso).

A constituição determina a formulação, porque só podemos dizer (formular) se nos colocarmos na perspectiva do dizível (interdiscurso, memória). Todo dizer, segundo Orlandi (2001a, p. 33), na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é desse jogo que os locutores tiram seus sentidos.

Paralelamente, é também o interdiscurso, a historicidade, que determina aquilo que da situação e das condições de produção é relevante para a discursividade. Pelo funcionamento do interdiscurso, suprime-se, por assim dizer, a exterioridade como tal, para inscrevê-la no interior da textualidade.

Segundo Orlandi (2001b, p. 90), há um longo percurso entre o interdiscurso (memória do dizer), o nível de constituição do discurso, e o texto (intradiscurso), nível de sua formulação – ordem das palavras, repetições, relações de sentido, paráfrases que diluem a

linearidade, mostrando que há outros discursos no discurso e que os limites são difusos, passando por mediações, por transformações: relação obrigatória ao imaginário.

A AD se propõe construir escutas que permitam levar em conta os efeitos de sentido e explicitar a relação com esse saber que não se aprende, não se ensina, mas produz seus efeitos. Dessa maneira, convém observar o que é dito em um discurso – na Lei, no Decreto, por exemplo – e o que é dito em outro, pelos beneficiários, pelos jornais, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária (ORLANDI 2001a, p. 34). O interdiscurso mobiliza as relações de sentido. Além disso, é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento, ao longo do dizer.

### 2.3.3 Esquecimentos

Há um discurso que se impõe aos sujeitos sem pedir licença, inscrito na memória e, por isso, é determinante do sujeito-falante e do seu dizer; Pêcheux (1997, p. 137) caracteriza esse sujeito-falante por dois tipos de esquecimentos.

Primeiro de tudo: o Esquecimento nº 2 que caracteriza o “sistema pré-consciente – consciente” (PÊCHEUX, 1997, p. 137), dominado pela enunciação. Aqui, o sujeito-falante, porque está inserido no interior de uma formação discursiva dada, seria motivado por um sistema de escolhas entre tantas relações de paráfrase. Apesar de fazer uma escolha que poderia não ser consciente, outras tantas estariam disponíveis no sistema da língua para falar de uma mesma coisa. Essa aparente pré-consciência ocasiona o que Orlandi (2001a, p. 34) chamou de ilusão referencial – a crença de que há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo –, uma ilusão à qual tudo o que o sujeito-falante diz se relaciona a apenas um significado que seria captado pelo seu interlocutor. Tal sujeito, ao retomar o já dito, acredita que sabe e controla o que é enunciado por ele.

Quanto ao Esquecimento nº 1, “o sistema inconsciente” (PÊCHEUX, 1997, p. 173), diz-se que é dominado pela ideologia. A esse respeito, o sujeito-falante não teria controle sobre o sentido. Ele teria apenas a ilusão de que é o criador absoluto do seu discurso – “o sonho adâmico” – (ORLANDI, 2001a, p. 35), a origem do sentido, apagando tudo que remeta ao exterior de sua formação discursiva e aos sentidos pré-existentes, em algum lugar, por outros sujeitos-falantes, como se eles se originassem em nós. É assim que, na dualidade

sujeito x sentido, se movem, ressignificam em outros lugares, em outros sujeitos e, como resultado, o sentido das palavras não existe em si mesmo, mas, pelo contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras, expressões e proposições são reproduzidas para ressignificar o sujeito-falante, conforme posições sustentadas por aqueles que as utilizam.

### 2.3.4 Formações discursivas

A compreensão do processo de produção de sentidos se sustenta na noção de Formação Discursiva (FD). Muito embora essa seja uma noção, muitas vezes, bastante tensa e questionada devido à falta de uniformidade teórica para a sua definição, pretendemos inserir tal discussão, neste trabalho, por considerá-la pertinente nas pesquisas sobre discurso. Para tanto, consideraremos, inicialmente, como essa noção foi discutida por Foucault (1969), com o propósito de contrastá-la com as formulações de Pêcheux (1997), Orlandi (2001 a) e Indursky (1997). Aqui, fazemos a escolha teórica que norteia este estudo.

A noção de formação discursiva foi introduzida por Foucault e reformulada por Pêcheux no quadro da Análise do Discurso. Devido a essa dupla paternidade, já de início, apresenta-se num quadro de instabilidades.

Foucault (1996), em *A Arqueologia do Saber*, define formação discursiva como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica e geográfica ou linguística, dada as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1969/1971, p. 153).

Aqui, a noção de FD se estabelece a partir de regularidades (regras de formação) – da ordem da substância –, do tipo “ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações, que determinam sua homogeneidade e seu fechamento” (FOUCAULT, 1969/1971, p. 51).

As regras de formação são concebidas como instrumentos de controle, uma vez que podem determinar o que é próprio de uma formação discursiva e aquilo que vem de outros lugares – de outras formações discursivas. No momento em que uma formação discursiva é invadida por outras – oriundas de saberes inscritos em outras épocas e em outros espaços –, instauram-se relações de confronto e de alianças, segundo Foucault, a partir de posicionamentos enunciativos diferentes.

Como resultado, se se concebe uma FD como um espaço atravessado por outras FDs, aquela deixa de ser concebida como um espaço de regularidades e unidade, abrindo-se para a transformação: o espaço da dispersão, a segunda ordem em que se inscreveria a noção de FD. Nessa perspectiva, a intenção de Foucault (1971) fora a de libertar o discurso do olhar puramente linguístico, como uma proposição ou como algo dotado de gramaticalidade. O que interessa seria tratá-lo como uma prática que se inscreve em uma historicidade, em um acontecimento, sem as amarras da homogeneidade e do fechamento.

Em Pêcheux (1997, p. 160), o conceito de FD surge como “aquilo que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa), a partir de uma posição dada na conjuntura social”. Em outro momento, Pêcheux e Fuchs (1990, p. 166) acrescentam que:

a espécie discursiva pertence ao gênero ideológico, o que é o mesmo que dizer que as formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito, a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico.

Notemos que, diferentemente de Foucault, a noção de FD aparece interligada à noção de ideologia, dado o caráter de inseparabilidade de ambas – uma relação intrínseca. Interessa observar que, nessa relação, a figura do sujeito também é convocada para formular a noção de FD, quando, por exemplo, Pêcheux (1971, p. 161) nos fala que “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso), pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Em poucas palavras, ideologia e sujeito surgem, dessa forma, como relevantes para a materialização da formação discursiva.

Se a formação discursiva é entendida por aquilo que pode e deve ser dito pelo sujeito, tem seus saberes regulados pela forma-sujeito – o ‘sujeito do discurso’ (PÊCHEUX, 1997, p. 163). A explicação para essas noções de sujeito podem ser formuladas quando Pêcheux (1997, p. 172) nos fala de tomada de posição:

A tomada de posição resulta de um retorno do ‘Sujeito’ no sujeito, de modo que a não coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele ‘toma consciência’ e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus ‘semelhantes’ e com o ‘Sujeito’. O ‘desdobramento’ do sujeito – como ‘tomada de consciência’ de seus ‘objetos’ – é uma reduplicação da identificação.

Essa tomada de posição é o momento em qual o sujeito toma iniciativas, responsabilizando-se pelo seu dizer. O sujeito do discurso, no momento em que resolve tomar uma posição-Sujeito, pode identificar-se com seus semelhantes e com o Sujeito, reduplicando sua identificação com a forma-sujeito a qual determina o que pode ou não ser dito no interior de uma formação discursiva. Assim, não há espaço para o sujeito outro e, por conseguinte, o sentido outro, uma vez que o sujeito se identifica com a forma sujeito a qual é responsável pelo modo como os sentidos se organizam na formação discursiva.

Muito embora se inscreva aqui um sujeito unitário e a formação discursiva como homogênea, logo que Pêcheux (1997, p. 215) nos fala das modalidades da tomada de posição, inscreve-se um sujeito dividido, desdobrado em relação a ele mesmo, o que refletirá no que pode ou não ser dito na formação discursiva que representa, na linguagem, as formações ideológicas que lhe são correspondentes. Observamos, então, as modalidades de tomada de posição.

Para começar, na ‘primeira modalidade’, há a superposição entre o sujeito do discurso (sujeito da enunciação) e a forma-sujeito (sujeito universal). Essa superposição caracteriza o discurso do ‘bom sujeito’, momento pelo qual se inscreve a política de identificação, de consenso do sujeito do discurso com a forma-sujeito da FD que afetaria o sujeito.

Em segundo lugar, a segunda modalidade caracteriza o discurso do ‘mau sujeito’ que “se contraidentifica com a formação discursiva que lhe é imposta pelo ‘interdiscurso’ (PÊCHEUX, 1997, p. 215). Aqui, a dúvida, o questionamento e a revolta se instauram no momento em que o sujeito do discurso, ao tomar outra posição, se contraidentifica com a forma-sujeito, ou seja, o sujeito do discurso não se identifica com a FD que o afeta, com os saberes da forma-sujeito, inscrevendo-se, assim, no discurso – o outro, a alteridade e, como resultado, uma FD heterogênea.

Finalmente, Pêcheux (1975) apresenta uma terceira modalidade, a desidentificação, momento em que o sujeito do discurso se desidentifica com a FD e com a forma sujeito correspondente, para se inscrever em uma outra FD e sua respectiva forma-sujeito.

Diante do exposto, interessa-nos, neste estudo, recorrer à primeira e à segunda modalidades, com o objetivo de verificar, por um lado, como se inscreve no *corpus* de estudo a política do consenso, por exemplo, no discurso das famílias beneficiárias. Por outro, a política do dissenso, da divergência de opiniões acerca do Programa de Transferência de



Rendas, no domínio do discurso jornalístico. É, pois, sobre a identificação e a contraidentificação que alinharemos a nossa análise.

Ao falar de formação discursiva, Orlandi (2001a) considera essa noção como básica, mas também como polêmica. A autora reforça a ideia de que o sentido não existe em si, uma vez que é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. Depois de apontar a formação ideológica como uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, caracteriza a formação discursiva como aquilo que, numa formação ideológica, determina “o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1969, p. 49).

A noção de formação discursiva é inseparável da noção de formação ideológica e é segundo as posições dos sujeitos, que os sentidos se manifestam. Assim, as palavras não têm um sentido nelas mesmas; seus sentidos são derivados das formações discursivas em que se inscrevem.

Além dessa, há uma outra contribuição da autora quando lembra que as formações discursivas não são territórios fechados e estabilizados, mas, pelo contrário, são atravessadas pela diferença, pela contradição e pelo movimento, o que as aproxima da contraidentificação de que nos fala Pêcheux (1997) e abre espaço a diferentes posições de sujeito, não somente para o semelhante, como também para o diferente, o contraditório, o ambíguo, determinando, dessa maneira, FDs heterogêneas. Isso justifica dizer que as FDs são dominadas pelo interdiscurso (ORLANDI, 2001a, p. 44).

Indursky (2007), para propor a sua formulação de FD, retoma Pêcheux (1997, p. 301): “não há ritual sem falhas, enfraquecimento e brechas”. Na formulação de Indursky (2007, p. 170), a FD resulta do encontro do sujeito do discurso com a linguagem e a história. É do encontro entre sujeito, história e linguagem que vai ser possível estabelecer as diferentes posições-sujeito e inscrevê-las no interior de uma ou mais FDs: este é, segundo a autora, o gesto inaugural e metodológico de uma pesquisa que pretende mobilizar a noção de FD.

### 2.3.5 Condições de produção

O discurso deve ser concebido como funcionamento que não se limita somente ao linguístico, mas também avança até o lugar social ocupado pelos sujeitos discursivos e pelo objeto do discurso – mecanismo a que Pêcheux (1969, p. 16) chama de condições de produção do discurso, isto é, a relação do discurso com a exterioridade.

A exterioridade inclui, aqui, não somente os fatores da situação imediata ou situação de enunciação – o aqui e o agora do dizer (contexto de situação no sentido estrito) –, mas também os fatores do contexto sócio-histórico e ideológico (contexto de situação no sentido lato). No nosso caso, o contexto imediato seria onde e por quem os textos foram produzidos, os sujeitos que os enunciam e os assinam (políticos, jornalistas, beneficiários). Seria, também, o jogo de imagens que é construído: de que modo os jornais representam os beneficiários do PBF e o Estado? Que imagem o jornal faz da Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e do Decreto n. 5. 209, de 17 de setembro de 2004? Que imagens os beneficiários fazem deles mesmos, do Estado e do PBF?

O contexto amplo envolveria a história, a produção do acontecimento que afeta os sujeitos em suas posições políticas (ORLANDI, 2001a, p. 31). É aquele que traz para o sentido elementos referentes à conjuntura sócio-histórica na qual circunscreve o PBF.

#### 2.3.5.1 Contexto de emergência do Programa de Transferência de Renda

Para caracterizarmos esse último contexto, reportamo-nos às condições de produção em que se inscrevem o PBF: O Capitalismo e o Neoliberalismo, procurando fazer parte de seu inventário temático, uma vez que, ao garantir renda aos beneficiários, busca movimentar o mercado. Mais especificamente, à década de 1970, na qual a discussão em pauta era a falência do Estado de Bem-estar Social, também chamado *Welfare State*<sup>4</sup> (DEMO, 2002) e a consequente substituição do modelo econômico intervencionista pelo projeto Neoliberal, sendo as parcerias público-privadas uma de suas características principais.

---

<sup>4</sup> *Welfare State*: “Política social de caráter universalizado, abrangente, baseada na cidadania, de compromisso governamental com aumento de recurso para a expansão de benefícios sociais” [...] “Um amplo sistema de bem-estar e de comprometimento estatal como o crescimento econômico e pleno emprego” (BEHRING; BOSCHETTE, 2006, p. 92).

Para Catani (2011), o Capitalismo designa o sistema socioeconômico caracterizado pela propriedade privada dos principais meios de produção e pela liberdade dos indivíduos para realizar contratos que objetivam regular seus próprios interesses.

No modo de produção capitalista, em geral, as classes se relacionam, segundo ele, pela posse ou carência de meios de produção e pela contratação livre do trabalho, e a atividade econômica se orienta para a rentabilidade ou a obtenção de benefícios num regime livre no qual o Estado intervém minimamente.

O elemento principal do sistema capitalista é o mercado e a livre concorrência. Igualmente, a lei da oferta e da procura pelas quais o mercado regulariza os preços e as retribuições de todos aqueles que interferem no processo de produção e distribuição. O Estado atua também como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações capitalistas em seu conjunto, e não especificamente a serviço dos interesses do capital, muito embora reconheça a dominação deste nas relações de classe.

Com efeito, o que caracteriza o capitalismo é a compra e a venda da força de trabalho, ou melhor, a relação entre proprietários dos meios de produção e proprietários da força de trabalho, na qual o homem se torna uma mercadoria (ORLANDI, 2012, p. 216).

Com o avanço do Neoliberalismo, acredita-se que se tem um dos tipos mais selvagens de Capitalismo, no qual se prega o ‘Estado Mínimo’ (HARVEY, 2012, p. 12) e a supremacia do mercado que, segundo a teoria neoliberal, seria capaz de resolver os problemas por si próprios, sem necessidade de intervenção do Estado. Para Harvey (2012), o projeto neoliberal é, em primeiro lugar, uma teoria das práticas político-econômicas cujo objetivo é propor que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado, segundo ele, é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado deve garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer, entre outras coisas, o funcionamento dos mercados. Mas o Estado, para Harvey, não deve ir além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo, com essa teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para atender pontualmente os sinais do mercado.

No modo econômico neoliberal, o Estado oferece, então, o mínimo necessário – o que agrava as desigualdades sociais –, ao mesmo tempo em que intensifica o contraste de acesso universal garantido por lei. Só tem acesso aos serviços quem pode comprá-los no mercado. Os serviços, a exemplo, de saúde e de educação, são assim transformados em objeto

de consumo do mercado. Dessa forma, eliminam o direito universal de acesso a serviços essenciais, e ações focalizadas são direcionadas para os segmentos mais carentes. Com isso, o acesso a esses serviços saem da responsabilidade do Estado, e passam a ser vistos como uma fonte de acumulação para os capitalistas. Com efeito, os efeitos são amenizados, mas nunca se resolvem as causas, uma vez que essa situação alimenta os interesses do capital; aliás, atacar as causas seria atacar a si mesmo, o que colocaria em questão a sua existência.

Do ponto de vista econômico, Carvalho (2004) aponta, à década de 70, para um conjunto de valores cuja função é orientar as políticas econômicas a serem implantadas, a fim de estabelecer um campo de ideias-força inflexível, difícil de ser rompido, capaz de se sobrepor às políticas vigentes, muito embora sinalize um paradigma flexível e elástico que pode abrigar problemas complexos e peculiares das economias latino-americanas e políticas econômicas variadas, a exemplo: liberdade cambial; proteção social tratada como questão individual; fim da microeconomia, independência e autonomia das instâncias públicas; privatizações do setor público produtivo estatal; defesa da liberdade de circulação de capital e da livre conversibilidade das moedas.

Aliás, Carvalho (2004), no que diz respeito, ainda, ao modo econômico neoliberal, afirma que esse projeto convive com uma enorme diversidade de políticas e opera em favor dos grupos detentores do capital, apresentando-se, por isso, como um modelo antiestatal, apesar de ser dependente dele para ser implantado e gerido.

Para o qualificativo *neo*, o autor lembra que ele se justifica, porque deixa de ser uma proposição teórica e assume um paradigma de política econômica, iniciado no Chile, quando, em 1975, o governo de Augusto Pinochet garantiu um terreno fértil à ideologia Neoliberal formulada na Universidade de Chicago.

Ele afirma, ainda, que a introdução do programa econômico Neoliberal no Chile inaugurou o caminho para outros países da América Latina e para o mundo. Isso foi seguido pelos governos de Margaret Thatcher (1979-1985) na Inglaterra e de Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos, especificamente, nos anos de 1979 e 1980, respectivamente. Igualmente, novas feições econômicas delineavam-se na Europa nos anos 1980, propostas por François Mitterrand na França, Felipe Gonzáles na Espanha, Raul Soares em Portugal; novos governos no leste europeu e na Rússia, a partir de 1991, e na Europa Ocidental, a partir de 1992; na América Latina, a partir do final dos anos 1980, a exemplo: O Partido Revolucionário Institucional (PRI) mexicano, Carlos Saúl Menem Akil na Argentina, Alberto Fujimori no Peru. A partir desses epicentros, uma doutrina particular que respondia pelo nome de neoliberalismo passou a ser a diretriz central do pensamento e da administração

econômica. Todos, de alguma forma, sinalizaram o avanço do Neoliberalismo, capaz de converter forças que sempre lhe fizeram oposição ou que conseguem eleger-se e legitimar-se, criticando-o de forma agressiva.

Para Comblin (2000), a introdução do projeto neoliberal brasileiro ocorreu a partir da década de 1990. Ao combater o Estado intervencionista, o referido projeto pautou-se pelo desmonte do Estado brasileiro, à medida que este representava uma ‘máquina pesada’. Dessa forma, privatizações do patrimônio público foram feitas como forma de inserir o Brasil no contexto mundial globalizado. Nos países desenvolvidos, a ideologia neoliberal é chamada de ‘globalização’ e, na América Latina, o programa neoliberal se apresentou como ‘ajuste’ ou ‘reajuste’.

Com efeito, o neoliberalismo tornou-se hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo. O processo de Neoliberalização no mercado abalou formas tradicionais de soberania do Estado, assim como das divisões do trabalho, das relações sociais, da democratização do bem-estar social. Intensificou o desemprego e a vulnerabilidade, o que agravou a situação dos trabalhadores e de seus familiares, causando rupturas profundas nos segmentos sociais. Com efeito, ele sustenta que o bem social é maximizado se se maximizarem o alcance e a frequência das transações de mercado procurando enquadrar todas as ações humanas – a exemplo, *comprar, poupar, guardar*, no domínio do mercado.

Na sociedade de mercado, a função de articulador simbólico dos vínculos sociais atribuída ao Estado se especifica pela função de administrador daquilo que se apresenta como novas tendências nas relações sociais: o Estado é responsável, dessa forma, por fazer incluir o sujeito no espaço urbano por meio de políticas públicas (ORLANDI, 2010).

Como consequência, segundo a teoria neoliberal, para criar a riqueza e melhorar o bem-estar da população em geral, as liberdades individuais devem ser garantidas pela liberdade de mercado e de comércio.

O mundo, capitalista, mergulhou na Neoliberalização como a resposta por meio de uma série de idas e vindas e de experimentos caóticos que, na verdade, só se convergiram como uma nova ortodoxia com a articulação, nos anos 1990, do que veio a ser considerado como o Consenso de Washington – de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital “empoderamento” e da restauração do poder das elites econômicas. Assim, o novo

capitalismo é caracterizado por uma intensa exploração da força de trabalho mundial, que é colocada em concorrência devido à abertura dos mercados.

Nesse contexto, o processo de constituição do Estado Assistencialista no Brasil (PORTO, 2005, p. 3) teve início devido às exigências neoliberais. Isso provocou a destituição da dimensão universal das políticas públicas em favor das compensatórias, com condição de sustentabilidade política exigida pelo ajuste socioeconômico.

Essa modalidade de intervenção consiste num mecanismo subjacente à crise global do Capitalismo, instaurada na década de 70, estando, portanto, vinculado aos interesses econômicos e políticos adotados pelos segmentos burgueses com vistas ao seu equacionamento.

O Estado Assistencialista no Brasil articula-se aos processos sociais impostos pela reação burguesa, materializados nas mudanças no mundo do trabalho e na intervenção do Estado. Tais mudanças envolveram, entre outras coisas, a liberalização dos mercados e o combate à pobreza.

Nesses termos, a constituição do Estado Assistencialista no Brasil pode ser considerada como o modo de regulação social integrante das políticas de ajuste neoliberal em vigor no contexto dos países latino-americanos. Dessa maneira, a intenção constitucional de promover a inclusão social de segmentos submetidos à condição de vulnerabilidade na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) acabou subjugada pelo ideário Neoliberal em vigor. Em que isso pese, segundo Porto (2005), a estratégia Neoliberal destituiu o viés universal que orientava até então o processo de implementação de políticas públicas, tornando-as focalizadas, descentralizadas e privatizadas. Com efeito, a focalização adquire destaque central no contexto das reformas neoliberais, implementadas nos programas sociais, inclusive no Brasil, consistindo em uma modalidade de intervenção à medida que transfere essa responsabilidade para o privado e/ou filantrópico, tendo por fundamento as políticas de ajuste neoliberal. Logo, assenta-se na inclusão marginal dos segmentos vulnerabilizados pela condição de pauperização em suas dimensões focalizada, descentralizada e privatizada, observa Porto.

Nesse contexto, é consenso entre estudiosos, como Carvalho (2004), Marques e Mendes (2006), afirmar a adesão do governo Lula à retórica neoliberal, apesar de ele mesmo fazer uma política de esquerda. As marcas neoliberais são denunciadas, segundo Carvalho, ao manter a mesma política econômica do governo anterior, o de Fernando Henrique Cardoso, ao encaminhar reformas institucionais de inspiração neoliberal, ao nomear economistas afinados com o neoliberalismo norte-americano para posições estratégicas no Ministério da Fazenda e

dos ministérios responsáveis pelas políticas sociais, além de afinar o seu discurso à ideologia neoliberal, apesar das muitas críticas aos paradigmas neoliberais, em virtude dos grandes abalos financeiros nos Estados Unidos entre os anos de 2001 e 2002 – memoráveis escândalos das quebras de *Enron*, companhia de energia estadunidense, e *Worldcom*, segunda maior provedora de serviços de telefonia de longa distância e de dados nos Estados Unidos.

A retórica pública do governo Lula, segundo Carvalho (2004), enquadra-se, cada vez mais, às bases do paradigma neoliberal, pois desaparecem da fala do governo temas próprios à esquerda, como, por exemplo, a disputa entre capital e trabalho. Sem modificar a base econômica devido aos compromissos com o capital financeiro, restou ao governo ampliar políticas sociais compensatórias, na esteira da lógica neoliberal de focalização de recursos, em detrimento da prestação universal desses serviços.

O melhor exemplo aqui, segundo Carvalho (2004), foi o Fome-Zero, cujo *slogan* – “O Brasil que come ajudando o Brasil que tem fome” – retira o direito de comer e de ter uma vida digna da responsabilidade do Estado e dos compromissos que orientam a política econômica. Tais direitos, para ele, passam para o campo da caridade, do auxílio mútuo entre os cidadãos, e a retórica é a de parcerias e de cooperação com o setor privado, com organizações da sociedade.

A principal característica das políticas públicas de proteção social no Brasil, de acordo com Carvalho (2004), é a incompatibilização entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem econômica internacional, os investimentos sociais do Estado e a garantia dos direitos sociais. Nesse sentido, o pensamento neoliberal, segundo ele, até concebe a necessidade de prestar ajuda aos pobres, mas possui enormes dificuldades em reconhecer as políticas públicas como um direito humano. Em função disso, fala-nos o autor que o princípio das políticas de proteção social obedece muito mais ao discurso humanitário e ao da filantropia: essa lógica, que subordinou políticas sociais aos ajustes econômicos e às regras de mercado, moldou para a política social brasileira um perfil despolitizado, privatizado e refilantropizado (CARVALHO, 2006).

É por isso que as intervenções estatais de combate à fome e à pobreza no Brasil se caracterizam, segundo o autor, pela timidez, precariedade e intermitência, não assegurando os direitos sociais básicos à população pobre. O modelo bismarckiano, baseado na contribuição individual e introduzido no Brasil, não chegou a ser totalmente institucionalizado. Atualmente, atravessa uma crise em decorrência da grande informalidade na economia. Para Carvalho (2004), uma das consequências desse tipo de política é que os benefícios das políticas públicas de proteção social ficam, geralmente, limitados à elite, ao invés de serem

generalizados às camadas mais desfavorecidas da sociedade. Em outras vezes, segundo o autor, as políticas sociais brasileiras são caracterizadas por um alto grau de seletividade, voltadas para situações extremas, muito focalizadas, direcionadas aos mais pobres dentre os pobres, apelando muito mais à ação humanitária e/ou solidária da sociedade do que ao provimento de políticas sociais por parte do Estado.

A esse respeito, Demo (2002, p. 4) sinaliza para o caráter ineficiente do Estado, que pode sempre conter a má vontade neoliberal, mas também refletir uma situação real; o Estado é superior ao cidadão: “aquele custa o que não vale a pena pagar pelo contribuinte”, porque os benefícios são pequenos e de baixíssima qualidade. É uma falácia, segundo ele, imaginar que, numa fase de Capitalismo competitivo e globalizado, seja possível difundir um novo Estado particularmente dedicado aos pobres e aos excluídos. É irreal, para ele, pensar em um Estado bem intencionado, pautado em um modelo neoliberal. Aqui, Demo (2002) alerta, ainda, que o Capitalismo é civilizável e explicita as pretensões assistenciais, pois essas somente se viabilizam dentro de uma visão funcional, ou seja, tentar ajustar o pobre ao sistema. A visão assistencialista de pobreza, ao lado de praticar um funcionalismo desumano, normaliza a situação de pobreza, fazendo-a dependente de favores alheios. Para o autor, o que pode curar a pobreza não são benefícios, mas a constituição de um sujeito social capaz de história própria, individual e coletiva.

No tocante às supostas intervenções do Estado brasileiro no campo das políticas sociais, em 2002, final do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (doravante FHC), o Governo Federal, como representante do Estado, criou diversos programas de transferência de renda com o propósito de atingir um número expressivo de cidadãos brasileiros: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Auxílio-Gás. Apesar de pautados em ganhos modestos, esses programas federais de transferência de renda mínima, praticados no contexto brasileiro, objetivavam minimizar os indicadores de pobreza no Brasil. Esse fato desencadeou um longo debate acerca das políticas sociais e das formas de proteção social assumidas, ao que parece, pelo Estado, na mídia.

O momento mais recente na implantação de programas de transferência monetária no Brasil situa-se no ano de 2003, início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando foi lançado o *Programa Fome-Zero* – carro-chefe da sua política social –, cuja proposta assegurava o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere “na promoção da segurança alimentar e nutricional, buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome”, segundo informações do site <[www.fomezero.gov.br/o-que](http://www.fomezero.gov.br/o-que)>.



O Fome-Zero, ao priorizar a temática da fome na agenda política do Brasil, com reflexos inclusive no cenário mundial, e reforçar a participação e a mobilização social, incorporou um conjunto de iniciativas e programas de transferência de renda do Governo Federal já existentes, dentre eles os programas supracitados do governo FHC.

No entanto, durante o ano de 2003, o Governo Federal passou a enfrentar problemas operacionais com esse programa, marcado por alguns problemas na execução, como, por exemplo, parâmetro de renda único que é substituído por dois (famílias com renda *per capita* inferior a R\$ 50,00/mês e famílias com renda entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00/mês), independentemente da presença de crianças (ROCHA, 2005, p. 153). Por isso, o governo Lula relançou, em outubro de 2003, a sua política social de transferência de renda com o Programa Bolsa-Família, o qual integrava as estratégias de política social do Fome-Zero. O PBF, inscrevendo-se no discurso do próprio Estado, congregava as muitas iniciativas de transferência de renda do Governo Federal e, além disso, redefinia os parâmetros de renda para a fixação dos limites das famílias beneficiadas, que voltavam a ser diferenciados.

A esse respeito, conforme delegado pela Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004a), e pelo Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004b), o PBF é um programa de transferência de renda diretamente às famílias, desde que atendidas as seguintes condicionalidades: manter as crianças e adolescentes em idade escolar frequentando a escola; cumprir as orientações básicas com a saúde, a exemplo, obedecendo ao calendário de vacinação para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal para as gestantes e mães em amamentação.

Esse programa objetiva beneficiar famílias em situação de pobreza, com renda mensal por pessoa, atualmente de R\$ 70,01 a R\$ 140,00, que possuem crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos – e extrema pobreza –, com renda mensal por pessoa de até R\$ 70,01, qualquer que seja a idade de seus membros, cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)<sup>5</sup>.

Os valores disponibilizados pelo Programa Bolsa Família variam de R\$ 22,00 a R\$ 200,00, conforme a renda mensal de cada pessoa da família e a quantidade de filhos – crianças e adolescentes de até 15 anos e de jovens de 16 e 17 anos – sendo, por isso, três os tipos de benefícios: o Básico, o Variável e o Variável Vinculado ao Adolescente. O primeiro de todos é de R\$ 68,00, pago às famílias consideradas extremamente pobres, aquelas com renda mensal de até R\$ 70,01 por pessoa, independentemente de terem ou não filhos. O

---

<sup>5</sup> Informações disponibilizadas no site <[http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o\\_programa\\_bolsa-familia/criterios-de-inclusão](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa-familia/criterios-de-inclusão)>, atualizado em 10/01/2013.

benefício Variável de R\$ 22,00 é pago às famílias pobres com renda mensal de até R\$ 140,00 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos. Aqui, cada família pode receber até três benefícios variáveis, ou seja, até R\$ 66,00. Já o último, o benefício Variável Vinculado ao Adolescente, é de R\$ 33,00, pago a todas as famílias do Programa que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos, desde que frequentem a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente, ou melhor, até R\$ 66,00.

Para isso, o cálculo acerca da renda familiar é feito a partir do somatório que todos os indivíduos da casa ganham mensalmente, incluindo salários e aposentadorias. O valor calculado é dividido pelo número de pessoas que vivem na casa, a fim de se obter a renda *per capita* da família. Assim, a situação sócio-econômica das famílias é determinada para efeito da administração do PBF a partir do critério de renda, com limites definidos e baseados em estudos desenvolvidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo Rocha (2005).

Para a implementação, gestão e fiscalização desse programa, que atende a mais de 11 milhões de famílias brasileiras em situação de pobreza, um modelo de gestão compartilhada entre a União, os estados e os municípios foi criado para atuar como parceiros corresponsáveis e, como consequência, garantir a efetividade e a transparência na implementação do programa, cuja proposta final visa assegurar que os benefícios, certamente, tenham, como destino, as famílias que se enquadrem nos critérios de beneficiários propostos pelo programa.

O discurso acerca dessa história política, em especial do PBF, implantado no governo Lula, é então o nosso objeto de estudo, pois pretendemos verificar os reflexos desse conjunto na ordem discursiva, a saber: no discurso político, no discurso jornalístico e no discurso dos sujeitos beneficiários do PBF. Isso porque, para nós, os discursos são marcados por enunciados e sentidos itinerantes que são o resultado do cruzamento entre diferentes práticas discursivas, uma vez que não partem de um único lugar, mas de vários lugares enunciativos, a exemplo, o político e o jornalístico.

## 2.4 O estado e as políticas públicas

Dado que o objetivo principal deste estudo é mostrar o discurso do e sobre o PBF, o qual se circunscreve na Política de Transferência de Renda no governo Lula, julgamos pertinente, neste ponto, definirmos o que é Estado, sua função e sua relação com as políticas públicas como o conjunto das atividades ou ações do Estado que, por serem definidas por lei, visam à execução de tarefas de interesse público, no caso, a criação do Programa Bolsa Família. No entanto, não nos limitaremos a apenas reiterar o discurso, o papel do Estado, mas também mostrar o quanto isso significa discursivamente, ou melhor, ao olharmos para a Lei e o Decreto que instituem o PBF, o que isso nos permite falar do Estado?

Primeiramente, política (*Politikós*), na perspectiva clássica, é um adjetivo que tem sua origem na palavra grega *pólis* e refere-se a tudo que diz respeito às coisas da cidade – ao urbano, ao público, ao civil e ao social.

Em Aristóteles, no séc. IV a.C., temos um tratado sobre o tema, intitulado *Política*. Nele, o autor se referia à política como a arte ou ciência do governo e apresentava uma tipologia sobre as diversas formas de governar a *pólis* (a cidade) (RODRIGUES, 2010).

Com o passar do tempo, esse conceito adquire nova significação e, aos poucos, já na era moderna, a ideia de política como a arte de governar a *pólis* desloca-se para se referir ao conjunto de atividades que fazem referência ao Estado.

Para Bobbio (1998, p. 154), “a política é entendida como forma de atividade ou de práxis humana”. Em outras palavras, política pressupõe a capacidade de uma pessoa ou grupo de pessoas exercerem algum tipo de controle sobre a população de um território.

No contexto das políticas públicas, a política é entendida como um “conjunto de procedimentos que expressam relações de poder e que se orienta à resolução de conflitos no que se refere aos bens públicos” (RODRIGUES, 2010, p. 13). Além disso, porque resultam da atividade política, exigiria várias ações destinadas a implementar os objetivos pretendidos e, por isso, envolveriam decisões e ações revestidas do poder público, do poder político, do Estado.

A palavra Estado, como ensina Azambuja (2004, p. 6), no sentido que é empregada hoje, é relativamente nova, pois os gregos, cujos Estados não ultrapassavam os limites da cidade, já usavam o termo *polis*, cidade. Daí veio política, a arte ou ciência de governar a cidade. Para o autor, os romanos, com o mesmo sentido, tinham *civitas* e

*republica*. Já em latim, *status* não possuía a significação que hoje recebe, mas a de situação, condição. Os romanos empregavam, também, igualmente e com frequência, a expressão *status reipublicae*, que designa a situação, a ordem permanente da coisa pública, dos negócios do Estado. Talvez daí, segundo Azambuja (2004, p. 7), pelo desuso do segundo termo, tiveram os escritores medievais empregado *Status* com a significação moderna. Mas, ainda muito posteriormente, na linguagem política e documentos públicos, o termo Estado se referia, de preferência, às três grandes classes que formavam a população dos países europeus – a nobreza, o clero e o povo –, os *Estados*, como eram abreviadamente designados. De modo geral, no entanto, podemos dizer que o termo Estado tem, aos poucos, entrada na terminologia política dos povos ocidentais, a saber: o *État* em francês, *Staat* em alemão, *State* em inglês, em italiano *Stato*, em português e espanhol *Estado*.

Bastos (2004, p. 42), ao falar do Estado, considera-o como uma espécie de sociedade política, ou seja, um tipo de sociedade criada a partir da vontade do homem e que objetiva a realização dos fins daquelas organizações mais amplas que o homem tivera necessidade de criar para enfrentar o desafio da natureza e das outras sociedades rivais. Em outras palavras, o Estado nasce, portanto, de um ato de vontade do homem que cede seus direitos ao Estado, em busca de proteção, para que este possa satisfazer suas necessidades, sempre tendo em vista a realização do bem comum dos cidadãos.

Se o Estado se denomina “sociedade política” (AZAMBUJA, 2004, p. 2), isso se justifica porque sua organização é marcada por normas, é hierarquizada na forma de governantes e governados e tem um fim comum – o bem público – o qual consiste, segundo Azambuja, em um regime de ordem, de coordenação de esforços e intercooperação organizada. Por isso, na nossa compreensão, o homem se deu conta de que o meio de realizar tal regime seria por meio da união de todos em um grupo específico, tendo por finalidade o bem público. Logo, o Estado seria uma forma de organização social, pois se constitui essencialmente de um grupo de indivíduos unidos e organizados para realizar um bem comum ou bem público.

O Estado, além de ser uma instituição social, é também uma instituição jurídica, com o poder de ditar normas. Eis aqui a primeira função do Estado: a de legislar. Ao legislar, o Estado institui (leis/decretos) comportamentos ao povo, com o objetivo de proporcionar a convivência harmônica e pacífica de todos. Outra função do Estado é a de executar normas (leis), fazer com que elas sejam cumpridas. Além de legislar e de pôr em execução suas normas, cabe ao Estado julgar as infrações a essas normas. No caso do Programa Bolsa Família, a quebra de condicionalidades. O Estado visa manter a sua ordem interna e o faz

através do poder judiciário, que objetiva julgar as violações às normas, exercendo, assim, um poder coercitivo sobre a sociedade.

O Estado também assume uma função administrativa que se desdobra em várias outras: comunicação, transporte, saúde, educação, economia, entre outras. No entanto, o Estado contemporâneo adquirira uma função mais voltada para o social, ou seja, com o bem estar de seus cidadãos. Essa preocupação se revela em seu ordenamento jurídico e em sua política social.

Para Rodrigues (2010, p. 9), “as políticas sociais constituem um subconjunto de um conjunto maior que se denomina de políticas públicas”. Em outras palavras, toda a política social é uma política pública, mas nem toda a política é uma política social. Isso significa dizer que política de transferência de renda, a exemplo o Programa Bolsa Família, se constitui como política pública, pois se refere diretamente à ação do Estado.

No Brasil, por exemplo, segundo Bastos (2004, p. 65), a Constituição Federal de 1988, dedicou um capítulo inteiro à Seguridade Social para tratar de temas relevantes, como a assistência social. Portanto, pode-se dizer que a função do Estado (BASTOS, 2004, p. 65) reside em garantir a segurança interna e externa de seu território, criar o Estado de Justiça, além de proporcionar o bem-estar de seus cidadãos.

Nesse contexto da organização burocrática do Estado, nasce a administração pública, entendida como o conjunto das atividades ou ações do Estado que, por serem definidas por lei ou pelos atos de governo, visam à execução de tarefas de interesse público.

Logo, na tentativa de concretizar o bem comum ou público, políticas públicas são criadas e executadas pelo Estado e dirigidas ao povo – a população do Estado, considerada sob o aspecto puramente jurídico. O povo, segundo Azambuja (2004, p. 19), é o grupo humano encarado na sua integração, numa ordem estatal determinada; é o conjunto de indivíduos sujeitos às mesmas leis, são os cidadãos de um mesmo Estado. Nesse sentido, o elemento humano do Estado é sempre o povo, ainda que formado por diversas raças, com interesses, ideias e aspirações diferentes.

Uma das relações consideradas fundamentais é a que se dá entre o Estado e as políticas sociais, isto é, entre a concepção de Estado e a(s) política(s) que este implementa, a exemplo, o governo brasileiro, durante o lançamento do Programa Bolsa Família. Na análise e avaliação de políticas implementadas pelo governo Lula, fatores de diferente natureza e determinação são importantes, especialmente, quando se focalizam as políticas sociais de transferência de renda. Os fatores envolvidos para a aferição de seu “sucesso” ou “fracasso” são complexos, variados e exigem grande esforço de análise.

Torna-se importante, aqui, ressaltar a diferença entre Estado e governo. Para se adotar uma compreensão compatível com os objetivos deste estudo, consideraremos Estado como o conjunto de instituições permanentes – órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitariam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) proporia para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (BOBBIO, 1998, p. 156).

Falar, então, de políticas públicas implica considerar as instâncias de poder que operam na sua definição e que têm no Estado, sobretudo na máquina governamental, o seu principal referente. Políticas públicas são aqui entendidas como ações do governo revestidas da autoridade soberana do poder público – “a intervenção do Estado no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas” (RODRIGUES, 2010, p. 19). Ou seja, o Estado em ação – o que o governo escolhe fazer e aonde chegar diante de um problema –, o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações – da atividade política – voltadas para setores específicos da sociedade, a exemplo, redistribuir renda a mais de 11 milhões de famílias<sup>6</sup> com renda *per capita* de R\$ 120,00/mês, que estejam em situação de pobreza e extrema pobreza. O governo decide enfrentar um problema: definir medidas de combate à pobreza e às desigualdades socioeconômicas e de ampliação de direitos de cidadania, na tentativa de buscar uma solução (ou conforto) para essas famílias que vivem em situação de vulnerabilidade.

As políticas públicas guardam estreita relação com as representações sociais que cada sociedade tem para si e seriam aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e à manutenção, a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos, diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Nesse sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais. E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas para a redistribuição dos benefícios sociais, visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico.

---

<sup>6</sup> Dado disponibilizado em Rodrigues (2010, p.77).

Nesses termos, o Programa Bolsa Família é um modo de interferência do Estado, visando minimizar a dívida social do Estado brasileiro, para atender aos direitos sociais, inscritos na Constituição Federal de 1988.

## **2.5 Mídia**

O mundo mudou bastante e, com ele, a realidade brasileira. Com a chegada da globalização, a economia avançou, as políticas neoliberais ganharam centralidade, o desemprego aumentou, em especial no período de 2004 a 2006, para 2,2 milhões de pessoas. Com efeito, o processo de trabalho se transformou e, conseqüentemente, as empresas fizeram enxugamentos nos seus quadros de trabalhadores. Isso foi decisivo para que o processo de exclusão social se estendesse, atingindo as camadas médias da população, pois passaram a encontrar dificuldades para encontrar trabalho, além de conviver com situações de desemprego de pessoas no mercado informal, devido ao fracasso das políticas de geração de emprego.

O Estado, assim, passou a patrocinar políticas de inserção social para indivíduos excluídos do acesso ao mundo do trabalho ou destituídos de seus direitos sociais, com a finalidade de compensar a diminuição de suas atividades em setores estratégicos do social, a saber: nas áreas do trabalho, educação e saúde. A diminuição da responsabilidade estatal foi decisiva na criação de uma lacuna na esfera pública, a qual fora preenchida por ações e interesses variados, que vão desde o retorno do assistencialismo até as iniciativas que pudessem atender às exigências do mercado econômico.

Com efeito, o Estado implementa ações que falam em nome da cidadania dos indivíduos. Novos sujeitos entram em cena no lugar dos movimentos sociais politizados, a exemplo, o Estado como bem feitor para inserir o indivíduo socialmente. Assim, políticas assistenciais de distribuição de renda institucionalizam-se como formas de minimizar a situação de pobreza e extrema pobreza das famílias brasileiras, a exemplo no PBF.

Nesse cenário, inscreve-se a mídia que tem, dentre os seus vários funcionamentos, o papel de tornar transparentes as ações do Estado, ao desempenhar o papel de mediadora entre seus leitores e a conjuntura sócio-histórica. O que os textos da mídia oferecem não são uma representação da própria realidade, mas a construção de imagens que permitem aos leitores produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta.

Nesse sentido – como construtora de imagens –, a mídia participa de modo ativo na construção do imaginário social, no interior do qual os sujeitos se percebem em relação a si mesmos e em relação aos outros.

A mídia, como construtora de imagens, influencia os meios de comunicação na construção de orientações discursivas, em especial, a mídia dirigida às massas, segundo Gohn (2000). Isso porque ela afirma e cria pontos de vista que atuam sobre o imaginário dos seus leitores. Tal imaginário mobiliza novas interpretações e, por isso, mobiliza a formulação de novos posicionamentos discursivos entre os sujeitos envolvidos.

Em que isso pese, a mídia ampliou o seu poder na sociedade e passou a ser, também, “um mecanismo de controle social, uma espécie de quarto poder” (GOHN, 2000, p. 9). Um poder que possui certas características que se poderiam inscrever na opacidade com regras próprias, “podendo estabelecer articulações não visíveis, e que poderá tanto democratizar a informação como escamoteá-la ou distorcê-la” (GOHN, 2000, p. 9). O poder dos grupos de interesse, atuando como grupos de pressão, é grande, uma vez que pode eximir ou minimizar informações, para atender a determinados segmentos sociais.

Gohn (2000, p. 20) observa, ainda, que a mídia deixa de ser um contrapoder para tornar-se uma peça de consenso político em torno do neoliberalismo e da globalização. Em outras palavras, o enfoque crítico teria dado lugar à aceitação acrítica dos valores daqueles que estariam no poder. A autora destaca uma mudança na composição desses poderosos que não pertencem mais apenas ao *establishment*<sup>7</sup> político. Eles seriam parte do *establishment* econômico e financeiro, do mercado propriamente dito.

Com efeito, a mídia é o lugar das instituições tradicionais na formação da opinião pública e na criação de novas discursividades que podem definir os rumos dos acontecimentos numa conjuntura sócio-histórica, até mesmo do próprio governo, entre outras iniciativas: no plano da sociedade política, a política pública de transferência de Renda Mínima do Programa Bolsa Família.

Dentre o conjunto de instrumentos midiáticos que utiliza intermediários tecnológicos específicos para discursivizar os acontecimentos, delimitaremos aqui, dentre outros, o jornal, fato que justifica produzir um recorte acerca de questões pertinentes à discursividade jornalística no PBF, nos jornais Folha de S. Paulo, o Estado de Minas e O Globo.

---

<sup>7</sup> Establishment – uma ordem econômica e política que governa uma sociedade ou um Estado (WEBSTER’S II, 1997, p. 238).



Vemos que, na discursividade jornalística, o lugar midiático se articula também com o poder, uma vez que o funcionamento dela se submete às regras internas e externas da instituição midiática na construção da realidade no e pelo discurso. Passemos, então, ao assunto propriamente anunciado: o discurso jornalístico.

## 2.6 O discurso jornalístico

Para falar do funcionamento e da constituição do discurso jornalístico, basear-nos-emos nas contribuições dos estudos de Fowler (1991) e de Mariani (1998).

Quanto ao funcionamento do discurso jornalístico, a defesa de Mariani (1998, p. 60) expõe que os jornais organizam filiações de sentidos, para falar de um dado acontecimento, não apenas em termos de uma memória, mas também no que diz respeito aos desdobramentos futuros. Com efeito, a produção de sentidos na notícia dos fatos, para Mariani, materializa-se a partir de um jogo de influências nas quais se inscreve o posicionamento dos próprios jornalistas (também sujeitos históricos) e dos leitores.

Isso porque a mídia jornalística seleciona eventos para noticiar, de acordo com um conjunto complexo de fatores de noticiabilidade, tanto em termos de conteúdo quanto de apresentação, a exemplo: relevância, referência a pessoas, referência a algo negativo. Esses critérios, mais ou menos inconscientes na prática, são conhecidos pelos estudiosos da mídia como ‘valor notícia’ e exercem o papel de guardiões, ao filtrarem e restringirem o que será noticiado, ensina Fowler (1991). Um fato se impõe, então, como notícia, e a imprensa é o veículo utilizado por determinados grupos/partidos para ganhar expressão política, por exemplo, com o Programa Bolsa Família.

É comum, no texto jornalístico, uma constante: a identificação simbólica com o fato discursivo para legitimar dada ordem. Assim, o jornal convida pessoas autorizadas para falarem de um dado assunto: grupo privilegiado de políticos, servidores públicos, diretores, pesquisadores, especialistas de várias áreas do conhecimento. Aqui, inscreve-se o efeito político da divisão entre o autorizado (acessado/privilegiado) e o não autorizado (não acessado/não privilegiado) por certo jornal, para falar de certo fato. No entanto, o desequilíbrio nas vozes acessadas vai muito além. Muitas partes de um jornal que parecem não ser a reprodução da voz oficial, como os artigos assinados por escritores ou jornalistas que, aparentemente, assumem uma responsabilidade, estão, na verdade, imbuídos da

ideologia oficial, porque são escritos em um estilo autoritário, utilizado por figuras acessadas, como políticos e especialistas (FOWLER, 1991).

Sobre isso, Mariani (1998, p. 66) acrescenta que a chamada “imprensa de referência” enuncia de um lugar historicamente constituído e o faz em nome de determinados segmentos da sociedade. Esse processo seria determinante no modo como a imprensa constrói discursivamente, por exemplo, o discurso do Programa Bolsa Família para seus leitores.

Em se tratando de questões de ordem política, não há como negar a atuação da mídia, a saber, da grande imprensa, pois essa parece não se esquivar do fato de dar aos leitores uma orientação de sentido, ora tomando uma direção política dada e, daí, o seu relato e o seu viés interpretativo acerca dos fatos noticiados, ora organizando filiações de sentido para lhes dar maior visibilidade, a exemplo, na conjuntura sócio-histórica, na qual se inscreve o Programa Bolsa Família

Os jornais, segundo Mariani (1998), nomeiam, explicam, enfim, ‘digerem’ para os leitores aquilo sobre o que se fala. Esse processo cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e consequências, a fim de convencer os leitores dos fatos relatados. Essa ilusão é construída na materialidade linguística, porque a língua não é transparente e límpida, uma vez que qualquer aspecto da estrutura linguística carrega significação ideológica: a seleção lexical, a opção sintática, as famílias parafrásticas, a co-referencialidade, isto é, todos teriam uma razão de ser. Ela é um meio de refração e de estruturação (FOWLER, 1994). Como consequência, a visão do mundo é necessariamente parcial, pois um mesmo fato pode ser relatado diferentemente e tais diferenças não são acidentais, já que apontam para distinções ideológicas e, conseqüentemente, para diferenças de representação.

O discurso jornalístico é para Mariani (1998, p. 60), ainda, uma modalidade de discurso sobre um efeito imediato de tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Aqui, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento. Nesse sentido, o jornalista, ao reproduzir a imagem de um observador imparcial, marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, dessa forma, formular juízos de valor, emitir opiniões, justamente porque não se ‘envolveu’ com a questão.

Acerca dos discursos sobre, segundo Mariani (1998), são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Tais discursos são referidos pela autora como discursos intermediários, pois, ao *falarem sobre um discurso de* (‘discurso-origem’), se situam entre este e o interlocutor. Igualmente, representam lugares de autoridade na transmissão de algum tipo de conhecimento, já que o *falar sobre* transitaria na correlação entre o narrar/descrever um

acontecimento, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor.

Concordamos com Mariani (1998, p. 61), para quem o discurso jornalístico, sobretudo na sua forma de reportagens, funciona como uma modalidade de *discurso sobre, uma vez que apresenta o* mundo como objeto. Isso porque a imprensa não é o “mundo”, mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores. O cotidiano e a história, apresentados de modo fragmentado nas diversas seções de um jornal, ganham sentido ao serem “conectados” a uma memória, a um já-lá do que deve ser noticiado. E essa interdiscursividade pode ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos, presentes na cadeia intertextual que se vai construindo ao longo do tempo.

Mariani, citando Beacco e Moirand (1995, p. 4), observa que, ao mencionarem o discurso jornalístico, defendem que há lugares de didatismo que fraturam o relato do acontecimento, constituindo pontos de heterogeneidade, a exemplo – explicações, dados estatísticos, citações de autoridade –, pois, no discurso jornalístico, “mascara-se um apagamento de interpretação em nome de fatos que falam por si. Trata-se de imprimir a imagem de uma atividade enunciativa que apenas mediatizaria – ou *falaria sobre* – da forma mais literal possível um mundo objetivo” (MARIANI, 1998, p. 61).

Esse didatismo atuaria na direção de reforçar a ilusão de objetividade jornalística. Dizendo de outro modo, a “objetividade” dos fatos resultaria de um gesto interpretativo que se dá a partir de um imaginário já construído (MARIANI, 1998, p. 63). Assim, ao relatar os acontecimentos, os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos.

Quanto à constituição do discurso jornalístico, essa autora observa que a imprensa jornalística se submete ao jogo das relações de poder vigentes, ao imaginário ocidental de liberdade e bons costumes e ao efeito de literalidade decorrente da ilusão da informatividade. Essas propriedades, no entender de Mariani (1998, p. 63), estão no cerne da produção jornalística: são aspectos invariantes de qualquer jornal de referência.

Assim, uma vez selecionado o acontecimento que merece ser noticiado, a notícia acerca dele é submetida a um processo de transformação para ser publicada. Tanto a seleção quanto a transformação são guiadas, então, por referência, geralmente inconsciente, a ideias e crenças. E o produto final revela relatos que não são necessariamente afirmados nem questionados e tendem, segundo Fowler (1991), a estar em consonância com ideias de grupos controladores numa sociedade industrial capitalista, porque o jornal é uma indústria com interesses comerciais e políticos, uma vez que visa ao lucro. Nesse sentido, o jornal é uma prática, um discurso que, longe de refletir com neutralidade a realidade social e os fatos

empíricos, intervém no que Berger e Luckmann (1976) chamaram “a construção social da realidade”. Isso porque os meios de comunicação de massa fazem um papel de mediação entre a realidade e as pessoas, ou seja, a informação divulgada não é a realidade, mas a construção de uma realidade que atenda aos interesses de algum grupo.

Em outras palavras, o produto não é propriamente a notícia ou o jornal, mas os leitores, isto é, o produto visado é o lucro ou os votos, por exemplo, se a meta dos proprietários da empresa jornalística for a manutenção ou não do governo que os favoreça em seus empreendimentos comerciais. A empresa jornalística é, então, uma indústria ou um negócio, com um lugar definido nos assuntos econômicos do país e do mundo. É de se esperar que os efeitos do que é noticiado se façam sentir no que é publicado e no modo como a notícia é apresentada.

No que diz respeito à constituição do discurso jornalístico, esse, como lembra Mariani (1998, p. 66), desempenha um papel importante na produção/circulação de consensos de sentido, ou seja, a afirmação e a alegação de todos, expressas no apelo por “uma nação”, pelo povo “irmanado”. Na imprensa, essa ideologia é a fonte do consensual “nós”, pronome frequentemente usado para falar em nome do povo. Para Fowler, 1991), muito embora o consenso soe como uma teoria liberal, humana e generosa da ação e das atitudes sociais, ele reforça, na prática, atitudes sectárias e alienantes, uma visão dicotômica entre nós e eles.

Pelo exposto, o jornalismo impresso, entre os vários meios de comunicação de massa, apresenta um importante papel na mediação entre a realidade e os leitores. Ou melhor: a informação divulgada não é a própria realidade, mas a construção de uma realidade que busque atender a grupos de interesse. A esse respeito, lembramos a contribuição de Bordenave (1983, p. 50):

a enorme quantidade de fatos que a realidade contém, os meios selecionam só alguns, decodificam à sua maneira, combinam-nos entre si, estruturam-nos e recodificam, formando mensagens e programas, e difundem-nos, carregados agora de ideologia, dos estilos e das intenções que os meios lhes atribuem.

Cria-se, assim, o que o ele chama de “ilusão referencial”. O leitor acredita que a informação consumida por meio daquilo que é lido, por exemplo, é a realidade, quando, na verdade, é a construção de uma realidade. Com efeito, o discurso jornalístico apresenta-se como uma fonte privilegiada para os estudos discursivos. Essa aproximação sugere gestos de interpretação. Então vamos a eles.

### 3 METODOLOGIA

A descrição da metodologia utilizada neste trabalho está dividida em três subseções. Na primeira, explicamos a abordagem metodológica aplicada aos nossos gestos de interpretação. Na segunda subseção, caracterizamos o *corpus*, bem como explicitamos como fora coletado. Já na terceira, apresentamos o dispositivo analítico utilizado neste estudo, com o objetivo de responder às perguntas de pesquisa mencionadas na introdução.

#### 3.1 Natureza do método

As proposições teóricas apresentadas anteriormente conduzem ao estabelecimento de procedimentos metodológicos que possibilitem a operacionalização do referido aparelho conceptual, com vistas à execução da análise do *corpus* escolhido para estudo.

Tal objetivo nos conduz, uma vez mais, à teorização, pois, na AD, a exaustividade e a completude, mitos tão requeridos nas análises empíricas, são critérios não contemplados. Vale dizer, então, que a Análise do Discurso é uma teoria crítica da produção da linguagem, procurando mostrar o funcionamento dos textos, observando a sua articulação com a exterioridade – as condições de produção do discurso e o contexto histórico-social – nos processos de significação. Com efeito, define-se como método linguístico-histórico-crítico (ORLANDI, 2001b).

A noção de método implica, na AD, tanto o dispositivo teórico da interpretação quanto o dispositivo analítico construído a cada análise. O dispositivo teórico é o mesmo, mas os dispositivos analíticos não, uma vez que se circunscrevem em torno das perguntas de pesquisa propostas aqui, em relação à natureza do material que será analisado e à finalidade do nosso estudo.

Como dispositivos teóricos, os conceitos de memória, formação discursiva e silenciamentos serão mobilizados, visto que, a partir deles, nos comprometemos na resolução das questões propostas. Portanto, valemo-nos da interpretação como objeto de reflexão enquanto dispositivo analítico, levando-se em consideração que não há sentido sem interpretação. E é nesse espaço que se pretende trabalhar com a Análise do Discurso, na qual o nosso gesto de analista é determinado pelo dispositivo teórico.

Nesse sentido, a ênfase no método linguístico-histórico-crítico se justificaria por um dos pilares teóricos que sustenta este trabalho – a Análise do Discurso – que, como dispositivo teórico, permite um diálogo entre a estrutura (materialidade linguística) e o acontecimento (a materialidade histórica).

### **3.2 Material de estudo: configuração e descrição do *corpus***

O *corpus* de estudo é constituído de três conjuntos de textos os quais constituem o nosso domínio discursivo, a saber:

- (i) a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, a qual cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, e o Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei mencionada;
- (ii) entrevistas com 10 (dez) beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- (iii) 60 (sessenta) textos jornalísticos, sendo 20 (vinte) do jornal Folha de S. Paulo, 20 do jornal Estado de Minas e 20 do jornal O Globo, produzidos no enquadramento cronológico que vai de janeiro de 2003 a janeiro de 2010.

Para acessar a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e o Decreto n. 5. 209, de 17 de setembro de 2004, visitamos, a princípio, o site do Ministério do Desenvolvimento Social: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Feito isso, na página inicial, clicamos nos *links* Lei n. 10.836/04 e Decreto n. 5.209/04, que foram, em seguida, salvos em Meus Documentos e nomeados como Lei e Decreto respectivamente.

Para a realização das 10 (dez) entrevistas com um representante de cada família, num conjunto de dez famílias, entramos em contato, primeiramente, com a SETAS<sup>8</sup> (Uberaba, MG), apresentamos nossa proposta de trabalho e o desejo de entrevistar beneficiárias do Programa Bolsa Família. Lá, fui encaminhada para a Assistente Social, Maria de Fátima de Souza, no CRAS<sup>9</sup> (Bairro Abadia), a qual não mediu esforços para cooperar com a construção do material de estudo. Dessas entrevistas, três foram realizadas no domicílio das beneficiárias, quando acompanhamos a Assistente Social em visita às famílias. Sete foram realizadas no próprio CRAS, no período de 18 a 29 de janeiro de 2010, com um (a) representante de cada

<sup>8</sup> SETAS – Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

<sup>9</sup>CRAS – Centro de Referência de Atendimento Social

família que compareceu ao local, para atender a algum chamado das Assistentes Sociais. Na ocasião, as beneficiárias foram abordadas por nós, a fim de se saber se concordavam ou não em participar da pesquisa. Aquelas que concordaram em relatar sua história com o Bolsa Família foram encaminhadas até uma sala, para que as gravações pudessem ser realizadas sem ruídos. Em seguida, as entrevistas foram transcritas por nós para compor o *corpus* de análise.

Todos os textos jornalísticos têm, como assunto principal, o Programa Bolsa Família, o que corresponde ao objetivo que suscita a análise, e apresentam em média uma página e meia.




Com relação aos textos jornalísticos, explicitaremos aqui o processo/mecanismo de busca, exatamente para se perceber o percurso realizado. Sabemos que os caminhos do eletrônico já estão configurados pela própria plataforma de busca e, assim, a configuração de acesso nos obriga a determinados percursos, razão pela qual optamos para dar opacidade a esse mecanismo de busca.

Quanto aos textos jornalísticos da Folha de S. Paulo, acessamos, a princípio, o Banco de Dados Folha. Posteriormente, clicamos, respectivamente, nos *links Pesquisa* e *Solicitar*. Nesse último, informamos, no *link Solicitação de Pesquisa*, o seguinte: finalidade do uso, dados do solicitante e dados necessários para a pesquisa. Dado esse passo, encerramos a consulta, ao clicar novamente no *link Solicitar*.

Após a notificação do referido Banco de Dados, efetuamos o pagamento via cartão de crédito e, conseqüentemente, a solicitação de envio dos vinte textos solicitados por *e-mail* foi atendida.

Em relação aos textos do Estado de Minas, fizemos a assinatura do provedor Uai para que pudéssemos ter acesso, na Internet, aos textos do referido jornal – versão impressa. Feito isso, quando acessamos o sistema, informamos o período desejado, já supracitado, e a palavra-chave Bolsa Família, o que nos possibilitou visualizar os textos disponibilizados. Para finalizar, no universo de textos apresentados, escolhemos dar uma representatividade por ano a eles, selecionando alguns, referentes ao intervalo de tempo já mencionado.

Já os textos do jornal O Globo, para tê-los na versão impressa, foi necessário acessar, primeiro, o *site Jornal O Globo* e, posteriormente, o *link Arquivo Premium*, disponibilizado no rodapé da página principal de *O Globo on-line*. Na sequência, acessamos *Pesquisa Básica* e *Procurar Por*, informando o período já mencionado. Feito isso, títulos, datas e apenas um primeiro parágrafo dos textos foi disponibilizado. A partir daí, orientamos, primeiro pelo *link Pesquisar* e, posteriormente, no *Quadro de Resultados*, que nos permitiu visualizar quantos textos foram encontrados de acordo com os critérios que

adotamos para a pesquisa (palavra-chave e período). Em seguida, selecionamos o texto que nos interessou, clicando na figura do carrinho de compras que estava ao lado do sumário. Na barra de resultado, fomos informados sobre quantos textos já tinham sido selecionados e estavam no carrinho de compras. Ao clicar nele com o conjunto de vinte textos, surgiu a tela de finalização da compra. Depois de clicar no carrinho cheio com os textos que selecionamos, finalizamos a compra, clicando no ícone . Como não éramos cadastrados, acionamos o ícone  e fomos levados para um ambiente seguro, protegido por uma chave SSL que criptografara todas as nossas informações, para realizarmos o pagamento. Na *Tela da Forma de Pagamento*, escolhemos com qual cartão de crédito efetuar o pagamento. Clicamos, primeiro, na janela que disponibilizava os cartões e selecionamos o nosso. Depois, no botão *Continuar*, quando fomos direcionados para o ambiente da nossa operadora. Nessa etapa, fornecemos os dados solicitados pela operadora para dar prosseguimento ao processo de compra. Na *Tela de Confirmação de Compra*, encontramos todos os dados da nossa compra em forma de recibo. Como optamos por receber o material acessado, clicamos no botão *Acessar o Material* para receber os textos comprados. Fizemos, posteriormente, a escolha por representatividade de ano dos textos, clicando no *download* total deles, para o nosso computador, no ícone da “Seta” .

Em seguida, à semelhança dos outros textos jornalísticos já selecionados, foram salvos, igualmente, em Meus Documentos, textos para Análise.

Para efeito de visualização dos textos jornalísticos, apresentamos, nos quadros 1 a 3, a relação dos textos jornalísticos que compõem o *corpus* de estudo, respectivamente o jornal Folha de S. Paulo, o Estado de Minas e O Globo.

<b>Texto</b>	<b>Mês/ano</b>	<b>Fonte</b>	<b>Título do texto</b>	<b>Autoria</b>
(1)	23/09/2003	Editoria Brasil/ Da Sucursal de Brasília	Planalto nomeia coordenadora do Bolsa-Família	Gabriela Athias
(2)	02/10/2003	Editoria Brasil/ Da Sucursal de Brasília	Governo aponta apenas 10 Estados interessados no Bolsa-Família	Gabriela Athias; Wilson Silveira
(3)	10/11/2003	Editoria Brasil/ Da Agência Folha, em Recife	Bolsa-Família tem alcance restrito	Fábio Guibu
(4)	25/11/2003	Editoria Brasil/ Da Reportagem Local	Lula estuda novo índice de pobreza	Julia Duailibi
(5)	06/01/2004	Editoria Brasil/ Da Sucursal de Brasília	Governo pode exigir planejamento familiar	Iuri Dantas
(6)	24/03/2004	Editoria Brasil/ Da Sucursal de Brasília	Governo quer mudar inscrição do Bolsa-Família	Da Sucursal de Brasília
(7)	04/04/2004	Editoria Brasil/ Da Agência Folha	Bolsa-Família desmobiliza ação do Fome Zero	Sílvia Freire
(8)	10/09/2004	Editoria Brasil/ Da	Presidente cobra solução para	Da sucursal de



		Sucursal de Brasília	fiscalização do Bolsa-Família	Brasília
(9)	21/09/2004	Editoria Caderno Especial/ Enviado Especial a São Francisco de Itabapoana (RJ)	Governo investiga cadastramento para o Bolsa-Família	Sérgio Torres
(10)	28/11/2004	Editoria Brasil/ Da Sucursal do Rio	Estudo propõe universalizar Bolsa-Família	Antônio Góis
(11)	04/03/2005	Editoria Brasil/ Da Sucursal de Brasília	Lula corta na saúde para pagar Bolsa-Família	Maria Salomon
(12)	15/02/2006	Editoria Dinheiro/ De Washington	Banco Mundial faz elogio ao Bolsa-Família	Iuri Dantas
(13)	11/07/2006	Editoria Brasil/ Da Sucursal de Brasília	Bolsa-Família tem 50 mil benefícios novos sob suspeita de duplicidade	Marta Salomon
(14)	28/02/2007	Editoria Brasil/ Da Folha Ribeirão	Controle do governo sobre o Bolsa Família é precário	Juliana Coissi
(15)	27/03/2007	Editoria Brasil/ Da Sucursal de Brasília	Porta de saída do programa é superfaturada	Da Sucursal de Brasília
(16)	08/05/2007	Editoria Brasil/ Da Sucursal de Brasília	Governo Bloqueia 331 mil benefícios do Bolsa Família	Marta Salomon
(17)	16/07/2007	Editoria Brasil/ Da Agência Folha	Bolsa Família tem problemas em 90% de cidades auditadas	Felipe Bächtold
(18)	26/06/2008	Editoria Brasil/ Da Sucursal de Brasília	Bolsa Família tem reajuste de 8% a 3 meses da eleição	Maria Clara Cabral; Letícia Sander
(19)	28/06/2008	Editoria Brasil/ Da Sucursal do Rio	Bolsa família aplaca a fome, mas não acaba com a miséria	Antônio Góis
(20)	24/12/2009	Editoria Brasil/ Da Reportagem Local	Moradores de rua receberão Bolsa Família, afirma Patrus	Cátia Seabra

**Quadro 1** Textos do jornal Folha de S. Paulo.

<b>Texto</b>	<b>Mês/ano</b>	<b>Fonte</b>	<b>Título do texto</b>	<b>Autoria</b>
(1)	28/11/2003	Gerais	Governo negocia limite em MG	Rafael Pedrosa
(2)	23/11/2003	Política	Lula clona programas de FHC	Lúcio Vaz
(3)	23/12/2003	Política	Fome persiste em Guaribas	Lilian Tahanda
(4)	24/04/2004	Política	Patrus descarta aumento de Bolsa	Alessandra Mello
(5)	19/10/2004	Política	Governo suspende cadastros	Da Redação
(6)	20/10/2004	Política	Aécio sai em defesa de Patrus	Rafael Pedrosa
(7)	06/01/2005	Política	Lula compra briga do Bolsa Família	Baptista Chagas de Almeida
(8)	23/02/2005	Política	Dificuldade para fiscalizar	Berta Maakaroun
(9)	07/06/2005	Nacional	Critérios podem mudar	Da Redação
(10)	10/07/2006	Política	Duplicidade no Bolsa-Família	Solano Nascimento
(11)	29/06/2006	Política	Presidente diz que prefere governar para os pobres	Isabella Souto; Patrícia Aranha
(12)	26/03/2006	Política	PT evita debate sobre ética	Carla Kreefft
(13)	30/07/2007	Política	Risco para 38 mil	Alana Rizzo
(14)	19/08/2007	Política	Pobres e ricos	Marcos Coimbra
(15)	22/08/2007	Política	Cai 13º para o Bolsa Família	Da Redação
(16)	26/06/2008	Política	Governo aumenta Bolsa-Família	Marcelo de Moraes
(17)	23/09/2008	Economia	Renda dos pobres em ritmo chinês	Zulmira Furbino
(18)	14/05/2009	Política	Cadastro pode facilitar fraude	Edson Luiz

(19)	20/11/2009	Política	Falta de cadastro bloqueia programa	Thiago Herdy
(20)	12/07/2010	Estado de Minas	A bolsa ou a vida, ou melhor, o voto	Alessandra Mello

**Quadro 2** Textos do jornal Estado de Minas.

Textos	Mês/ano	Fonte	Título do texto	Autoria
(1)	11/01/2003	Editoria Economia/ Primeiro Caderno	Fome ou Pobreza?	Miriam Leitão; Débora Thomé
(2)	20/04/2003	Editoria O País/ Primeiro Caderno	Conta única para o social	Flávia Oliveira; Helena Celestino
(3)	06/01/2004	Editoria O País/ Primeiro Caderno	Ministros reagem a críticas de Zilda	Rodrigo Rangel
(4)	27/12/2004	Editoria O País/ Primeiro Caderno	Presidente cobra mais eficiência no Bolsa Família	Da Redação
(5)	28/12/2004	Editoria Economia/ Primeiro Caderno	'Não estou a fim de errar', diz Lula sobre 2005	Cristiane Jungblut
(6)	28/12/2004	Editoria Opinião/ Primeiro Caderno	Tudo pelo social...	Ali Kamel
(7)	18/04/2005	Editoria O País/ Primeiro Caderno	Volta por cima	Helena Chagas
(8)	26/09/2005	Editoria Economia/ Primeiro Caderno	O apetite que não cessa	Mariza Louven; Eliane Oliveira; Regina Alvarez; Ênio Vieira
(9)	29/07/2006	Editoria Opinião/ Primeiro Caderno	Discurso de destruição em massa	Reinaldo Azevedo
(10)	30/07/2006	Editoria O País/ Primeiro Caderno	Eleições 2006	Soraya Agege de Carvalho
(11)	28/09/2006	Editoria Opinião/Primeiro Caderno	O tempo ajuda Lula	Carlos Alberto Sardenberg
(12)	18/11/2007	Editoria O País/Primeiro caderno	Foco no assistencialismo	Merval Pereira
(13)	28/11/2007	Editoria Economia/ Primeiro Caderno	Avanços e desafios: perdas de produtividade agrícola poderão aumentar em 600 milhões o número de subnutridos	Demétrio Weber
(14)	28/11/2007	Editoria Economia/ Primeiro Caderno	Avanços e desafios: transferência de renda e salário mínimo maior contribuem para alterar a situação brasileira	Cássia Almeida; Luciana Rodrigues; Isabela Martin
(15)	01/12/2007	Editoria O País/ Primeiro Caderno	Oposição critica governo	Cristiane Jungblut
(16)	01/07/2008	Editoria Opinião	Uso político	Da Redação
(17)	13/12/2008	Editoria O País	No ataque	Da Redação
(18)	19/12/2008	Editoria Opinião	Sapos e escorpiões	Nelson Motta
(19)	22/01/2009	Editoria O País	Ministro critica Bolsa Família	Bernardo Mello Franco
(20)	29/01/2009	Editoria/ Primeira Página	Lula amplia Bolsa Família um dia após cortar o Orçamento	Da Redação

**Quadro 3** Textos do jornal O Globo.

Ao examinar os quadros 1,2 e 3, percebemos que, do total de 60 (sessenta) textos, 50 (cinquenta) são matérias assinadas e 10 (dez) não assinadas.

As fontes apontam-nos o lugar de produção da notícia – produto comercializado pelo jornal e sua razão de ser. Ou seja, as editorias e seus respectivos temas: Política, Brasil, Dinheiro, Economia, País e Opinião. Essa divisão, com efeito, sinaliza como os saberes e os posicionamentos discursivos são distribuídos em função da expressão da realidade. Além de agendar campos de assuntos sobre os quais os leitores podem/devem pensar, organiza direções para todos eles. Sem dúvida, concordamos com que o lugar de onde a posição jornalista discursiviza constitui o dizer, uma vez que constrói discursivamente o evento citado, o que mobiliza, conseqüentemente, diferentes posições-sujeito. Portanto, como os textos foram selecionados por representatividade, o fato de serem assinados ou não, bem como a fonte de circulação não constituíram parte do processo de análise, neste recorte de estudo.

### **3.3 Procedimentos de análise**

Do ponto de vista discursivo, este trabalho propõe, pela análise da materialidade linguística, mostrar as direções de sentido ou tomadas de posição na discursividade sobre o PBF como discurso das políticas públicas, no discurso do governo, dos beneficiários e dos textos jornalísticos.

Isso porque a AD não se afasta da ideia de que um enunciado pode tornar-se outro diferente dele mesmo, deslocando-se do seu sentido para derivar outros sentidos. Esse deslocar de sentidos revitaliza a movimentação de sentidos, reorganizando modos de dizer acerca do discursivo do e sobre o PBF.

Então, para mostrar a movimentação desses sentidos, estabelecemos os procedimentos metodológicos pertinentes à abordagem analítica das aloções discursivos do e sobre o PBF que constituem o nosso *corpus* de estudo.

O movimento de análise dos três conjuntos de textos, os quais constituem o nosso domínio discursivo, iniciou-se pela delimitação das sequências discursivas que serão objeto de análise. Essas sequências foram organizadas em cada um dos conjuntos de textos e o recorte discursivo funcionou como elemento organizador das unidades de análise. Nesse sentido, a escolha das sequências discursivas feitas, tendo por base os objetivos desta pesquisa, constituíram os recortes discursivos que compõem o nosso *corpus* de estudo.

Uma vez que a AD não visa à exaustividade, optamos por uma amostra representativa para as questões propostas: objeto de nossa análise. Com efeito, estipulamos que cada recorte é constituído por sequências discursivas que serão identificadas como (s.d.). A ausência de um recorte de sequências discursivas específica significa a não ocorrência do fato em exame no referido domínio.

A escolha desses recortes é significativa, uma vez que nos possibilita estabelecer regularidades discursivas, ora para comparar, ora para identificar o funcionamento discursivo em análise.

Nas sequências discursivas, mostraremos e descreveremos as marcas linguísticas, considerando-se quando necessário:

- a co-referência, envolvendo os mecanismos de substituição e paráfrase;
- as determinações;
- a polissemia;
- as metáforas;
- os não-ditos;
- o trabalho da memória discursiva na resignificação das práticas discursivas passadas que serão reavivadas no discurso presente dos sujeitos, pois entendemos que, para o discurso fazer sentido, devem-se retomar os outros sentidos já fixados pela memória que até podem aparecer no discurso dos sujeitos, resignificados a partir dos acontecimentos que envolvem o PBF;
- as FDs que se inscrevem em torno do funcionamento discursivo sobre o PBF. Ao relacionar formações discursivas distintas, podemos delinear, no jogo dos sentidos, o processo de significação.

Ao expor o olhar leitor à opacidade do texto, podemos mostrar que a materialidade linguística é determinante da discursividade do processo de produção de sentidos sobre o PBF. Com este objetivo, questionamentos outros surgiram de nossas perguntas de pesquisa, a saber:

- De que modo os jornais representam os beneficiários do PBF e o Estado?
- Que imagem o jornal faz da Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Decreto n. 5. 209, de 17 de setembro de 2004?
- Que imagens os beneficiários fazem deles mesmos, do Estado e do PBF?

Por uma questão de organização, as entrevistas com as beneficiárias e os textos jornalísticos dos jornais Folha de S. Paulo, o Estado de Minas e O Globo serão,

respectivamente, nomeados, a partir de agora, como (B1), (B2)..., (FSP1), (FSP2)..., (EM1), (EM2)..., (G1), (G2)... e, assim, sucessivamente.

## 4 A ANÁLISE E OS GESTOS DE INTERPRETAÇÃO

Em face do dispositivo teórico que evocamos anteriormente e dos conceitos que apresentamos, estamos em medida de mostrar a discursividade no material de análise.

Nosso *corpus*, ao constituir-se dos diferentes recortes discursivos, está inserido no corpo deste estudo e funciona como eixo estruturador de suas seções que, para isso, foram subdivididas em três ancoragens de análise:

- o funcionamento discursivo da Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004 e do Decreto n. 5. 209, de 17 de setembro de 2004;
- o funcionamento discursivo no discurso das beneficiárias do Programa Bolsa Família;
- o funcionamento discursivo dos textos jornalísticos.

Passaremos, então, à análise do material em cada seção em atenção às perguntas de pesquisa que a orientam. Depois de passar pelas três ancoragens de análise, nas Considerações Finais, tentaremos estabelecer uma rede de significação entre elas, na tentativa de localizar a enunciação de acordo com as condições de enunciação (quem entra em cena, as condições de produção).

### 4.1 O funcionamento discursivo da Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Decreto n. 5. 209, de 17 de setembro de 2004

Propomo-nos, nesta subseção, mostrar o funcionamento discursivo neste *corpus* de estudo. A esse respeito, para detalhar os fatos discursivos que determinam este *corpus*, as questões abaixo estão em pauta no decorrer das análises:

- (i) Que efeitos de sentido são produzidos na Lei e no Decreto?
- (ii) Como o Estado significa a si mesmo na instituição do PBF?
- (iii) Qual a concepção de família nesses documentos e como essa concepção trabalha, supostamente, tanto o deslocamento quanto a fixação de sentidos outros?

Tomemos então esses documentos, para falar sobre o funcionamento dessa discursividade que aí é produzida e que procuramos descrever e compreender, para mostrar os efeitos de sentido produzidos e, simultaneamente, o que fora silenciado/apagado.

Do ponto de vista do funcionamento discursivo, a Lei cumpre o papel de organização de um sistema de legitimação de um projeto político que fora empreendido pelo Executivo “para garantir os direitos individuais dos cidadãos” (ORLANDI; RODRÍGUES-ALCALÁ, 2004, p. 19). É uma regra de direito com caráter de generalidade e universalidade e, por ter como suporte a língua, está carregada de sentido, que não se desvincula de suas condições de produção. Igualmente, a Lei é expressão do Legislativo, pois visa estabelecer consensos determinados por grupos dominantes da sociedade e serve como instrumento de poder para esses mesmos grupos.

Na Análise do Discurso, o objeto é o discurso. Tomamos, então, aqui, os discursos da Lei e do Decreto acerca do PBF, para entender como eles são – como produzem sentidos e constituem os sujeitos envolvidos no PBF, a saber: Entes Federados (estados, Distrito Federal, municípios), Gestores e Beneficiários. O estudo analítico do funcionamento discursivo legal pode apontar pistas para as diferentes formas de compreender, então, as posições-sujeito aí inscritas, porque ele emerge e carrega as marcas da conjuntura histórica na sua formulação. Nesse contexto, é preciso, portanto, considerar a ordem da língua, sua materialidade na relação com a materialidade da história. A discursividade é justamente construída nessa inscrição. Aí intervém a interpretação e iniciamos a nossa reflexão propriamente dita, por um lado, para mostrar os efeitos de sentido produzidos neste *corpus* de estudo e, por outro, o que fora silenciado/apagado.

A Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, institui o discurso do Programa Bolsa Família, que se inscreve na conjuntura histórica, referente ao contexto de política pública brasileira, cuja estratégia é o fortalecimento da agenda de combate à pobreza e a emancipação sustentada das famílias, beneficiárias do programa, que vivem em condições econômicas limitadas, a saber: crianças, nutrizes, adolescentes, gestantes.

A esse respeito, vejamos que a discursividade do Programa de Transferência de Renda tematiza suas ações não apenas na seleção das famílias para o recebimento do benefício em dinheiro, mas também ao condicionamento do acesso aos direitos básicos de saúde, educação e aos serviços públicos no sentido de lhes garantir a melhoria da qualidade de vida. Além disso, seria interessante ressaltar que a estratégia discursiva do Estado é enfrentar as consequências advindas da dificuldade de inserção dessas unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza não apenas no contexto social, econômico, mas também no mercado. A função do Estado alia-se, então, à do mercado para atender ao bem-comum. Ou melhor, o Estado como regulador das relações sociais a serviço da manutenção das relações

capitalistas, no sentido de promover o bem-estar social com dinâmicas que possam aquecer o mercado nas bases de produção e de venda.

Por seu turno, o Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, explica o funcionamento dessa, ou seja, com o propósito de colocá-la em prática, regulamenta a lei mencionada e traz detalhes acerca da sua aplicação, ao reforçar, igualmente, a exigência/cumprimento de direitos básicos dessas unidades familiares – para minimizar a fome, a pobreza, bem como a desigualdade de renda, que são fatores limitadores de expansão do mercado e da própria estabilização da economia.

A Lei e o Decreto são os objetos de nosso estudo, nesse recorte de análise, os quais normatizam o referido Programa na tentativa de atender às famílias beneficiárias em suas demandas sociais.

Tais objetos provocam a produção de sentidos, pois, como nos lembra Orlandi (2001a, p. 31), trazem para o sentido elementos referentes à forma de fazer política, a saber, como as relações sociais são marcadas política e juridicamente no processo de enunciação (em que a posição-sujeito se marca no que diz), fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso, que ora pesquisamos, se textualiza. Podemos mostrar isso em função das formações imaginárias – a imagem que é construída do Estado – em suas relações de sentido e de forças (de que lugar fala o governo, por exemplo) por meio dos vestígios que deixam no fio do discurso.

Esses objetos simbólicos, quando se revestem de discursividade, são constitutivos tanto da linguagem quanto do sujeito e, na perspectiva da AD, são do tipo autoritário (ORLANDI, 2003), pois é uma norma que se inscreve no discurso jurídico. Jurídico porque se refere a um conjunto de textos que definem a legislação do PBF, por meio dos quais o programa é dado a conhecer. Oferece, destarte, um modo de organização para regular as relações sociais entre o enunciador e os enunciatários que aí estão inscritos: Entes Federados (estados, Distrito Federal, municípios), Gestores e Beneficiários.

Notadamente, na Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, o enunciador é o representante do povo - O PRESIDENTE DA REPÚBLICA - forma histórico-política de representação do sujeito da discursividade política - inscrita em *Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono* -, para normatizar o funcionamento discursivo dessa em relação a todos aqueles envolvidos, direta e indiretamente, com o Programa de Transferência de Renda e, conseqüentemente, assegurar sua execução. Forma histórico-política já marcada, já significada, porque fala em nome do Estado: daí, “a da prevalência do forte sobre o fraco, [...] a da imposição da ordem para que haja progresso” (ORLANDI, 2012, p. 133).



O seu funcionamento apresenta, pois, caráter subjetivo, observado nas formas verbais de primeira pessoa *faz* e *eu sanciono* (BRASILa, 2004, p. 1), que mostram o direcionamento da discursividade, ou seja, o próprio PRESIDENTE DA REPÚBLICA, representante legal, que é institucionalmente reconhecido e posicionado em relação aos outros como a autoridade maior e legítima do Estado num país democrático, previsto, inclusive, conforme disposto no artigo 84 da Constituição Federal (1988, p. 48-49), das atribuições do Presidente da República.

Com efeito, tanto a Lei quanto o Decreto versam um discurso sobre a responsabilidade do Estado e a legitimidade de sua intervenção para organizar, sob o seu controle, a política pública de transferência de renda com condicionantes à saúde e à educação, em particular.

Quando o sujeito PRESIDENTE DA REPÚBLICA toma a palavra, um funcionamento discursivo é mobilizado, definido por ORLANDI (1983, p. 53) como a “atividade estruturante de um discurso determinado por um falante determinado para um interlocutor determinado com finalidades específicas. Determinado aqui remete à posição-sujeito no Discurso” (ORLANDI, 1983, p. 141).

Como resultado, a posição-sujeito-presidente, na cena enunciativa, é a do sujeito de direito – aquele a quem se dá e de quem se cobra a palavra política ou a prática política –, uma vez que enuncia sob a evidência do *eu*. Conseqüentemente, a sua posição enunciativa está investida de poder político que, como sujeito discursivo, dita a lei, assegurando-se do consentimento da instância cidadã.

Nesse sentido, o Estado, ao colocar em funcionamento a instituição, distribui tarefas, papéis e responsabilidades que se inscrevem na autoridade, com poder de ditá-la. Nesse sentido, a autoridade – O PRESIDENTE DA REPÚBLICA –, sob a aparência da legalidade, define àqueles a quem se dirige a saberem os seus direitos e deveres.

Diante disso, examinemos o funcionamento discursivo da Lei e do Decreto, detalhando os efeitos de sentido que os determinam. Nesse sentido, apoiamo-nos na afirmação que permeará a nossa análise: “o instrumento da prática política é o discurso, ou mais precisamente, que a prática política tem como função, pelo discurso, transformar as relações sociais reformulando a demanda social” (HENRY, 1990, p. 24).

Com efeito, não é o discurso que é político, mas as condições de produção que o determinam e, conseqüentemente, o politiza. Quando disso, a discursividade política é constitutiva do político, pois resulta de uma prática discursiva de sujeitos que participam da cena enunciativa e deixam mostrar um propósito político, cujo desafio consiste em influenciar

as opiniões para obter consensos e dissensos. Nasce, assim, o exercício do poder político, que consiste em ditar a Lei e sancioná-la, sempre se assegurando do consentimento ou não da instância cidadã.

Começemos, pois, pelas finalidades do Programa de Transferência de Renda. Na ordenação dessas, são bastante frequentes enunciados que determinam a esfera do fazer, recorrente nos verbos no infinitivo. Vejamos, por exemplo, as sequências abaixo (BRASILb, 2004, p. 2):

- I- promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social.
- II- combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional.
- III- estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.
- IV- combater a pobreza.
- V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais no poder público.

No funcionamento discursivo acima, as marcas linguísticas *combater*, *promover* e *estimular* já mostram que os efeitos de sentido são antagônicos. *Combater* está para opor-se a, sustentar combate contra e, por outro, *promover* e *estimular*, em relação sinonímica, está para favorecer algo, provocar, incitar.

Vemos que os complementos dessas formas verbais são dotados também de discursividade. Em *combater* para dizer que *pobreza* e *fome* são inimigos do Estado/mercado e, para que isso possa ser erradicado, a proposta do Estado é a de *promover* e estimular ações políticas que possam organizar a vida das pessoas em sociedade, a exemplo, *o acesso à rede de serviços públicos* – com vistas a minimizar e mesmo tentar estabelecer relações menos desiguais entre segmentos sociais diferentes. Discursivamente, isso implica laços sociais – *a sinergia* – entre o Estado e o povo, tempos de paz. O que, pela política, o Estado tenta é, na verdade, evitar as rupturas, as revoluções, as massas (ORLANDI, 2012, p. 127). Legisla, assim, mediante a promulgação de leis e decretos, orientando ações para assegurar/promover o bem comum.

A redução da pobreza e o aumento da renda é a motivação dessa política pública. No entanto, o foco na assistência social, saúde e educação reforça a exigência/cumprimento de direitos básicos às unidades familiares que deveriam ser obrigatoriamente garantidos pelo Estado. Aliás, isso evoca uma memória, a memória da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no seu Art. 5<sup>o</sup><sup>10</sup>, quando afirma que “todos são iguais perante a lei, sem

<sup>10</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%7ao.htm).

distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros [...] residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade”.

Vemos que, na formulação *todos são iguais perante a lei*, dois efeitos de sentido se inscrevem: um para afirmar a igualdade entre os homens e, como resultado, uma memória jurídica produz um efeito de pré-construído: diante da lei supõem-se que todos sejam iguais. Por outro, opor-se ao dito na Lei e no Decreto que institucionalizam o Programa de Transferência de Renda, uma vez que o acesso passa a ser diferenciado não por direito de cidadania, mas pelo fato de a unidade familiar ser escolhida porque é pobre ou mais pobre do que outra, o que, com efeito, significa ferir noções de direito, cidadania e universalidade que uma política pública deve almejar sem distinções, conforme determina a Constituição, reforçado no pronome indefinido *todos* e no sintagma nominal *são iguais*.

A esse respeito, notamos que a materialidade linguística leva em conta a especificidade histórico-política no contexto em que a focalização – *pobre ou mais pobre* – tem sido a tendência no desenho dessa política pública, em oposição à proposta universalista – *todos*, que reforça o modelo econômico do Neoliberalismo, do *alguns* – da focalização ( *em situação de pobreza e extrema pobreza*) para – a universalização – *todos*.

Um aspecto bastante inovador na Lei é priorizar a mulher como responsável para receber o benefício, no contexto da unidade familiar. Vejamos a sequência abaixo:

§ 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será preferencialmente à mulher, na forma do regulamento (BRASILa, 2004, p. 3)

O advérbio *preferencialmente* já anuncia o funcionamento discursivo dessa escolha, por um lado, por considerar que a mulher toma a melhor decisão em benefício da unidade familiar e, por outro, devido ao fortalecimento da sua posição na família em virtude da sua emancipação como cidadã e sujeito, uma vez que, no novo formato familiar brasileiro, além de mães, são trabalhadoras. Aliás, em muitos casos, únicas responsáveis financeiras pelo gerenciamento da unidade familiar, bem como diretamente envolvidas no acompanhamento das questões da saúde e da educação na família. Por isso, é a titular do programa, recaindo sobre ela, inclusive, o cumprimento das condicionalidades, como veremos adiante.

Outro aspecto ressaltado como inovador na legislação do PBF é a família como unidade de intervenção, ou seja, *a unidade familiar* como lugar de proteção social. Nesse sentido, é frequente, tanto na Lei quanto no Decreto, a sua recorrência e, assim, como primeiro momento da análise, decidimos partir da significação desse nome, dicionarizado no

Aurélio (FERREIRA, 1995), a fim de compreendermos como o seu sentido se tem estabilizado e circulado na sociedade.

Num segundo momento, mostraremos, na Lei e no Decreto, os deslocamentos de sentidos. Colocamos, dessa forma, um discurso estabilizado, que é o do dicionário, em confronto com o discurso político, o qual pode trazer significações específicas, algumas das quais, não foram contempladas no dicionário. Isso permite refletir acerca dos deslocamentos de sentido que outros discursos produzem em relação a uma memória fixada em determinadas conjunturas, levando-se em conta a sua materialidade discursiva.

Com relação aos sentidos de família, iniciemos, pois, mostrando como a significação tem sido construída em torno do nome *família*, no dicionário de Ferreira (1995) e, em seguida, na Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004:

**Família.** S.f. **1.** Pessoas aparentadas, que vivem, em geral, na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. **2.** Pessoas do mesmo sangue. **3.** Ascendência, linhagem, estirpe social. [...] **9.** *Sociol.* Comunidade constituída por um homem e uma mulher, unidos por laço matrimonial, e pelos filhos nascidos dessa união. **10.** *Sociol.* Unidade espiritual constituída pelas gerações descendentes de um mesmo tronco, e fundada, pois, na consanguinidade. **11.** *Sociol.* Grupo formado por indivíduos que são ou se consideram consanguíneos uns dos outros, ou por descendentes dum tronco ancestral comum e estranhos admitidos por adoção [...]. (FERREIRA, 1995, p. 281)

**Lei 10836, de 9 de janeiro de 2004** Art. 2º, parágrafo 1º, inciso I:  
Família, a unidade familiar, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros. (BRASILa, 2006)

O nome *família* no dicionário é polissêmico. Ele se refere a pessoas que, em relação à(s) outra(s), pertencem à mesma família, quer por laços de sangue (*consanguinidade*), reiterado igualmente pela rede sinonímica nominal *estirpe*, *linhagem*, *ascendência*, quer por *laços matrimoniais* com seus respectivos filhos biológicos ou não dessa união. Já notamos aí, de um lado, que as formas nominais *linhagem*, *estirpe* revelam uma identificação valorativa de condição, prestígio social ao nome *família* e, por outro, que *família* é referente à casa, à vida familiar, dentro de um contexto doméstico (*na mesma casa*) e que tem, na sua composição, o pai, a mãe e os filhos.

Na definição desse nome, Ferreira (1995) se refere em três momentos à significação sociológica, o que revela uma memória acerca do modo que o verbete *família* fora significado, já na primeira edição do Aurélio, datada de 1975. Muito embora esse dicionário tenha passado por outras edições, seguidas de atualizações, a exemplo a da 3. ed.,

na qual nos baseamos, permanece inscrito a imagem do grupo social *família* que fora construída e que se projeta na atualidade ainda.

Assim, a compreensão dos sentidos desse nome nos diz algo acerca de nossa formação social, especialmente no que diz respeito às formas de relacionamentos sociais, ao produzir um modo de falar acerca do núcleo familiar na sociedade. Este modo de dizer é resultante da sedimentação histórica do sentido de *família*, o que garante ao dicionário um lugar de sedimentação desse sentido (NUNES; LAGAZZI-RODRIGUES, 2008, p. 87).

Na análise do discurso, o sentido é concebido como “relação a” e isso se reflete quando examinamos a relação entre o enunciado dicionarizado *família*, confrontando o que é dito desse lugar com o dito na Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para descrever as diferenças, as retomadas, as reformulações.

Considerando as transformações recentes na configuração das famílias brasileiras, o PBF procura incorporar um conceito mais amplo de família, o qual rompe com os pré-construídos tradicionais de família nuclear como instituição social definida por laços de parentesco, de aliança, deslocando-o para um núcleo de convivência, unido por laços afetivos, compartilhando o mesmo teto.

Nesse sentido, o nome *família*, na lei, equivalente a *unidades familiares*, é reformulado com outra acepção. Chama-nos atenção, na definição do sintagma nominal *unidades familiares*, o advérbio *eventualmente* para falar das famílias que se unem por laços casuais, fortuitos, num mesmo *teto*, num mesmo *grupo/contexto doméstico*, sem a celebração de uma autoridade religiosa.

Essa nova significação, reforçada pelas paráfrases *laços casuais*, *fortuitos*, ao entrar na discursividade de *família*, dicionarizada, desestabiliza os sentidos, sedimentados, cristalizados socialmente, uma vez que não pressupõe apenas grau de parentesco *pessoas do mesmo sangue*, tampouco uma ordem legítima, um sacramento instituído por ordem religiosa (*laços matrimoniais*).

*Família* na lei, em comparação ao dicionário, retoma a necessidade de habitação, abrigo (*teto*), lugar de proteção. No entanto, o que determina a constituição de família, na lei, é o critério econômico. Constitui, assim, uma família até que todos tenham parte numa despesa comum do *grupo doméstico*, habitando o mesmo teto, para o bom andamento daquela unidade familiar. O caráter efêmero das relações nas *unidades familiares* é reforçado quando um dos membros não mais contribui financeiramente, seja por motivos de desemprego, separação, perda de poder aquisitivo, *status*, entre outros.

Com efeito, o nome *contribuição* remete à família, como grupo, como realização de uma função econômica, sob a perspectiva da reprodução da força de trabalho, haja vista que sugere que cada membro dessa unidade familiar contribui igualmente com as despesas da família para determinados fins: alimentação, vestuário, educação.

Assim, no encontro de uma memória dicionarizada e o espaço da sua atualidade, na Lei e no Decreto, o sentido não é fixo, mas movediço e inesperado, resultado de práticas de reelaboração inscritas nas práticas sócio-históricas.

Interessante observar que tanto a Lei quanto o Decreto produzem um silenciamento acerca da inserção das unidades familiares no mercado: o fato de elas não se constituírem no espaço da cidade como sujeitos do mundo do trabalho, mas sempre associadas à renda.

A esse respeito, a almejada *emancipação sustentada das unidades familiares* sugere falta de oferta de programas de geração de emprego e renda. Ou seja, há como um apagamento, delineado pela língua do Estado, nesses documentos, no sentido de minimizar as causas que poderiam justificar a não inclusão das unidades familiares, no mercado de trabalho, a não ser pela destinação de renda. Sobre isso, examinemos as sequências discursivas abaixo:

(s.d.) I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza. (BRASILa, 2004, p. 1)

(s.d.) II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 anos [...]. (BRASILa, 2004, p. 1)

(s.d.) § 2º o valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 60,00 (sessenta reais). (BRASILa, 2004, p. 1)

(s.d.) § 3º serão concedidos a famílias com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição. (BRASILa, 2004, p. 2)

(s.d.) § 4º os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias [...]. (BRASILa, 2004, p. 2)

(s. d) A família cuja renda familiar mensal *per capita* esteja compreendida entre os valores estabelecidos no § 2º e no § 3º deste artigo receberá exclusivamente os benefícios a que se referem os incisos II e III do *caput* deste artigo, respeitados os limites fixados nesses incisos. (BRASILa, 2004, p. 2)

(s.d.) § 7º Os atuais beneficiários dos programas a que se refere o parágrafo único do artigo 1º, à medida que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa

Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas. (BRASILa, 2004, p. 3)

(s.d.) § 11. Os benefícios a que se referem os incisos I, II e II do *caput* deste artigo serão pagos mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável [...]. (BRASILa, 2004, p. 3)

Podemos verificar que o efeito de sentido dessas sequências está diretamente relacionado com a identificação das marcas discursivas nelas contidas. A esse respeito, associar aqui *família* à *renda* significa, em princípio, apontar para a posição-sujeito-beneficiário que vem historicamente desassistida pelo Estado, além, é claro, de deslocar a questão para a discursividade econômica, no sentido de garantir um bem, uma posse a essa posição-sujeito.

Daí, a ampla recorrência do nome *benefício* (*benefício básico*, *benefício variável*), o qual mostra exatamente o Estado dando, provendo – para conceder proteção – segurança financeira às unidades familiares com renda familiar mensal *per capita* entre R\$ 70,01 a R\$ 140,00, parcela da população vulnerável socialmente. Em que isso pese, no âmbito das políticas públicas e de bem-estar social do Estado neoliberal, o Estado parece intervir minimamente no sentido de garantir o mínimo para a população mais carente. Dessa forma, a Política de Transferência de Renda inscreve-se na perspectiva do Estado Mínimo, no qual o Estado neoliberal se constitui como mero “garantidor/ provedor” de uma renda mínima (*benefício básico*, *benefício variável*) às unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza.

Como é possível ainda verificar a partir dessas sequências discursivas recortadas, o processo de significação das formas verbais *destinado a*, *concedido*, *serão concedidos*, *receberá*, *passarem a receber*, *poderão ser pagos* é atravessado de discursividade e confere uma orientação argumentativa ao texto, pois determina o efeito de sentido de que as *unidades familiares*, como complementos, estão destinadas a fiéis depositárias da ajuda/proteção do Estado.

Daí parece decorrer uma relação de natureza mercantil, porque a *unidade familiar em situação de pobreza e extrema pobreza* deixa de ser aquela portadora de direitos e deveres sociais, para se tornar uma consumidora a quem o Estado transfere *benefícios* subordinados a critérios de condicionalidades, como veremos a seguir. O objetivo de uma política dessa natureza seria garantir o pagamento da dívida pública de um Estado – culpado – em políticas públicas outras, negadoras dos direitos universais, da seguridade e da assistência social públicas, conforme está prescrito na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Daí, o que é de direito é transformado, então, em assistencialismo em uma tentativa de minimizar o que o Estado deixou de fazer na oferta de emprego e cidadania.

Acerca ainda do *benefício* concedido pelo Estado às unidades familiares, na Lei e no Decreto, esse se associa ao cumprimento de algumas condicionalidades. Vejamos as sequências discursivas abaixo:

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento. (BRASILa, 2004, p. 3)

Art. 27 Considera-se como condicionalidades do Programa Bolsa Família a participação efetiva das famílias no processo educacional e nos programas de saúde que promovam a melhoria das condições de vida na perspectiva da inclusão social. (BRASILb, 2004, p. 9)

No tocante à utilização de mecanismos linguísticos para instaurar a discursividade, o envolvimento das *unidades familiares* é conclamado, na legislação, no sintagma nominal *participação efetiva*, a qual define o cumprimento das condicionalidades, que, quando observadas, configuram a porta de saída do programa. Esta passagem é anunciada na formulação *que promovam a melhoria das condições de vida na perspectiva da inclusão social*. Nesse sentido, dados os tempos de ofensiva neoliberal, essa formulação acaba por reforçar o papel atribuído, por exemplo, à educação – *frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento)* – pela ideologia neoliberal como mecanismo de igualdade de oportunidades. Tal vinculação, ao retomar os pressupostos ideológicos, sugere que a responsabilidade de inclusão social em um país se resolveria mediante a passagem de todos pela escola, com políticas educativas adequadas. O papel social que o Neoliberalismo reservara à educação fora justamente de sua constituição como instrumento de ascensão social e equalização de oportunidades.

Trata-se aqui de uma incisiva que acrescenta um ponto de vista: de que, por meio do alívio à pobreza proporcionado não só pela transferência de renda, mas também pelo acompanhamento educacional, médico e nutricional, pode-se fomentar, na unidade familiar e, em, especial nas crianças e adolescentes, capacidades para o exercício da cidadania e da sua respectiva inclusão no mercado.

Discursivamente, não somente o envolvimento da família é conclamado, mas também o do Estado, no sentido de cumprir o seu papel no quesito condicionalidade e,



consequentemente, garantir a promoção da justiça social – a porta de saída – para obtenção de emprego e de renda. Sobre isso, vejamos as sequências discursivas abaixo:

(s.d.) Parágrafo único. Caberá aos diversos níveis de governo a garantia do direito de acesso pleno aos serviços educacionais e de saúde, que viabilizem o cumprimento das condicionalidades por parte das famílias beneficiárias do Programa. (BRASILb, 2004, p. 9)

(s.d.) Art. 28. São responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do cumprimento das condicionalidades vinculadas ao Programa Bolsa Família, previstas no art. 3º da Lei nº 10.836, de 2004. (BRASILb, 2004, p. 9)

I- O Ministério da saúde, no que diz respeito ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, da assistência ao pré-natal e ao puerpério, da vacinação, bem como da vigilância alimentar e nutricional das crianças menores de sete anos.

II- O Ministério da Educação, no que diz respeito à frequência mínima de oitenta e cinco por cento da carga horária escolar mensal, em estabelecimentos de ensino regular, de crianças e adolescentes de seis a quinze anos.

No sintagma nominal *diversos níveis*, o Estado igualmente conclama, no seu funcionamento discursivo, a força conjunta dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), da Saúde e da Educação, no acompanhamento das condicionalidades do Programa de Transferência de Renda, para garantir *acesso pleno* às famílias beneficiárias *aos serviços educacionais e de saúde*.

O nome *garantia* e seu respectivo complemento nominal – *direito de acesso pleno aos serviços educacionais e de saúde* –, vistos sob a ótica do funcionamento do discurso, discursivizam acerca da ação do Estado na prestação desses serviços. Em outras palavras, o Estado neoliberal pretende intervir, minimamente, no sentido de garantir o mínimo para as unidades familiares – garantir ao menos condições mínimas de educação e saúde. Com efeito, deixam-se de dizer outros sentidos possíveis – falta de moradia, saneamento básico, inserção no mercado de trabalho –, embora isso possa contribuir para ampliar o acesso dos beneficiários a serviços que ora não foram incluídos.

No modelo econômico neoliberal, resta ao Estado a fatia (*benefício, o acesso aos serviços educacionais e de saúde*) que, ao mesmo tempo em que reduz minimamente a condição dos assistidos, tende a reforçar o próprio sistema capitalista, uma vez que o Neoliberalismo é um modo de formação capitalista. Tem-se, então, uma política de inserção de novos consumidores no mercado, mesmo que mínimo de consumo, mas como propulsor das novas bases econômicas.

Já notamos aqui que o compromisso do Estado é marcado discursivamente nos nomes *acompanhamento e fiscalização*. A exemplo, quando gestantes, nutrizes e crianças de 0

a 6 anos devem ser assistidas do ponto de vista nutricional, mantendo o esquema de vacinação em dia. As gestantes devem participar das atividades educativas sobre saúde e nutrição. No que diz respeito à educação, exigem-se 85% de frequência escolar das crianças e adolescentes, com faixa etária entre 6 e 15 anos. O não cumprimento dessas condicionalidades implica a suspensão da participação das famílias beneficiárias do PBF.

Um aspecto a observar é que, apesar de a legislação ser clara quanto às competências dos entes federados: estados, Distrito Federal e municípios no sentido de *promover [...] o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades* (BRASILb, 2004, p. 4), a cobrança acerca da responsabilidade de gestão e acompanhamento no cumprimento das obrigações das famílias é dos municípios, conforme anunciado no circunstante adverbial *em âmbito local* e no complemento nominal *pelo município*, na sequência discursiva a seguir:

Art. 29. O controle e participação social do Programa Bolsa Família deverão ser realizados, em âmbito local, por um conselho formalmente constituído pelo Município ou pelo Distrito Federal, respeitada a paridade entre governo e sociedade. (BRASILb, 2004, p. 10)

A esse respeito, são questionáveis, aqui, as reais condições e a própria capacidade, no caso dos municípios, *em acesso pleno*, de ofertarem o que de básico está previsto com relação aos direitos sociais, isto é, os serviços educacionais e de saúde.

Com efeito, é facultada a responsabilidade, o controle e a participação dos municípios e do Distrito Federal para o bom andamento do Programa de Transferência de Renda, no sentido de manter atualizado o sistema de informação e ofertar serviços relativos às condicionalidades.

Quanto à institucionalização do PBF, ela resulta, como já visto, da ação coordenada entre estados, Distrito Federal e municípios e outros setores governamentais e não governamentais. Vejamos a sequência discursiva:

Art. 11. A execução e gestão do Programa Bolsa Família dar-se-á de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersectorialidade, a participação comunitária e o controle social. (BRASILb, 2004, p. 3)

Notamos que, no sintagma *forma descentralizada*, o nome *forma* anuncia como o programa se apresenta, em *descentralizada*. Nesse sentido, além de *descentralizada*, a nominalização *intersectorialidade* é u'a máxima que determinam o processo de implementação do programa de transferência de renda.

*Descentralizada*, porque tende a democratizar o envolvimento do ente federado que mais se aproxima dos beneficiários – a exemplo: as prefeituras –, concedendo-lhes poder de decisão e, conseqüentemente, ampliando o seu envolvimento na gestão do Programa. Notadamente, a descentralização constitui uma dinâmica política que se inscreve na discursividade do modelo econômico neoliberal, o qual prega o desmonte do Estado como alternativa à gestão da política pública de transferência de renda nos municípios.

Já *intersectorialidade* se apresenta como instrumento de implementação dessa política pública, na qual responsabilidades e recursos são compartilhados entre estados, Distrito Federal e municípios, para construir uma rede de cooperação social e garantir a oferta de direitos sociais – saúde, educação, segurança alimentar – e criar situações favoráveis à participação social no processo de implementação e execução do PBF. No entanto, tal participação não é discursivizada para informar como será feita e qual a sua natureza.

Aliás, associar aqui a *descentralização* das políticas públicas à *intersectorialidade* constitui, pois, um modelo de gestão pública, sustentada nas bases neoliberais de intervenção mínima do Estado no avanço das políticas públicas. Acerca disso, vejamos o Art. 12. e parágrafo 1º:

Art. 12. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 11, e com vistas a garantir a efetiva conjugação de esforços entre os entes federados, poderão ser celebrados termos de cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, observada, no que couber, a legislação específica relativa a cada um dos programas de que trata o art. 3º. (BRASILb, 2004, p. 13)

§ 1º Os termos de cooperação deverão contemplar a realização, por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de programas e políticas sociais orientadas ao público beneficiário do Programa Bolsa Família que contribuam para a promoção da emancipação sustentada das famílias beneficiárias, para a garantia de acesso aos serviços públicos que assegurem o exercício da cidadania, contemplando a possibilidade de aporte de recursos financeiros para ampliação da cobertura ou para o aumento do valor dos benefícios do Programa Bolsa Família. (BRASILb, 2004, p. 4)

Nas seqüências discursivas, as formas verbais *poderão ser celebradas e deverão contemplar*, seguidas respectivamente de seus complementos – *termos de cooperação, a realização [...] de programas orientados ao público beneficiário, emancipação sustentada, garantia de acesso aos serviços públicos* –, deixa-se de dizer da natureza dos termos, ou seja, o modo como serão realizados essa emancipação das famílias e o acesso aos serviços públicos na consolidação das políticas sociais. É possível que se silenciem, aqui, direitos que possam vir a ser assegurados pelo Estado aos beneficiários, mas que não estão inscritos no Decreto. Logo, como não está na legislação, não é garantia de cumprimento pelo Estado. Esse

silenciamento também é frequente quando define competências aos estados, municípios e Distrito Federal, a exemplo em (BRASILb, 2004, p. 4):

- I - Promover ações que viabilizem a gestão intersetorial, na esfera estadual, municipal.
- II - Promover ações de sensibilização e articulação com gestores municipais.
- III - Disponibilizar serviços e estruturas institucionais, das áreas da assistência social, da educação e da saúde, na esfera estadual.
- IV - Estabelecer parcerias com órgãos e instituições do Distrito Federal e federais, governamentais e não governamentais para oferta de programas sociais complementares.

Percebemos aqui estratégias de intervenção do Estado na área social, no entanto, parece faltar clareza na definição delas, inscritas nas formas verbais *promover*, *disponibilizar* *estabelecer*. Também soam frágeis os mecanismos de ação – *ações*, *serviços*, *estruturas* e *parcerias*, uma vez que não estão claramente especificados.

Com efeito, o ponto forte da proposta é a possibilidade de construir uma visão de complexidade dos problemas, tendo, como apoio, a participação de diferentes setores, a exemplo em *parcerias com órgãos e instituições do Distrito Federal e federais, governamentais e não governamentais para oferta de programas sociais complementares*. Vemos que, ao discursivizar em *descentralizada*, *participação comunitária*, *intersetorialidade*, *parcerias [...] governamentais e não governamentais*, inscreve-se a retórica do modelo econômico neoliberal – a retórica das parcerias entre o público (entes federados) e o privado.

Para monitorar a Política de Transferência de Renda às unidades familiares, a legislação institui o controle social que se materializa na participação da sociedade civil na gestão do PBF, no sentido de contribuir para a transparência das ações do Estado e garantir o acesso das famílias vulneráveis ao programa. Vejamos o que determina a Lei na sequência discursiva recortada abaixo:

Art. 9º O controle e a participação social do Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, por um conselho ou por um comitê instalado pelo Poder Público municipal, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A função dos membros do comitê ou do conselho a que se refere o *caput* é considerada serviço público relevante e não será de nenhuma forma remunerada. (BRASILa, 2004, p. 6)

Apesar de a Lei determinar que a fiscalização seja em *âmbito local*, nos municípios, tende-se a um silenciamento quanto à normalização das ações de controle social. Vejamos na sequência discursiva abaixo:

Art. 31. Cabe aos conselhos de controle social do Programa Bolsa Família:

I - Acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização da execução do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal e jurisdicional.

II - Acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

III - Acompanhar a oferta por parte dos governos locais dos serviços necessários para a realização das condicionalidades.

IV - Estimular a participação comunitária no controle da execução do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal e jurisdicional.

V - Elaborar, aprovar e modificar seu regimento interno.

VI - Exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O nome *controle*, na administração pública, tem como função fiscalizar e acompanhar se a política pública de transferência de renda não se desvia dos seus objetivos ou das normas que a regem. Nesse sentido, dentre as determinações que o Decreto define para os conselhos acerca do controle social, vemos a significação das formas verbais no infinitivo – *acompanhar, avaliar, estimular e exercer*.

Em *acompanhar, avaliar e exercer* tem-se o efeito de sentido da ação de velar, vigiar, exercer o exercício do fiscal, cujo complemento é a *fiscalização* e a *oferta de serviços públicos*. Já em *acompanhar e estimular* inscreve-se a discursividade de o estar junto: o Estado companheiro.

Estes conselhos têm caráter deliberativo, cujas atribuições são o acompanhamento, a fiscalização e o gerenciamento da execução do Programa de Transferência de Renda nos municípios. Outro aspecto que merece destaque diz respeito à falta de transparência, por um lado, de como será essa *fiscalização*, como será a *participação comunitária*, bem como quais *políticas públicas e serviços* serão destinados aos beneficiários do PBF.

Por outro, em relação ao processo de responsabilização dos diferentes sujeitos envolvidos por meio de indicação, do gestor municipal do PBF e do Conselho de política pública que responderão pelo acompanhamento do Programa.

Em *outras políticas públicas sociais e outras atribuições estabelecidas*, o pronome *outras* contextualiza sua injeção ao histórico, uma vez que revela a incompletude de um número de referentes para *outras*, que desloca do seu lugar de coisa do mundo para o de quantificador das coisas do mundo que serão constituídas de acordo com a posição-sujeito ocupada na formação social. Tal incompletude tende a abrir espaço para a entrada na cena enunciativa da noção de falta, que é motor do sujeito e lugar no qual as palavras faltam e, ao faltarem, abrem espaços para a produção de equívocos.

Para finalizar esta subseção, questionamos também acerca da capacidade de gerenciamento dos municípios, no sentido de não responsabilizar as unidades familiares, devido a problemas de gerenciamento e gestão desses na função de oferecer serviços e repassar informações. A esse respeito, a legislação, como veremos a seguir, não prevê penalidades aos municípios inadimplentes, recaindo quase sempre sobre os *beneficiários*, além de recair, é claro, sobre os *agentes públicos* a responsabilidade do não cumprimento das condicionalidades. Tais constatações permitem tecer o seguinte questionamento: não responsabilizar os municípios seria uma estratégia discursiva da parte política no sentido de eximir responsabilidades ou de gerenciar os recursos conforme os interesses políticos?

Acerca das penalidades previstas aos beneficiários, vejamos as sequências abaixo (BRASILb, 2004, p. 11-12):

§2º A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania poderá convocar beneficiários, bem como agentes públicos responsáveis pela execução do Programa Bolsa Família e dos Programas Remanescentes, os quais ficarão obrigados a comparecer e apresentar a documentação requerida, sob pena de sua exclusão do programa ou de responsabilização, nos termos da lei.

Art. 34 Sem prejuízo de sanção penal, o beneficiário que dolosamente utilizar o benefício será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida, no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da data de notificação ao devedor, acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema de Liquidação e de Custódia – SELIC, e de um por cento ao mês, calculados a partir da data do recebimento.

Art. 35. Constatada a ocorrência de irregularidade na execução local do Programa Bolsa Família, conforme estabelecido no art. 14 da Lei nº 10.836, de 2004, que ocasione pagamento de valores indevidos a beneficiários do Programa Bolsa Família, caberá à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais:

I – determinar a suspensão dos pagamentos resultantes do ato irregular apurado.

II – recomendar a adoção de providências saneadoras do Programa Bolsa Família ao respectivo município ou Distrito Federal, para que providencie o disposto no art. 34.

III – propor ao Poder Executivo Municipal ou do Distrito Federal a aplicação de multa ao agente público ou privado de entidade conveniada ou contratada que

concorra para a conduta ilícita, cujo valor mínimo será equivalente a quatro vezes o montante ilegalmente pago, atualizado anualmente até a data do seu pagamento, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; e

IV – propor à autoridade competente a instauração de tomada de contas especial, como objetivo de submeter ao exame preliminar do Sistema de Controle Interno e ao Julgamento do Tribunal de Contas da União os casos e situações identificadas nos trabalhos de fiscalização que configurem a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, na forma do art. 8º da Lei n.º 8.433, de 16 de julho de 1992.

§ 1º Os créditos à União decorrentes da aplicação do disposto nos incisos II e III do *caput* deste artigo, serão constituídos à vista dos seguintes casos e situações relativos à operacionalização do Programa Bolsa Família:

I – apropriação indevida de cartões que resulte em saques irregulares de benefícios.

II – prestação de declaração falsa que produza efeito financeiro.

III – inserção de dados inverídicos no Cadastramento Único do Governo Federal de Programas Sociais do Governo Federal que resulte na incorporação indevida de beneficiários no programa.

IV – cobrança de valor indevido às famílias beneficiárias por unidades pagadoras dos Programas Bolsa Família e Remanescentes; ou

V – cobrança, pelo Poder Público, de valor associado à realização de cadastramento de famílias.

As denúncias de *danos ao Erário*, tanto da parte das famílias beneficiárias quanto da parte dos agentes públicos, estão inscritas nos sintagmas nominais *pagamento de valores indevidos e irregularidades, apropriação indevida, saques irregulares, declaração falsa, dados inverídicos, incorporação indevida de beneficiários*. Vemos que a significação dos adjetivos *indevido(a), irregular, inverídico e falso* reforça tanto a negação da lei quanto a ideia de que informações parecem ter sido maquiadas, dissimuladas, ou seja, o princípio da ilegalidade de que alguém induz outrem a erro, marcado no advérbio *dolosamente*, quando há intenção consciente no caso de violá-la.

Para *beneficiários* inadimplentes, a Lei e o Decreto legislam uma série de sanções previstas, a saber, no sintagma nominal *suspensão do pagamento*, nas nominalizações *exclusão, responsabilização, nos termos da lei*, muito embora o *agente público* também esteja sujeito à *responsabilização legal e aplicação de multa*. Essa responsabilização judicial está inscrita na rede parafrástica, *sob pena, sanção penal, ato irregular, conduta ilícita, ato ilegal, ilegítimo*.

Dado o lugar teórico que nos inscrevemos – A Análise do Discurso –, abre-se um lugar privilegiado para compreendermos como os objetos simbólicos – a Lei e o

Decreto, a exemplo – produzem sentidos, como eles estão investidos de significância, como se significam e que ideologia está presente no funcionamento discursivo desses objetos.

O Programa Bolsa Família compartilha um modelo de política pública instituída no contexto da ofensiva neoliberal, da diminuição da função social do Estado, da reestruturação produtiva e da globalização excludente. Com efeito, os efeitos de sentido inscritos nesse *corpus* de estudo não estão só nas palavras, mas na relação com esse contexto, com esses modos de produção, nas condições em que eles são produzidos e que não dependem, por isso, só das intenções dos sujeitos.

Se a política pública é a ação do Estado em determinado período histórico, definida por um governo constituído como parte das ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, vemos que a posição-sujeito-legislador, na cena enunciativa – *unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza* –, inscreve uma prática discursiva definidora que marca, para nós, leitores, um pacto do Estado com a sociedade civil.

Chama-nos a atenção, na formulação acima, o circustante *em situação de*, o qual para nós ratifica que o funcionamento discursivo vai pela contradição, divisão, tensão entre grupos sociais diferentes: grupo do ter, do mercado, dos ricos x grupo do não ter, do não mercado, dos pobres. E como isso aparece? – poder-se-ia questionar. A seguir, apresentamos, esquematicamente, a nossa compreensão sobre isso:

Grupo do ter, do mercado, dos ricos	← <b>em situação de</b> →	Grupo do não ter, do não mercado, dos pobres
-------------------------------------	---------------------------	--

Notadamente dois pontos chamam a atenção: a condição de posse e a condição de estar ou não no mercado. Daí, a ideologia do mais fraco, do mais pobre é sublimarmente construída na discursividade do Estado: o desprovido de renda ou bens. Apesar de a lei escolher trabalhar com esta diversidade – *em situação de pobreza* –, evita-se falar sobre o pobre, porque este é lugar da diferença, de mobilização social, do não estabilizado, daquilo que, sujeito a equívoco, seria uma possibilidade real de ruptura, da divisão social.

Aborda-se aqui, pois, a questão da pobreza de renda inserida na sociedade industrial moderna – notadamente silenciada/apagada na inadaptação escolar, profissional, nas desigualdades, na falta de assistência médica. Decorre daí que o modo de individualização do sujeito seja questão de competência do Estado, ou melhor, a articulação simbólico-política de



que o Estado é responsável, seja pelas instituições, seja pelos discursos, seja pelos indivíduos *em situação de pobreza e extrema pobreza*. Portanto, há uma língua do Estado, individualizando os sujeitos que são afetados – ‘beneficiados’ – por ela (Estado).

Logo, apresenta-nos o Estado que ora fora alheio e unilateral, para tentar impedir o desgaste dos laços sociais. Com efeito, espera-se do Programa de Transferência de Renda o resgate de novos laços, novas bases entre o Estado e o povo, em especial, com *as unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza*, bem como uma resposta às novas demandas sociais que se impõem, sob o risco de perder o controle, sob a iminência da convulsão social. Daí, a tentativa de construir um imaginário menos ameaçado com as parcelas mais vulneráveis da população.

No funcionamento discursivo da Lei e do Decreto, além do discurso de um imaginário igualitarista do Estado em relação às instâncias governadas – *unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza* –, o qual apregoa amenizar as condições de vulnerabilidade do ponto de vista sócio-econômico que faça com que a família saia do estado de miséria (*combater a fome e a pobreza*), para assegurar a possibilidade de cada unidade familiar satisfazer, mesmo que minimamente, suas necessidades por renda, bens de consumo, fomentar o mercado consumidor (*dar poder de compra*), inscreve-se uma discursividade de solidariedade (MAGALHÃES, 2001) como opção à regra de justiça neoliberal.

Isso porque o bem-estar geral depende da participação de todos, e o Estado, apesar de mínimo, assume o papel de "responsável pela materialização da solidariedade através de mecanismos e estratégias próprios de repartição dos bens e serviços sociais" (MAGALHÃES, 2001, p. 3) na tentativa de minimizar a desagregação do tecido social.

Já notamos aqui o Estado que, ao disponibilizar o *benefício*, induz o consumo – ativador da economia que sustenta novas cadeias produtivas no mercado baseadas no ritmo do comércio local. Além do mais, o discurso da solidariedade – do Estado companheiro, do estar junto (*acompanhar e estimular*) com os desprovidos – está intimamente ligado ao da igualdade: a ação de repartir um bem (*renda*) com o outro para ajudá-lo a reencontrar seu lugar na sociedade, em nome de um imaginário comum: a humanidade.

Com efeito, o discurso da cidadania e dos direitos sociais dá lugar ao discurso humanitário da filantropia. Daí o Programa de Transferência de Renda tende a adquirir um perfil seletivo, focalizador, despolitizado, refilantropizado, fundado na solidariedade social, bem ao gosto neoliberal. Diante disso, a política de compensação econômico-financeira entra em pauta como forma de reduzir o problema – um exercício político de solidariedade, uma prática que, diante da divisão, da contradição, assegura uma convivência harmônica e

pacífica com o diferente (os indivíduos do não ter, não mercado, pobre) – *unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza*.

Isso, em nossa visão, sugere, de algum modo, no imaginário, uma prática de exclusão que, silenciosamente, é afirmada, uma vez que os cidadãos precisam primeiro do direito ao trabalho e, em decorrência, do direito a uma renda; como consequência, é possível que não promova as populações beneficiárias na sua humanidade: oferecer condições de trabalho, de lutar intelectualmente para viver bem na sociedade.

#### **4.2 O funcionamento discursivo no discurso das beneficiárias do Programa Bolsa Família**

Nesta subseção, mostraremos o funcionamento discursivo do discurso das beneficiárias. Para isso, retomaremos as seguintes perguntas de pesquisa:

- (i) Que interlocução a discursividade das beneficiárias faz com a Lei e o Decreto?
- (ii) De que lugar a posição-sujeito-beneficiária discursiviza?
- (iii) Que discursividades se inscrevem no discurso das beneficiárias? Que imagens projetam de si e do Estado?
- (iv) O que está silenciado, sujeito a equívoco na discursividade da posição-sujeito-beneficiária?

Os textos que compõem as entrevistas das posições-sujeito-beneficiárias são narrativas pessoais, nas quais elas recapitulam experiências com o Programa Bolsa Família e, com efeito, sujeitos discursivos entram em cena e se inscrevem no universo por elas significado: as próprias beneficiárias, seus familiares e o Estado. Iniciemos, pois, a escuta discursiva nos equívocos, nas falhas e na materialidade linguística - o que dizem, em que circunstâncias o fazem, que imagens projetam de si e do outro (Estado). Isso porque, no discurso das beneficiárias, buscamos os sentidos que não existem por si mesmos, mas que são constituídos em relação às condições de produção na qual estão inseridas, uma vez que os efeitos de sentido são produzidos na interação entre os interlocutores e entre os discursos.

Acerca disso, iniciemos, pois, pela análise dos sentidos inscritos no sintagma nominal Bolsa Família, na discursividade das beneficiárias, para mostrar como o discurso delas funciona produzindo efeitos de sentido, ou seja, mostrar o que é dito por elas em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro,

procurando ouvir, naquilo que elas dizem, aquilo que não dizem mas que constitui, do mesmo modo, os sentidos de suas palavras.

Vemos, primeiro de tudo, que, por um lado, a significação desse sintagma se inscreve na matriz do sentido, o sentido lato que se mantém, o dizível, o qual aponta para o mesmo espaço do dizer da Lei/ Decreto – a ação de transferir renda *às unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza*, para assegurar a segurança nutricional de *crianças, nutrizes, gestantes e adolescentes*, conforme podemos observar nas sequências discursivas recortadas a seguir:

(s.d) [...] eu compro assim... igual caixa de leite pro meu pititinho. sem sê o novinho... eu... eu compro caixa de leite prá ele... i já é uma ajuda boa... porque igual hoje... hoje... é dia 30 que eu pego, né?... já não tenho mais i já fica assim garantido que eu já vô pegá ele i vô comprá... coisas pra ele... (B2)

(s. d.) Eu tava passano muita dificuldade i... é um dinheiro que... ajuda muito a gente, mais carente... pra comprá um leite... algum alimento [...] porque ajuda nós na intera pra comprá... porque se precisa de um arroz... (B4)

(s.d.) se eu não recebesse esse bolsa famía eu nem sei o que seria de mim hoje... i hoje eu já comprei alimentação, leite... porque ela bebe leite... (criança no colo) o leite pra ela... (B5)

Aqui, notamos que o direcionamento do benefício do Bolsa Família pelo governo federal é para a alimentação da unidade familiar – *é... o dinheiro que entra... né... pra famía inteira* – destinado, especificamente, para bens de consumo necessários às crianças – *leite pro meu pititinho; comprá... coisas pra ele; comprá um leite... algum alimento, comprei alimentação, leite...*, separada da renda do trabalho dos outros integrantes da unidade familiar.

(s.d.) e os pais dos meus menino não ajuda... principalmente o pai do meu pititinho que é outro e nenhum me ajuda por enquanto [...]. (B2)

(s.d.) tem meu marido que trabaia... só que a renda nossa é pouca... então... mais mesmo assim... já tá ajudano bastante... porque se não tivesse nada... ia sê pió... (intervenção da pesquisadora) porque ajuda nós na intera pra comprá... porque se precisa de um arroz... [...]. (B4)

(s.d.) porque o meu marido não é pai das minha filha i eu uso o dinheiro pra isso... pra elas... entendeu?... porque o pai delas é outro e não paga pensão... né? [...]. (B5)

As entrevistas com as beneficiárias reforçam o que é dicionarizado – grupo doméstico que compartilha o espaço privado, o mesmo domicílio, bem como se inscreve na discursividade da Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004 – como critério econômico – grupo que se mantém pela contribuição de seus pares, no qual a família (homem/ mulher), no

convívio doméstico, se define como unidade de trabalho na qual todos contribuem, recorrente no verbo *trabalhar* (*marido que trabalha*) (B4), *eu trabalho* (B5), *meu marido trabalha* (B5).

Por outro, deslocam sentidos para o sintagma, diferentemente do que fora dicionarizado. Na formulação discursiva que tomamos de (B2), [...] *os pais dos meus menino não ajuda principalmente o pai do meu pititinho é outro e nenhum me ajuda por enquanto*, inscreve-se o silenciamento do pai-marido. Já notamos aí que a dupla negação – o advérbio *não* e o pronome indefinido *nenhum* –, ao negar o verbo *ajudar*, desconstroem o discurso da família nuclear constituída por pai, mãe e filhos, para construir outro discurso: da unidade familiar que tem, como referência, a mãe, a mulher, a responsável pela administração financeira da família, recorrente nos verbos *pago*, *compro*. A discursividade das beneficiárias confirma a condição da lei: a unidade familiar como lugar de proteção social e a mulher como gestora do benefício no contexto doméstico.

Também a questão dos laços de afinidade, presente na discursividade da Lei, é observada no recorte de (B5) no qual indivíduos se unem para uma vida em comum (*no mesmo teto*), baseada no afeto, mas não compartilhando filhos nascidos dessa união, o que é reforçado pela negação, seguida de uma asserção *não é pai das minhas filhas*, [...] *o pai delas é outro*.

Muito embora o foco do Programa Bolsa Família esteja na segurança alimentar das unidades familiares, notamos, na discursividade das beneficiárias, que elas aplicam o mesmo – *naquilo que a gente vê que tá precisano mais... dependeno do dia do mês*. Nesse sentido, a renda é destinada não só para a alimentação (*combater a fome*), mas também para o pagamento da *água, luz, aluguel* e compra de *chinelo, remédio, material escolar*. Vejamos isso nas sequências discursivas recortadas a seguir:

(s.d) [...] e tem me ajudado muito... ele serve pra tudo... é... uma conta de água... uma conta de luz, um chinelo... pros menino... tá servino prum caderno... nu que cume... agora tá servino pru aluguel... (B3)

(s.d.) [...] ele me ajuda muito com alimentação... material escolar... com meus fio... já chegô veiz assim da gente num tê nadinha pra cumê dentro de casa... aí... chega no dia do bolsa famía... é... o dinheiro que entra... né?... pra famía inteira... porque tanto ele ajuda... com... na dispesa... tanto que se tivê um talão de luz... um talão de água... a gente paga... pra nós que é carente, que... que precisa de atenção do governo, ajuda com a alimentação com toda a dispesa da casa... tá dano pra viver assim agora... e ajuda com todas as dispesa da casa... eu só não pago aluguel com esse dinheiro... água... luz... dispesa... eu compro as coisa de material escolar... agora assim... nossa... assim... ele foi fundamental... agora... porque... se eu não tivesse ele, eu nem sei como os meus fio ia pra escola... (B6)

(s.d.) [...] a família sabeno usá ele... sabeno usá... ajuda muito... muito mesmo... por exemplo... o que eu recebo... os 66,00... aplico naquilo que a gente vê que tá precisano mais... dependeno do dia do mês... se é na alimentação... se é na roupa... se é no material escolar... onde precisá mais a gente usa... da melhor maneira possível... (B7)

(s.d.) [...] porque tinha muita gente assim... que passava necessidade... e agora com esse dinheiro... tem ajudado os necessitado... muita gente... (intervenção do pesquisador) uai assim... num tem um arroz... um gáis... i aí o dia que a gente recebe... comprá... prá mim... esse programa tem que segui indiante porque ajuda muito as pessoa... tem muita pessoa que precisa desse dinheiro... pra mim mesmo ele é bõo demais... igual eu tenho dois menino que toma remédio i eles num trabaia... só meu marido... aí... ele já ajuda... 68,00 me ajuda muito... (intervenção da pesquisadora) porque às vez a gente qué cumê assim uma verdura... um doce... uma coisa assim... a gente pode comprá... (B8)

Daí, advém o grau de satisfação das beneficiárias, a exemplo, nas seguintes sequências discursivas:

(s.d.) [...] Eu acho o programa muito bõo porque é um dinheiro que ajuda muito a gente [...] é muito bom [...] me ajuda muito [...] o bolsa ajuda muita gente... muita gente... praque tinha muita gente passando fome... não tinha o que cumê [...] o bolsa me ajuda muito e não pode tirá não... praque se tirá... que será de nós se tirá?... (B1)

(s.d.) [...] eu acho que é assim... muito bom porque é... assim... é... uma renda boa, porque igual assim... uai... como é que eu falo?... é... uma ajuda boa... e todo mês assim... ocê pode garanti... [...] é um dinheiro que você tem ele todo mês... posso fazê compromisso com ele... entendeu? [...] depois que eu passei a recebê o bolsa família... do que a gente vivia... melhorô de 90%, 70% melhorô... i agora a minha vida é bem melhor... (B2)

(s.d.) [...] é um dinheiro que... ajuda muito a gente, mais carente... eu achei muito bom... eu recebo 112,00... i a vida... ocê sabe... sempre foi assim mesmo... com muita dificuldade i tudo... mais teno essa ajuda do governo... eu acho que... eu acho que melhorô bem mais [...] porque prá mim... o bolsa família pra mim... é ótimo e ajuda muito... as pessoa... as pessoa necessitada [...] tá bom... tá ótimo i eu espero que melhore mais. (B4)

(s.d.) ele me ajuda muito com alimentação... material escolar... com meus fio [...] o bolsa é tudo... tudo o que eu tenho [...] o dinheiro do bolsa famía já é uma ajuda... uma grande ajuda dentro de casa... ele é fundamental... muito importante mesmo [...] se fosse pra mim dá uma nota pro bolsa famía de 0 a 10... eu dava 11 (intervenção do pesquisado) porque... porque eu acho que foi o melhor que o Lula fez... no governo dele... o melhor!.. que ele fez foi esse bolsa famía e as casa né?... [...] o bolsa família pra mim é tudo. (B5)

(s.d.) [...] é... um excelente programa... prá mim ajuda muito... ajuda muito é... é... as família carente, ajuda muito [...] ajuda muito... é um programa que melhorô muito pra mim e pra muitas famílias é... eu acho que o pobre tá menos pobre... de pelo menos dos que eu conheço... melhorô bastante a nossa vida... [...] porque é um programa muito bom... é um excelente programa, que não... devia acabá [...] desde que eu comecei a participar até hoje pra mim é muito bom... prá mim... ele não deve acabá... ele deve preservá tanto quanto os outro que ele crio, esse também é muito bom pra família carente... é muito bom. (B 7)

No tocante à utilização da materialidade linguística, para instaurar a discursividade nas sequências recortadas acima, um dos aspectos mais ressaltados das beneficiárias em relação ao PBF diz respeito ao sentimento de aprovação – *muito bõo, muito bom, ajuda muito, bem melhor, melhor, ajuda muita gente, excelente programa, fundamental, muito importante*. Fazem, na sua maioria, uma avaliação positiva, notadamente intensificada por advérbios designativos de intensidade *muita, bastante*, pelo pronome indefinido *tudo* e pelos adjetivos *bõo/bom, ótimo, importante, muita, melhor e excelente*, acerca desse Programa.

Quase na sua totalidade, unem-se então ao governo, realizam-se, acordam, concordam com a política de transferência de renda. Com efeito, há um processo de identificação (ORLANDI, 2012, p. 227) no qual a posição-sujeito-beneficiária se subjetiva, discursivamente marcado nas formas pronominais de 1ª pessoa do singular (*eu, me, minha*) e de 1ª pessoa do plural (*nóis*). Sobre isso, vejamos a significação construída em torno das formas verbais *adorar, sentir, entrar e agradecer* no funcionamento discursivo das cenas enunciativas abaixo:

(s.d.) Eu adoro a minha Bolsa Família [...] Eu mesmo... me sinto muito bem com o Bolsa [...] desde que o bolsa entrou na minha vida, me ajuda demais da conta [...] não pode tirá, não, praque, se tirá, nóis tá perdido, né?... Deus me livre... Nossa Senhora... (intervenção da pesquisadora) praque um dia trabaia... outro não trabaia... praque eu não tenho como trabaiaá direito. (B1)

(s.d.) e eu agradeço o Bolsa Família porque, se não fosse o Bolsa Família, eu nem sei o que ia sê de mim, viu? [...] o bolsa é tudo o que eu tenho... a maioria das coisa que eu tenho assim... agradeço o bolsa família que me ajuda. (B5)

*Adorar* remete à ideia de que a beneficiária *rende culto a, ama extremamente* uma entidade e faz ressoar um já dito anterior que se inscreve na discursividade religiosa. No contexto religioso, a gratidão, igualmente em *agradecer*, refere-se ao sentimento de dívida em direção a essa mesma entidade.

Já *sentir e entrar* trazem consigo o efeito de sentido de que ser beneficiária é uma situação confortável e elas têm consciência disso e, portanto, não se veem sem o programa, pois o mesmo já faz parte da suas vidas, reiteradamente marcado na dupla negação em *não pode tirá não, praque, se tirá, nois tá perdido né?... Deus me livre... Nossa Senhora... eu nem queria que acabasse... Deus me livre...* (B1).

Chama-nos a atenção a condicional na formulação discursiva “*se tirá, nóis tá perdido*”, em que a materialidade linguística de 1ª pessoa do plural verbal (*nóis tá*) funciona, discursivamente, como categoria conceptual homogênea e, conseqüentemente, produz um

efeito de comunhão, de discursividade coletiva e, por isso, circunscuem-se nela as beneficiárias em diálogo com o Estado, por meio da ilusão de uma interlocução.

Essa discursividade das beneficiárias aponta para o deslocamento do efeito de sentido do sintagma Bolsa Família, a ruptura do seu processo de significação (equivoco), produzindo uma formulação diferente desse dizer anterior e já sedimentado, quando, por exemplo, o nome *bolsa* preenche ora o lugar de sujeito (*o bolsa ajuda muita gente*), ora de complemento (*e eu agradeço o Bolsa Família*).

Para explicar o funcionamento discursivo, ultrapassamos os critérios puramente sintáticos de classificação, aqueles que dão conta apenas da forma como essa categoria é preenchida do ponto de vista lexical, na tentativa de explicar os sentidos advindos dessa movimentação, uma vez que são forças que trabalham continuamente o dizer de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão entre o mesmo (o já dito) e o diferente (o a se dizer), possibilitando, assim, a movimentação da posição-sujeito-beneficiária e dos sentidos.

Com efeito, existe um processo de deslocamento/deslizamento do sentido, em geral, por processos metafóricos, o qual atua como interdiscurso e interfere na indicação do que se pretende referir. Para tanto, temos uma entidade concreta, individual, no sintagma nominal (*o bolsa*) representativa de uma classe de indivíduos. Dessa forma é que se diz (*o bolsa ajuda*).

A isso, acrescentamos que o discurso – como prática – não se constitui discursivamente como sentido único. Pelo contrário, o trabalho com a materialidade linguística possibilita romper com essa ilusão e daí mostrar, pelo funcionamento discursivo, os processos de significação que engendram a possibilidade de sentidos outros na discursividade.

É também notável, na discursividade das beneficiárias, a recorrência do verbo *ajudar* – o grande termo que permeia toda a discursividade das beneficiárias – com a acepção de *prestar auxílio, socorrer, prover de*, uma vez que o Programa de Transferência de Renda, na visão delas, contribui para que possam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza no que diz respeito à alimentação, vestuário ou qualquer outro orçamento doméstico (*água, luz, aluguel, remédios*), a ponto de quantificar, julgar numericamente esse ganho – *melhorô de 90%, 70% melhora (B 2), de 0 a 10... eu dava 11 (B5)*.

Há, ainda, o fato de atribuir a esse termo metafórico o lugar de sujeito agente. O sujeito nomeado passa a ser uma classe, um grupo, uma instituição, cujas potencialidades de controle se esvanecem nos fluidos limites das abstrações. Quem *ajuda, quem entra na verdade* é o governo, o Estado, entidade que se presentifica apenas pela força dos

deslocamentos metafóricos com que representamos os seres concretos, os verdadeiros agentes da ação expressa pelos verbos (*ajudar* e *entrar*). Aqui a metáfora é a responsável pelos deslizamentos dos sentidos, pela deriva, pela transferência (ORLANDI, 2012, p. 154).

Em *o bolsa é tudo o que eu tenho... a maioria das coisa que eu tenho assim...* (B5), em *tudo*, inscreve-se o recurso da indeterminação, a escolha utilizada para falar do discurso da falta que fora preenchido pela assistência do Bolsa Família, o que possibilita a construção de um imaginário simbólico – o interdiscurso – do lugar dos excluídos, das famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza.

Nesse sentido, *o bolsa* recebe a qualificação, anunciada pelo verbo *é* e o seu predicativo *tudo*, os quais classificam, positivamente, tal sujeito como o provedor, na sua totalidade, para, por exemplo:

- (i) garantir a presença dos filhos na escola: [...] *se eu não tivesse ele eu nem sei como os meus fio ia prá escola* [...] (B5);
- (ii) comprar um medicamento: [...] *quando... um remédio... também porque tem vez que a gente não tem dinheiro nem prá comprá remédio* [...] (B5).

No contexto do Bolsa Família, percebemos, conforme legisla a Lei, que a figura da mãe define o uso dos recursos. Desse modo, há a sua interpelação como agente principal para a execução do programa, notadamente marcado nos verbos de ação *comprar* e *pagar*, recorrentes nas sequências discursivas recortadas abaixo:

(s.d) [...] agora tô recebeno 25 i pego esse dinheiro i compro... um calçado prá ele e vô pagano... sabe?? [...] aí pago um... aí termino de... e compro assim uma camiseta... e assim vô pagano... vô pagano... assim... recebo 25,00 né... (B9)

(s.d.) é... uma ajuda boa.... e todo mês assim... ocê pode garanti... igual esse mês vai sê... uma boa pra mim comprá as coisa pros meninos né?... como diz?... é três mais ajuda, é... é uma quantia boa assim... porque assim... muita gente pega um valor bão i não faz o que... deve fazer... porque eu... eu... já pego... eu já... já... o que eu tivé que comprá pra eles eu compro... é... eu compro assim.... igual caixa de leite pro meu pititinho. sem sê o novinho... eu... eu compro caixa de leite prá ele... i já é uma ajuda boa... porque igual hoje... hoje... é dia 30 que eu pego né?... já não tenho mais i já fica assim garantido que eu já vô pega ele i vô comprá... coisas pra ele... [...] me ajuda porque... eu pago com os 428,00... eu pago água... pago luz... então... o bolsa família já veio numa hora boa porque eu já compro alguma mistura... é... calçado... é igual... no Natal, eu comprei calçado pros meu menino... foi um calçadinho baratinho, mais já... como se diz... já passô... o Natal mais... [...] já usei ele até pra pagá assim... pra mim pagá... porque, às vezes, eu tinha cento e pouco pra pagá o aluguel e já é uma ajuda boa que dá uma interá do meu aluguel... com a água... com a luiz... (B2)

(s.d) [...]... eu ajudo em casa... pago uma energia... compro um gáis.... [...] porque, às vez, a gente qué cumê assim uma verdura... um doce... uma coisa assim... a gente



pode comprá... igual... eu tomo remédio também... eu (15) compro também com esse dinheiro... (B8)

(s.d.) [...] i pego esse dinheiro i compro por exemplo... um calçado prá ele e vô pagano... sabe?... tem vez que não dá... eu ajudo... sabe?... é assim... porque é só eu i meu marido... né? i ele... aí porque... os outro... é tudo casado i tem suas casa... aí eu ajudo ele... aí pago um... aí termino de pagá e compro assim uma camiseta... uma bermuda e assim vô pagano... vô pagano... assim... recebo 25,00, né? e daí dô cinco pra ele comprá alguma coisa prá cumê e os vinte eu compro assim... uma roupa pra ele... um calçado... inclusive eu comprei um tênis e tô pagano... (B9)

Ao examinar os recortes precedentes, notamos a inscrição de uma discursividade econômica, haja vista que as beneficiárias também são reduzidas à figura de consumidoras, devido à frequência do uso do verbo *comprar* e *pagar*. Isso reforça a política capitalista, a política do mercado e aproxima “os que têm e os que não têm”, o que, de certo modo, faz grande diferença no sentido de minimizar as desigualdades sociais.

Além disso, apesar de mínimo, esse ganho lhes permite exercer uma movimentação financeira, ao ponto de escolher a compra de itens alimentícios (*caixa de leite, verdura, doce*), vestuário (*camiseta, bermuda, tênis*), medicamentos (*remédios*) e contas domésticas (*aluguel, água, luz e gás*) e, nessa medida, lhes possibilitaria o começo da autonomia de sua vida financeira, pessoal, tendo, mesmo na renda mínima que é oferecida pelo Estado, um de seus suportes.

Vemos, aqui, se o *benefício/renda* é destinado ao *aluguel*, à *luz*, ao *remédio*, daí decorre a possibilidade de o Programa não atingir o seu objetivo principal: combater a fome e a pobreza. Sobre isso examinemos ainda:

(s.d.) [...] dá uma intera do meu aluguel... com a água... com a luz [...]. (B2)

(s.d.) [...] tá servino pru aluguel porque... é a única renda que eu tô teno né?... mais é mais pro aluguel... agora ele já tá comprometido... eu num compro outra coisa... sai da minha mão direto pro dono da casa i tem me ajudado bastante... i se não fosse ele eu nem sabia como tava fazeno... pra... pra pagá esse aluguel aqui [...] se não tivesse esse benefício... eu não ia tê coragê de chegá em lugar nenhum pra comprá... nenhum... agora eu tenho... i posso chegá numa farmácia i pedi pra pessoa me vendê um remédio... um remédio mais barato ou, se eu precisá de um dinheiro, eu vô nu vizinho pra ele me empréstá um dinheiro... tudo é... é... confiano nele... no bolsa família... porque outro eu não tenho [...]. (B3)

(s.d.) [...] eu conheço... senhoras mesmo... que não têm nem como trabaíá e nem como sobrevivê e alimenta do bolsa famía... espera o bolsa família vim e fica dependendo de ajuda... e quando o bolsa famía vem... é o dia que ela come melhor... é o dia que o bolsa famía chega... porque ela tá dependeno da ajuda dele... i ajuda... como diz, cavalo dado não mostra os dente [...]. (B5)

A propósito dessas sequências discursivas, as políticas públicas precisam também contemplar aqueles indivíduos (*senhoras*) que estão fora do mercado de trabalho *que não têm*

*nem como trabaiá e nem como sobrevivê* – por doença, por invalidez e que precisam, igualmente, de políticas públicas que atendam às demandas deste recorte da população, visto que o benefício é desviado não para a alimentação, mas para outras necessidades discursivamente relatadas pelas beneficiárias (*sai da minhã mão direto pro dono da casa e [...] se não fosse ele, eu nem sabia como tava fazeno... prá... prá pagá esse aluguel aqui* (B3)). Baseado nisso, o discurso do Estado inscreve-se na discursividade assistencialista e patronal com impactos de curto prazo e não da emancipação sustentada.

Apesar disso, as beneficiárias não deixam de ressaltar a insuficiência de renda. Isso fica evidente na condicional (*se fosse mais*), na forma verbal do futuro de pretérito (*ajudaria*), na expressão indicativa de quantidade (*é pouco*).

Do mesmo modo, na formulação discursiva, *o bolsa não é tanto*, a negativa *não* que precede *é tanto* reforça a condição de necessitadas: reivindicam mais renda, alegando que a atual não é suficiente para atender às suas demandas, o que é reforçado no advérbio *mais*, provavelmente, para garantir a escolha de outros bens de consumo.

Logo, notamos aqui a inscrição da posição-sujeito-beneficiária capitalista, individuado e identificado pela acumulação de posse e de bens. Acerca disso, examinemos as sequências discursivas a seguir:

(s.d.) [...] porque o que eu recebo ajuda apesar de... se fosse mais... ajudaria mais... igual... o meu caso... eu pago aluguel... eu pago... 110,00 de aluguel... pago água... luz... entendeu?... i tem meu marido que trabalha... só que a renda nossa é pouca... então... mais mesmo assim... já tá ajudano bastante... porque se não tivesse nada... ia sê pio.. [...] o bolsa não é tanto... como... como precisa... podia pagá um pouquinho mais... num tá tudo completo mesmo, mais tá bom... tá ótimo, i eu espero que melhore mais, né?...[...] antigamente tinha o vale gás... tinha... né... prá ajudá no desconto de luz, i agora já vem um tanto pra incluir tudo... a gente já recebe um tanto pra incluir tudo... entendeu? mais podia sê mais... a gente recebe um tanto prá incluir tudo i eu acho que ainda é pouco... a gente passa dificuldade não dá pra tudo... às veiz, a gente não tem tudo que precisa. sempre falta um arroz... um óleo, né?... ai a gente tem que i si virano daqui... dali, pra num deixá as criança passá falta das coisa... (B4)

(s.d.) [...] eu... eu só acho... só que é pouco... mais tá bão... i a gente como é que faiz... sabe como que é... os menino já é grande... i nenhum recebe né... é assim... era o vale gás quando o meu menino saiu que feiz 17 anos... aí cortô né... mas eu recebi o vale gás... aí... desse tempo prá cá... foi só aumentano... aí tá em 68,00 aí... eu recebo... (B8)

(s.d.) [...] o que a gente ganha ajuda né... porque o pai dele não me ajuda em nada né... é pouco mais serve, né?... aí fui fiz i agora tô recebeno 25,00 i pego esse dinheiro i compro por exemplo... (B9)

Aqui observamos, conforme interpelado na Lei e no Decreto, a efetiva presença da família, restrita à figura da mãe e seus filhos, como aquela que se coloca junto do Estado,

tornando-se corresponsável pela gestão da família e pelo enfrentamento das questões estruturais no combate à pobreza da unidade familiar.

A esse respeito, quando o Programa de Transferência de Renda posiciona as mulheres como corresponsáveis, inscreve-se o silenciamento da figura paterna.

No entanto, temos a relação, envolvendo mãe e Estado, o qual, diante da ausência ou incapacidade desse pai – o genitor/o provedor –, se vê na condição de ocupar esse vazio.

Já notamos que a discursividade das Beneficiárias vai pela discursividade da reivindicação, uma vez que há um jogo que define as relações de troca (*dar/ receber*) entre beneficiárias e Estado (governo), no qual a ação política se confunde com a coletividade, criando relações abstratas: o Estado-Pai que garante direitos às beneficiárias para satisfazer às suas necessidades básicas de consumo – *alimentação, vestuário*. Essa relação de troca, discursivamente, está associada à felicidade (*é muito bom, eu adoro a minha bolsa família i me ajuda muito... sabe???* (B1)), (*como se diz... já passô... o Natal mais.. como se diz... mais feliz... né?* (B2)), ao novo, a uma nova condição de vida (*posso fazê compromisso com ele, entendeu?[...] e agora a minha vida é bem melhor.* (B2)), já que se unem ao Estado, na sua totalidade, sem convergência de ideias, ausência de conflitos. Daí, o Estado-Pai carismático, provedor, garantidor: o homem que passou fome se identifica como uma delas. Constrói-se, assim, uma imagem personalizada em torno desse Pai-Salvador, com reflexos nas urnas – *se fosse para eu votar nele de novo eu votava* (B5).

Já notamos aí um imaginário que se constrói em torno desse Pai-Estado, que ressoa no imaginário das beneficiárias, que se fortalecem e se realizam com a força do outro o que é reforçado em [...] *tá dano pra viver assim agora* [...] (B6); [...] *eu acho que o pobre tá menos pobre* [...] (B7); [...] *e agora com esse dinheiro... tem ajudado os necessitado* [...] (B8).

Também há aqui um dito silenciado, discursivamente marcado no advérbio *agora*, para dizer que o Programa de Transferência de Renda lhes possibilitou uma vida melhor, mais digna – *o pobre tá menos pobre* –, o que sugere que, antes, não se tinha essa dignidade. E, se se fala aí em dignidade, isso propicia a individuação dessa posição-sujeito-beneficiária na qual se reconhece e com a qual se identifica. Com efeito, ressoa uma memória acerca dos problemas econômicos enfrentados pelas unidades familiares. Vejamos isso nas seqüências recortadas a seguir:

(s.d.) se eu... se não tivesse esse beneficio... eu não ia tê coragê de chegá em lugar nenhum pra comprá... nenhum... agora eu tenho... i posso chegá numa farmácia i pedi pra pessoa me vendê um remédio... um remédio mais barato... ou, se eu precisá de um dinheiro, eu vô nu vizinho pra ele me emprestá um dinheiro. tudo é... é... confiamo nele... (B3)

(s.d.) tá dano pra viver assim agora... e ajuda com todas as dispesa da casa... eu só não pago aluguel com esse dinheiro [...] eu conheço... senhoras mesmo... que não têm nem como trabaia e nem como sobrevivê e alimenta do bolsa famia... espera o bolsa família vim e fica (35) dependendo de ajuda... e quando o bolsa famia vem... é o dia que ela come melhor, é o dia que o bolsa família chega... (B5)

(s.d.) um programa assim... acho que é um programa que gera,, às vezes, até mesmo dignidade pro chefe de muitas família... porque, às vezes, o pai de família tá desempregado... tá desempregado... e isso ajuda... é um valor que não é um grande valor, mas bem usado... ele... é um... (B7)

A propósito, seguindo o movimento dos processos de significação desencadeados pelo nome *bolsa*, mostraremos, na discursividade das beneficiárias, a analogia dessa escolha com salário, uma vez que a sobrevivência delas é garantida por ele. Sobre isso, vejamos as sequências discursivas recortadas a seguir:

(s.d) [...] é... é... o bolsa me ajuda muito i não pode tirá não.... (intervenção da pesquisadora) praque, se tirá... que será de nós se tirá... eu tô desempregada... eu trabaio de 15 em 15 dias... é faxina que eu faço... i aí eu acho que vai apertá muito né?... (B1)

(s.d.) [...] é um dinheiro que você tem ele todo meis... posso fazê compromisso com ele... entendeu?... i já usei ele até pra pagá assim... pra mim pagá... porque às vezes eu tinha cento e pouco pra pagá o aluguel e já é uma ajuda boa que dá uma intera do meu aluguel... com a água... com a luiz... então... é um dinheirinho que veio na hora boa pra gente... (B2)

(s.d.) [...] i se não fosse ele eu nem sabia como tava fazeno.... pra.... pra pagá esse aluguel aqui... antes eu num tinha um... vamo dizê... um salário, né?... de onde tirá... i agora eu sei que aquilo é certo... todo mês eu posso i lá... que eu recebo e eu posso contá com ele todo mês... [...] se não tivesse esse beneficio... eu não ia tê corage de chegá em lugar nenhum pra comprá... nenhum... agora eu tenho... i posso chegá numa farmácia i pedi pra pessoa me vendê um remédio... um remédio mais barato, ou, se eu precisá de um dinheiro, eu vô nu vizinho pra ele me emprestá um dinheiro... tudo é... é... confiano nele... no bolsa família... porque outro eu não tenho... é uma coisa que é garantido todo dia 30... então é isso... (B3)

(s.d.) [...] porque, com o bolsa família, eu posso ter mais controle com as coisa i... assim... posso fazê um compromisso né?... alguma coisa que eu tivé um compromisso... e posso tá contano com ele porque ele vem direitinho i não falta de jeito nenhum... entendeu?... i... i agora, eu vô tê aumento né?... porque tive otra criança e vô inclui também... vai vim um aumentozinho pra mim... porque vai passá prá 140,00... (intervenção da pesquisadora) eu tenho três filho... i agora a nossa condição de pobre num tá tão difícil com o bolsa família... (B4)

(s.d.) [...] já chegô veiz assim da gente num tê nadinha pra cumê dentro de casa... aí... chega no dia do bolsa famia... é... o dinheiro que entra... né?... pra famia inteira... porque tanto ele ajuda.. com... na dispesa... tanto que se tivé um talão de luiz... um talaõ de água... a gente paga... pra nós que é carente, que... que precisa de atenção do governo, ajuda com a alimentação com toda a dispesa da casa... tá dano pra viver assim agora... e ajuda com todas as dispesa da casa... [...] eu conheço... senhoras mesmo... que não tem nem como trabaia e nem como sobrevivê e alimenta do bolsa famia... espera o bolsa família vim e fica dependendo de ajuda... e, quando o bolsa famia vem... é o dia que ela come

melhor... é o dia que o bolsa família chega... porque ela tá dependeno da ajuda dele.... i ajuda... como diz cavalo dado não mostra os dente... (B5)

(s.d.) [...] mas é um dinheiro assim... que cê sabe... todo mês você vai lá... sabe... i pega ele.... não dá pra comprá... assim o básico... por exemplo... o leite... porque a criança não pode ficar sem i eu tenho oito i tô esperano o nono i... então... isso aí num dá mesmo... i e eles não pode ficá sem a verdura... a fruta... isso aí num dá mesmo... pro meis num dá mesmo... mais um xampu... né?... um produto de higiene que precisa às veiz pra escola... essas coisa assim que eu... que eu aplico o bolsa família... (B6)

Contrário à discursividade do que é pago a alguém pelo tempo e esforço gastos na produção de bens e serviços, pela força de trabalho, pela contribuição humana à produção, em contrato direto estabelecido entre empregador e empregado, notamos aqui um contrato indireto. Esse se dá sob a forma de auxílio/benefício concedido pelo Estado para apoiar as unidades familiares *em situação de pobreza e extrema pobreza*, com renda familiar *per capita* inferior a R\$ 70,01 mensais, e está baseado na garantia de renda para o acesso à alimentação, bem como ao direito à educação e à saúde.

Com efeito, no interior das sequências discursivas recortadas acima, é possível identificar que a gratificação equivalente a um salário mensal é recorrente em:

- (i) [...] um dinheiro/um salário/o dinheiro que entra [...]
- (ii) [...] tem ele todo mês/ todo mês/ chega no dia do bolsa família [...]
- (iii) [...] posso fazê compromisso com ele/posso contá com ele/uma coisa que é garantido todo dia 30 [...]
- (iv) posso tá contano com ele porque ele vem direitinho/aquilo (salário) é certo [...]
- (v) [...] eu vô tê aumento, né?.../vai vim um aumentozinho pra mim [...]

Nesse domínio discursivo, ao mostrar a materialidade linguística, a exemplo, nas relações parafrásticas (*dinheiro, salário*), essas vão engendrando efeitos de sentido ao reforçar que o *benefício* constitui uma fonte de renda – um meio para alçar objetivos – recorrente na ampla rede sinonímica – *posso fazê compromisso/posso contá com ele/ é garantido/ele vem direitinho/é certo*. Inclusive, caracteriza, como fonte de operação financeira, em *emprestar* e de investimento em *guardar*, de ‘empoderamento’, mesmo que mínimo, como em:

(s.d.) se eu precisá de um dinheiro, eu vô nu vizinho pra ele me emprestá um dinheiro... (B3)

(s.d.) porque tem veiz que a gente não tem dinheiro nem prá comprá remédio... mais... eu mesmo guardo pró remédio, eu mesmo guardo, porque posso tá apertado

do jeito que fô, eu guardo 10,00 do bolsa família... eu guardo... porque... porque mais pra frente né... (B5)

(s.d.) o que eu posso fazer com esse dinheirinho?... guardá... na hora da emergência tá ali... igual minha menina fala... ah mãe... eu quero uma calça daquela de 10,00... então... eu vô lá... pego o dinheirinho que tá lá guardado... então vô lá e compro prá ela... (B6)

No contexto da discursividade das beneficiárias, o Programa de redistribuição de renda, como política pública, não constitui um espaço de confronto de opiniões, uma vez que constrói uma unidade consensual entre elas acerca do PBF. Assim, quando mostramos essa unidade consensual, instaura-se o esquecimento, o qual nos permite questionar: o que está de fora/foi silenciando/apagado discursivamente nesse contexto?

Logo, há uma discursividade homogênea que não dá lugar à diferença, o que sugere a posição-sujeito-beneficiárias despolitizadas, pois nada reivindicam, além do benefício, apenas desejam que elas e seus descendentes (*filhos/as,neto*) permaneçam na condição de assistido/necessitado, depositários do benefício, notadamente marcado pelo verbo *receber*, não se vendo, inclusive, sem a ajuda do programa de transferência de renda, reiterado em *que será de nós se tirá [...] não pode tirá, não, praque, se tirá, nós tá perdido, né?... Deus me livre... Nossa Senhora... [...] eu nem queria que ele acabasse. Deus me livre... (B1)*. Vejamos isso abaixo:

(s.d.) eu queria vê se eu consigo uma bolsa família pro meu neto... pro meu netinho... praque a minha filha tem 15 anos i queria vê se eu conseguia pegá prá ele... só prá ele... ( intervenção da pesquisadora) uai... eu vô tentá conversá com a menina (Assistente Social) aqui agora e vê se eu consigo... a minha filha vai começá a trabalhá e estudá, i eu quero que ele recebe prá ajudá mais... (B1)

(s.d.) eu recebo e eu acho que, depois que eu passei a recebê o bolsa família... do que a gente vivia... melhorô de 90%, 70% melhorô... i agora a minha vida é bem melhor... (B2)

(s.d.) aí... eu fui na caixa e tava lá e já tinha dois meses, i ai comecei a recebê e tô recebendo até hoje desde 2007... (B3)

(s.d.) [...] a gente recebe no final de mês e já pensô se eu não pegasse o bolsa família?... o que que a gente ia cumê?... nada... o meu marido trabalha e recebe todo dia 5... dia 8... tem mês que ainda paga atrasado o salário... vai pagá dia 8 e se eu não recebesse esse bolsa família eu nem sei o que seria de mim hoje [...] Elé é fundamental, muito importante mesmo... eu nem queria que acabasse, Deus me livre... (B5)

(s.d.) prá mim... ele não deve acabá... ele deve preservá tanto quanto os outro que ele crio, esse também é muito bom pra família carente... é muito bom... (B7)

Como um dos objetivos do programa é o combate à pobreza e à fome, pressupõe-se que essa proposta seja extensiva às gerações, pela imposição de condicionalidades para o

acesso aos serviços de educação e saúde aos descendentes das beneficiárias, critério obrigatório para a obtenção do benefício, no que se refere à frequência escolar, vacinação e realização de exames pré-natais.

No entanto, cogita-se de uma questão em aberto: a capacidade de o Estado usar o Programa de Transferência de Renda como política de combate à pobreza. Ou melhor, a garantia que as famílias beneficiárias quebrem e, assim, superem o ciclo de pobreza entre as gerações, no sentido de garantir o seu bem-estar socioeconômico em longo prazo pela superação da condição de beneficiários para sujeitos do trabalho/do mercado.

Já os discursos de (B6) e (B10), no contexto das políticas públicas, questionam a legitimidade/credibilidade do PBF, mas, igualmente, clamam/reivindicam a assistência. Apesar de negar o discurso do Estado *não dá, não funciona, num tem*(B6), aponta para outras ações, como veremos, que possam minimizar a situação de pobreza e extrema pobreza.

Temos, aqui, a inscrição de um espaço discursivo marcado pela interpelação, uma vez que mostra uma percepção diferente da extensão do PBF, que fora silenciado anteriormente.

Nesse sentido, (B6) não deixa de apontar fragilidades no programa, julgando-se inicialmente, injustiçada, por um lado, porque sugere irregularidades no pagamento do PBF, em tom de denúncia, ao acusar alguém de recebimento do benefício que lhe fora destinado – *ficô como... não sei quem recebeu né?*, e, por outro, para falar da falta de recebimento do benefício, dado que a renda *per capita - nossa per capita num chega a cem...*, segundo (B6), lhe garantiria também benefícios maiores, como em:

(s.d.) aí... quando eles me procuraram pra mim fazê recadastramento, foi que eu descobri que tava já recebendo sem tá realmente recebendo... aí procurei a caixa... só que eles não repuseram, né... esse dinheiro... ficô como... não sei quem recebeu, né?  
(B6)

(s.d.) nossa *per capita* num chega a cem... eu teria o direito de recebê os 100,00 ou 120,00 né... (B6)

Notamos aqui, embora silenciada, a provocação da discursividade do tema em questão, pois ela se significa ainda do lugar de necessitada/assistida, ao sinalizar que a assistência não foi extensiva a ela.

Na linha de produzir diferentes lugares discursivos acerca do alcance do Programa de Redistribuição de Renda, verificamos, na discursividade de (B6), a contestação acerca da capacidade de o Programa propor políticas públicas voltadas para a garantia do direito

humano à alimentação, marcada pela recorrência de negativas nas formas verbais *não/num dá*, *não pode*, *não funciona*, *num tem*, em:

(s.d.) não dá pra comprá... assim o básico [...] a criança não pode ficar sem [...] isso aí num dá mesmo... i e eles não pode ficá sem a verdura... a fruta... isso aí num dá mesmo... pro meis num dá mesmo... só esse dinheiro do bolsa família não dá não... não dá porque a verdura tá muito cara [...] num dá... num tem lógica... eu acho que não funciona [...]. (B6)

(s.d.) se a gente fô olhá prá combatê a fome... a miséria... só esse dinheiro do bolsa família não dá não... não dá porque a verdura tá muito cara... fruta muito cara... como você vai combatê a fome com 66,00 por mês... num dá... num tem lógica... (B6)

No funcionamento discursivo de B6, temos ainda uma discursividade dividida, dado que veicula, no seu interior, uma posição-sujeito inconciliável com a política pública do governo – a ação de combater a fome, a pobreza. Essa divisão é marcada pela presença do advérbio *não*, cuja função é sinalizar o limiar dos enunciados pré-construídos, provenientes da discursividade política do governo.

Com efeito, no contexto das políticas públicas, o Estado funciona não pela presença, mas pela falha, porque a ação de comprar alimentos para aliviar a *situação de pobreza e extrema pobreza* se inscreve no plano do impossível, daí priorizar a compra de produtos de higiene e vestuário, a exemplo, respectivamente, *xampu* e *calça de 10,00*.

Além disso, B6 discute a questão da renda mínima que deveria ser destinada a famílias maiores, no caso dela, *oito filhos* e que necessitam do benefício federal. O fundamento desse argumento baseia-se na política do merecimento – estar na condição de ser assistida e, portanto, deve receber o benefício. Nesse sentido, a beneficiária rediscute a capacidade de o programa minimizar a situação de pobreza, notadamente marcado no advérbio *ainda*, nas modalizações temporais – (futuro do pretérito) *funcionaria* e (pretérito imperfeito do subjuntivo) *tivesse*, *trabalhasse* –, as quais sinalizam a incerteza, a dúvida da beneficiária acerca do seu alcance no combate à pobreza, em:

(s.d.) eu acho assim... que esse programa precisa ainda melhorá muito [...] o bolsa família funcionaria se a pessoa tivesse orientação... [...] nessa parte é que eu vejo que é muito pouco... porque o que eu posso assim lutá... eu procuro... porque eu sei que esse bolsa família não é a minha válvula de escape, né... [...] então... funcionaria como um todo o bolsa família, se juntasse assistência social, essas empresa né... que trabalhasse assim prá combatê a fome, a miséria... assim... dava certo, mas ainda falta muita coisa pra chegá lá... (B6)



Vemos que, na formulação discursiva, *esse programa precisa ainda melhorá muito*, o advérbio *ainda* anuncia o lugar da articulação da discursividade contraditória, das formações discursivas contrárias acerca da ação do Estado, como veremos a seguir no que se refere:

(i) à participação das Assistentes Sociais, cuja função é inserir novas famílias que se enquadrem nos critérios de elegibilidade no programa, bem como regularização de seus cadastros, veiculando informações dos direitos de acesso e permanência no PBF. Dada essa função, (B6), em tom de denúncia, atribui as irregularidades do programa à assistência social, na condicional – *se a assistência social fosse mais comprometida* –, alegando pouco comprometimento e supostamente favorecimentos da parte delas para incluir beneficiários no Programa de Transferência de Renda que não se enquadram nas contrapartidas. Examinemos as sequências discursivas abaixo sobre isso:

(s.d.) eu não acho que é por culpa do governo, não... não é culpa do governo... eu acho que o programa foi lançado.... foi muito bom... só que... falta muita coisa... eu acho assim... [...] eu acho assim... o bolsa família tem tudo pra dar certo, se a assistência social fosse mais comprometida com as família... (B6)

(s.d.) as vez, aquele que realmente precisa não recebe, i aquele que num precisa tá recebendo até mais... i... i... (B6)

(ii) às parcerias entre a iniciativa pública e privada com o objetivo de fornecer serviços à população. Vejamos as sequências abaixo:

(s.d.) [...] oferecê oficinas pras criança... pras mãe... tê curso assim pra ajudá as pessoa... porque você não vai querê ficá a vida inteira quereno recebê aquele dinheirinho... ficano de braços cruzados, né?... mais a gente num tem assim muita opção i quando, às vez, aparece pessoas comprometida... né?... no caso... firma... assim... por exemplo... eu tenho uma menina que ela faz curso de inglês na Agroneli e não recebe ajuda nenhuma... né? [...]. (B6)

(s.d.) o bolsa família funcionaria se a pessoa tivesse orientação... ela vai recebê aquele dinheiro mais num vai ficá ali... de braço cruzado... tem um curso prá fazê né?... uma profissão... trabalhá em casa por conta... i isso precisa de incentivo do governo... nessa parte é que eu vejo que é muito pouco... porque o que eu posso assim lutá... eu procuro... porque eu sei que esse bolsa família não é a minha válvula de escape, né?... igual, por exemplo, na Agroneli tinha curso, sabe... eu fiz até um curso de auxiliar de biblioteca... mas é assim num tem incentivo... as parceria é muito pouca... então... funcionaria como um todo o bolsa família se juntasse assistência social, essas empresa né... que trabalhasse assim prá combatê a fome, a miséria... assim... dava certo, mas ainda falta muita coisa pra chegá lá... (B6)

Vemos, aqui, de início, que o nome *parcerias* evoca uma discursividade econômica que se assenta no modelo econômico Neoliberal: capacitar o indivíduo para inseri-lo no mercado, no sentido de dar alguma autonomia de trabalho para as beneficiárias – *trabalhá em casa por conta* –, uma vez que tanto (B6) quanto (B10) acreditam que o Bolsa Família é um tempo de transição – *eu penso é que o bolsa família devia ser uma ponte* (B10), bem como nas negativas *não vai, num vai e não é em não vai querê ficá a vida inteira quereno recebê aquele dinheirinho... ficano de braços cruzados, né?...; num vai ficá ali... de braço cruzado; esse bolsa família não é a minha válvula de escape* (B6) – para capacitação no trabalho e, assim, garantir a transposição de uma condição – do não trabalho – para outra – o trabalho, de serem inseridos no mercado de trabalho.

(iii) ao estudo como forma de inclusão de política pública – um espaço para criar oportunidades para que a unidade familiar – *tem que estudá...* – construa conhecimentos acerca do mundo. Isso poderá, com efeito, garantir que se obtenha conhecimento *prá melhorá né?...*, além de torná-la autônoma e crítica, o que certamente refletirá nos padrões de relação existentes entre o Estado e a sociedade, na implementação de soluções sociais que afetem o conjunto da população na atualidade.

(s.d.) eu acho que tem ainda muito caminho pra frente.. tem que ... estudá... prá melhorá, né?...

(iv) uso político: a tentativa do Estado em transformar o benefício como instrumento de troca eleitoral – *garanti o voto deles* – em:

(s.d.) o bolsa família num vai acabá com os problema da pobreza não... é só um doce na boca dos pobre porque o governo tá quereno é garanti o voto deles, ocê num acha? (B10)

Veja-se, nessas sequências discursivas recortadas, que, apesar de (B6) clamar assistência, a discursividade tanto dela, quanto de (B10) desencadeia sentidos discursivamente diferentes das outras beneficiárias, deslocando-se da posição-sujeito-beneficiário passivo para beneficiário agente.

Diferentes porque a carência de renda – para definir quem é ou não pobre – é muito mais que garantir o consumo de alimentos, visto que define uma das dimensões da pobreza, mas não a única, pois pode associar-se à falta de estudo, de capacitação profissional para o trabalho, favorecimento ilícito, como observado. Enfim, sinalizam a necessidade de

buscar todas as extensões da pobreza, para apreender os múltiplos aspectos que irão interferir no bem-estar das unidades familiares.

Passaremos, agora, para alguns recortes de análise na discursividade dos textos jornalísticos.

### **4.3 O funcionamento discursivo nos textos jornalísticos**

Quando adotamos o ponto de vista da Análise do Discurso, a noção de discurso é fundadora e a questão do sentido, fundamental para essa perspectiva; é uma questão em aberto. Para tratá-la, é preciso então levar em conta a ordem da língua, sua materialidade na relação com a materialidade da história, uma vez que, para que haja sentido, é preciso que a língua se inscreva na história, vendo, nessa exterioridade, o jogo das condições em que esses sentidos são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos.

Os sentidos são produzidos em condições determinadas e estão, de alguma forma, presentes no modo como se diz, deixando vestígios para que o analista do discurso os apreenda. São pistas que se seguem para compreender os sentidos que aí são produzidos, pondo em relação o dizer com a exterioridade, suas condições de produção, no nosso caso, a política pública de transferência de renda do PBF instituída no contexto da ofensiva neoliberal. A esse respeito, dado que, dentre os nossos objetivos, um deles é mostrar a movimentação discursiva nos jornais Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de Minas sobre o programa Bolsa Família, pretendemos, aqui, posicionar discursivamente a posição-sujeito-jornalista nas condições de produção: o lugar de onde fala, o modo como elege representantes do Estado, como organiza discursivamente as pessoas que são convocadas a falar – pesquisadores, especialistas –, segundo um imaginário que afeta os sujeitos em suas posições políticas.

Também a memória faz parte da produção deste discurso (ORLANDI, 2001a, p. 30): aquilo que fala antes, em outro lugar, e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito em outros lugares que está na base do dizível da posição-sujeito-jornalista. Não há dizer que não se inscreva na memória para fazer sentido. Não há dizer que não se faça a partir da repetição, a saber, da repetição histórica para provocar a transferência, a deriva, o deslocamento, o efeito metafórico, enfim, deslize para outros espaços discursivos e daí novos gestos de interpretação (ORLANDI, 2012, p. 173).

O Programa Bolsa Família, na discursividade jornalística, refere-se a um fato histórico-textual, que é constitutivo e constituído por diferentes posicionamentos enunciativos, seja da parte da posição-sujeito-jornalista, seja daqueles que são convocados a falar (representantes do Estado, pesquisadores, membros da sociedade civil etc.), mas nem sempre visíveis para os seus leitores. Assim, ao falar para o outro, os enunciadores se inscrevem em uma prática social que se deixa atravessar por vários dizeres constitutivos em torno dessa conjuntura sócio-histórica.

Trataremos, assim, da discursividade jornalística, a partir do pressuposto de que há um real da língua e um real da história, e o nosso trabalho, como analistas de discurso, é mostrar a relação entre essas duas ordens, já que os sentidos se inscrevem em sujeitos históricos e, por isso, a interpretação nasce da relação do homem com a língua e com a história. A esse respeito, dado o nosso objetivo aqui ao mostrar nossos gestos de interpretação – o lugar das discursividades que se dão a ler – as seguintes perguntas de pesquisa são retomadas:

- (i) O que se diz sobre o PBF na discursividade jornalística?
- (ii) Que discursividades entram em circulação nos textos jornalísticos para falar do e sobre o PBF?
- (iii) Que discursividades são construídas em torno das variáveis pobreza e fome?
- (iv) Que memórias são reavivadas na discursividade jornalística para falar do e sobre o PBF?
- (v) Que posições-sujeito são colocadas em debate nessa discursividade?
- (vi) Como a posição-sujeito-jornalista se posiciona em relação à discursividade do e sobre o PBF?
- (vii) Os jornais, como propagadores de sujeitos e sentidos divididos, reforçam ou se distanciam do modelo econômico Neoliberal?
- (viii) Que formações discursivas se inscrevem na discursividade jornalística?
- (ix) Que efeitos de sentido emergem da discursividade jornalística acerca da posição-sujeito-beneficiária?

Queremos ressaltar, no entanto, que o nosso propósito aqui não é apontar diferenças entre os jornais, mas mostrar a posição-sujeito-jornalista que é convocada na regularidade dos textos.

De modo geral, a discursividade jornalística é bastante atuante quando enuncia acerca de acontecimentos políticos, pois a posição-sujeito-jornalista, ao assumir o seu lado interpretativo do fato discursivo, define um posicionamento enunciativo, o que projeta

imagens de si e do outro ao leitor, na constituição do dizer. Com efeito, na tentativa de direcionar o sentido a partir do seu relato, o faz não somente para dar-lhe visibilidade ou notoriedade política, mas também para instigar no leitor uma tomada de posição, ou seja, a posição-sujeito-jornalista constrói, além da opinião pública, seu próprio referente no mundo.

Além disso, dado que o nosso objetivo é analisar o funcionamento discursivo dos textos jornalísticos, acreditamos que, para isso, precisamos recorrer, em alguns momentos, durante as análises, às formas que o articulista recorre para inscrever a discursividade do outro, uma vez que isso pode revelar suas intenções e a sua própria visão de mundo. A respeito dessa perspectiva, Authier-Revuz (1990) sinaliza três formas de heterogeneidade mostradas no discurso:

(i) aquela na qual a posição-sujeito-jornalista ou usa as suas próprias palavras para traduzir o discurso do outro (discurso relatado), ou recorta as palavras do outro e as cita (discurso direto). Aqui, o articulista objetiva criar o efeito de verdade, na tentativa de preservar a integridade e a autenticidade discursiva daquilo que foi dito;

(ii) aquela em que o posição-sujeito-jornalista incorpora as palavras do outro no seu discurso. Ao escolher o discurso indireto, podem-se criar efeitos de sentido diferentes: um seria o que apreende apenas o conteúdo do dizer. Assim, mostra um distanciamento entre a sua posição e a posição do outro. Expõe-se, dessa forma, a opinião do outro com a finalidade de criticá-la, rejeitá-la. O outro analisa as palavras e o modo de dizer do outro e não somente o conteúdo do dizer. Nesse caso, as palavras ou expressões realçadas aparecem entre aspas. Com efeito, esse, ao trazer o discurso do outro para o seu, o faz com a finalidade de criticá-lo, negá-lo e mesmo incorporá-lo.

(iii) aquela em que a presença do outro não é explicitamente mostrada na frase, mas é mostrada no espaço do não dito, do silenciamento, do sugerido. O discurso indireto livre alterna a fala do articulista com a do outro, o que cria o efeito de uma interlocução discursiva.

Nos três casos, o que se tem, então, é a heterogeneidade mostrada (AUTHIER, 1990), marcando a presença do discurso do outro na superfície discursiva desse locutor que, na perspectiva discursiva, mostra que o sujeito não é o único responsável pelo que é dito. Isso fica evidente quando o discurso jornalístico é o objeto de estudo, uma vez que a posição-sujeito-jornalista representa a organização com suas crenças, ideologias, a qual é responsável pela produção do discurso.

Daí, o modo como o discurso jornalístico discursiviza sobre o PBF possibilita a compreensão da realidade, ao naturalizar, institucionalizar e silenciar sentidos, no lugar de

outros. Essa realidade está condicionada pelo imaginário coletivo no sentido de representar o lugar simbólico no qual se dão as representações coletivas escolhidas pela posição-sujeito-jornalista a conhecer.

Nela está inscrita a discursividade de todos aqueles envolvidos com o Programa de Transferência de Renda Mínima Bolsa Família: políticos, especialistas que são convocados para comentá-lo, bem como a própria representação do jornal que determina quais discursividades devem entrar em circulação.

Com efeito, o que justifica, então, a realização dessa análise, nesta subseção, está na tentativa de evidenciar os gestos de interpretação mobilizados por nós para mostrar o funcionamento discursivo, presente na discursividade jornalística, na produção da significação.

Os sentidos são institucionalizados socialmente e, por isso, mobilizados em função da linha política escolhida pelo jornal: a favor ou contra uma determinada orientação política, neste caso, o discurso jornalístico que envolve o Programa Bolsa Família. Observar os gestos de interpretação nos jornais Folha de S. Paulo, o Estado de Minas e O Globo, como o discurso foi organizado pelos jornais para falar do PBF, possibilita-nos escutas, para mostrarmos que pode haver mais de uma discursividade acerca do acontecimento em questão.

Nesse sentido, por meio do funcionamento discursivo, veremos que, na discursividade jornalística, podem-se inscrever discursos de outros campos discursivos com suas especificidades, o que faz com que o discurso em análise se torne visivelmente heterogêneo.

O texto jornalístico constrói uma ordem social, colocando em relação e em circulação dizeres autorizados e anônimos, consensuais e dissensuais que remetem, como veremos, às seguintes filiações de sentido: à discursividade econômica, administrativa, política, religiosa, por exemplo. Passaremos, então, a mostrar o funcionamento discursivo presente nas páginas dos jornais analisados, que nos permitem montar e reconfigurar as discursividades em torno do PBF nos jornais. Para efeito de organização, a partir das regularidades encontradas na discursividade jornalística do *corpus* em questão, definimos aqui quatro sítios de significação (ORLANDI, 2012, p. 174) que serão retomados separadamente, a saber:

- (i) a discursividade econômica: a pobreza e a fome em questão;
- (ii) a discursividade de uso político;
- (iii) a discursividade política;

(iii) a discursividade administrativa: a gestão e o gerenciamento do PBF.

Passaremos, então, agora, à análise dessas discursividades em separado.

#### 4.3.1 A discursividade econômica: a pobreza e a fome em questão

No que se refere à discursividade econômica e, mais especificamente, à questão do combate à pobreza e à fome, alvos principais do Programa de Transferência de Renda, percebemos vários discursos em debate. Isso porque o discurso jornalístico agenda campos de assuntos (MARIANI, 1998, p. 86) sobre os quais os leitores podem/devem pensar e organizar direções de leituras para tais assuntos. Iniciemos, pois, verificando o seu funcionamento discursivo e os efeitos de sentido aí inscritos.

Notamos, de início, que é frequente na discursividade da posição-sujeito-jornalista a invocação de pessoas autorizadas, especialistas, representantes da área econômica para comentarem as variáveis *pobreza* e *fome*. Aliás, ser especialista, notório no assunto em debate, confere ao enunciador uma autoridade e, assim, quando ele diz, o que é dito é digno de verdade.

A sequência discursiva que segue integra este recorte de análise, pois permite observar que, na trama discursiva, o articulista coloca em jogo a política econômica e social do governo Lula. Examinemos, pois, tal sequência:

(s.d.) Política econômica: O governo Lula não apenas manteve a mesma política econômica do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, como aproveitou o momento internacional favorável para aprofundar o modelo "liberal periférico". Essa é uma das conclusões do livro dos economistas Luiz Filgueiras, professor da Universidade Federal da Bahia, e Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, "A economia política do governo Lula", da editora Contraponto, que está sendo lançado. O livro é uma análise cáustica da performance do governo Lula, que consideram "mediocre" e classificam, de acordo com um Índice de Desempenho Presidencial (IDP), como o quarto pior governo de nossa História republicana - só perde para o de Collor, o segundo de Fernando Henrique e o de José Sarney. Da mesma forma, os autores criticam a política social do governo que veem como uma consequência da política econômica liberal herdada do governo anterior, "mesmo que o discurso oficial tente dignificá-lo e diferenciá-lo com a política articulada com medidas estruturais de combate à fome". (T12 G, 18/11/2007)

Vemos que a posição-sujeito-jornalista apoia na universidade, nos economistas (Luiz Filgueiras/UFB e Reinaldo Gonçalves/ UFRJ), os quais são convocados para falar da política econômica que, na visão deles, não apresenta inovações em relação aos governos

anteriores, notadamente marcado na conjunção *não apenas... como...*, nas formas verbais *manteve, aproveitou* e nos determinantes discursivos *a, mesma, o, quarto, pior*.

Sobre isso, os autores criticam a política social do governo e a veem como uma consequência da política econômica liberal herdada do governo anterior, *"mesmo que o discurso oficial tente dignificá-la e diferenciá-la como política articulada com medidas estruturais de combate à pobreza"*.

Vemos, aqui, que essa formulação aponta para o modo de historicização dos sentidos, ou seja, o modo de existência do discurso do Estado – *dignificá-la e diferenciá-la* – na conjuntura política em questão, no sentido de distingui-la de outras discursividades. A escrita estabelece, nesse sentido, sua relação com o político, mostrando-o (ORLANDI, 2001, p. 50).

Como resultado, os especialistas revelam um perfil *mediocre* do governo Lula, quando comparado aos demais presidentes da República, ao apontarem para a inclinação econômica que fora sempre criticada pelo Partido dos Trabalhadores. Liberal, porque não se trata aqui apenas de *manter, apropriar* de um modelo econômico, mas fazer política para os mesmos interesses de classe, uma vez que o governo Lula abandonou a defesa dos direitos universais que foram bandeiras históricas do PT e, nessa medida, ampliou a política focalizadora e assistencialista compatível com o Neoliberalismo que inspira o seu modelo econômico.

Para os economistas, como exemplificado ainda na sequência abaixo, a associação do modelo político-econômico ao jogo do núcleo duro da política liberal – *os ortodoxos* – ressoa na política social, já que produz efeitos inversos aos pretendidos, como na formulação discursiva – *incluir os cidadãos no mercado de trabalho*. Acerca disso, examinemos:

(s.d.) Para os autores, o Bolsa Família nada mais é do que uma compensação econômica da política liberal ortodoxa adotada, "que aumenta o abismo entre ricos e pobres". Na política social, na realidade, há um enorme fracasso, segundo os autores. O economista Reinaldo Gonçalves lembra que, comparado com a Argentina, que tem programa semelhante, o Bolsa Família revela-se ineficiente para incluir os cidadãos no mercado de trabalho: "Basta comparar com o programa da Argentina, que foi aumentando de 2003 a 2005 e depois, com o crescimento da economia, está diminuindo".

Para os autores, a medida do sucesso seria o declínio e não o aumento a cada ano de pessoas abrangidas pelo Bolsa Família. "É um programa escandalosamente assistencialista", acusa Gonçalves (T12 G, 18/11/2007).

(s. d.) Na crítica que fazem ao caráter não inclusivo e assistencialista dos programas sociais, os autores ressaltam no livro que, entre 2000 e 2006, o aumento substancial dos investimentos em assistência social (de 9,9% para 20,7%), em grande medida por conta da criação do Programa Bolsa Família, se deu à custa de reduções



significativas nos orçamentos da educação (de 23,7% para 18,7%) e da saúde (de 45,2% para 38,6%). (T12 G, 18/11/2007)

Inscrive-se aqui uma discursividade de (não) inclusão, notadamente marcada nos sintagmas nominais *compensação econômica, abismo entre ricos e pobres, enorme fracasso*. Daí sinalizar uma discursividade política de compensação assistencialista, o que nos leva a questionar: que assistencialismo é esse? Um instrumento político de manipulação eleitoral com recaídas no Neoliberalismo?

Vemos, ainda, que as marcas linguísticas presentes no marcador avaliativo *nada mais é*, nos nomes *abismo, compensação* e nos determinantes adjetivos discursivos *enorme e ineficiente*, aqui direcionados ao Programa de Transferência de Renda, reforçam a retórica da desqualificação. Tais marcas, com efeito, usadas negativamente, caracterizam o acontecimento e os sujeitos políticos envolvidos.

Seguindo essa trajetória, em *não inclusivo*, o advérbio *não* nega explicitamente enunciados de outros discursos – o que o governo disse ou fez: a política de microcrédito, o combate à pobreza. A negação, do mesmo modo, apresenta-se aqui, seguida de uma discursividade de acusação: a política social que se dá às custas de cortes, respectivamente, na educação e na saúde, o que é reforçado por dados estatísticos (23,7% para 18,7%), (45,2% para 38,6%), o que imprime ao fato uma autenticidade ao discurso jornalístico.

A propósito da política social focalizadora, a posição-sujeito-jornalista traz o discurso da pesquisadora Lena Lavinias, do Instituto de Economia da UFRS, para colocar em debate a variável pobreza, conforme proposto na Lei n. 10.826, de 9 de janeiro de 2004, no sentido de criticar o alcance do programa. A esse respeito, vejamos primeiro a sequência discursiva abaixo:

(s.d.) Em vez de gastar recursos e esforços para tentar atingir apenas os mais pobres, os programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, seriam mais eficientes e teriam maior impacto na redução de pobreza se universalizassem um benefício a todas as crianças de zero a 16 anos no país.

É o que sugere a pesquisadora Lena Lavinias, do Instituto de Economia da UFRJ, num texto preparado para o relatório 2004 do Observatório da Cidadania/Social Watch, divulgado anualmente por organizações não governamentais de 60 países. A versão brasileira do relatório será lançada na próxima terça-feira na Câmara dos Deputados. Lavinias critica a falta de transparência e de divulgações de resultados do Bolsa-Família, do governo federal. Segundo ela, apesar de haver um formulário excessivamente detalhado para cadastrar os beneficiados, o impacto do programa na vida dessas famílias continua sendo uma incógnita. "Dos resultados, nada foi dito até agora a não ser pelo lado das denúncias de vazamento veiculadas pela grande imprensa. Com as informações detalhadas coletadas pelo cadastro, é inexplicável que os gestores do programa não tenham divulgado resultados preliminares consistentes." Em seu estudo para o relatório, Lavinias faz simulações do impacto da redução da pobreza segundo o universo de beneficiados. Para ela, a melhor relação

entre o custo do programa e seus resultados seria dar um benefício individual de R\$ 60 (em valores de 2001) às crianças de zero a 16 anos. Com essa transferência, haveria uma redução de 16,5 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza, que no estudo foi estipulada numa renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo. Em 2001 (ano que serviu de base para a simulação), o número de brasileiros vivendo abaixo dessa linha era de 50,8 milhões. Atualizando esses dados para 2004, o valor a ser distribuído por criança seria de R\$ 80. Como há 56,7 milhões de crianças de zero a 16 anos no país, o custo dessa renda básica e universal alcançaria R\$ 54,6 bilhões. Ela admite que, perto do que o governo gasta com programas como o Bolsa-Família (cerca de R\$ 11,5 bilhões neste ano), esse valor pode parecer alto. "Mas isso nos dá a dimensão exata da desproporcionalidade do quadro de carência, desproteção e ausência de políticas universais que nos caracteriza. Alavancar esses recursos é difícil, mas não impossível." Para provar sua tese, ela afirma que, admitindo uma redução da taxa de juros para 12% (na época em que escreveu o Estado, a taxa era de 16%), haveria uma economia de R\$ 20,5 bilhões. (T10 FSP, 28/11/2004)

Como é possível verificar, o argumento de Lavinias afasta-se de uma proposta de caráter universal e direciona a questão da política pública na pobreza extrema a qual é focalizada a uma clientela alvo – *apenas os mais pobres* – que defende, inclusive, o acesso irrestrito de crianças – *de 0 a 16 anos* – ao benefício, tão ao gosto da retórica Neoliberal (VIANNA, 2000, p. 62). Tal argumento se sustenta na rede sinonímica *carência, desproteção e ausência de políticas públicas* a esse recorte da população.

Muito embora ela explicita o seu engajamento, fá-lo com reserva, o que é reiterado nas formas verbais no futuro do pretérito *seriam (seriam mais eficientes), teriam (teriam maior impacto na redução de pobreza), haveria (haveria uma redução de 16,5 bilhões), alcançaria (alcançaria R\$54,6 bilhões)* e na condicional *se universalizassem (se universalizassem um benefício a todas as crianças de zero a 16 anos)*.

Aqui, a cena enunciativa inscreve-se no domínio da ponderação, da verificação da verdade, notadamente marcado em *é difícil, mas não impossível*, o que permite considerar, com efeito, o que é dito – a proposta que defende o acesso irrestrito de crianças de 0 a 16 anos – como provisoriamente verdadeiro, até prova contrária.

A rejeição ao modelo econômico de focalização também é extensiva à posição-sujeito-jornalista, ao discursivizar que o crescimento econômico tem beneficiado *os mais pobres*, notadamente reforçado no advérbio *especialmente*. O articulista tem uma identificação simbólica contrária a essa política econômica presente nas formas verbais precedidas do advérbio de negação (*não*), em – *a economia não está decolando/não há investimento/o país não está ganhando a luta pelo crescimento e a redução da pobreza*, como exemplificado na sequência discursiva abaixo:

(s. d.) Em resumo, a economia não está decolando, não há investimentos suficientes para garantir crescimento futuro, as contas públicas vão criar problema mais à frente (inclusive por causa do forte aumento do salário mínimo) e houve piora na educação, indicada na Pnad. Olhando para o médio prazo, o país não está ganhando a luta pelo crescimento e a redução da pobreza. Mas a recuperação da economia de 2004 para cá traz um alívio imediato especialmente para os mais pobres.

Vai daí que Lula ganhou imunidade completa?

Não. Em dezembro último, a avaliação do governo Lula estava no negativo: 29% classificavam a administração como ruim/péssima, contra 28% de bom/ótimo. O ambiente econômico já era, no essencial, como o de hoje. O rendimento médio real, por exemplo, cresce desde 2004. Idem para o número de pessoas trabalhando. O crédito estava no pico da expansão. Assim, a avaliação negativa só podia ser o efeito da crise do mensalão e seus desdobramentos, incluindo a queda de Antonio Palocci.

De lá para cá, o que mudou? O conforto econômico melhorou, com o salário mínimo, por exemplo, e a inflação ainda mais baixa. O presidente foi à luta, com as famosas bondades (salários para o funcionalismo) e uma enorme campanha de propaganda, envolvendo todas as maiores estatais. (T11 G, 28/09/2006)

Notamos, aqui, a rejeição a esse modelo econômico focalizador, pois não se reduz pobreza ao priorizar apenas os *mais* ou *muito pobres*, enchendo o bolso – *com aumentos salariais/famosas bondades*. Aqui, a significação é posta em discurso por meio de um jogo de dito e não dito, a qual não é perceptível ao leitor, ou melhor, pobreza combate-se pela geração de empregos e incentivos à educação.

O economista Paes de Barros levanta, por outro lado, problemas de *focalização* no sentido de questionar a dimensão do programa: *combater a fome ou a pobreza?*

Vemos que o pesquisador nega, no nome *superposição*, que uma seja consequência da outra. Para ele, *pobreza e fome* apresentam natureza distinta – notadamente marcada em *métodos, critérios, desenho do programa, formas de focalização, verificação de eficiência* – o que é reforçado pelas paráfrases *por enorme diferença, tudo é diferente*. Por isso, determina implicações na definição de prioridades e alvos para políticas públicas, quer seja atacar a *pobreza* – o caminho é o *Cadastro Único*, quer seja atacar a *fome* – o caminho é o *Siab* e o *Sisvan*. Para ele, o objetivo deve ser claro, uma vez que, como reforçado nas paráfrases *mal definido, sem foco, sem forma de avaliação*, o (in)sucesso do programa seja qual for o objetivo está em questão. Vejamos:

(s.d) Ricardo Paes de Barros, o economista que entende do assunto, acha que é preciso, antes de tudo, se perguntar: o programa que se está tentando implantar no Brasil é para combater a fome ou a pobreza? Há uma enorme diferença entre as duas. Na primeira, o universo é de 7,5% da população brasileira, ou 13 milhões. Na segunda, supera três vezes mais. O custo difere de R\$ 5 bilhões a R\$ 20 bilhões. Tudo é diferente entre um e outro objetivo: métodos, critérios, desenho do programa, formas de focalização, verificação de eficiência. E da maneira como está sendo tratado o assunto, parece meio confuso, até para ele, que é especialista em políticas públicas na área social. Paes de Barros formou toda uma geração de especialistas no tema, trabalha no Ipea há vários anos dedicado exatamente ao assunto, e tem sido chamado por vários países e instituições internacionais para

montar sistemas de avaliação de programas para o combate aos problemas sociais.

- Para saber a dimensão do programa, é preciso ficar claro se realmente o país vai combater a fome ou se está usando a palavra fome como uma forma de se referir à insuficiência de renda - afirma. Quem olha apressado pode achar que a discussão é bizantina. Afinal, parece haver uma clara superposição dos dois problemas: quem tem pouca renda não tem condições de se alimentar adequadamente. É mais complexo do que parece, ensina Paes de Barros. E qual a importância de discutir isto? Se o país quer ser eficiente na busca do seu objetivo, precisa usar a tecnologia desenvolvida pelos cientistas sociais. - O número de pobres do país, pessoas que têm insuficiência de renda, é de um terço da população. Se é isso, então o número que o governo tem usado (de 44 milhões ou 50 milhões) pode estar certo. Mas achar que este é o contingente das pessoas que passam fome no Brasil é um absurdo. Os estudos mais razoáveis indicam que passam fome no país 7,5% da população. Não se pode misturar os conceitos para não errar dramaticamente na formulação e na dimensão do programa. Do contrário, vamos fazer para 50 milhões o que é preciso fazer para 13 milhões de pessoas. - disse Paes de Barros. Qualquer que seja o objetivo - combater a fome ou combater a pobreza -, para que funcione, é preciso que haja a concentração dos esforços em quem realmente precisa. Os dois objetivos requerem sistemas de focalização diferentes. Se o objetivo é combater a pobreza, Paes de Barros aconselha seguir o caminho do Cadastro Único. [...] - Este cadastro deve ser a base. Tem que ser melhorado, ampliado, checado, mais bem supervisionado. Por ele, pode se encontrar os pobres brasileiros. Este cadastro usa uma linha de renda e considera que, abaixo daquela linha, o cidadão está incluído no programa. Para combater a fome, o caminho é outro e a forma de focalização é mais complicada. - Há pessoas com renda baixa e que não passam fome por uma série de razões. É mais fácil montar redes de solidariedade para alimentos do que para renda. Há uma série de entidades, instituições, organizações que fornecem alimentos, mas não dinheiro, para as pessoas. Até as famílias tendem a ser mais solidárias no alimento do que na renda. Se considerarmos que todos abaixo de uma determinada renda estão passando fome, vamos superdimensionar o programa. O professor acha que, se o objetivo é atacar a fome, então, o caminho passa pelos cadastros do Ministério da Saúde, como o Siab e o Sisvam, que usam critérios como peso e altura das crianças. [...] O ministro Antônio Palocci disse outro dia, numa entrevista, que teme estes critérios, porque a criança atendida pode voltar aos parâmetros de peso e altura normais e, assim, sair do programa, voltando novamente a se alimentar de forma inadequada. Ricardo Paes de Barros disse que este é um erro que não precisa ser cometido. Basta que este seja o critério apenas para a entrada no programa e que a saída seja quando houver comprovação de que a família superou estruturalmente o problema. Mesmo em famílias muito pobres, a tendência é que somente a metade do dinheiro que se recebe em programas como este seja, de fato, dedicada à compra de alimentos. - Este é um dado das pesquisas de orçamentos familiares nas faixas de baixa renda. Mesmo sem ter recursos para suprir todas as suas necessidades calóricas, a pessoa tem outras demandas. É inevitável: ao acabar de se alimentar, a pessoa tende a olhar as outras necessidades. Isso não se resolve dando cupom em vez de dinheiro, porque existem várias formas de se converter este benefício em dinheiro. - Se for fome, o cupom faz mais sentido, ainda que não garanta que tudo vai ser usado na compra de alimentos. Se for a pobreza, o cupom não faz sentido. Há técnicas já desenvolvidas para enfrentar as falhas dos programas sociais. Elas passam pela qualidade da informação e do monitoramento dos programas. Erros do passado podem ser combatidos com remédios já conhecidos. O mais importante é definir o objetivo do programa. Mal definido, sem foco, sem forma de avaliação, os programas sociais não resolvem o problema; seja ele qual for. (T1 G, 11/ 01/2003)

Diante do exposto, percebemos que, aliada à identificação simbólica do enunciador para legitimar uma discursividade – nas paráfrases *que entende do assunto, dedicado exatamente ao assunto* – há também o seu envolvimento/engajamento com o fato, no sentido de defendê-lo, criticá-lo, por exemplo, no indicador de atitude – *escandalosamente*

– o qual apresenta a avaliação igualmente subjetiva de que a posição-sujeito-pesquisadores faz do fato que sugere ser imoral/ revoltante, digno de indignação: a política pública como instrumento político de manipulação eleitoral com recaídas no assistencialismo/clientelismo? – fica a pergunta.

Acerca do alcance do Programa Social de Transferência de Renda – Bolsa Família – para minimizar a questão da pobreza, vemos ainda dois posicionamentos enunciativos: um deles, pautado nas informações do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007, mostra que a Política de Transferência de Renda do Bolsa Família é um dos fatores para redução da pobreza de renda, como veremos a seguir:

(s.d.) Para Soares, entre os fatores que explicam o avanço brasileiro estão a universalização do ensino fundamental e a desconcentração industrial regional. Ele cita ainda as políticas públicas de transferência de renda, o Bolsa Família, e a valorização do salário mínimo como responsáveis pela queda recente da desigualdade no país. O relatório faz elogios específicos ao Bolsa Família.[...] A valorização do salário mínimo, o Bolsa Família, os benefícios de prestação continuada foram fenômenos importantes na redução da desigualdade. Mas, neste momento, com o crescimento econômico, temos que melhorar a distribuição primária da renda, aquela que vem do mercado de trabalho e responde por 75% dos ganhos das famílias. [...] O coordenador do relatório, Kevin Watkins, elogiou os programas de distribuição de renda do governo. "Frequentemente os economistas nos dizem que é preciso escolher entre crescimento econômico e redistribuição, e o Brasil está mostrando que se pode ter os dois", afirmou no relatório. (T14 G, 28/11/2007)

Aqui, o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Sergei Soares, e o coordenador do Relatório, Kevin Watkins, inscrevem-se na discursividade da Lei n.10.836, de 9 de janeiro de 2004, e, por isso, concordam acerca das contribuições do Estado, na tentativa de tornar a sociedade mais igualitária, menos desigual, o que tem garantido, segundo eles, *o crescimento econômico e a redistribuição de renda*. Vemos que a compreensão disso é recorrente nos nomes *queda e redução*.

Tanto na visão do economista quanto na do pesquisador, respectivamente, nas formulações discursivas – *faz elogios específicos ao Bolsa Família e elogiou os programas de distribuição de renda* –, há da parte da discursividade do Estado ações que falam em nome da cidadania – notadamente marcado em *O Brasil está mostrando que se pode ter os dois* para minimizar a desigualdade por meio da inserção social dos beneficiários em setores estratégicos, a saber: *a universalização do ensino fundamental, a desconcentração industrial regional* e, sobretudo, *o Bolsa Família*. Aqui, o enfoque crítico dá lugar à aceitação/identificação acrítica das contribuições advindas daqueles que estão no poder, o que constitui uma peça de consenso.

Outro posicionamento é a recomendação de que o que levará as famílias a sair da situação de pobreza de renda é a articulação do programa com outros programas de geração de renda:

(s.d.) A maioria entende que o programa é temporário e quer trabalhar no setor formal. Por isso, fizemos uma forte recomendação de que o Bolsa Família se articule mais com outros programas", diz Menezes. [...] Cunha disse que a estratégia de integração com outros projetos começou com o programa Brasil Alfabetizado, mas que já está se expandindo: "Para qualificar, é preciso antes aumentar a escolaridade". Serguei Soares, pesquisador do Ipea e autor de vários estudos sobre o Bolsa Família, minimiza a importância dos programas de qualificação profissional para tirar da pobreza as famílias. "De nada adianta você qualificar uma pessoa se não houver oportunidade de emprego. Agora que voltamos a ter crescimento, é possível que os programas tenham mais eficácia, mas é preciso crescer. (T19 FSP, 28/06/2008)

Essa é a tônica na discursividade, tanto de Menezes – diretor do Ibase – quanto de setores do governo – a exemplo Cunha (Secretária de Renda da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social), reforçado na forma verbal *articule* e no nome *integração*.

Entretanto, na conjunção *mas* inscreve-se o contraditório – uma formação discursiva outra – na qual Cunha se contraidentifica para apontar a aprendizagem escolar – *escolaridade* – anterior à ação de *qualificar*, ou seja, a incorporação de conhecimentos teóricos/técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, por meio de processos educativos, daí *aumentar a escolaridade*. Aliás, a qualificação profissional, aqui, é pontuada como fator determinante para o futuro daqueles que buscam a sua inserção no mercado de trabalho.

Com efeito, a relação *escolaridade x qualificação*, do mesmo modo, é contestada por Soares, haja vista que, muito mais que qualificar, as famílias pobres precisam de condições de empregabilidade – notadamente inscrito no sintagma nominal *oportunidade de emprego* – a capacidade de adequação desse recorte da população às necessidades e dinâmicas dos mercados. Com o advento das novas tecnologias, da globalização da produção, abertura das economias, internacionalização do capital e as constantes mudanças que têm afetado o ambiente das organizações, surge a necessidade de adaptação desse profissional emergente a tais fatores por parte dos empresários e profissionais, daí o que minimizaria a pobreza seriam as condições de empregabilidade.

A associação de pobreza com crescimento econômico, na discursividade do Banco Mundial – agência do sistema das Nações Unidas, a qual objetiva minimizar a condição de pobreza por meio de financiamentos e empréstimos aos países em desenvolvimento – também é colocada em discurso. Vejamos a sequência discursiva a seguir:

(s.d.) Depois de décadas pregando o crescimento econômico como motor para a redução da pobreza, o Banco Mundial adicionou o efeito inverso ontem à receita: combater a pobreza e proporcionar mais oportunidades para a população de baixa renda pode auxiliar os países da América Latina a crescer mais e aumentar a competitividade no cenário internacional, a ponto de alcançar o leste asiático. "O essencial desse relatório é não apenas que crescimento é chave para aliviar a pobreza, o banco já vem dizendo há anos. Mas o que achamos agora é que pobreza, por si mesma, vem arrastando para baixo o crescimento na região. Não é apenas que o crescimento é bom para reduzir a pobreza, mas a pobreza é ruim para aumentar as taxas de crescimento", explicou Pamela Cox, vice-presidente do banco para América Latina e Caribe. De acordo com o relatório "Redução da Pobreza e Crescimento: ciclos virtuosos e viciosos", cada ponto percentual de crescimento econômico nos países da América Latina causa uma queda em média de 1,25% na pobreza. No caso brasileiro, a redução da desigualdade social é tanto ou mais importante para auxiliar no crescimento. O relatório também aponta que o crescimento da pobreza se relaciona à queda de investimentos na economia de um determinado país. Segundo os autores do estudo, a um aumento de 10% da pobreza corresponde a perda de 6% a 8% em investimentos. "Essa descoberta sugere uma potencial explicação para o efeito negativo da pobreza no crescimento: uma maior taxa de pobreza leva a uma menor taxa de investimento, o que resulta em menor crescimento", diz o texto do estudo. Especificamente sobre o Brasil, a equipe do Banco Mundial elogiou a iniciativa do Bolsa-Família, como um programa direcionado para uma população pobre e que causa, ainda, resultados com a obrigatoriedade da frequência escolar e acompanhamento médico. [...] Segundo Cox, no Brasil o problema se agravou porque as elites "capturaram" o Estado, privilegiando seus pares em vez de democratizar oportunidades. Algo que vem se modificando, sempre na avaliação de Cox, com os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva. Como solução, Perry sugere que os países adotem "pacotes de políticas". Por exemplo: enquanto adotam abertura comercial, devem dar apoio a pequenos agricultores e oferecer educação e oportunidades aos mais pobres. (T12 FSP, 15/02/2006)

A sequência discursiva em análise é atravessada de discursividade e tem seus sentidos constituídos num espaço de tensão, no qual duas formações discursivas do Banco Mundial a trabalham:

- (i) passada: *crescimento econômico* → *reduz a pobreza*;
- (ii) atual: *combater a pobreza* → *proporciona crescimento e aumenta competitividade*.

Observemos que os nomes *pobreza* e *crescimento econômico* aparecem associados numa rede parafrástica, respectivamente, a efeitos negativos e positivos que uma pode desencadear na outra:

- (i) *pobreza*: *arrasta para baixo, é ruim, queda*;
- (ii) *crescimento econômico*: *é chave, é bom, alivia*.

Já notamos aí que tanto a discursividade da posição-sujeito-jornalista quanto a do Banco Mundial se inscrevem na discursividade da Lei/Decreto – a ação de combater a pobreza –, mas, ao significar o nome *pobreza*, esse, na discursividade do Banco Mundial, não

se associa à insuficiência de renda, como previsto na discursividade política. Pelo contrário, à queda de investimentos e crescimento econômico. Contextualizar, aqui, o discurso do Banco Mundial com suas implicações de caráter econômico pode significar, aliás, um modo de se visualizar a necessidade de inserção social e econômica para atender as demandas de consumo do contexto capitalista. Além, é claro, de sinalizar o caráter estratégico que este desempenha no processo de institucionalização do paradigma Neoliberal junto aos países em desenvolvimento, como o Brasil, por meio de políticas de ajuste social ao mercado (SOARES, 1998, p. 15).

Reduções no grau de pobreza implicam não somente crescimento econômico, mas também declínio no grau de desigualdade que fora intensificado pelo privilégio das *elites* que se aliaram ao Estado em detrimento dos menos favorecidos – *os pobres*.

Nesse sentido, a dimensão política da pobreza, na cena enunciativa, faz soar o sentido de ser coibido de ter. Assim, a pobreza se inscreve como o resultado das desvantagens, ou seja, a não posse de bens e de poder, daí *democratizar oportunidades e pacotes de políticas* – oportunidades de qualificação e de empregabilidade. Com efeito, uma das principais razões pelas quais os objetivos das políticas públicas se centrarem na busca do crescimento e da igualdade é o fato de que a redução no grau de pobreza requer crescimento econômico e/ou declínio no grau de desigualdade.

Pelo exposto até aqui, vemos que o crédito atribuído ao fato noticiado depende da posição social do enunciador, da função que desempenha/ocupa, notadamente marcado em *pesquisador/a/, economista, especialista em políticas públicas na área social, formou toda uma geração de especialistas no tema, trabalha no Ipea, tem sido chamado por vários países e instituições internacionais para montar sistemas de avaliação de programas para o combate aos problemas sociais, o professor*. Nesse sentido, a discursividade jornalística atua como transmissora de um saber para suscitar a evidência de um novo acontecimento: instaurar, aqui, a discursividade acerca das variáveis fome e pobreza.

A escolha, segundo a notoriedade, também convoca a posição-sujeito-político, reconhecidos como detentores do poder. As sequências discursivas que trazemos a seguir, apesar de serem de segmentos do Governo, associam a variável pobreza a outras dimensões que não exclusivamente à econômica, como falta, insuficiência de renda, e já anunciam uma posição-sujeito diversa daquela da discursividade inscrita na Lei, como veremos através do recorte que segue.



A representante do governo, Ana Fonseca, cientista política e coordenadora do programa social do governo federal, também foi convocada para falar da variável pobreza. Vejamos a sequência discursiva:

(s.d.) O governo federal trabalha na formulação de um índice formado por outras variáveis, além da renda, para selecionar as pessoas beneficiadas com o Bolsa-Família, principal programa social da gestão petista. A ideia é que passem a ser levados em consideração critérios como escolaridade, condições de saúde, saneamento e acesso à luz elétrica. Seria um "indicador multidimensional da pobreza", conforme classificou a cientista política Ana Fonseca, coordenadora da unificação dos programas sociais do governo federal. [...] "A pobreza não é uma realidade por insuficiência de renda exclusivamente", disse Ana ontem, em São Paulo, onde discutiu com cerca de 70 prefeitos a unificação dos projetos de transferência de renda. Como a meta de 11,4 milhões de famílias cobertas pelo Bolsa-Família, em 2006, leva em consideração o indicador renda, o uso de outras variáveis obrigaria a uma revisão do número de pessoas que se pretende atingir. "Com um conjunto de indicadores, posso ser mais eficiente na cobertura e gastar melhor os recursos públicos", disse. O Bolsa-Família é pago desde outubro. (T4 FSP, 25/11/2003)

Como é possível observar, a partir dessa sequência, o critério insuficiência de renda é negado. Isso fica evidente na forma verbal negatizada *não é* e no advérbio *exclusivamente*. Contrário a isso, Fonseca sinaliza um "*indicador multidimensional da pobreza*", que vai em sentido oposto à discursividade da lei (renda) como indicador único de pobreza. A esse respeito, a posição-sujeito-político chega a modalizar *em posso ser mais eficiente*, para atender outras demandas da população, amplamente recorrente nas nominalizações *escolaridade*, *saneamento* e nos sintagmas nominais *condições de saúde*, *acesso à luz elétrica*.

Na tentativa de buscar outros espaços discursivos, a sequência seguinte produz um sentido diferente que se encontra em situação de oposição em relação ao espaço discursivo desenhado pelo governo, no sentido de *privilegiar os mais pobres*, o que é chamado por Unger de *ilusão do pobrismo*, em:

(s.d.) Às vésperas de embarcar numa caravana pelo Nordeste, o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, disse ontem que a região vive um vazio intelectual e precisa ser libertada do que chamou de "ilusão do pobrismo". Com ideias que exigiriam mudanças em vários ministérios, Mangabeira concentrou as críticas nos programas criados pelo governo para oferecer uma porta de saída aos beneficiários do Bolsa Família. Defendeu que, em vez de privilegiar os mais pobres, esses programas sejam direcionados aos que já estão próximos de se integrar à classe média. Apesar de o Bolsa Família ser ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social, comandado pelo ministro Patrus Ananias, Mangabeira disse que já começou a estudar um novo modelo de capacitação profissional para quem recebe o benefício. Em entrevista ao GLOBO, ele afirmou que o programa é importante, mas que precisa remodelar a oferta de formação profissional para reduzir o número de dependentes. Mangabeira quer aproveitar a viagem para

empunhar uma bandeira controversa: que o governo passe a privilegiar quem já está empregado, e não a camada mais pobre da população. Para ele, os programas de capacitação não servem a quem vive na miséria. O ponto nevrálgico é escolher corretamente o alvo. Muitas vezes tenta-se abordar o núcleo duro da pobreza com programas capacitadores, e aí não funciona. Populações mais miseráveis são cercadas por um conjunto de inibições, até de ordem cultural, que dificulta o êxito desses programas. Ao defender a tese, Mangabeira esboçou a criação de uma nova categoria sociológica, que batizou de "batalhadores". O grupo estaria situado "entre os mais pobres e a pequena burguesia empreendedora", com papel "decisivo e desconhecido" no país: São trabalhadores saídos do mesmo meio pobre, mas que têm dois ou três empregos. Eles já demonstraram ser resgatáveis, porque já começaram a se resgatar. ( T19 G, 22/01/2009)

Temos, aqui, um fato político novo que põe em movimento a orientação discursiva acerca da discussão do alcance do programa Bolsa Família – *uma porta de saída*. Vemos que as marcas linguísticas, que reforçam essa discursividade contrária, se presentificam nas formas verbais negativas (*não Ø<sup>11</sup> a camada mais pobre; não servem; não funciona*) e no sintagma nominal *bandeira controversa*.

O sintagma nominal *ilusão do pobrismo*, como marca de processo discursivo, mostra como a posição-sujeito-político espera ser lida, uma vez que adota uma postura crítica acerca do programa que beneficia apenas os setores mais desfavorecidos da população – *o núcleo duro da pobreza* – reforçada na ampla rede parafrástica *os mais pobres, a camada mais pobre da população, populações mais miseráveis, quem vive na miséria*, quando, o mais sensato seria valorizar, segundo o ministro, trabalhadores que estão empregados – *próximos de se integrar à classe média – os batalhadores*.

O funcionamento discursivo mobiliza, aqui, novas interpretações, o que provoca a formulação de novos posicionamentos enunciativos entre as posições-sujeito envolvidas – a exemplo – pelo paternalismo escancarado do Governo, aqueles que estão localizados no estrato social mais baixo: *os mais pobres*, segundo Unger.

Aliás, o suporte ideológico da posição-sujeito-Unger é colocado em cena também quando desloca a questão para *a região Nordeste* e *defende* que é muito mais viável economicamente focar o alvo do programa social nas populações empregadas – *os batalhadores* – uma vez que as populações *mais pobres* dessa região são limitadas, segundo ele, até mesmo culturalmente. Aqui se inscreve um processo de significação silenciado/apagado da ordem do implícito o qual permite a movimentação do discurso. Ou melhor: uma discursividade de discriminação do ser nordestino e da limitação intelectual, educacional imputada às populações dessa região. Notemos que a dimensão política da variável pobreza

---

<sup>11</sup> Ø – marca utilizada para indicar sujeito elíptico.

do *ser pobre* não se inscreve apenas no não ter/possuir (renda, bens públicos), mas de dimensões culturais – *vazio intelectual, inibições, até de ordem cultural*.

Nas formulações discursivas são *trabalhadores saídos do mesmo meio pobre, mas que têm dois ou três empregos. Eles já demonstraram ser resgatáveis, porque já começaram a se resgatar*, o efeito de sentido inscrito na forma verbal *resgatar* remete-nos a uma memória discursiva passada que permite recuperar, no interdiscurso, os sentidos silenciados pelo sujeito do discurso: o subjugo das populações pobres nordestinas que, geralmente, se sujeitam à possibilidade de um mínimo bem-estar a uma política de troca. A propósito, acreditamos que, nessa formulação discursiva, outra discursividade está inscrita: a do discurso religioso, no sentido de livrá-las desse cativo, de sequestro, a troco de dinheiro ou de outro bem, o que é reforçado em *ser libertada* e, assim, garantir a sua constituição como cidadão.

Chama-nos atenção, do mesmo modo, a significação do sintagma nominal “*ilusão do pobrismo*” entre aspas. Para Authier (1981, p. 127), esta é uma forma de o articulista manter essa discursividade do ministro Mangabeira Unger à distância, uma vez que é uma posição-sujeito com a qual não se identifica. Nesse sentido, ele se limita a mostrá-la não se responsabilizando, discursivamente, com suas implicações.

A partir dessas análises, é possível afirmar que o discurso jornalístico é uma modalidade de discurso sobre (MARIANI, 1998), de tal forma que permite a veiculação de diferentes posicionamentos enunciativos e, conseqüentemente, as Formações Discursivas são desiguais e heterogêneas, o que justifica a presença de posições-sujeito contrárias entre si.

Examinemos ainda, na sequência abaixo, a discursividade construída em torno da variável fome:

(s.d.) Os beneficiários do Bolsa Família afirmam que o programa os ajuda a consumir mais alimentos – especialmente açúcares – e não causou, na opinião dos favorecidos, o “efeito-preguiça”, ou seja, o acomodamento do trabalhador por causa da renda garantida. Mas faltam programas que ajudem a superar a pobreza e diminuir a dependência dos recursos. (T19 FSP, 28/06/2008)

(s.d.) De acordo com Francisco Menezes, diretor do Ibase e coordenador-geral da pesquisa, o Bolsa Família tem ajudado seus beneficiados a aumentar a variedade de alimentos consumidos. Ele sugere, no entanto, que sejam criados programas para aumentar o consumo de produtos como legumes, verduras, frutas e carnes e diminuir o de açúcares. (T19 FSP, 28/06/2008)

(s.d.) A pesquisa mostra que aumentou o consumo de arroz e feijão, o que é muito positivo. Mas, ao mesmo tempo, também cresceu o gasto com doces, biscoitos e refrigerantes, o que nos levou a recomendar programas de educação alimentar”, diz Menezes. (T19 FSP, 28/06/2008)

(s.d.) As autoridades, porém, preferiram desqualificar o trabalho do IBGE [...]. Criaram um esdrúxulo e inexistente conceito de “fome gorda”, segundo o qual os

pobres estariam acima do peso por consumirem muito açúcar, gordura e farinha [...]. A fome não é mais o que era. Atinge poucas centenas de milhares de pessoas, nunca milhões. Isso não quer dizer que não mereça mais atenção. Insistir, porém, em gastar mais R\$9 bi ao ano, todos os anos, com a BOLSÃO Família é um erro. Parte desse valor deve ser usada para extinguir a fome de vez, mas os recursos, na sua maioria, deveriam ser canalizados para saneamento, educação e desenvolvimento regional, o que ajudaria a tirar milhões da pobreza, está sim a grande chaga nacional. (T6 G, 28/12/2004)

Para Menezes, a variável fome é tomada como uma necessidade biológica, o que é reforçado pelas nominalizações *consumo*, *gasto* e seus complementos nominais respectivos: *produtos como legumes, verduras, frutas e carnes/arroz, feijão/doces, biscoitos e refrigerantes*.

Vemos, aqui, que as formas verbais *aumentar* e *diminuir* inscrevem uma discursividade de oposição: se de um lado é positivo, na avaliação do enunciador, o consumo de *arroz e feijão*, é negativo o de *açúcares*, uma vez que eleva o risco para o diabetes e a obesidade – daí “*fome gorda*” – reflexos de u’a má alimentação –, potenciais ameaças para doenças cardiovasculares. Discursiviza, assim, gastos futuros do Estado com a saúde e faz soar uma discursividade da saúde que emerge da discursividade jornalística.

Notamos, também, que o articulista se opõe à discursividade *fome gorda* notadamente nos adjetivos *exdrúxulo* e *inexistente* como incidência de pobreza de renda ou consumo, já que essa demanda tem sido minimizada, em *a fome não é mais o que era; atinge poucas centenas de milhares*.

Contrário a isso, desloca a questão da pobreza de renda – o que é assertivamente afirmado em *é um erro* e *está sim* – para afirmar que a pobreza humana – a *grande chaga nacional* – é o que, com efeito, penaliza *os pobres*, inscrita discursivamente em *a falta de saneamento, educação, desenvolvimento regional*.

A questão, aqui, é polemizar que o programa até que garante bens alimentícios, mas da parte da posição-sujeito-beneficiários isso não implica dar ocupação, notadamente marcada nas nominalizações *acomodamento/dependência* e no sintagma nominal *efeito preguiça*.

Em “*efeito-preguiça*”, temos, por um lado, a discursividade da posição-sujeito beneficiária inscrita na determinação *não deixaram de fazer algum tipo de trabalho depois que passaram a receber o programa*, que se opõe à imagem construída de acomodação em relação ao trabalho que lhes é imputada e, por outro, a discursividade da posição-sujeito-jornalista que evoca uma memória passada, inscrita em uma conjuntura sócio-histórica: o

efeito protetorado do Estado, o qual pode desencadear uma relação de dependência das beneficiárias em relação ao Estado.

O argumento "*efeito preguiça*" (MOISÉS, 2008) foi observado, inicialmente, em Porto Rico, país no qual metade da população vivia abaixo da linha de pobreza. Para minimizar tal situação, o governo americano patrocinou uma ampla distribuição de benefícios – em muitos casos, concedendo valores mais altos que os salários médios. O resultado foi a inação: muitos abandonaram o trabalho para viver às custas de programas sociais.

Como é possível perceber, a discursividade jornalística é constituída por confrontos discursivos que se inscrevem num jogo de imagens que sustenta o funcionamento discursivo. Nesse sentido, o discurso jornalístico se pauta em uma prática que se deixa atravessar por várias discursividades constitutivas de um acontecimento. Nessa mesma linha, vejamos ainda a discursividade de uso político.

#### 4.3.2 Discursividade de uso político

Na avaliação do tema em questão, vejamos inicialmente a sequência discursiva abaixo:

(s.d.) Não é nada brilhante e está longe das promessas do governo, mas é fato que: a economia está gerando empregos; os salários reais estão em alta; a inflação está no chão; e o crédito concedido às pessoas físicas, este sim, aumentou espetacularmente nos últimos três anos. Resulta daí um óbvio sentimento de conforto econômico. Ou seja, o voto com o bolso vai para o presidente Lula, sobretudo o voto dos mais pobres. [...] Quando se olha o conjunto da economia, entretanto, pode-se perguntar: o pessoal se satisfaz com tão pouco? É que, de fato, a economia cresce a taxas medíocres. Tome-se o caso do emprego. Pelos números do IBGE, 20,5 milhões de pessoas estavam trabalhando em agosto, nas seis principais regiões metropolitanas, contra 19,9 milhões um ano atrás. Portanto, uma geração de 600 mil vagas. [...] Vai daí que Lula ganhou imunidade completa? Não. Em dezembro último, a avaliação do governo Lula estava no negativo: 29% classificavam a administração como ruim/péssima, contra 28% de bom/ótimo. [...] A última edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostrou que todas as faixas de renda tiveram aumento real em 2005 sobre 2004, com a média de 4,6%. Mas a maior alta beneficiou os 50% mais pobres. O grupo das pessoas colocadas entre os 20% e 30% mais pobres, com renda média de R\$299, teve ganho superior a 10% - efeito do reajuste do salário mínimo. [...]. Acrescente-se ao cenário o Bolsa Família, para os muito pobres, e se verifica, de novo, que o voto com o bolso vai para Lula. (T11 G, 28/09/2006)

Nesse espaço discursivo, notamos, por um lado, a imagem negativa que a posição-sujeito-jornalista constrói a respeito da política econômica do governo nas formulações discursivas *não é nada brilhante/longe das promessas de governo* e, por outro, quebrada pela conjunção *mas* e pela locução adjetiva *é fato*, temos a desconstrução dessa discursividade recorrente nos sintagmas nominais *salário em alta, inflação no chão* e no advérbio *espetacularmente*, para introduzir a discussão de que esse crescimento econômico, notadamente marcado nas paráfrases *50% mais pobres, os muito pobres*, é garantia de voto, o Bolsa Família como cabo eleitoral, *o voto com o bolso vai para o presidente Lula*.

Vemos que a posição-sujeito-jornalista toma a posição de debatedor acerca dessa política econômica que beneficia os mais pobres, recorrente, do mesmo modo, nas paráfrases *beneficiou os mais pobres, o grupo das pessoas colocadas entre 20% e 30% mais pobres*, especialmente *os mais pobres*.

Seria esperado, então, que a posição-sujeito-jornalista, como sujeito do discurso, guiasse a discursividade, e isso refletiria a posição-sujeito que o faz assumir, inclusive a responsabilidade enunciativa do texto, a exemplo, quando indaga o próprio leitor: *o pessoal se satisfaz com tão pouco? Lula ganhou imunidade completa?* Logo, avalia o fato e o efeito pretendido e que isso seja uma consequência do próprio fato e não um ponto de vista subjetivo. Como resultado, pede ao leitor que questione também isso, na tentativa de se alinhar, na orientação argumentativa defendida, pela posição-sujeito institucional (autor e empresa jornalística).

Destacamos, nesse ponto, que o crescimento econômico é tomado como instrumento de uso político, porque, na discursividade da posição-sujeito-jornalista, a ampliação do poder de compra dos mais pobres afiança, garante o voto, ou melhor, o Bolsa Família, como cabo eleitoral, daí a formulação discursiva *o voto com o bolso vai para o presidente Lula*.

Nesse contexto, *o voto com o bolso* nos remete a *o voto com cabresto*. Essa é a memória, mais especificamente, memória discursiva, já que promove o encontro de uma prática passada (*de cabresto*) com uma prática presente (*de bolso*), ou seja, de uma palavra por outra (ORLANDI, 2012, p. 136). Isso porque um discurso nunca começa nele mesmo, mas há sentidos que sustentam os sentidos que se inscrevem nele vindos de outros lugares.

Com efeito, discursivamente, há um sentido pré-existente, dito por outros sujeitos-falantes, ressignificado no contexto do PBF, a saber: do Coronelismo, uma memória esquecida, mas que fala do controle do poder público, a compra de votos (*o bolso*), ao valer-se da máquina administrativa. Vemos, aqui, que o advérbio *de novo* sinaliza que Lula já fez isso

antes: usa o PBF como cabo eleitoral, reforçado pela paráfrase *o voto com o bolso vai para o Lula*.

A propósito, avaliemos os impactos do Programa Bolsa Família, que ressoam na discursividade política, e examinemos, de início, nas sequências abaixo, o nome *esmola*:

(s.d.) O governo federal decidiu comprar a briga política do Bolsa Família. Incomodou muito ao Palácio do Planalto o termo *esmola* usado por setores da mídia para se referir ao programa. [...] A briga de Lula é ideológica. Não é para menos. O orçamento da área social comandada por Patrus para este ano é de R\$16 bilhões [...]. Os críticos do programa alegam que o dinheiro seria mais bem aplicado em infraestrutura com o discurso de que é melhor dar a vara de pescar – o emprego – do que o peixe. Não é sem razão que o governo, diante das críticas, vai priorizar, este ano, os investimentos na porta de saída do Bolsa Família [...]. (T7 EM, 06/01/2005)

(s.d.) Desde dezembro de 2004 a população ocupada aumentou a uma média mensal de 2,9%, enquanto a população economicamente ativa cresceu a um ritmo de 1,9%. O resultado dessa diferença é que o índice de desemprego em maio de 2008 nas maiores regiões metropolitanas do país caiu para 7,9%, um dos mais baixos para o período desde que essa nova série foi iniciada pelo IBGE, em 2002. Mesmo assim não caiu o contingente de cerca de 45 milhões de pessoas beneficiárias do Bolsa Família. A redução da pobreza absoluta no Brasil não depende apenas do crescimento econômico e do número de empregos formais gerados. Mas, como o Bolsa Família? uma consolidação de outros programas nos mesmos moldes? não é propriamente uma iniciativa nova, já deveria estar na fase da colheita, com redução gradativa dos dependentes de auxílio financeiro. Entretanto, com sua atual configuração será eternizado pelos que desejam usá-lo politicamente para se manter no poder. É o que se pode deduzir da decisão do governo de, a poucos meses das eleições municipais, reajustar em 8% o valor do auxílio, com a justificativa de que a inflação dos alimentos tem prejudicado os mais pobres. O diagnóstico é correto, mas a melhor saída para esses brasileiros é o governo emancipá-los, e não mantê-los dependentes da *esmola* assistencialista. (T16 G, 01/07/2008)

(s.d.) O encontro de prefeitos do PT transformou-se praticamente em um comício para Dilma Rousseff. "A candidata certa é Dilma Rousseff!", gritava Fontana em seu discurso. Ele aproveitou para criticar a política de Estado mínimo do governo passado e lembrar que os tucanos chamavam o Bolsa Família de Bolsa Esmola. [...] O Lula tem uma popularidade que o PT não tem e uma autoridade que o PT também não tem"? Arlindo Chinaglia, deputado (PT-SP), presidente da Câmara/ Terceiro [...]. O PT está pintado para a guerra. O tom foi dado ontem pelo líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS), no encontro de prefeitos do partido. "O Serra vai falar que o Bolsa Família é bom, mas na época não queria; vai dizer agora que o PAC é bom, mas, na época deles, não fizeram; vai dizer que aumentar o salário mínimo acima da inflação é bom, mas não é o que fizeram na época deles". (T17 G, 13/12/2008)

Em *deveria estar*, a discursividade da posição-sujeito-jornalista é recorrente para isentá-lo de afirmar, categoricamente, acerca dos reais impactos de melhoria da qualidade de vida dos beneficiários, marcado no sintagma nominal *fase de colheita*.

Ao contrapor esse sintagma à forma verbal *será eternizado*, inscreve-se uma discursividade de denúncia: o uso político do PBF para garantir o voto do eleitorado, na escolha daqueles que ocupam o poder e que foram idealizadores do programa, reforçada pelo

circunstante adverbial *a poucos meses das eleições* e pela forma verbal *reajustar* e seu respectivo complemento verbal *8% o valor do auxílio*.

Aqui, a discursivização em torno do PBF constitui uma forma de fazer política – *os tucanos chamavam o Bolsa Família de Bolsa Esmola. Bolsa esmola*, tendo em vista o risco de os recursos distribuídos diretamente aos mais pobres não promoverem a autonomia dos indivíduos, para que, uma vez escolarizados/inseridos no mercado de trabalho, consigam dispor de uma fonte de renda. Os beneficiários se acomodariam com o benefício e, como resultado, não encarariam a ajuda financeira como um tempo provisório, temporário, mas como uma *esmola* – daí, ser preferível o *peixe* (o benefício) *à vara de pescar* (o emprego). Trata-se, portanto, da parte dos críticos do Programa de Transferência de Renda, de uma posição discursiva contrária à política da *esmola assistencialista* que reforça o clientelismo.

É esperado, então, que a ação governamental de dar *peixe/esmola* a quem tem pouco (*os pobres*), potencialmente, constitua um tema de futuro *marketing* político, de uso político. Sobre isso, segue o recorte que embasará a próxima análise:

(s.d.) Por tudo isso, o programa virou o principal mote dos candidatos ao Palácio do Planalto. Afinal, o dilema é claro: o bolsa ou o voto. Quem for contra o programa corre o risco de cair em desgraça, principalmente junto à massa do eleitorado beneficiadas pelo programa, que atende atualmente 12,6 milhões de famílias em todo o Brasil [...] De olho nesse eleitorado, o Bolsa-Família virou um mantra para o José Serra. A despeito de seus aliados, entre eles o presidente do PPS, Roberto Freire, para quem o Bolsa-Família apenas perpetua a pobreza, ou do peemedebista Jarbas Vasconcelos, candidato ao governo de Pernambuco, que classifica a iniciativa como o maior programa oficial de compra de votos do mundo, desde o início oficial desta campanha, Serra não fala de outro assunto. Nos últimos dias, prometeu dobrar o valor dos beneficiários[...] Dilma tenta capitalizar o Bolsa-Família como um programa do governo do PT, trazendo os louros da proposta para sua campanha, e prometendo também aumentar seu alcance. Resumo da ópera é que o programa virou uma estratégia eleitoral o que é um risco grande [...]. (T20 EM, 12/07/2010)

Destaquemos, aqui, que a máxima *o bolsa ou a vida, ou melhor, o voto é* construída ancorada na alternância *bolsa* (benefício) x *vida* (condição humana), na qual essa última é substituída pelo sintagma nominal *o voto* – o reconhecimento do eleitorado.

A relação do Programa Bolsa Família com a não fidelização do voto dos beneficiários é marcada na enunciação do locutor *cair em desgraça* (perder a preferência/o apoio do eleitorado)/*de olho nesse eleitorado* (pensando no eleitorado) e *estratégia eleitoral* (planejamento). Em épocas eleitorais, os políticos disputam a paternidade ou, pelo menos, a sociedade em projetos de sucesso, a exemplo o Bolsa Família. Entra-se num vale tudo. Um



cenário político que elege tal programa como propulsor das campanhas eleitorais. Vejamos as sequências discursivas abaixo:

(s.d.) Benefícios pagos pelo programa terão reajuste médio de 8% a partir de julho. Ministro nega que medida seja eleitoreira e oposição afirma que planalto reconhece descontrole da inflação. [...] Apesar de o reajuste entrar em vigor exatamente em julho, quando começam as campanhas para eleições municipais, o ministro do Desenvolvimento Social negou que a medida seja eleitoreira. (T16 EM, 26/06/2008)

(s.d.) "Vamos esperar a participação dos governadores. O [Marconi] Perillo [governador tucano de Goiás] quer colocar o nome dele no cartão. Cada um tem sua forma de operar. Acho que cabem todos na fotografia." A unificação deve economizar R\$ 440 milhões em operações bancárias. (T4 FSP, 25/11/2003)

(s. d.) Os pagamentos sob suspeita fazem parte da mais recente fase de ampliação do Bolsa-Família. A apenas três meses das eleições, entraram no programa 1,8 milhão de famílias. Com os novos cartões, o governo conseguiu alcançar a meta de beneficiar 11,1 milhões de famílias com o Bolsa-Família. (T13 FSP, 11/07/2006)

(s. d.) Bolsa Família tem reajuste de 8% a 3 meses da eleição. Faltando pouco mais de três meses para as eleições municipais, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem um reajuste médio de 8% nos benefícios do Bolsa Família, o principal programa social da gestão petista. O percentual supera os índices anuais de inflação. A decisão sobre os valores foi tomada em uma reunião na terça-feira à noite no Planalto, com a presença de Lula e de alguns ministros. O presidente resolveu bancar o reajuste em ano eleitoral amparado em parecer jurídico do advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, que afirma não haver impedimento legal para a medida. Os valores corrigidos começam a ser pagos em julho. (T 18 FSP, 26/06/2008)

(s.d.) O governo alega que o reajuste se fez necessário devido à alta da inflação, sobretudo no preço dos alimentos. Na reunião ministerial do dia 16 de junho, o ministro Guido Mantega (Fazenda) afirmou que a alta dos alimentos já impactava em até 8% a renda dos mais pobres. [...] Com o aumento concedido em ano eleitoral, os valores saltam para (35)R\$ 20 e R\$ 182, respectivamente. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o impacto do aumento para os cofres públicos será de R\$ 419 milhões por ano. (T 18 FSP, 26/06/2008)

(s.d.) "Foi uma decisão justa, oportuna e sábia, que atenua junto aos pobres o aumento dos preços dos alimentos. A decisão foi tomada pelo presidente, que ouviu a área econômica e agiu dentro das responsabilidades fiscais. O reajuste de 8% ficou de bom tamanho. (T 18 FSP, 26/06/2008)

(s.d.) Foi tanta pancadaria no rastro de irregularidades no cadastro, falta de fiscalização de contrapartidas e denúncias de fraudes, que muita gente custa a acreditar que o Bolsa Família saiu do inferno astral, deixou de ser o programa-problema do governo do PT e pode até virar referência internacional. E com chances de vir a se tornar uma fábrica de votos para a reeleição de Lula em 2006. (T7 G, 18/04/2005)

(s.d.) Ele passou por maus momentos ao assumir, há pouco mais de um ano, a recém-criada pasta do Desenvolvimento Social com a missão de unificar os programas de transferência de renda. A área social, que seria a menina-dos-olhos do governo Lula, vivia uma tremenda crise. Foi tiroteio para todos os lados. Cadastro cheio de furos, denúncias de uso político do programa, contrapartidas como frequência escolar sem acompanhamento e fraudes na concessão do benefício a quem não precisa infernizaram a vida do ministro.[...]. (T7 G, 18/04/2005)

(s.d.) [...] E o potencial eleitoral do Bolsa Família? Dinheiro público não tem cor partidária, assegura o ministro, lembrando que o programa ganhou capilaridade em todas as regiões do país graças a convênios e ações conjuntas com governos estaduais e prefeituras – sem discriminação de caráter político ou partidário. Em outras palavras, (55) União, Estados e municípios governistas ou de oposição podem dividir a paternidade dos benefícios. Aliás, o programa só andou depois que isso ficou claro. Ainda assim, não resta dúvida. Se o Bolsa Família deslanchar mesmo, prefeitos, governadores e deputados podem até tirar sua casquinha em 2006. Mas a bandeira será de um sujeito só, aquele lá do Planalto. (T7 G, 18/04/2005)

Interessa-nos observar, aqui, inicialmente, que, alegando uma orientação discursiva jurídica nas formulações discursivas *amparado em parecer jurídico do advogado-geral da União, não haver impedimento legal e uma orientação discursiva administrativa agiu dentro das responsabilidades fiscais*, a locução adverbial *à noite* e o pronome indefinido *alguns* em *alguns ministros* sugerem que a decisão para o *reajuste* do Bolsa Família foi deliberada na surdina, sem ouvir outros segmentos políticos.

A esse respeito, a partir do nome *reajuste*, dos circunstantes temporais *a três meses das eleições, quando começam as campanhas eleitorais, a apenas três meses das eleições, faltando pouco mais de três meses para as eleições*, temos a imagem que a posição-sujeito-jornalista constrói no texto acerca da motivação político-partidária, tanto dos candidatos às eleições municipais quanto do petista Lula, para transformar o Bolsa Família numa das principais *bandeiras eleitorais* na determinação/escolha do voto.

Tal motivação também é extensiva ao governador tucano Perillo. A exemplo, na locução verbal *quer colocar* e no complemento *o nome dele no cartão*, na forma pronominal *cada um* e na locução adjetiva *forma de operar*, uma vez que inscrito está um silenciamento/apagamento na tentativa de dizer que os políticos usam disso como uma política de troca, de acordo com as circunstâncias e os interesses políticos, colocados em questão, para assegurar o seu lugar, *tirar a sua casquinha*.

Temos aí, pois, a possibilidade de essa Política de Transferência de Renda vir a sustentar e criar novas bases de apoio à posição-sujeito-presidente Lula, reforçado no sintagma nominal *a bandeira*, na forma verbal no futuro do presente *será* – a qual sugere a certeza direcionada ao *sujeito do Planalto* para garantir a sua *reeleição* – e da sua bancada eleitoral – *prefeitos, governadores e deputados*.

Diante disso, não há como negar a inscrição de um discurso de denúncia. De um lado, a posição-sujeito-jornalista avalia o enunciador – Patrus Ananias – e, assim, inscrevem-se duas formações discursivas com duas posições-sujeito diferentes: uma de acusação (denúncias de uso político do programa) acerca da utilização do Programa de transferência de

renda para as benesses políticas, dado o seu *potencial eleitoral*, e outra de defesa da parte do ministro Patrus – *dinheiro público não tem cor partidária, sem discriminação de caráter político ou partidária, União, estados e municípios governistas ou de oposição podem dividir a paternidade dos benefícios. Aliás, o programa só andou depois que isso ficou claro*. Consequentemente, fica a questão: não seria esperada, então, uma discursividade inscrita no Programa de Transferência de Renda, em nome de um bem-estar social, uma *fábrica de votos*?

Notadamente aqui, a posição-sujeito-jornalista é crítica do fazer político da posição-sujeito-Lula, que ora atende aos novos interesses da classe social, os burgueses sem capital (ou de capital alheio), *os cativos eleitorais*, ora, os “*outros*”, *burgueses, inimigos*. Sobre isso, examinemos a sequência discursiva recortada:

(s. d.) A versão tropical do Moderno Príncipe percebeu que a melhor garantia que tem de permanecer no poder - mesmo que venha a perder as eleições presidenciais - é oficializar no país o apartheid social, esforçando-se para ter, ao mesmo tempo, o monopólio do discurso que o denuncia. Lula faz do Bolsa Família a sua "indústria da seca" e cria uma categoria de cativos eleitorais miseráveis, aos quais fala diretamente, os quais incita, classificando os "outros" (os "burgueses"?) de inimigos. Não é a revolução. É só a demagogia a serviço do atraso. Ele recebe em palácio o movimento que depredou o laboratório da Aracruz e ouve, com sinais de assentimento, uma peroração em favor da luta de classes. (T9 G, 29/07/2006)

Vemos que, no sintagma nominal *Moderno Príncipe*, há uma memória que fala antes: a evocação do texto *O Príncipe*, do estadista italiano Nicolau Maquiavel, retomado pelo teórico comunista italiano, Antônio Gramsci, para falar da ação política do Estado. Temos novamente um caso de interdiscurso, no qual uma formação discursiva pode ser metonimizada para outra formação discursiva, de forma que os efeitos de sentido se constroem no deslocar histórico, em outro contexto de produção, o Programa Bolsa Família. Metonimizada, porque seria uma tentativa de reconstruir as condições de aparecimento (ORLANDI, 2012, p. 51) do mito – O Príncipe.

Gramsci, segundo Neres (2012, p. 1), ao estabelecer uma interlocução crítica com Maquiavel, procurou delinear os fundamentos de uma teoria política válida para a transformação das sociedades desenvolvidas do Ocidente – uma nova estratégia política para a revolução em países de Capitalismo avançado.

O desdobramento mais significativo deste acerto de contas com a herança teórica maquiaveliana, que inclui a legitimação metodológica de uma ciência política viva, antipositivista e fundamentada na análise da correlação de forças, para ele, é a proposição de uma nova forma de organização política, denominada por Gramsci de “Moderno Príncipe”.

Tal qual o “Príncipe” teorizado por Maquiavel para efetuar a unificação territorial da península itálica do século XVI, a forma moderna de organização política, responsável pela constituição de uma nova vontade coletiva, se plasmaria na figura do partido comunista, um autêntico “Moderno Príncipe”, observa Neres (2012).

Vemos, aqui, que o discurso vem de um lugar e vai a outro e, com efeito, para fazer sentido, é necessário que se inscreva em uma memória. “Não há dizer que não se faça pela repetição” (ORLANDI, 2012, p. 173), na repetição histórica. Há, aqui, uma retomada e esquecimento, deslize para outro lugar de sentido. Por isso, temos o esquecimento n° 1, uma vez que se considera o dono do discurso, seu autor, muito embora este se inscreva em outros momentos, no discurso de outros.

A propósito, *na versão tropical do Moderno Príncipe* (Lula), inscreve-se a presentificação daquele que controla – o discurso hegemônico – a situação, e sabe colocar em questão estratégias/instrumentos para agir sobre ela, aumentar o seu poder e, como resultado, conquistar no povo – *os cativos eleitorais* –, o necessário consenso. Discurso hegemônico que se materializa em *a melhor garantia que tem de permanecer no poder e o monopólio do discurso que o denuncia*. Com efeito, a posição-sujeito-Lula é criticada por reforçar as diferenças sociais, *oficializar, no país, o apartheid social/com sinais de assentimento, uma peroração em favor da luta de classes*, valendo-se do Bolsa Família para criar os “cativos eleitorais”.

Notemos ainda que, aqui, a posição-sujeito-jornalista compara o Bolsa Família à “*indústria da seca*”, já que grupos políticos se aproveitam do fenômeno de distribuição do Bolsa Família na região nordeste do Brasil para ganho próprio – ganhos de votos. Trata-se, portanto, de um fenômeno político, cujos aliados, nas diversas esferas de governo, se valem do Bolsa Família no sertão nordestino para garantir os votos dos *cativos eleitorais* que se sentem seduzidos a retribuir as bondades do Bolsa Família com o voto. Nesse sentido, os recursos governamentais destinados ao combate à seca não atingem a população que é mais castigada, beneficiando as elites locais. Daí, questionamos: há possibilidade de essa “indústria” fortalecer o crescimento das disparidades sociais, ao reforçar as diferenças sociais – *apartheid* – pelo clientelismo, pelo assistencialismo? Tal fato motiva a discursividade a seguir.

### 4.3.2.1 Programa assistencialista

O jornal, ao exercer uma função política, agencia sujeitos e sentidos que são divididos e, por isso, deseja ser lido pelo leitor, pois não há como se inscrever no discurso a não ser por um posicionamento discursivo dividido. Aliado, então, à discursividade de uso político, inscreve-se uma discursividade assistencialista. A esse respeito, vejamos:

(s.d) O programa de governo de Lula dizia que a política do governo FHC não respeitava “as definições constitucionais e legais” e, mais que isso, aprofundava “as relações clientelistas, assistencialistas e tuteladoras, promovendo ações focalizadas, seletivas e desconectadas das demais políticas sociais”. “Nosso governo, ao contrário, estará comprometido com a universalização dos direitos, sem clientelismo, nem tutelas”, prometeu Lula. Segundo o discurso de campanha, o governo petista adotaria um sistema único de assistência social “descentralizado e participativo”, capaz de “quebrar a política patrimonialista expressa pelo favor, pelas subvenções parlamentares, entre outros tantos desvios.” A única novidade entre os programas sociais de Lula, [...] que distribui R\$50 por mês para famílias de baixa renda, mantém as características “assistencialistas” criticadas pelo seu programa de governo. (T2 EM, 23/11/2003)

Vemos que, de início, a discursividade da posição-sujeito-Lula é tomada pela posição-sujeito-jornalista ora para reforçar a política assistencial de FHC, marcada na forma verbal *aprofundava*, cujo complemento verbal é a rede sinonímica *clientelistas, assistencialistas e tuteladoras*, ora para negar esse viés, o que é anunciado em *ao contrário* e reforçado pela forma verbal *estará comprometido* e pelos sintagmas *sem clientelismo e nem tutelas*. No entanto, a discursividade da posição-sujeito-jornalista aqui se inscreve, novamente, para enfraquecer esse último argumento na forma verbal do futuro do pretérito *adotaria*.

Já na formulação discursiva “*descentralizado e participativo*”, capaz de “*quebrar a política patrimonialista [...] pelo favor, pelas subvenções*”, a posição-sujeito-jornalista, ao usar as aspas, reforça e critica a discursividade do Estado no discurso de campanha que sinaliza um fazer político anticlientelista, antiassistencialista, muito embora ele reforce a limitação do programa social em *a única novidade*, é o caráter *assistencialista*, notadamente marcado na forma verbal *mantém*.

A propósito do viés assistencialista do PBF, inscreve-se abaixo a discursividade da posição-sujeito-governador de Minas, Aécio Neves, por meio dos sintagmas nominais *retorno de políticas assistencialistas e tradição nefasta*.

(s. d.) Apesar de ter defendido o ministro, Aécio Neves criticou as falhas do Bolsa-Família, e disse estar preocupado com a possibilidade de retorno de políticas assistencialistas. “Não devemos voltar àquela tradição nefasta da simples oferta dos recursos, sem nenhuma contrapartida, seja na educação ou na saúde”, afirmou. (T6 EM, 20/10/2004)

Aqui, os nomes *tradição* e *retorno* nos remetem novamente ao ponto de encontro de uma atualidade e uma memória passada (o coronelismo), que intervém no real do sentido (PÊCHEUX, 1990) que é atualizado no Programa de Transferência de Renda, na formulação discursiva *oferta de recursos, sem nenhuma contrapartida*.

Essa sequência discursiva delinea, na sua organização textual, um traço histórico-social acerca da configuração das relações políticas no Brasil, na qual os políticos podem passar a exercer absoluto domínio sobre os beneficiários que dependem do benefício, ou seja, o país se afundar no assistencialismo. Logo, essa memória atua no processo de significação, porque linguagem e história se constituem mutuamente e, por isso, os sentidos precisam ser pensados na sua historicidade.

Para contextualizar discursivamente o programa com a política do voto, vejamos:

(s.d.) É o que se pode deduzir da decisão do governo de, a poucos meses das eleições municipais, reajustar em 8% o valor do auxílio, com a justificativa de que a inflação dos alimentos tem prejudicado os mais pobres. O diagnóstico é correto, mas a melhor saída para esses brasileiros é o governo emancipá-los, e não mantê-los dependentes da esmola assistencialista. (T16 G, 01/07/2008)

Contrária à discursividade assistencialista, a posição-sujeito-jornalista inscreve uma discursividade outra – a da emancipação – anunciada nos determinantes discursivos a *melhor* e na forma verbal *emancipá-los*, acreditando que o caminho é eximir/libertar os beneficiários da tutela, do poder do Estado – *o governo* –, para torná-los independentes da sua ajuda financeira. Tal discursividade, com efeito, é um dos objetivos que definem as metas/objetivos das ações de transferência de renda no Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei n.10.836 de 9 de janeiro de 2004, no Art. 4º, III: “*estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza*”.

A discursividade jornalística acerca da política assistencialista do PBF também internaliza polêmicas, ao produzir um confronto direto entre o representante do governo, Patrus Ananias, e a posição-sujeito-jornalista. Nesse confronto, discursividades são individualizadas, para diferenciá-las no centro da cena enunciativa. Vejamos as sequências discursivas a seguir:

Posição-jornalista	Patrus Ananias
(s. d.) A crítica que resta ao Bolsa Família é a de se tratar de um programa meramente assistencialista, sem porta de saída. Há quem considere que boa parte desse orçamento bilionário estaria melhor empregada em educação e políticas emancipatórias e estruturantes. (T7 G, 18/04/2005)	(s. d.) O Bolsa Família tem porta de saída, que são as políticas de microcrédito, geração de trabalho e renda. Só que, para sair, é preciso primeiro entrar - diz, lembrando que a esmagadora maioria dos beneficiários do Bolsa, segundo as pesquisas, ainda sofre do que se chama de "insegurança alimentar": o medo de não garantir a alimentação da família. O dinheiro é usado para comprar basicamente alimentos. (T7 G, 18/04/2005)

Em *sem x tem* constrói-se a trama da discursividade. Na preposição *sem*, em *sem porta de saída*, a discursividade do Ministro Ananias (*tem porta de saída*) é negada para focar o PBF na política assistencialista, na acomodação dos beneficiários que insistem em perpetuar sua participação no programa, a qual, segundo a posição-sujeito-jornalista, teria efeitos deletérios acerca da inserção dos beneficiários no mercado de trabalho, de acomodação e todo tipo de evasivas/pretextos para manter o benefício.

Já na forma verbal *tem*, notamos uma posição-sujeito antagonica em defesa – o PBF é sim dotado de –, o que garante dar condições de crédito aos beneficiários ou microempreendedores de baixa renda, sem acesso e garantias reais ao crédito formal, no sentido de lhes propiciar meios autossustentáveis de gerir o seu próprio empreendimento.

No sintagma nominal *esmola assistencialista*, questionamos inicialmente: é o Estado assistencialista ou é esmola como política social?

Aliás, o viés da esmola como política social/política assistencialista, como forma de se beneficiar com a miséria alheia, faz-nos conceber o nome *esmola* como política de troca: troca de apoio político para ascender a cargos do legislativo e do executivo. Daí, emerge uma discursividade que nos reporta a um modelo político que costuma promover políticos ávidos a se perpetuarem no poder. E, como consequência, nesse contexto das forças do poder público, deixam-se de viabilizar políticas públicas para promover econômica e socialmente a posição-sujeito-beneficiário do PBF, com o intuito de usá-lo politicamente, em períodos eleitorais. Mostraremos agora os nossos gestos de interpretação em relação à discursividade política.

### 4.3.3 Discursividade política

O discurso jornalístico, como qualquer outro, é produzido em condições históricas de confronto. Esses discursos vêm de lugares diferentes, produzindo um espaço discursivo marcado pela oposição de formações discursivas. Iniciemos, pois, pela sub-representação do Estado, na discursividade de Ana Fonseca (Coordenadora da unificação dos programas sociais do governo federal), que é chamada para comentar o fato, recorrente no sintagma nominal *paixão política*.

(s.d.) O cadastro único, base do Bolsa-Família, mostra que há uma sub-representação de alguns Estados. Para Ana Fonseca, isso ocorre, em parte, devido à "paixão política" de alguns governadores. Prefeituras do PT, por exemplo, têm, em geral, um número elevado de famílias atendidas pelo Bolsa-Família, de acordo com os dados do mês de novembro. São Paulo, da petista Marta Suplicy, tem 53.692 famílias atendidas. É o maior número de atendimento. Em segundo lugar está a capital mineira, Belo Horizonte, do também petista Fernando Pimentel, com 27.111 famílias. A capital paulista é a maior cidade do país: cerca de 10 milhões de habitantes, segundo o IBGE. Belo Horizonte, com mais de 2 milhões de pessoas, é menor que o Rio de Janeiro, governado pelo PFL, onde 1.823 famílias foram atendidas. "A sub-representação pode mostrar a paixão da política. Pode ser também dificuldade de transmissão de dados", disse Ana Fonseca. O Rio, disse a coordenadora, apresenta o segundo problema. No Estado do Rio, atualmente, só 22% das famílias estão no cadastro único. Em São Paulo, o número é de 49%. Segundo Ana Fonseca, das 548.804 famílias pobres e extremamente pobres do Rio, 100.493 estavam no cadastro em setembro. (T4 FSP, 25/11/2003)

Notamos, aqui, que, por um lado, estados governados pelo PT – *São Paulo e Belo Horizonte* – têm, respectivamente, maior adesão ao programa (*53.692 famílias e 27.111 famílias*) e, por outro, aqueles governados por políticos que não se alinham ao PT, ou seja, que não comungam com a Política de Transferência de Renda de Lula, a exemplo, *Rio de Janeiro* – não se empenham na eficiência do programa, quando, por exemplo, a posição-sujeito-jornalista afirma o número de famílias beneficiadas – *1.823 famílias* – *só 22% das famílias* – em que *só* é um índice de avaliação negativo, uma vez que aponta para o sentido da não totalidade, da não adesão.

Os valores quantitativos em questão produzem sentidos divididos, ou seja, mobilizam orientações/pactos políticos diversos, pondo em movimento a discussão acerca do lugar dos partidos políticos no Brasil (*PT e PFL*), envolvidos com o PBF.

O jornal apresenta, também, um confronto direto nos segmentos do próprio governo, ao individualizar discursividades para diferenciá-las no centro da cena enunciativa e,



daí, mostrar o impasse acerca do cumprimento das condicionalidades impostas no PBF. A sequência discursiva a seguir apresenta posições discursivas contrárias. Vejamos:

(s. d.) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva incumbiu o ministro José Dirceu (Casa Civil) de buscar uma solução para o impasse sobre a fiscalização do cumprimento das condições impostas às famílias que participam do Bolsa-Família. [...] Lula convocou reunião para tratar do tema na próxima semana sob a coordenação da Casa Civil. Participarão ainda Patrus e os ministros Tarso Genro (Educação) e Humberto Costa (Saúde). [...] Lula ficou contrariado com a repercussão da admissão pelo ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) de que não controla a frequência escolar de alunos beneficiados pelo programa e convocou ontem o auxiliar. Na reunião, segundo a Folha apurou, o presidente cobrou uma solução rápida e aconselhou a Patrus mais cuidado ao falar com a imprensa. (T8 FSP, 10/09/2004)

Em *Lula ficou contrariado*, já se anuncia uma discursividade heterogênea entre o discurso da posição-sujeito-presidente que pede mais rigor na fiscalização das condicionalidades com a do Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias. Atribui-se ao ministro uma fragilidade política, pois é responsabilizado pela omissão no descumprimento das condicionalidades, na formulação discursiva negativa, *não controla a frequência escolar*, bem como os reflexos disso (*Lula ficou contrariado, aconselhou Patrus, Lula convocou a reunião, cobrou mais rigor*).

Silenciado/apagado está o fato de que a posição-sujeito-Lula toma a frente, delega, dá encargos (*sob a coordenação*), funções do Ministério do Desenvolvimento Social ao Ministro da Casa Civil – *buscar uma solução para o impasse sobre a fiscalização do cumprimento das condicionalidades* –, uma vez que Patrus se tem mostrado inepto.

Polemizando os discursos no governo, temos: de um lado, o ministro interino Haddad, que assume as dificuldades técnicas dos estados e municípios (*têm dificuldades*), já que o sistema de verificação de presenças ainda será implementado (*começa a ser*). Por outro, o próprio ministro da educação, Tarso Genro, parece desconhecer tal fato, ao apontar a possibilidade de apresentar informações acerca dos beneficiados – *em menos de um mês*. Vejamos:

<b>Ministro interino da Educação, Fernando Haddad</b>	<b>Ministro da Educação, Tarso Genro</b>
O ministro interino da Educação, Fernando Haddad, disse que Estados e municípios têm dificuldades técnicas para verificar a frequências das crianças nas escolas. Segundo Haddad, em 2005, começa a ser implementado o sistema eletrônico para verificar a presenças. (T8 FSP, 10/09/2004)	Anteontem, Genro havia dito que podia, em menos de um mês, oferecer os dados dos beneficiados, caso o Ministério do Desenvolvimento Social solicitasse. (T8 FSP, 10/09/2004)

Por outro, tem-se a voz do assessor especial da presidência, Frei Betto, em:

(s.d.) Em Nova York, o assessor especial da Presidência Frei Betto disse que as contrapartidas são "fundamentais" para os programas sociais do governo e que, sem isso, podem se converter em "assistencialismo ou mera política compensatória". Para fiscalizar, Frei Betto defendeu que IBGE e Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) participem da aferição, mas que os principais responsáveis devem ser os comitês gestores municipais do Fome Zero. O assessor considera ainda fundamental e democrática a participação da sociedade, e não só do governo, na tarefa. Segundo ele, a inviabilidade atual da fiscalização "é um problema da máquina do Estado, e não do governo". Frei Betto estava em Nova York para conferência da ONU sobre a participação da sociedade na implementação das Metas do Milênio. (T8 FSP, 10/09/2004)

Aqui, o assessor reforça os riscos da não fiscalização – *"é um problema da máquina do Estado, e não do governo"* – e do não cumprimento das contrapartidas em *são fundamentais*, uma vez que isso pode mudar o foco do programa, a saber, combater a pobreza, mas *"converter"* em *"assistencialismo ou mera política compensatória"*.

A propósito, inscreve-se na discursividade política uma discursividade da ordem administrativa, de gerenciamento da coisa pública. Fala das dificuldades de execução e gerenciamento administrativo no próprio governo acerca do descumprimento das condicionalidades (*frequência escolar/tem dificuldades*).

Para polemizar discursos dentro do governo, temos a discursivização acerca da insatisfação nos cortes da saúde, a favor e contra a operação de reduzir 1,2 bilhão, e do meio-ambiente para pagamento de benefícios do PBF. Vejam-se as sequências discursivas:

(s.d.) [...] o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve encaminhar ainda hoje ao Congresso projeto de lei que reduz em R\$ 1,2 bilhão os gastos do Ministério da Saúde autorizados pelo Orçamento. [...] Antontem, o acerto já era dado como certo pela secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, Márcia Lopes. "Não haverá prejuízo a nenhum dos programas do ministério", disse, em reação à informação de que a pasta sofrera um corte de 16%. [...] Dono do maior Orçamento da Esplanada para gastos de custeio e investimento \_mais de cinco vezes maior que o Desenvolvimento Social e quase oito vezes maior que os Transportes, o Ministério da Saúde concordou com a operação. [...] O presidente da frente parlamentar, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), previu que o governo vai enfrentar novamente a oposição do grupo. "Variam os golpes, mas a mania de tirar dinheiro da saúde é a mesma." [...] "É inadmissível tirar mais R\$ 1,2 bilhão", disse o deputado José Carlos Abrahão, presidente da Confederação Nacional de Saúde, entidade que reúne donos de hospitais e estabelecimentos de saúde, também reagiu: "Esperamos que o corte não aconteça, ele dificilmente resistiria à pressão da sociedade", disse. (T 11 FSP, 04/03/2005)

(s.d.) Mas o dia também foi de protestos por causa dos cortes no Orçamento. Em Belém, ambientalistas consideraram lamentável o bloqueio de recursos do Meio Ambiente. ( T20 G, 29/01/2009)

A discursividade a favor nas formulações discursivas – *o acerto já era dado como certo e "Não haverá prejuízo"* – opõe-se à discursividade de reduzir os gastos, tanto da saúde em *vai enfrentar novamente a oposição do grupo, "Variam os golpes, mas a mania de tirar dinheiro da saúde é a mesma"* e *"É inadmissível"*, quanto do meio ambiente em *protestos, cortes, bloqueio, lamentável*.

Silenciado/apagado está, aqui, o fato de isso ter acontecido em outros momentos, recorrente no advérbio *novamente* ou mesmo frequente em *a mania [...] é a mesma*, o que é reforçado pelo nome *mania* e pelo pronome adjetivo *mesma*.

Dado que os discursos não sejam homogêneos, mas que, no interior deles, se possam inscrever outras discursividades, novas formações discursivas, que vêm de outros lugares, a posição-sujeito-jornalista toma o discurso de Lula para colocá-lo no centro da cena enunciativa. Veja-se o funcionamento discursivo das sequências abaixo:

(s.d.) BRASÍLIA. Em seu último programa de rádio do ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que não quer e não pode errar em 2005, porque qualquer erro pode significar um retrocesso no desenvolvimento do país. Proclamando-se "o mais otimista dos brasileiros", Lula prometeu que 2005 será um ano de distribuição de renda, geração de emprego e crescimento. Mas avisou que fará tudo sem pressa. Ele desejou um feliz ano novo aos brasileiros e, apelando à religiosidade, disse precisar da mão de Deus para fazer aquilo em que acredita. - Não podemos fazer nada precipitado. Tenho convicção de que temos de fazer as coisas com muita tranquilidade, no tempo que têm de ser feitas, porque não podemos errar. Um erro pode significar um retrocesso de dois, três, quatro anos - disse Lula. - E não estou a fim de errar. O presidente lembrou que 2003 foi um ano "de aperto para arrumar a casa", mas que em 2004 as coisas estão acontecendo como ele gostaria. Lula citou como avanços a expansão das áreas de turismo, agricultura, indústria e geração de empregos. - O salário-mínimo de 2005 vai ser bem melhor. As coisas estão andando e é por isso que posso dizer aos nossos ouvintes: aguardem que 2005 será muito melhor - afirmou, no programa quinzenal "Café com o presidente". Lula disse ser muito agradecido a Deus por ter chegado aonde chegou: - No governo, se não tiver a mão de Deus, não consigo fazer as coisas em que acredito. Toda noite agradeço pela força, pelo otimismo. Estejam certos do seguinte: posso não fazer tudo o que quero, mas farei tudo o que é possível a um homem que gosta do seu povo. O povo confiou em mim, eu confio no povo. Então, não temos por que errar. O presidente disse não esquecer sua origem, afirmando que quando deixar o cargo voltará a viver no ABC paulista: - E só posso fazer isso se for honesto no exercício do mandato que tenho. Apesar das críticas que a área social recebeu ao longo do ano, Lula disse que houve um salto extraordinário no tratamento de problemas sociais, citando avanços econômicos como o crescimento e a redução da dívida interna. [...] Ele lembrou que o Bolsa Família atingiu em dezembro a meta de 6,5 milhões de famílias atendidas: - E, se Deus quiser, vamos chegar a 8,7 milhões de famílias em 2005. O presidente terminou o programa desejando um bom Ano Novo aos brasileiros: - Quero dizer ao povo brasileiro: não quero nem que você seja mais otimista do que eu. Se for igual a mim, já está ótimo. Porque eu, cada vez mais, me considero o mais otimista dos brasileiros. Estou cada vez mais acreditando nisso e quero que vocês, junto comigo, acreditem. Porque homens e mulheres do nosso país, inclusive as nossas crianças, precisam acreditar que o que têm pela frente são dias melhores. Por isso, quero desejar um feliz Ano Novo. (T5 G, 28/12/2004)

Notamos, aqui, com efeito, a inscrição de duas formações discursivas: uma de autoafirmação e outro profético. Nesta, por meio de paráfrases, faz previsões futuras, compromete-se, dá esperança ao povo, o que é recorrente nos verbos *prometeu*, *aguardem*, no aspecto verbal em *o salário mínimo vai ser bem melhor*, no futuro do presente *farei tudo o que for possível a um homem que gosta do seu povo*. Naquela, enuncia sob a evidência de um eu (*tenho/não estou/eu confio*) e de um nós inclusivo (*não podemos errar*), que amplia a relação de cumplicidade entre Lula e seu eleitorado. Tal relação é recorrente também em *o povo confiou em mim*, *eu confio no povo*, na qual o Estado está para o povo e o povo para o Estado.

Interessa-nos observar, além disso, que os enunciados "*o mais otimista dos brasileiros*"/*Estou cada vez mais acreditando nisso e quero que vocês, junto comigo, acreditem/farei tudo o que é possível a um homem que gosta do seu povo*" constituem uma discursividade "edificante" (ORLANDI, 2012, p. 123) na direção do mito persistente: para além de estadista, um cidadão, ou melhor, como pontua Orlandi (2012, p. 124), um discurso moralista que propicia a individuação do sujeito, sua inscrição em uma formação discursiva da posição-sujeito-brasileira, na qual Lula se reconhece e com a qual se identifica.

Nesse contexto da discursividade política, chama-nos a atenção a discursividade construída em torno do nome *povo*. Da parte do presidente, há uma discursividade que fala do lugar do povo – *o povo confiou em mim* –, instituindo uma interlocução enunciativa no discurso de seu presidente que simula ser seu porta-voz, aquele que fala em nome de todos (INDURSKY, 1997, p. 109), numa constante interlocução política. Por meio dessa interlocução, o sujeito discursivo interpela o povo pelo consenso.

Na cena enunciativa construída em torno da sequência recortada, tem-se o povo – entidade que se presentifica como base de sustentação do fazer/dizer político de Lula na formulação discursiva *farei tudo o que for possível a um homem que gosta de seu povo* –, um povo que é discursivamente carinhado, afetuosamente atendido nas suas necessidades.

*Povo* nos remete ainda a populismo – a ação política que tem, como objetivo, a suposta defesa dos interesses do povo. Para ilustrar tal argumento, examinemos as sequências recortadas, ilustrativas da imagem que a posição-sujeito-jornalista constrói do presidente:

(s.d.) Na campanha de 2006, entrevistando pessoas de classes B e C em pesquisas qualitativas, era comum ouvir que o governo Lula podia ser bom para os muito pobres, com o Bolsa-família, e para os muito ricos, com a política econômica, mas ruim para elas, que integravam as "classes médias". (T14 EM, 19/08/2007)

(s.d.) Presidente diz que prefere governar para os pobres. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) adotou ontem, em Contagem, discurso de candidato com promessas de um segundo mandato voltado para os pobres e criticou a oposição – acusando-a de em alguns momentos de prejudicar a sociedade com a justificativa de não ajudar o governo [...] Ao falar para cerca de 11,1 milhão de famílias, o presidente disse que é prazeroso governar para os pobres e que seria mais fácil se pudesse ter todos os seus atos destinados ao atendimento dos mais carentes [...] “Governar para pobre é mais fácil e prazeroso. Os pobres não dão trabalho. Não têm dinheiro para ir à Brasília, fazer protesto, alugar ônibus... Só podem ir à Igreja, rezar e pedir ajuda a Deus. Muitas vezes os governantes não olham para eles., porque não estão nas ruas passeatas”, afirmou o presidente. Segundo Lula é mais bem visto investimento em empresas que nos pobres. “ Para mim, tudo que se dá para pobre é investimento em ser humano”, completou. A cada frase como essa, o presidente era fortemente aplaudido pela plateia, que gritava “Lula de novo, quem manda é o povo” e “ Um dois, três, Lula outra vez”. (T11 EM, 29/06/2006)

No populismo, evocam-se os de baixo (*os muito pobres*), notadamente marcado nas paráfrases – *ser muito bom para os muito pobres, prefere governar para os pobres, mandato voltado para os pobres, governar para os pobres, atendimento dos mais carente, governar para pobre é mais fácil e prazeroso, tudo que se dá para pobre é investimento em ser humano*, para garantir os interesses dos de cima (daqueles que governam: do próprio governo).

Acerca do populismo, há um dizer dito anterior, marcado discursivamente pela memória, que se refere mais especificamente a um período histórico da política brasileira. Sua prática envolvia a ação política na qual setores hegemônicos, ligados à industrialização, pretendiam manipular a participação dos setores populares no cenário político.

A memória é tratada, aqui, como interdiscurso, que é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2001a, p. 31), e todos esses sentidos, que já foram ditos por alguém em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito distantes, têm um efeito sobre o que se diz na atualidade do discurso.

Já a discursividade de autoafirmação filia-se à FD cristã, pois se mostra grato, reiteradamente na forma verbal *agradecer*, pela intervenção divina (*sou muito agradecido a Deus, toda noite agradeço (a Deus) pela força, pelo otimismo*), invoca proteção *em preciso da mão de Deus para fazer aquilo em que acredito, Sem a mão de Deus não consigo fazer as coisas em que acredito*, para governar em nome dos pobres.

Com efeito, o discurso político se inscreve no discurso religioso, o que garante uma heterogeneidade discursiva, uma vez que o fazer político, marcado em *força, proteção*, inscreve-se numa vontade divina (*Se não tiver a mão de Deus, E se Deus quiser, Sem a mão de Deus*).

Com o objetivo de colocar lugares discursivos em conflito, vejamos, aqui, o discurso da igreja inscrito no discurso do governo:

Discursividade Política	Discursividade Religiosa
<p>(s.d.) Como uma de suas principais dificuldades na discussão do tema, a ministra citou a "hipocrisia" de alguns setores que condenam o uso de preservativos. (T5 FSP, 06/01/2004).</p> <p>(s.d.) "A gravidez normalmente tem penalizado a mulher, a menina, a adolescente. Muitas vezes por falta de informação, falta de acesso a serviços de saúde e muitas vezes por hipocrisia daqueles que condenam o planejamento familiar, o preservativo, a esterilização voluntária", afirmou Emília. (T5 FSP, 06/01/2004)</p> <p>(s.d.) O planejamento familiar é previsto em lei desde 1996. Estabelece como direito o acesso aos serviços de saúde, incluindo o uso de contraceptivos, como camisinha e anticoncepcional, e também a esterilização voluntária _laqueadura das trompas ou vasectomia. (T5 FSP, 06/01/2004)</p>	<p>(s.d.) Tradicionalmente contrária ao uso da camisinha e da pílula, a Igreja Católica defende apenas os métodos "naturais", como a tabela. "Qualquer artifício que não seja natural está excluído. Camisinha é controle de natalidade, e não planejamento familiar", disse José Maria da Costa, assessor nacional da Pastoral da Família. (T5 FSP, 06/01/2004)</p>

Acerca da possibilidade de inclusão do planejamento familiar, juridicamente reconhecido, previsto em lei desde 1996, entre as contrapartidas (reforçado no modal *poderá incluir*), para decidir o número de filhos que a família deseja ter, a posição-sujeito-governo polemiza com o discurso da igreja. Nas sequências discursivas recortadas acima, dois posicionamentos discursivos antagônicas se inscrevem para falar do planejamento familiar: de um lado, o que diz a posição-sujeito-governo, e, de outro, a posição-sujeito-Igreja Católica.

A propósito, nas paráfrases "*hipocrisia*" de alguns setores e *hipocrisia daqueles*, o determinante discursivo *alguns* e o pronome indefinido *daqueles* apontam o referente no plano semântico – a *Igreja Católica* – a qual condena qualquer procedimento de contracepção que não seja natural, bem como ignora as diferentes repercussões da "regulação da natalidade" para os cônjuges (PIERUCCI, 1978, p. 50-53).

Inscribe-se, aqui, o discurso da moral cristã (MARIANI, 1998), a recusa absoluta de fatos moralmente inaceitáveis e discursivamente indefensáveis pela igreja que possam ser usados como contrapartidas para inclusão no PBF.

Além disso, no discurso político, inscreve-se ainda um discurso jurídico: a lei estabelece, como direito, acesso aos serviços de saúde, uso de contraceptivos (*camisinha, pílula*), *esterilização voluntária*. Vemos, aqui, que discursos foram colocados em tensão – o

do governo e o da igreja –, os quais foram produzidos de lugares diferentes, produzindo um espaço discursivo marcado pela oposição de Formações Discursivas em confronto.

Contrária à postura crítica, encontramos uma postura mais relaxada da posição-sujeito-jornalista. É mais expectador do que personagem ativo. E espera-se atitude semelhante do leitor. Isso auxilia na divulgação de uma imagem positiva do Estado, uma vez que materializa ações políticas, por exemplo, nas formas verbais *está atendendo (o carro-chefe dos programas sociais do governo federal está atendendo à cerca de 45 milhões de pessoas neste ano), cresceu (cresceu o número de famílias atendidas pelo programa), vai beneficiar (O programa Bolsa-Família vai beneficiar 27 mil famílias em Belo Horizonte [...] outras 20 mil estão incluídas).*

Com efeito, não há espaço para oposição ao Programa Bolsa-Família, uma vez que qualifica a voz do Estado por meio de um discurso estatístico, o que, supostamente, sinaliza uma adesão do jornal aos feitos do PBF. Aqui, o sujeito do discurso – a posição-sujeito-jornalista – coloca em cena o discurso do Estado, para mostrar que ele é benevolente, já que atinge grandes parcelas da população. Vejamos:

(s.d.) [...] o carro-chefe dos programas sociais do governo federal está atendendo à cerca de 45 milhões de pessoas neste ano, de acordo com informações divulgadas ontem pelo Ministério do Desenvolvimento Social [...]. (T 15 EM, 22/08/2007).

(s.d.) [...] o governo federal se comprometeu a complementar os benefícios estaduais até os valores de R\$ 100 ou R\$120, conforme a faixa de renda das famílias atendidas [...] o bolsa-Família federal já atinge 846 dos 853 municípios, atendendo 306.524 famílias. O valor total dos benefícios federais em Minas é de R\$22.956.145 mensais, resultando em um valor médio de R\$ 73. Em todo o país, até este mês, já foram incorporadas ao Bolsa-família 2, 95 milhões de famílias. Até dezembro, o governo pretende ampliar este número para R\$ 3,6 milhões [...] “O programa, em 2004, deverá consumir R\$ 5,4 bilhões. O custo administrativo deverá ficar em torno de 5% disso, cerca de 222 milhões”, afirmou a secretária-executiva [...] O programa Bolsa-Família vai beneficiar 27 mil famílias em Belo Horizonte [...] outras 20 mil estão incluídas. Elas fazem parte do grupo de 68 mil beneficiadas por outros programas sociais do governo federal. (T1 EM, 28/11/2003)

(s.d.) PBH informa que a seleção dos beneficiados em BH foi facilitada porque a prefeitura conta com um cadastro único das famílias e deve avançar mais ainda neste sentido. Para o ex-ministro, o governo Lula conseguiu importantes avanços na área social. Ele elogiou o programa Bolsa-Família, o incentivo à agricultura familiar. [...] (T1 EM,28/11/2003)

(s.d) [...] O economista César Medeiros fez uma explanação após a participação de Tarso Genro e também elogiou as iniciativas de cunho social do governo Lula, como o aumento do salário mínimo, o aperfeiçoamento do programa [...]. (T12 EM, 26/03/2006)

*Em 45 milhões de pessoas, atinge 846 dos 853, ampliar este número para R\$ 3,6 milhões, atendendo 306.524 famílias, 2, 95 milhões de famílias deverão ficar em torno de 5%*

*disso, cerca de 222 milhões”, vai beneficiar 27 mil famílias em Belo Horizonte [...] outras 20 mil estão incluídas, é visível, na discursividade jornalística, a exibição de números, dados estatísticos que supostamente demonstrem o quanto esse governo supera os antecessores na promoção do bem-estar social. Passaremos agora a mostrar os nossos gestos de interpretação na discursividade administrativa.*

#### **4.3.4 A discursividade administrativa: a gestão e o gerenciamento do PBF**

Os jornais agem como juízes (MARIANI, 1998, p. 197) e, dessa forma, cada um constrói o fato a seu modo, produzindo discursos de representação que circunscrevem uma intencionalidade orientada para determinados efeitos de sentido, uma vez que, ao relatarmos os acontecimentos, de algum modo, direcionam a orientação argumentativa aos leitores.

Sobre isso, vejamos o funcionamento discursivo em torno dos efeitos de sentido produzidos na discursividade administrativa acerca da gestão e do gerenciamento do PBF, extensivo aos estados, aos municípios, aos comitês gestores e ao público alvo – os beneficiários.

O ponto em discussão acerca das questões de gestão e gerenciamento permite mostrar problemas relativos à eficiência/desempenho da administração da coisa pública, no que se refere à execução do Programa de Transferência de Renda.

Acerca desse apontamento, examinemos as sequências discursivas recortadas que seguem:

(s.d.) Três dias depois do adiamento do anúncio oficial da unificação dos programas de transferência de renda, o ministro José Dirceu (Casa Civil) nomeou, ontem, a coordenadora do Bolsa-Família, a cientista política Ana Fonseca. (T1 FSP, 23/09/2003)

(s.d.) [...] se o lançamento do programa não tivesse sido adiado três horas antes da cerimônia, como determinou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Bolsa-Família teria sido deslançado sem que sua coordenadora fosse oficialmente funcionária do governo federal. [...] Ana Fonseca vai trabalhar no gabinete da Presidência da República. (T1 FSP, 23/09/2003)

(s.d.) O Bolsa - Família será coordenado por Ana Fonseca e por Ricardo Henriques, atual secretário-executivo da Ministério da Assistência e Promoção Social. Mas ainda não está certo se ele deixará o cargo para coordenar o Bolsa-Família. Antes de ir para o Palácio do Planalto, Ana Fonseca coordenava os programas de transferência de renda, da Prefeitura de São Paulo. Mesmo sem ter sido nomeada,



Ana Fonseca já estava trabalhando em Brasília havia pelo menos duas semanas [...].  
(T1 FSP, 23/09/2003)

Notamos, aqui, que os marcadores temporais (*três dias depois, três horas antes*), a condicional (*se o lançamento não tivesse sido adiado*), a nominalização (*adiamento*), a concessiva (*sem que sua coordenadora*), a conjunção (*ainda*), o advérbio (*oficialmente*) e o verbo (*nomeou*) nos falam acerca do funcionamento discursivo, porque a posição-sujeito-jornalista projeta ao leitor a imagem de que ingerência e desorganização têm, como fonte, o próprio governo, a exemplo, o ministro José Dirceu da Casa Civil que *nomeou* Ana Fonseca e Ricardo Henriques, não oficialmente, para um cargo público, ou seja, a infração, violação do Estado aos atos normativos torna-se evidente, notadamente marcada na concessiva *mesmo sem ter*, na conjunção *ainda* e no advérbio *já*.

No exame do funcionamento discursivo das pessoas autorizadas convocadas pelo jornal para falar da eficiência do PBF, a pesquisadora Lavinias, do Instituto de Economia da UFRS, critica a burocracia do sistema de cadastramento dos beneficiários no PBF em *excessivamente detalhado*. Vejamos:

(s.d) [...] Lavinias critica a falta de transparência e de divulgações de resultados do Bolsa-Família, do governo federal. Segundo ela, apesar de haver um formulário excessivamente detalhado para cadastrar os beneficiados, o impacto do programa na vida dessas famílias continua sendo uma incógnita. "Dos resultados, nada foi dito até agora a não ser pelo lado das denúncias de vazamento veiculadas pela grande imprensa. Com as informações detalhadas coletadas pelo cadastro, é inexplicável que os gestores do programa não tenham divulgado resultados preliminares consistentes. [...]". (T10 FSP, 28/11/2004)

Notamos, aqui, que, no advérbio *excessivamente* e no determinante discursivo *detalhado*, se constrói uma rede de significados depreciativa da administração pública com controles e procedimentos desnecessários ao funcionamento do programa.

Além disso, nos sintagmas nominais *falta de transparência e de divulgações de resultados* e no pronome indefinido *nada* se inscreve uma discursividade do silenciamento/apagamento do Estado, reforçada em *uma incógnita* e em *é inexplicável* para falar da falta de divulgação dos resultados acerca do *impacto* do programa – combater a fome e a pobreza.

Do mesmo modo, o lugar da posição-sujeito-jornalista para desqualificar o PBF se presentifica nos nomes (*pancadaria, programa-problema*) e nas locuções adjetivas de baixo status (*rastro de irregularidades, falta de fiscalização, denúncia de fraudes*). Nesse sentido, examinemos o recorte discursivo a seguir, no tocante à utilização da materialidade linguística, para instaurar a discursividade:

(s.d.) Foi tanta pancadaria no rastro de irregularidades no cadastro, falta de fiscalização de contrapartidas e denúncias de fraudes, que muita gente custa a acreditar que o Bolsa Família saiu do inferno astral, deixou de ser o programa-problema do governo do PT e pode até virar referência internacional. E com chances de vir a se tornar uma fábrica de votos para a reeleição de Lula em 2006. (T7 G, 18/04/2005)

Vemos, aqui, também, o diferente a se dizer, o inesperado/equívoco em *muita gente custa a acreditar*, pois o programa, que apresenta falhas na execução e na fiscalização, surpreende em *até virar referência internacional*. Com efeito, o operador *até* assinala o argumento mais forte que é digno de ressalva da posição-sujeito-jornalista.

Na linha de criticar ainda o alcance do Programa Bolsa Família, a posição-sujeito-jornalista inscreve-se na evidência de um eu (*de minha parte*) o seu posicionamento crítico diante do fato de o PBF se consolidar como um dos principais programas de combate à pobreza ao ganhar adeptos mundo afora, inclusive do FMI<sup>12</sup> e do BIRD<sup>13</sup>, que o consideram *um modelo para países em desenvolvimento*, já que objetiva ampliar o acesso à educação e promover benefícios para a economia como um todo, ao fomentar a demanda de alimentos e produtos de primeira necessidade.

Tal posicionamento, que se materializa nos modalizadores *na contramão da crítica interna, quem diria agora*, vai em sentido oposto ao do Ministro Patrus, em cuja discursividade os advérbios *rápida e vigorosamente* apontam, na visão dele, que a ação de diminuir a desigualdade social e combater a pobreza impacta, de forma positiva, o crescimento econômico e, nesse sentido, é um *programa bem-sucedido*. Vejamos as sequências abaixo que justificam os argumentos anteriores:

(s.d.) O ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, já esteve no Egito a convite da ONU mostrando como funciona o Bolsa Família. Hoje amanhece em Washington (EUA) para falar num fórum do Banco Mundial (Bird) sobre os programas brasileiros de segurança alimentar, transferência de renda e assistência social. Na plateia, integrantes dos comitês políticos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Bird - que, na contramão da crítica interna, considera as ações de combate à fome e à pobreza do governo do PT um modelo para países em desenvolvimento. O Bolsa Família, quem diria, agora é um sucesso? Sucesso seria um pouco de arrogância de minha parte... Mas está se consolidando rápida e vigorosamente. Hoje é um programa bem sucedido - observa o mineiro Patrus. (T7 G, 18/04/2005)

<sup>12</sup> FMI – Fundo Monetário Internacional.

<sup>13</sup> Bird – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento.

Em *programa-problema* e *programa bem-sucedido*, mostra-se o antagonismo que separa as posições-sujeito (posição-sujeito-jornalista x posição-sujeito-Estado) sustentadas pelas formações discursivas em confronto, o que distingue posições-sujeito diversas no interior de uma mesma formação discursiva.

A propósito da imagem construída pela posição-sujeito-jornalista aos seus leitores, inscreve-se a de que o governo Lula não conseguiu implantar um programa seu, pelo contrário, apropriou-se dos programas anteriores, os de FHC.

(s.d.) [...] Luiz Inácio Lula da Silva não conseguiu viabilizar mudanças consideradas anteriores estratégicas [...] A administração petista adotou, praticamente na íntegra os projetos sociais implantados há anos por FHC. Alguns mantêm até o mesmo nome, mas outros foram “clonados”. Ganham novas siglas, mas têm características idênticas. [...]. (T2 EM, 23/11/2003)

Podemos verificar que o efeito de sentido dessa sequência está diretamente relacionado com a identificação das marcas discursivas nela contidas, por exemplo, na associação do governo a verbos de baixo *status* *clonar*, *não conseguiu viabilizar*, *adotou*, *mantém*, e nos determinantes adjetivos parafrásticos *na íntegra* e *idênticas*. Do mesmo modo, o programa do governo, na visão da posição-sujeito-jornalista, não se efetiva como proposto pela Lei/Decreto – uma discursividade outra – para apontar as irregularidades no pagamento dos benefícios, reforçado no advérbio *indevidamente*, em:

(s.d.) A reportagem constatou diversas famílias de classe média que recebem indevidamente dinheiro do programa. (T5 EM, 19/10/2004)

A responsabilidade das falhas na execução do programa, como veremos nas sequências discursivas recortadas abaixo, também é atribuída ao Ministro Patrus Ananias. Notamos, aqui, que a credibilidade do Ministro é afetada e, a propósito disso, uma discursividade de justificação emerge, ao reconhecer a existência da crítica, o que é reforçado nas formas verbais *admitiu*, *prometeu fazer*, *prometeu implementar*, *prometeu tomar* e na oração subordinada predicativa *é a falta de um sistema eficiente de fiscalização dos beneficiados*.

Justificar-se significa que o sujeito do discurso reconhece as falhas, mas isso não exige que o resultado seja colocar em questão, pela posição-sujeito-jornalista, a sua falta de competência que está sendo questionada. Aliás, a fragilidade política de Patrus também é usada politicamente em: *explorada politicamente* e *massacre sobre titular da pasta*, por

aqueles ou que são contra o programa ou daqueles que desejam o insucesso do ministro e, conseqüentemente, do programa.

(s.d.) O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, admitiu a existência de falhas no sistema de controle de programas do bolsa-Família e prometeu fazer correções necessárias [...] Para solucionar os problemas encontrados, o ministro prometeu implantar conselhos que acompanhariam a unificação de cadastros, além de exigir um maior controle por parte dos prefeitos eleitos. Porém, diante da evidência de que existem casos de mau uso do novo cartão do Bolsa- Família, Patrus Ananias prometeu tomar outras providências. [...] O ministro se comprometeu ainda a cumprir o cronograma de controle das crianças inscritas no Bolsa-Família [...]. (T5 EM, 19/10/2004)

(s.d.) A principal falha que vem sendo cobrada de Patrus é a falta de um sistema eficiente de fiscalização dos beneficiados (T 6 EM, 20/10/2004)

(s.d.)Governador diz que denúncias de irregularidades na execução de programas sociais são exploradas politicamente e vê massacre sobre titular da pasta do Desenvolvimento Social. (T 6 EM, 20/10/2004)

A gestão e o gerenciamento do Programa Bolsa Família são descentralizados e compartilhados pelos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios –, observados a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social. É esperado que esses trabalhem juntos para gerenciar e fiscalizar a execução do Programa.

Entretanto, o gerenciamento e a fiscalização são direcionados aos municípios. A exemplo, quando a posição-sujeito-jornalista contrapõe os nomes *concentração/ações* às *falhas*. *Concentração*, para afirmar que o programa acontece, mas que não se efetiva ao que veio: combater a pobreza, pois a *pobreza persiste*. Daí as *falhas*, anunciadas em *são tão ou mais visíveis que, se perdem, má gestão, muito precária*. Vemos que essas marcas remetem a um sentido construído a respeito do PBF: há *falhas* na execução do programa. E a responsabilidade dessas falhas é atribuída aos municípios. Vejamos isso nas sequências discursivas abaixo:

(s.d.) [...] mas apesar da concentração de esforços na região, vitrine do programa de combate à pobreza, um ano depois do início do mandato de Lula as falhas do Fome Zero em Guaraíbas e nos seus arredores são tão ou mais visíveis que os progressos conquistados nesse período. (T3 EM, 22/12/2003)

(s.d) [...] Em cada um dos 15 municípios visitados, as ações do Fome Zero se perdem em meio à má gestão. (T3 EM, 22/12/2003)

(s.d) [...] A pobreza persiste mesmo entre as famílias que recebem regularmente o dinheiro do Fome Zero. A principal carência das pessoas que sobrevivem da roça do feijão, milho, arroz é a água. [...] Mas é justamente nesse ponto que a ação do governo ainda é muito precária. (T3 EM, 22/12/2003)

Como na execução do Programa Bolsa Família os municípios têm participação indispensável, os casos de ingerência são deslocados para eles, mais precisamente, às prefeituras, para mostrar a pouca expressividade do programa nessas unidades administrativas cuja posição-sujeito-jornalista deseja ressaltar. Vejamos as sequências discursivas recortadas abaixo:

(s.d.) Dos 4.396 municípios integrados ao Bolsa-Família em outubro, mês de estreia do programa, 1.106 tinham, no máximo, dez beneficiados cada um. Em 360 cidades, apenas uma família foi contemplada. [...]Os dados constam no "relatório sintético de benefícios por município", documento obtido pela Agência Folha que informa o número de famílias integradas ao Bolsa-Família em todo o país, o total dos benefícios e a composição dos valores pagos. (T3 FSP, 10/11/2003)

(s.d.) O relatório revela que, entre as localidades com apenas um beneficiado, estão municípios como Murici dos Portelas (PI), 13º colocado no ranking nacional das cidades com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), e Caetés (PE), segundo pior município na estatística estadual, terra natal de Luiz Inácio Lula da Silva. Das 25 cidades brasileiras com menor IDH, uma não teve nem sequer um contemplado na estreia do Bolsa-Família: Cacimbas (PB), 14ª colocada na lista. Na outra ponta do ranking, municípios detentores dos melhores IDHs, como São Caetano do Sul (SP), Niterói (RJ), Bento Gonçalves (RS) e Porto Alegre (RS), foram beneficiados. Das dez localidades com maior desenvolvimento humano no Brasil, somente uma (Fernando de Noronha) não teve nenhum contemplado. Campeã nacional em qualidade de vida, São Caetano do Sul (SP), teve 266 beneficiados em outubro. Em Niterói, o Bolsa-Família incluiu 76 famílias e, em Bento Gonçalves, 488. Nono colocado entre as cidades com maior desenvolvimento humano, Porto Alegre teve 5.402 contemplados. Nos dez municípios com pior qualidade de vida no Brasil, quase todos no Nordeste, 7.747 famílias foram atendidas, no total. Em Manari (PE), cidade com o mais baixo IDH do país, 565 famílias foram integradas ao Bolsa-Família. Em Guaribas (PI), símbolo do Fome Zero, 286 foram contempladas. A capital gaúcha possui 1,36 milhão de habitantes. Em Manari moram 13.028 pessoas e, em Guaribas, 4.814. (T3 FSP, 10/11/2003)

Nos recortes discursivos em análise, observamos que não somente municípios com *melhor IDH*, mas também aqueles com *menos, baixo IDH* – a exemplo, a região Nordeste, que possui mais da metade de sua população que recebe, em média, menos da metade de um salário mínimo – apresentam pouca representatividade de famílias integradas ao Programa de Transferência de Renda.

Com efeito, notamos aí que as marcas na materialidade linguística *no máximo*, no pronome *cada um*, no numeral *uma, um*, na conjunção *apenas*, na dupla negação *não teve nem sequer* já trazem a extensão desse sentido que a posição-sujeito-jornalista – *documento obtido pelo jornal* – deseja projetar ao leitor.

Para responsabilizar os municípios pelas falhas na execução do programa, consideramos os procedimentos discursivos utilizados, observando de que forma se faz aí representar o envolvimento deles e dos prefeitos no Programa de Transferência de Renda.

Nesse sentido, a partir das sequências recortadas a seguir, é possível apontar que as falhas são de diversas ordens, a saber:

(i) mostrar que os municípios descumprem as condicionalidades.

A determinação, no Programa Bolsa Família, é que o recebimento do benefício pelas famílias se dê a partir do cumprimento das condicionalidades que visam ao acesso delas a seus direitos sociais básicos. Aliás, tais direitos estão relacionados aos indicadores que aprovem a sua vulnerabilidade social e econômica. Ou melhor, unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza caracterizada pela renda familiar e tenham, em sua composição, gestantes, nutrizes, crianças entre zero e seis anos, acompanhadas do ponto de vista nutricional e do calendário de vacinação em dia, bem como adolescentes na faixa etária entre 6 e 15 anos, com 85% de frequência escolar.

A gestão das condicionalidades se circunscreve nos três níveis de governo, sendo entendida como um conjunto de ações que vai desde o acompanhamento do cumprimento das contrapartidas até o registro, pelos municípios, das informações acerca do monitoramento realizado. A União, estados, municípios e Distrito Federal devem contribuir para que as unidades familiares beneficiárias tenham condições de cumprir as condicionalidades.

No entanto, ao colocar em pauta o descumprimento das condicionalidades, a discursividade jornalística constrói uma imagem negativa do Estado e, mais especificamente, dos municípios acerca do gerenciamento do PBF, no quesito frequência escolar e exigências da saúde. Nas sequências discursivas abaixo, por meio da materialidade linguística, vemos o sentido que a discursividade jornalística visa instituir:

(s.d.) O Ministério do Desenvolvimento Social recebe hoje apenas 70% dos dados sobre frequência escolar dos beneficiados com o Bolsa Família, o que equivale a 11,4 milhões de crianças. A União ignora se 4,9 milhões de alunos cumprem as exigências do programa. (T14 FSP, 28/02/2007)

(s.d.) Segundo dados divulgados pelo próprio ministério, o governo federal é informado precariamente pela maior parte dos municípios brasileiros sobre a frequência escolar e o cumprimento das exigências de saúde dos beneficiados pelo Bolsa Família — duas contrapartidas impostas pelo programa para manter os repasses. (T14 FSP, 28/02/2007)

(s.d.) A situação atinge inclusive as capitais: nove delas enviaram dados de menos da metade das famílias beneficiadas. Em Maceió, por exemplo, foram enviados dados de apenas 29% das crianças inscritas no programa que frequentam a escola. (T14 FSP, 28/02/2007)

(s.d.) Em relação aos dados de saúde — a vacinação em dia de crianças até sete anos e a realização de um mínimo de exames pré-natal por gestantes —, a informação enviada à União pelas prefeituras é ainda mais limitada. Maceió transmitiu dados de

7% dos incluídos; Macapá, 14%, e João Pessoa, 11%. Centros como Salvador e Cuiabá não enviaram nenhuma informação. (T14 FSP, 28/02/2007)

(s.d.) São Paulo e Belo Horizonte fazem controle em sistemas próprios, mas não repassaram a informação à União. [...] A dificuldade de monitorar a frequência escolar foi reconhecida em 2004 pelo próprio ministro, Patrus Ananias. Na época, a União só tinha dados de metade dos 12,4 milhões de alunos inclusos no programa. A cobertura já chegou a 76,2% dos estudantes inscritos, no final de 2005. Hoje está em 70,2%. Na saúde, os dados são mais tímidos: a União só conhece dados de 33,4% das famílias – 3,5 milhões. Para o ministério, já é um avanço. Em 2005, apenas 6% das famílias eram acompanhadas de fato. [...] Na prática, porém, a União não puniu nenhum município que deixou de enviar os dados. "O que buscamos é uma forma de incentivar as cidades a dar as informações", disse Cunha. (T14 FSP, 28/02/2007)

Ao examiná-las, um primeiro aspecto a destacar é que, apesar de a Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e o Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, serem claros quanto ao papel da União, estados e municípios no gerenciamento do PBF, notamos que é muito mais sobre os municípios (prefeituras) que recai a responsabilidade do não acompanhamento no cumprimento das condicionalidades. A exemplo, respectivamente, o advérbio *apenas*, seguido de dados percentuais 70%, 29% e 6% negam/restringem a condição de totalidade que o programa cumpre as condicionalidades.

Além disso, o advérbio atitudinal *precariamente*, os marcadores avaliativos *menos da metade*, *é ainda mais*, *só tinha* e o sintagma adjetival *mais tímidos* sinalizam ao leitor índices de subjetividade da posição-sujeito-jornalista, diante do fato de as prefeituras não informarem à União, que é reforçado por *não repassaram*, pois falam da impossibilidade do fato, bem como da sua indiferença acerca disso.

Vemos, também, que a posição-sujeito-jornalista individualiza igualmente a in(ação) do Estado para colocá-lo em foco na cena enunciativa em: a *União ignora* e na dupla negação a *União não puniu nenhum*, para dizer que a ingerência também se instala no próprio governo, o qual não cumpre a Lei/ Decreto que institui o PBF e, como consequência, não pune os municípios. Nesse sentido, o governo recebe a qualificação de inepto no cumprimento das exigências das condicionalidades: frequência escolar e cumprimento das exigências de saúde.

É nesse ponto que a presença de condicionalidades no Programa Bolsa Família suscita, em nós, algumas indagações que foram inclusive silenciadas, quais sejam: seria justo exigir condicionalidades das famílias pobres? Essa inovação no desenho do Programa viola os princípios de cidadania? Em que medida as condicionalidades podem, como enunciado nos objetivos do Bolsa Família, favorecer a inserção das famílias pobres no acesso aos serviços sociais e contribuir para a construção de trajetórias de inclusão social no contexto neoliberal?

Outra questão é levantada ainda: a contrapartida é uma cobrança indevida, já que o direito é uma prerrogativa dos membros de uma sociedade, ou é aceitável, principalmente no caso brasileiro, porque se trata de envolver as famílias num circuito virtuoso de direitos e deveres com potencial para ultrapassar o assistencialismo e fomentar a cultura de mercado?

(ii) mostrar pouco envolvimento dos municípios e dos prefeitos. Vejamos, inicialmente, as sequências discursivas recortadas abaixo:

(s.d.) Desinformação e apatia na busca de informações em relação às famílias beneficiadas pelo programa Bolsa-Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e disputas políticas entre prefeitos recém –eleitos e antecessores são o principal empecilho para a fiscalização do programa em pequenos municípios do país. Ontem o secretário-executivo adjunto do Ministério do Desenvolvimento Social João Passarela, fez apelo a prefeitos do semiárido mineiro para que, em parceria com as comunidades locais, se envolvam no controle e acompanhamento do programa. (T8 EM, 22/02/2005)

(s.d.) [...] Ele afirmou no entanto, que a falha não foi resolvida até agora por causa da falta de organização da prefeitura de Guaraiabas. “Quem faz essa documentação é o prefeito. Em Guaraiabas, esse cadastro deve estar em algum lugar da prefeitura [...]”. (T3 EM, 23/12/2003)

(s.d.) Uma pesquisa feita por amostragem pela Controladoria Geral da União (CGU) mostrou que 51% das prefeituras fiscalizadas por sorteio estão deixando de divulgar a relação dos beneficiários com o Bolsa-Família (EM 04/05/2009) [...] Apesar do alto índice, que se refere aos dois últimos anos, ele é 12% inferior aos dados de 2003 a 2005, quando 62% dos municípios analisados não mostravam os nomes de quem recebia o auxílio (T18 EM 04/05/2009).

(s.d.) [...] Prefeitos de pequenos municípios admitem que desconhecem os mecanismos para poder fiscalizar o Bolsa-Família. Alguns acusam os antecessores de sumirem com os cadastros [...]. (T8 EM, 22/02/2005)

(s.d.) Apesar de o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estar empenhado em envolver prefeituras, nas pequenas cidades a empreitada esbarra na desinformação dos prefeitos, que não raro ainda não tiveram acesso à lista dos cadastrados porque os antecessores desapareceram com os cadastros do programa. “ Não recebemos nenhuma informação da administração anterior. Não há arquivo, nem registro do programa”, queixa-se José Humberto (PP), prefeito de Jequitai [...]. (T8 EM, 22/02/2005)

Por mais que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome cobre a participação dos municípios na fiscalização do PBF, na forma verbal *se envolvam* e nas nominalizações *apelo*, *controle* e *acompanhamento*, ao examinarmos as sequências discursivas acima, constatamos que os nomes *desinformação* e *apatia* já nos falam do descomprometimento e da indiferença dos prefeitos que *esbarra(m)* na ação de fiscalizar o programa.



O impedimento, obstáculo para isso (*empecilho*) é porque ou eles desconhecem os mecanismos de fiscalização, ou cuidam de interesses políticos próprios (*disputas políticas entre prefeitos recém-eleitos e antecessores*), ou ex-prefeitos *desaparecem* com os cadastros dos beneficiários.

Nesse caso específico, os mecanismos linguísticos, em evidência no funcionamento do discurso jornalístico, notadamente marcados no uso dos verbos negativados *não recebemos, não há arquivo, nem registro do programa, não foi resolvida, não mostraram*, na forma verbal *estão deixando de divulgar*, na determinação *desconhecem os mecanismos para poder fiscalizar o Bolsa Família* e no sintagma nominal *falta de organização*, incidem acerca da capacidade dos municípios de gerenciarem/fiscalizarem o PBF, em especial, acerca da omissão deles em tornarem público o nome das famílias beneficiárias.

Além disso, o nome *cadastro*, seja na posição de sujeito do verbo *deve estar* cujo complemento é *algum lugar*, seja na de complemento do verbo *sumir*, a discursividade revela, por um lado, o descomprometimento do município com o registro dos beneficiários (*em algum lugar*), por outro, em *acusam* e *sumirem*, inscreve-se a declaração de culpa, responsabilizando os prefeitos antecessores de não fiscalizarem/gerenciarem o programa e, por isso, da provável inclusão de beneficiários que não se enquadrem nos critérios de renda *per capita*. Nesse caso, uma FD provém do lugar da ilegitimidade, explicitando como a posição-sujeito-prefeito se relaciona com o programa.

(iii) sinalizar que as prefeituras estão despreparadas para fiscalizar e as falhas são de governos anteriores.

(s.d.) Em Patis, município recém emancipado no Norte de Minas, com 4.353 habitantes e 130 famílias beneficiadas pelo programa, o prefeito Valmir Morais (PTB) declara não ter condições neste momento de realizar o acompanhamento e fiscalização das famílias beneficiadas pelo programa. “Só agora estamos tomando pé da situação. Recebemos o cadastro dos ministérios mas ainda estamos levantando a situação das famílias”, considera.. Segundo ele, que é presidente da Associação Mineira do Norte de Minas (Amans), apesar de o programa ser muito importante e essencial para retirar famílias da absoluta miséria, a maior parte dos pequenos municípios têm dificuldades em fiscalizar. Algumas cidades não têm nem técnicos”, sustenta. (T8 EM, 22/02/2005)

(s.d.) O ministro defendeu-se afirmando que o cadastro único que está sendo criado pelo governo federal, reúne dados de cadastros feitos pelas prefeituras e por governos anteriores, que já apresentavam falhas. (T6 EM, 20/10/2004)

Vemos que as formas verbais em *têm dificuldades em fiscalizar e não têm nem técnicos* reforçam a limitação das prefeituras no *acompanhamento e fiscalização* do programa, além, é claro, de sugerir que essas limitações já não se estabelecem hoje, mas são provenientes de gestões anteriores, notadamente marcado em *já apresentavam falhas*.

(iii) sugerir uso político do Programa de Transferência de Renda e, conseqüentemente, beneficiários em conflito com a lei, como veremos nos recortes que seguem:

(s.d.) “Quem faz essa documentação é o prefeito. Em Guaraíbas, esse cadastro deve estar em algum lugar da prefeitura [...]. (T3 EM, 22/12/2003)

(s.d.) Pelo decreto do governo, todos os municípios devem divulgar amplamente a relação dos beneficiários do Bolsa-Família. Mas das 446 prefeituras sorteadas para serem fiscalizadas, 227 não tinham tornado pública a lista das pessoas que estavam dentro do programa. (T18 EM, 04/05/2009)

(s.d.) Manoel Nonato (PDT), prefeito de Cônego Marinho, município no Norte do Estado, com 6.497 habitantes e receita equivalente a Jequitaiá, só cita o número de famílias beneficiadas pelo programa – 736, que correspondem a 45% dos habitantes da cidade – após consultar sua assessoria. Em seguida, declara: “tem família que não deveria estar recebendo e recebe. Tem outras que deveriam receber e não estão incluídas. A questão é que incluir é fácil, o difícil é excluir”. (T8 EM, 22/02/2005)

(s.d.) Uma pesquisa feita por amostragem pela Controladoria Geral da União (CGU) mostrou que 51% das prefeituras fiscalizadas por sorteio estão deixando de divulgar a relação dos beneficiários com o Bolsa-Família [...] Apesar do alto índice, que se refere aos dois últimos anos, ele é 12% inferior aos dados de 2003 a 2005, quando 62% dos municípios analisados não mostravam os nomes de quem recebia o auxílio. (T 18 EM, 04/05/2009)

As formulações discursivas aqui em destaque – *Quem faz essa documentação é o prefeito, estão deixando de divulgar, não tinham tornado, só cita, não mostravam* – apontam-nos a operatividade do linguístico com o extralinguístico, o que caracteriza a especificidade e o funcionamento do discurso, ou seja, é notório que o PBF impacta uma elevada parcela da população, *os beneficiários*, e, potencialmente, pode ser convertido em votos: a isso se deve o questionamento de provável utilização do programa para fins eleitorais, uma vez que o cadastramento é controlado pelos prefeitos, respectivamente, nas formulações discursivas *Quem faz essa documentação é o prefeito* e assessores em *só cita o número de famílias após consultar sua assessoria*.

Além disso, há a possibilidade de ter havido o uso promocional indevido do programa, em esfera local, para beneficiários que não se alinhavam às contrapartidas – unidades familiares em situação de pobreza e de extrema pobreza, com renda *per capita* de até R\$140,00 – o que é reforçado nas formulações discursivas *tem família que não deveria*

*estar recebendo e recebe/ Tem outras que deveriam receber e não estão incluídas/ A questão é que incluir é fácil, o difícil é excluir.*

As formas verbais *não deveria estar recebendo x recebe/deveriam receber x não estão incluídas/ incluir x excluir* apontam para diferentes discursividades envolvidas e que não estão devidamente representadas, uma vez que se inscrevem em formações discursivas contrárias. A esse respeito, o discurso jornalístico por ser uma modalidade do discurso sobre, só pode inscrever-se se for a uma formação discursiva heterogênea, o que permite a veiculação de diferentes lugares enunciativos, ou melhor, de posições-sujeito contrárias. Consideramos, assim, que, nesses dizeres, há um não dizer necessário no qual os recortes *não deveria, deveriam, excluir* silenciam outros sentidos que podem se desenrolar no espaço da interpretação no qual os sujeitos se movem. Por exemplo, de favorecimentos, de clientelismo.

É perceptível aqui a inscrição de uma discursividade jurídica acerca da ação (*previsto na lei*) e da (in)ação (*não foi regulamentado*) dos comitês gestores do PBF, os quais têm, como função, definir estratégias para a implementação e operacionalização do Programa de Transferência de Renda, em âmbito local. Tal constatação se torna evidente ao examinar as sequências discursivas abaixo:

(s.d.) Os novos beneficiados do Bolsa-Família fazem parte do cadastro único do governo, mas não passam pelos comitês. O controle social está previsto na lei que criou o programa unificado, mas o formato não foi regulamentado. (T7 FSP, 04/04/2004)

(s.d.) Sem diretriz definida e sem explicações do Ministério do Desenvolvimento Social, os comitês gestores, que eram condição para a instalação do Fome Zero nas cidades, começam a se desmobilizar. (T7 FSP, 04/04/2004)

(s.d.) "Fazíamos reuniões semanais, analisávamos as famílias e selecionávamos as mais carentes. Com a unificação dos programas, não sabemos como vai ficar", disse a vice-prefeita do município de Assis Brasil (AC), Ruth Ferreira de Oliveira (PT). (T7 FSP, 04/04/2004)

(s.d.) "Alguns [comitês] estão desde novembro sem entender direito qual o seu papel. Nossa preocupação é não deixar que todo o trabalho morra por falta de definição", disse Marlene Rocha, secretária de acompanhamento do Fome Zero do PT, um órgão criado pelo partido para incentivar os filiados a ajudar o programa. (T7 FSP, 04/04/2004)

Essas sequências recortadas falam-nos, então, do enfraquecimento e do desconhecimento das reais funções atribuídas aos comitês nos verbos negativados *não passam, não sabemos*, nas paráfrases *sem diretriz definida e sem explicações, sem entender direito* e na perífrase imperfectiva verbal *começam a se desmobilizar*.

Seria esperado, portanto, que os comitês fizessem o acompanhamento dos beneficiários do Bolsa Família e a verificação das condicionalidades. Vemos, no entanto, que, na formulação discursiva, *os novos beneficiados do Bolsa-Família fazem parte do cadastro único do governo, mas não passam pelos comitês*, a conjunção *mas* e a forma verbal negativa *não passam* anunciam a ausência do controle social, ou seja, beneficiários que foram cadastrados ou podem não se enquadrar nos critérios estabelecidos para acessibilidade ao benefício. E, por isso, na discursividade administrativa, inscreve-se a negação de uma discursividade jurídica.

O foco na gestão continua, como veremos nas sequências recortadas, ao falar dos comitês gestores:

(s.d.) Anunciados como uma evolução da política social do governo Lula, os comitês gestores do Fome Zero perderam a função desde a criação do Bolsa-Família, em outubro. Hoje, quase desmobilizados, existem em 2.364 cidades. (T7 FSP, 04/04/2004)

(s.d.) O papel original dos comitês era controlar "socialmente" os que deveriam receber os R\$ 50 do Cartão-Alimentação do Fome Zero. Perto dos beneficiados, o grupo (formado por dois funcionários da prefeitura e representantes da sociedade civil eleitos em assembleia) saberia identificar as famílias necessitadas – uma arma contra o uso político e fraudes, defendia o governo. (T7 FSP, 04/04/2004)

(s.d.) Desde outubro de 2003, quando o Bolsa-Família absorveu o Cartão-Alimentação e outros três programas de transferência de renda, os comitês não podem mais incluir ou excluir pessoas do cadastro. Resultado: 1) as comissões se esvaziaram; 2) os novos beneficiados pelo Bolsa-Família, que ingressaram a partir de março, são escolhidos sem o ajuste que o comitê fazia; 3) nem as falhas identificadas pelos comitês estão sendo corrigidas; 4) diminuiu o envolvimento da sociedade com o programa. (T7 FSP, 04/04/2004)

A materialidade linguística em destaque no funcionamento discursivo dos recortes seguintes – *perderam a função [...] quase desmobilizados/estão sem ação [...] os comitês não podem mais incluir ou excluir pessoas [...] os novos beneficiados [...] são escolhidos sem o ajuste que o comitê fazia [...] nem as falhas estão sendo corrigidas* – apontam para a discursividade de ingerência e de denúncia na construção de um imaginário negativo acerca da operacionalização dos comitês gestores perante a opinião pública, recorrente no verbo *perderam*, no operador *quase* e na preposição *sem*. Vemos aí que o locutor constrói a imagem de que os comitês são usados politicamente em *uso político/são escolhidos sem o ajuste/diminuiu o envolvimento da sociedade*.

Como já dito, é bastante comum a posição-sujeito-jornalista convidar intelectuais (pesquisadores)/políticos e militantes a se pronunciarem acerca do Programa de Transferência

de Renda, como também a se posicionarem acerca da sua implementação ou qualquer outro desdobramento: comitês gestores, beneficiários, cumprimento das condicionalidades.

Nesse sentido, participam ativamente dessas discussões, uma vez que atuam de forma significativa como informadores e formadores de opinião. Sua participação, de modo algum, tem sido imparcial. Pelo contrário, são engajados na representação favorável ou desfavorável ao PBF. E um desses alvos tem sido os beneficiários, como veremos a seguir.

Para polemizar discursos e na intenção de construir um imaginário acerca dos desligamentos dos beneficiários, a discursividade jornalística coloca, de um lado, a posição-sujeito-jornalista, de outro, representantes do governo. Vejamos inicialmente as sequências discursivas:

(s.d.) O número de desligamentos voluntários do Bolsa Família cresceu mais de dez vezes em oito meses e atingiu 26.217 pessoas, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social. (T15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) [...] Registros do Ministério do Desenvolvimento Social apontam a cidade como recordista em número de desligamentos voluntários: 254. (T15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) "É muito difícil sair voluntariamente. Ninguém entrega o cartão porque quer, não. É muito raro a pessoa dizer que [o programa] já ajudou muito e entregar [o cartão]", afirma Maria Albetiza da Silveira Gonçalves, gestora do Bolsa Família em Novo Gama (GO). (T15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) [...] A maioria das famílias que supostamente abriram mão do programa na verdade recebia benefícios em duplicidade, explicou a gestora local. Em cerca de 80% dos casos registrados como desligamento voluntário, as famílias foram "convencidas" a entregar um dos cartões obtidos de forma irregular. (T15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) [...] Mas a gestora local, Carolina Breder Andrade, diz que 95% desses registros foram casos de identificação de renda acima dos R\$ 120 mensais por pessoa da família, teto de acesso ao programa [...]. (T15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) "Grande parte dos beneficiários omitiu renda para entrar no programa. Conversamos com as famílias sobre as punições [para o recebimento indevido] e entregaram [os cartões]", conta. "A gente lançou como desligamento voluntário por falta de opção", disse. (T15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) A secretária de Renda de Cidadania do ministério, Rosani Cunha, disse que só recentemente o sistema passou a acompanhar com mais precisão as razões de cancelamentos. (T15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) Mas o dado, que supostamente indicaria o volume de famílias emancipadas do programa por superação da pobreza, é superfaturado, apurou a Folha. (T15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) Foram também mais compulsórios do que voluntários os desligamentos registrados como tal em Manhuaçu (MG). (T15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) [...] O sistema de dados do programa induziu gestores a registrar como desligamentos voluntários casos que não eram exatamente "voluntários", por ser a forma mais rápida de suspender pagamentos indevidos. (T 15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) Pouco mais que 48% dos casos resultaram de verificação de renda acima do permitido. Um segundo grande grupo – 26,55% – teve benefícios bloqueados por três meses, período em que foram investigados renda ou pagamento em duplicidade numa mesma família. O relatório atribui 13% dos cancelamentos a "outros motivos". Em julho de 2006, quando o governo associou os 2.000 primeiros casos registrados de saídas voluntárias à melhoria da situação social dos beneficiados, a Folha mostrou que a maioria das famílias que abriu mão do benefício em Patos (PB) havia, na verdade, migrado para o Benefício de Prestação Continuada, programa que paga mais que o Bolsa Família. (T15 FSP, 27/03/2007)

Acerca dos desligamentos dos beneficiários do PBF, notamos, de um lado, a discursividade jornalística no nome *compulsório* e, de outro, a do Estado em *voluntários*. Aqui, a posição-sujeito-jornalista coloca em questão os dados do governo *26.217 pessoas* acerca do número de desligamentos voluntários, visto que, amparada também na discursividade dos gestores na formulação discursiva – *é muito difícil sair voluntariamente* – enuncia, com conhecimento de causa, que os desligamentos foram muito mais compulsórios, uma vez que muitos lograram renda *per capita* superior à estabelecida pela legislação do Programa Bolsa Família, notadamente marcado em *renda acima, omitiu renda, pagamentos em duplicidade*.

Nesse sentido, em *apurou a Folha* e *Folha mostrou*, o jornal assume o *status* de instrumento investigativo, o que lhe delega uma discursividade de autoridade, ao alegar, inclusive, que o dado *é superfaturado*. Em *superfaturado*, a cena enunciativa dessa marca linguística fala que algo subsiste, no plano das conjecturas, do ilegítimo, do duvidoso, já que sugere que os dados foram maquiados, para dizer que o programa não é efetivo no combate à pobreza.

Como é possível perceber, o lugar de onde nos fala a posição-sujeito-jornalista é o de enunciadores de um discurso de denúncia. Por um lado, o do descumprimento das condicionalidades e, por outro, a comprovação de fraudes para falar desse descumprimento. Vejamos as sequências discursivas a seguir:

(s.d.) [...] Em Caracol [...] professores, comerciantes e aposentados estão cadastrados no programa mesmo não atendendo à principal exigência do programa federal: serem pobres, e com poder aquisitivo acima da média *per capita*. [...] Enquanto uma parte da população de Caracol recebe o dinheiro sem estar dentro dos critérios estabelecidos pelo governo [...] 281 famílias em situação de miséria não recebem nada desde abril.[...] Joselita Ribeiro Soares, 59 anos, uma das beneficiárias do programa, tem pelo menos seis fontes de renda. Entre elas, um sítio com piscina, onde as crianças da cidade podem nadar se pagarem ingresso [...]. (T3 EM, 22/ 12/ 2003)

(s.d.) Em Cedral (MA), os funcionários [...] encontraram casos semelhantes. Além disso, na cidade maranhense dez crianças não estavam nas escolas onde diziam ser matriculadas. [...] Em Nova União (RO), pessoas que ganharam até R\$ 700 recebiam R\$ 95 do Bolsa-Família, que é o valor dado a família consideradas (sic) de extrema pobreza. [...] Um beneficiário do programa em Montividiu (GO), segundo descobriram os fiscais da CGU, tinha parentes na área de cadastro do Bolsa-Família e recebeu o cartão. Porém, além de casa própria, o recebedor tinha um armazém. [...] Na semana passada, uma auditoria do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) descobriu também que uma vereadora de uma cidade baiana também recebia o Bolsa-Família. Claudinete Nunes dos Santos (PL), de Itaju do Colônia, era uma beneficiária desde 2002, quando o programa ainda era o Bolsa Escola. (T18 EM, 04/05/2009)

(s.d.) A agricultora Isabel Maria dos Santos morreu no começo de 2006[...] Mesmo assim [...] um saque em seu nome, usando o cartão do Bolsa-família, foi realizado há um mês. Também no mesmo cadastro de Mucugê esta a mulher de Alexandre Silva Luz [...] funcionário da prefeitura e é dono junto com cinco irmãos, de uma fazenda de 50 hectares. Luz comprou um corsa [...], tem um único filho e sua família está claramente acima do limite máximo de renda[...]. (T10 EM, 10/07/2006)

(s.d.) [...] Muitos dos que recebem benefícios federais são comerciantes, funcionários públicos e outras famílias que estariam acima da faixa de renda que se enquadra nos critérios dos programas. (T6 EM, 20/10/2004)

(s.d.) Em Palmeiras (BA), a coordenadora do programa na cidade aparece na lista de quem recebe o benefício, segundo a auditoria. A prefeitura disse à CGU que desconhecia o fato e que iria apurá-lo. [...] Em duas cidades – Ipaba (MG) e Jericó (PB) –, os fiscais constataram que mulheres de vereadores, que têm renda acima do estipulado, recebiam o benefício. Em Pernambuco, no município de Gameleira, a auditoria da CGU verificou que as famílias de mais de cem alunos de escolas particulares recebem o pagamento. (T17 FSP, 16/07/2007)

(s.d.) Outra informação alentadora foi em relação ao número de crianças que deixaram de vacinar, outra exigência do programa. Apenas 1,7 das 3440 famílias com crianças de até 7 anos deixaram de imunizar seus filhos. ( T6 EM, 20/10/2004)

Vemos, aqui, beneficiários em conflito com a lei – notadamente marcado nas paráfrases *acima da faixa de renda, renda acima, poder aquisitivo acima da média* –, uma vez que não se enquadram nas contrapartidas – *serem pobres* – com renda *per capita* superior à estipulada pelos critérios do programa, ausência nas escolas (*não estavam nas escolas*) e vacinas em atraso (*deixaram de vacinar*), o que reforça os problemas de gestão e gerenciamento da coisa pública: o Estado não fiscaliza.

Examinemos as sequências discursivas abaixo e notemos aí, igualmente, que o funcionamento discursivo gira em torno do recebimento de benefícios por cidadãos fora do público alvo do PBF – *professores, comerciantes, aposentados, parte da população de Caracol, parentes, vereadores, funcionários públicos, fazendeiros, coordenadora do programa, famílias que não se enquadram nos critérios de condicionalidades e até mesmo falecida* –, potenciais beneficiários do programa.

Obviamente que, de maneira isolada, a criação do Cadastro Único não impede a ocorrência de problemas de má focalização no programa social, haja vista que diversos fatores interferem para os chamados vazamentos do público alvo, a exemplo em *parentes na área de cadastro* ou por favorecimentos políticos (*mulher de funcionário público, vereadores*).

Aqui, inscrevemos a posição-sujeito-beneficiário na seguinte condicionante: a comprovação de fraudes. Sugerem-se falsificações, adulterações praticadas por aqueles que gerem o PBF para beneficiar familiares. Para entender isso, examinemos antes as sequências discursivas abaixo:

(s.d.) Irregularidades em programas como Bolsa-Escola, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação levam governo a investigar sete beneficiários em três cidades e ministro admite que há falhas. [...] O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pediu à Caixa Econômica Federal a suspensão do cadastro de sete beneficiários irregulares do programa Bolsa-Família. Além disso, três equipes o ministério e da Controladoria Geral da União estão a caminho de Pedreiras (MA), Cáceres (MT) e Piraquara (PR), cidades onde foram constatadas as irregularidades, segundo informou ontem a secretária executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome, Ana Fonseca, ao anunciar as medidas tomadas para solucionar os problemas apontados. [...] A reportagem constatou diversas famílias de classe média que recebem indevidamente dinheiro de programas como o Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. Esses quatro programas foram substituídos no atual governo pelo Bolsa-Família. [...] Segundo Ana Fonseca, depois de comprovada a denúncia, os beneficiários irregulares terão que devolver todo o dinheiro recebido [...] A secretária considerou positiva a reportagem que apontou as irregularidades. “Ela incentiva a sociedade a ajudar na fiscalização do programa” afirmou. (T5 EM, 19/10/2004)

(s.d.) Parte dos cadastrados recebem duas vezes o benefício, enquanto outros carentes não são contemplados. Amostra indica que desvio envolve mais de 150 mil pessoas.[...] Parte dos cadastrados no Bolsa-Família, o maior programa social do governo, está recebendo o benefício em duplicidade. Levantamento feito pelo Estado de Minas indica que o problema pode atingir mais de 150 mil pessoas. O desvio tem três consequências graves: distorce os números do cadastro do governo, faz com que beneficiados ganhem acima do valor máximo fixado nas regras do programa e, principalmente, reduz o volume de recursos para ajudar famílias carentes que ainda não conseguiram o auxílio. [...] Cadastros de 3759 beneficiários inscritos foram analisados [...]. Foram encontradas 52 duplicidades, 12 das quais somente entre as beneficiárias com o nome de Maria inscritas em Brasópolis. [...] É o que ocorre com a agricultora, Maria Nilza da Conceição, de Mucugê, que tem inscrição com o nome de solteira e outra incluindo o Almeida do sobrenome que adquiriu do ex-marido. Dona de dois cartões, ela saca a cada mês R\$ 190 do auxílio do governo, exatamente o dobro do limite máximo [...] a cozinheira Eloísa de Novais Santos Tostes também está recebendo o auxílio em duplicidade. Neste caso, os benefícios ganhos nos dois cartões somam R\$ 120 e ajudam a complementar a renda de um salário mínimo [...]. (T10 EM, 10/07/2006)

(s.d.) Ao procurar pessoas que migraram para o Bolsa-Família, a reportagem constatou a existência de dois casos de duplicidade de cadastros para recebimento de benefícios. Em Palmares (PE), o único beneficiado pelo novo programa, Abdias José da Silva, também é cadastrado em Bonito (PE). Em Igarassu, na região metropolitana de Recife, a também única contemplada do município, Maria da Conceição Santos, tem outro cadastro, em Belo Jardim (PE). A Prefeitura de Igarassu suspeita que ela seja uma "fantasma", pois encontrou indícios de que ela



não residiria na cidade. O benefício pago pelo governo em setembro foi sacado pela mulher em uma casa lotérica de Belo Jardim. Seu endereço declarado em Igarassu não existe. Silva e Santos não foram localizados para falar. (T3 FSP, 10/11/2003)

(s.d.) Em Mata Roma (MA), cidade com 12 mil habitantes a 300 km de São Luís e uma das mais pobres do Estado, o comitê identificou 250 famílias recebendo o Cartão-Alimentação indevidamente. Apesar disso, não conseguiu retirá-las do cadastro [...]. "Visitamos todas as casas do município e encontramos 250 famílias que recebiam o cartão e que não necessitavam. Tinha gente com casa de dois andares e carro. Mas não conseguimos suspender o benefício", disse Enilda Alves da Silva, representante do sindicato dos trabalhadores rurais no comitê do município. (T7 FSP, 04/04/2004)

(s.d.) O fiscal tributário José Paulo Urch, indicado pela Prefeitura de Bossoroca (RS) para o comitê gestor local, diz tê-lo deixado recentemente pela falta de organização. (T7 FSP, 04/04/2004)

(s.d.) "A primeira listagem [de beneficiados] funcionou direitinho. Eram 138 famílias, fizemos a seleção e ficaram 81. Dali para a frente, não conseguimos mais retirar ninguém. Fazíamos a seleção e, quando víamos, todos [da lista] estavam recebendo", disse Urch, que deve se candidatar a vereador neste ano pelo PP. (T7 FSP, 04/04/2004)

(s.d.) O agricultor petista Vanderli Ferreira Lopes, de Caibaté (RS), disse ter deixado de telefonar para o ministério atrás de respostas depois que a senha de ajuste do cadastro foi cancelada. "Não vou gastar mais com telefone", disse. "Sabemos que existem famílias bem estáveis recebendo [o benefício]. Ficamos sem respostas para o público. Para mim que sou do PT, fica ruim", disse. (T7 FSP, 04/04/2004)

(s.d.) A maioria das famílias que supostamente abriram mão do programa na verdade recebia benefícios em duplicidade, explicou a gestora local. Em cerca de 80% dos casos registrados como desligamento voluntário, as famílias foram "convencidas" a entregar um dos cartões obtidos de forma irregular. (T15 , 27/03/2007)

(s.d.) "Grande parte dos beneficiários omitiu renda para entrar no programa. Conversamos com as famílias sobre as punições [para o recebimento indevido] e entregaram [os cartões]", conta. "A gente lançou como desligamento voluntário por falta de opção", disse. (T15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) Um segundo grande grupo – 26,55% – teve benefícios bloqueados por três meses, período em que foram investigados renda ou pagamento em duplicidade numa mesma família. O relatório atribui 13% dos cancelamentos a "outros motivos". ( T15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) Cerca de 3% das famílias que recebem Bolsa Família terão o pagamento bloqueado neste mês por supostas irregularidades. Com isso, o número total de beneficiários em maio pode ficar abaixo de 11 milhões de famílias e aquém da meta de 11,1 milhões de benefícios pagos, alcançada em junho do ano passado, três meses antes do primeiro turno das eleições. (T15 FSP, 27/03/2007)

(s.d.) Além dos benefícios já bloqueados, outras 198.634 famílias serão investigadas por terem apontado indícios – menos contundentes – de renda acima do limite aceito no programa. Depois de 90 dias, essas famílias também poderão ter os benefícios bloqueados. Segundo Lúcia Modesto, diretora do departamento de cadastro único, o número de beneficiários muda frequentemente por conta do contínuo alistamento de beneficiários pelos municípios e da exclusão de famílias que recebiam irregularmente. (T16 FSP, 08/05/2007)

(s.d.) Em Belo Horizonte, a Secretaria Municipal de Políticas Sociais, responsável pelo controle do programa está fazendo auditoria em todos os benefícios com indícios de irregularidades. Segundo a coordenadora do Bolsa-Família, Márcia Teixeira, 8 mil famílias estão sendo alvo de uma pesquisa completa. Na capital, 4 mil benefícios estão bloqueados e outros 4 mil estão sendo averiguados. (T13 EM, 30/07/2007)

Os recortes discursivos acima merecem a nossa atenção para entender, a partir do funcionamento discursivo dessas cenas enunciativas, a constituição do lugar enunciativo da posição-sujeito-beneficiários: os fora da lei. Como podemos observar, são criminalizados, uma vez que burlam a lei. A esse respeito, uma formação discursiva no domínio da ilegalidade inscreve-se, a exemplo, na forma verbal *receber* – a ação de tomar o que é (in)devido.

Sobre isso, a partir da materialidade linguística, examinemos os efeitos de sentido, no âmbito do discurso, que se inscrevem no domínio do Direito Penal – da criminalidade, a saber:

- (i) na forma verbal *investigar*: *seguir os vestígios da renda dos beneficiários e daqueles que gerenciam o programa*;
- (ii) no sintagma nominal: *beneficiários irregulares e benefícios em duplicidade*;
- (iii) no advérbio *indevidamente*;
- (iv) nos nomes:
  - (a) *irregularidades*;
  - (b) *desvio* – subtração fraudulenta do dinheiro público;
  - (c) *roubo* – praticar adulteração, falsificação de renda para garantir benefícios públicos;
  - (d) *suspeita* – desconfiança;
  - (e) *indício* – circunstância conhecida e provada que, relacionando-se com o fato de haver vários pagamentos em duplicidade, bem como beneficiários fora da renda *per capita*, autoriza, por indução, concluir a existência de manipulação de renda, documentos públicos (FERREIRA, 1995, p.38).

Além disso, em uma “*fantasma*”, inscreve-se aqui a figurativização de uma posição-sujeito-beneficiária fantasma, *Maria da Conceição Santos*, que recebe ilicitamente à custa do tesouro público, pois supostamente possui um padrinho, um parente, um amigo ligado diretamente ao Programa de Transferência de Renda, que a beneficia, o que reforça uma relação clientelista.

Convém notar, aliás, que esses pagamentos indevidos do mesmo modo passam por problemas de gestão e gerenciamento da coisa pública que têm origem no próprio

governo, pois abrem uma lacuna para colocar sob suspeita as ações dos beneficiários e mesmo daqueles que fazem o programa acontecer – os gestores. Igualmente, do controle do programa Bolsa Família, o qual é formalmente constituído pelos municípios, no seu acompanhamento e avaliação.

Na discursividade administrativa, a posição-sujeito-jornalista critica que parte das verbas do orçamento social, destinada a dinamizar áreas prioritárias na prestação de serviços públicos – a exemplo da saúde –, é destinada ao PBF. A esse respeito, vejamos aqui a discussão em torno da intenção do governo de reduzir R\$ 1,2 bilhão da saúde para pagar benefícios do Bolsa Família:

(s.d.) Na prática, a operação negociada nos últimos dias mascara um corte de verbas na Saúde, área em que gastos crescentes são garantidos pela Constituição. [...] Não é a primeira vez que o governo tenta lançar mão do "gordo" (e irredutível) Orçamento da Saúde para bancar despesas de outras áreas. No primeiro ano de mandato, Lula teve de recuar da ideia durante o debate da lei orçamentária de 2004. Na ocasião, sofreu pressão da frente parlamentar da saúde, que reúne cerca de 250 deputados e senadores, além de receber uma recomendação contrária do Ministério. (T11 FSP, 04/03/2005)

(s.d.) Para evitar que os cortes de gastos públicos comprometam o pagamento de benefícios do Bolsa-Família – principal programa do governo na área social –, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve encaminhar ainda hoje ao Congresso projeto de lei que reduz em R\$ 1,2 bilhão os gastos do Ministério da Saúde autorizados pelo Orçamento. Uma semana após escapar quase sozinho do corte de gastos na Esplanada, o Ministério da Saúde receberá a conta extra de R\$ 1,2 bilhão para pagar em 2005 referente ao Bolsa-Família, o que o obriga a cortar igual volume de gastos. A conta extra é do tamanho exato do corte feito no Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social. O dinheiro é destinado ao pagamento do benefício a famílias pobres com gestantes ou filhos de até seis anos, cuja contrapartida é frequentar postos de saúde. (T11 FSP, 04/03/2005)

O funcionamento discursivo dos determinantes discursivos, marcados nas formas adjetivas “*gordo*” e *irredutível*, mostram que a posição-sujeito-governo se vale de uma manobra política com o orçamento da saúde para *bancar despesas* de outras áreas, como a social, e, nessa medida, suprir defasagens do *principal programa*. Aliás, ele embute, no cálculo do orçamento da saúde, gastos que não são tipicamente da saúde, daí *operação negociada e mascara*, pois um ministério, no caso da saúde, autoriza outro, da ação social, a operar com seus recursos, o que é explicitado na formulação discursiva *receberá a conta extra de R\$ 1,2 bilhão para pagar em 2005 referente ao Bolsa-Família*. A saúde perde, assim, espaço no orçamento da União, uma vez que o governo federal prefere priorizar, na área social, a expansão do Programa de Transferência Direta de Renda para as famílias carentes.

Vemos, aqui, que a imagem construída da posição-sujeito-presidente, pela posição-sujeito-jornalista é a de um fora da lei – *receber uma recomendação contrária do*

*Ministério Público* –, já que o mesmo, no papel de fiscal da lei, na observância das ações da Administração Pública, é o responsável pela defesa dos interesses da sociedade e pela fiel observância da Constituição (das leis). Há, aqui, também, na discursividade administrativa, (*Para evitar que os cortes de gastos públicos comprometam o pagamento de benefícios do Bolsa-Família*) uma discursividade jurídica (*projeto de lei que reduz em R\$ 1,2 bilhão os gastos do Ministério da Saúde e que foram autorizados pelo Orçamento*).

A formulação da discursividade administrativa e, mais especificamente, da administração pública, a qual ordena tanto o conteúdo dos serviços do governo nas esferas federal, estadual e municipal, quanto a concretização do PBF, é marcada nas formas verbais *cadastrar as famílias pobres, substituir renda por uma avaliação socioeconômica, examinar os documentos relativos ao PBF, analisará os 1500 cadastros, fiscalizar o processo de cadastramento, verificar como as famílias foram beneficiadas*. Do mesmo modo, pelo sintagma nominal *formulário de cadastro*, modificado pela forma adjetival *novo*. Vejamos as sequências discursivas abaixo:

(s.d.) O governo quer mudar a forma de cadastrar as famílias pobres, que são o público-alvo do Bolsa-Família, o programa unificado de transferência de renda. Hoje, são elegíveis famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 100 mensais. O objetivo do governo é substituir renda por uma avaliação socioeconômica. (T6 FSP, 24/03/2004)

(s.d.) A ideia, explicou Ana Fonseca, secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, é que seja elaborado um novo formulário de cadastro com informações sobre condições de moradia da família. (T6 FSP, 24/03/2004)

(s.d.) Os principais desafios da área social do governo são driblar as restrições orçamentárias, já que o cadastramento impõe custos, e convencer as prefeituras a aderirem a mais uma "operação cadastro". (T6 FSP, 24/03/2004)

A discursividade da posição-sujeito-jornalista se instala num contexto de produção no qual mostra a constatação do governo de que o critério renda não é suficiente para qualificar o estado de pobreza das famílias beneficiárias, uma vez que tal fenômeno com características multifacetadas engloba outras variáveis de vulnerabilidade, inscritas tanto no contexto social quanto econômico, como: saúde, educação, saneamento básico e acesso a bens e serviços públicos que vão muito além da privação de renda. Daí alterar a forma de cadastrar os beneficiários, em *novo formulário*.

Além disso, ao sinalizar ao leitor falhas no gerenciamento/gestão do programa em *suposto uso eleitoral, aproveitamento eleitoral, pagamento [...] em duplicidade/pagamento indevido, renda acima do limite admitido, famílias fantasmas, famílias que não foram*

*localizadas* – mostra que o governo age. A ação então, como veremos, se inscreve nas formas verbais *fiscalizar, examinar, verificar, analisar*. Examinemos as sequências discursivas abaixo:

(s.d.) Uma equipe enviada pelo Ministério do Desenvolvimento Social começou ontem a examinar os documentos relativos ao cadastramento para o Programa Bolsa-Família de cerca de 2.000 famílias carentes do município de São Francisco de Itabapoana (RJ). (T9 FSP 21/09/2004). [...] O ministério também analisará os 1.500 cadastros feitos anteriormente na cidade para o Bolsa-Família. Itabapoana tem 45,1 mil habitantes. (T9 FSP, 21/09/2004)

(s.d.) Governo investiga cadastramento para o Bolsa Família [...] Organizado pela prefeitura, o cadastramento ocorreu na semana passada em um Ciep (Centro Integrado de Educação Pública) na cidade. O prefeito Pedro Cherene (PMDB) é candidato à reeleição, com apoio da governadora Rosinha Matheus. São Francisco de Itabapoana fica a 150 km de Campos (RJ), cidade natal da governadora e do marido, o secretário de Segurança Pública, Anthony Garotinho. (T9 FSP, 21/09/2004)

(s.d.) O coordenador-geral de Fiscalização do Programa Bolsa-Família, José Maria Sobrinho, chegou a São Francisco de Itabapoana às 23h30 de anteontem. Ele foi incumbido pelo ministro Patrus Ananias de iniciar as investigações a respeito do suposto uso eleitoral do programa, conforme informou o jornal "O Globo", anteontem. Na tarde de ontem, chegaram ao município mais três técnicos do ministério. Eles não têm data para deixar a cidade. (T9 FSP, 21/09/2004)

(s.d.) A equipe enviada ao município conversou com o juiz eleitoral Elias Sader Neto, com funcionários da agência local da CEF (Caixa Econômica Federal), com representantes da prefeitura, entre eles a secretária de educação e cultura, Kátia dos Santos, responsável pelo cadastramento. Hoje, famílias beneficiadas com o Bolsa-Família deverão ser entrevistadas pelos técnicos do ministério. [...] "Estamos aqui para fiscalizar o processo de cadastramento para os programas sociais do governo. Vamos verificar como as famílias foram beneficiadas", disse Sobrinho. De acordo com a CEF cerca de 1.500 famílias já receberam o benefício em São Francisco de Itabapoana, considerado pelo governo federal o mais pobre município do Estado do Rio, com indicadores econômicos e sociais similares aos de regiões do Nordeste. (T9 FSP, 21/09/2004).=

(s.d.) Como o ministério do Desenvolvimento Social estipulou em 2.000 o número de famílias beneficiadas na cidade, ainda há 500 vagas para o Bolsa-Família. Segundo a CEF, de janeiro a junho deste ano, 7.429 benefícios do Bolsa-Família foram pagos de São Francisco de Itabapoana, o que representa, no total, cerca de R\$ 546 mil. Todos os casos serão analisados, segundo o coordenador do Bolsa-Família. "Depois da análise, faremos um relatório e abriremos o contraditório para a prefeitura", disse Sobrinho. Os cadastramentos feitos na semana passada poderão ser invalidados pelo ministério, caso a equipe conclua que houve aproveitamento eleitoral do Bolsa-Família. (T9 FSP, 21/09/2004)

A função da administração pública de defesa, de gerenciamento, do ofício do fiscal, da atenção minuciosa na ordenação e controle dos serviços do governo aqui se instala:

- (i) na prática da vigilância constante (*Eles não têm data para deixar a cidade*);
- (ii) de investigação (*famílias beneficiadas com o Bolsa Família deverão ser entrevistadas*);

(iii) de fazer ou esclarecer contradições (*faremos um relatório, abriremos o contraditório, averiguação da renda*), nos quais os verbos no futuro do presente, *deverão, faremos*, e no presente do indicativo, *abrimos e garantem*, atribuem um grau de certeza aos fatos sob investigação.

Notamos aí que, nas sequências discursivas *O Ministério do Desenvolvimento Social investiga o pagamento de 50 mil benefícios do Bolsa Família em duplicidade [...] a hipótese de beneficiários com nomes idênticos [...] os pagamentos sob suspeita [...] a apenas três meses das eleições, entraram no programa 1,8 milhão de famílias [...] 50 mil benefícios sob investigação por duplicidades [...] o ministério informou que a suspeita de pagamentos em duplicidade [...] benefícios sob suspeita de pagamento em duplicidade*, referentes ao discurso da administração pública, discursiviza-se a violação da lei. Com efeito, inscreve-se o discurso jurídico, recorrente no verbo *investigar* e no nome *investigação*, o efeito de sentido esperado: ir atrás de pegadas/marcas/seguir o rasto de alguém, no caso, do prefeito *Pedro Cherene* (PMDB), candidato à reeleição.

Daí, a tarefa do investigador, *Coordenador Geral de Fiscalização do PBF, José Maria Sobrinho*, assemelha-se à de um detetive – o agente investigador de crimes – que examina os mínimos vestígios para identificar quem são os beneficiários que recebem em duplicidade, por exemplo. O mesmo se aplica para as nominalizações *pagamentos e benefícios* modificados pelas locuções adjetivas *sob suspeita, sob investigação* – em relação parafrástica –, bem como o sintagma nominal *a suspeita* que se inscrevem na discursividade da criminalidade, o que é culpável de lei penal.

Nesse contexto, a investigação de negócios públicos existe como instrumento de fiscalização e meio para obtenção de informações acerca do cumprimento da Lei n. 10.836, de 09 de janeiro de 2004, e do Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, no que tange à política pública de combate à pobreza. Aliás, a Administração pública – a posição-sujeito-governo – assume, aqui, a função do legislativo – um discurso por outro – para apurar responsabilidades. Embora o Estado assumo o poder de *fiscalização e investigação*, não pode excedê-lo, já que seus atos estão sob o crivo do judiciário, daí o poder limita o poder.

Com efeito, o discurso jornalístico orienta-se pela penalização: atitude suspeita dos beneficiários e das prefeituras. Haveria, aqui, um consenso discursivo contrário aos beneficiários? Na materialidade linguística, constatamos a determinação de denegrir a imagem dos beneficiários. Ser beneficiário é ocupar um lugar marginal, como exemplificado em *desvio, roubo, suspeita, indício*. Há, então, o esforço do discurso jornalístico sobre o

discurso dos beneficiários em produzir e manter essa direção de sentido: a prática jornalística engendra um discurso fundador acerca dos envolvidos no Programa Bolsa Família: a criminalização.

Pelo exposto, os discursivos, relatados pela posição-sujeito-jornalista, são fixados, então, pela discursividade jornalística, uma vez que organizam os sentidos acerca do modo que deseja ser lido o processo de organização política do programa, o que projeta várias formações discursivas que colocam, em jogo, mais de um discurso inscrito em um espaço de diferentes posições ideológicas, conforme apresenta o quadro 4:

Formações Discursivas	Efeitos de sentido
Formação Discursiva Política	(i) Política de compensação assistencialista, benevolente; (ii) Modelo político-econômico neoliberal, focalizador, paternalista. (iii) Política social como instrumento de manipulação eleitoral, do voto.
Formação discursiva passadista	(i) Apropriador de programas anteriores; (ii) Populista; (iii) Coronelista.
Formação discursiva trabalhista	(i) Escolaridade, qualificação profissional, condições de empregabilidade: determinantes para inserção no mercado de trabalho.
Formação discursiva econômica	(i) Crescimento econômico como política de voto.
Formação discursiva de denúncia ou jurídica	(i) Manipula reajustes e orçamentos.
Formação discursiva de ingerência	(i) Estado não fiscaliza, não gerencia, ignora pagamentos em duplicidade; (ii) Desvio e inclusão irregular de beneficiários; (iii) Descumprimento das condicionalidades.

**Quadro 4** Formações discursivas e efeitos de sentido.

O quadro apresenta várias formações discursivas que enunciam a partir de um lugar ideológico (da discursividade jornalística). Vemos que, aqui, há uma dialogização interna do discurso, ou seja, uma discursividade se orienta para outras inscritas na conjuntura sócio-histórica, referente ao Programa de Transferência de Renda. Daí, um espaço de sentidos divididos (*o econômico, o político, o hegemônico, o religioso, da emancipação, o jurídico*, entre outros). Nesse sentido, os diversos discursos que atravessam uma FD não se constituem independentemente uns dos outros para serem postos em relação. Pelo contrário, transitam de um espaço discursivo para outro no interior de um complexo de interdiscursividades.

Se uma mesma posição-sujeito pode assumir mais de uma posição discursiva (*política/religiosa; administrativa/jurídica*, a exemplo), isso depende do contexto de produção apresentado. Há, aliás, um acúmulo de formações discursivas nesse lugar ideológico estabelecido. Isso se justifica porque a discursividade jornalística, seja pelas características

próprias à sua produção, seja por objetivos exteriores às redações, é um veículo importante na produção/propagação de discursos e de posições político-sociais.

Dado que o caráter heterogêneo do discurso é constitutivo de seu sentido, o sentido de uma formação discursiva depende, então, da relação que uma estabelece com as outras formações discursivas no interior do espaço interdiscursivo. Os sentidos possíveis de um discurso, portanto, são sentidos demarcados pela formação discursiva colocada em relação no espaço interdiscursivo.

Depreendemos, ainda, que a posição-sujeito-jornalista, ao se inscrever na discursividade do e sobre o Programa de Transferência de Renda, em virtude da sua atuação politizada (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 57), desencadeia o processo de representação do político, ou seja, as cenas enunciativas das forças políticas construídas pelo discurso, nas quais os elementos que perpassam o contexto da Política de Transferência de Renda são lidos como forças políticas.

Essa atuação inscreve a posição-sujeito-jornalista no papel de agente político (PIOVEZANI FILHO, 2003, p. 57), no sentido de revelar o real e direcionar determinados efeitos de sentido. Daí a sua atuação como porta-voz. Atribui-se a ele, segundo o citado autor, o papel de revelar, dar a conhecer ao leitor as discursividades que giram em torno da conjuntura sócio-histórica do Programa Bolsa Família, colocando-se como terceiro, ao espreitar, inclusive, o exercício do Estado e instigar o leitor a isso em: *o pessoal se satisfaz com tão pouco? Lula ganhou imunidade completa?/E o potencial eleitoral do Bolsa Família?* ( T7 G, 18/04/2005) / *documento obtido pela Agência Folha* (T3 FSP 10/11/2003) / *apurou a Folha; a Folha mostrou* (T15 FSP, 27/03/2007) / *A reportagem constatou diversas famílias de classe média que recebem indevidamente* (T5 EM, 19/10/2004) / *A reportagem constatou a existência de dois casos de duplicidade de cadastros* (T3 FSP 10/11/2003).

Como vimos, a própria materialidade linguística atesta para o estabelecimento desse efeito porta-voz. Nesse sentido, a posição-sujeito-jornalista e os leitores inscrevem-se em um contexto de efeitos de sentido de uma enunciação legítima (*assistencialista, política de voto, criminalização dos beneficiários*), pela força dos efeitos produzidos pela discursividade jornalística. Isso aponta, aliás, para uma ritualização de sujeitos e sentidos divididos que se presentifica no discurso jornalístico como forma de manutenção de determinados efeitos de sentido, a saber:



- (i) do caráter não inclusivo, focalizador, clientelista, ineficiente e assistencialista do PBF (T12 G, 18/11/2007); retorno de políticas assistencialistas, tradição nefasta (T16 G, 01/07/2008);
- (ii) da política social como instrumento político de manipulação eleitoral (*o voto com o bolso vai para o presidente Lula* (T11 G, 28/09/2006; *O Bolsa Família será eternizado pelos que desejam usá-lo politicamente, para se manter no poder* (T16 G, 01/07/2008); [...] *com chances de vir a se tornar uma fábrica de votos para a reeleição de Lula* (T7 G, 18/04/2005); beneficiários, em *crescimento econômico e redistribuição de renda* (T14 G, 28/11/2007);
- (iii) da imagem negativa da política econômica do governo *não é nada brilhante, longe das promessas* (T11 G, 28/09/2006);
- (iv) do fazer político de Lula que ora atende os burgueses sem capital – *cativos eleitorais* –, ora os “outros”, “os burgueses” de capital (T9 G, 29/07/2006);
- (v) do reforço às diferenças entre pobres e ricos (*oficializar no país o apartheid social, uma peroração em favor da luta de classes*) (T9 G, 29/07/2006);
- (vi) do descumprimento das condicionalidades e do risco da não fiscalização (*impasse sobre a fiscalização do cumprimento das condicionalidades impostas ao PBF*) (T8FSP, 10/09/2004);
- (vii) das manobras políticas para alimentar o orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social (*variam os golpes mas a mania de tirar dinheiro da saúde é a mesma*) (T11 FSP, 04/03/2005);
- (viii) da presentificação do povo no fazer/dizer político de Lula (*farei tudo que for possível a um homem que gosta de seu povo*) (T5 G, 28/12/2004);
- (ix) da evocação do populismo (*ser muito bom para os muito pobres*) (T8 EM, 19/08/2007);
- (x) da infração, violação do Estado a atos normativos (*mesmo sem ter sido nomeada, Ana Fonseca já estava trabalhando*) (T1 FSP, 23/09/2003);
- (xi) de desqualificar o programa do Estado (*programa-problema*) (T7 G, 18/04/2005);
- (xii) de governo apropriador de programas anteriores ([...] *foram “clonados”. Ganham novas siglas [...]*) (T4 EM, 28/06/2005);
- (xiii) da fragilidade política do Ministro Patrus (*massacre sobre titular da pasta*) (T16 EM, 20/10/2004);
- (xiv) da responsabilização do Estado e dos municípios no gerenciamento do PBF (*A União ignora se 4,9 milhões de alunos cumprem as exigências do programa*) (T14 FSP, 28/02/2007); “*Quem faz essa documentação é o prefeito [...]*” (T13 EM, 22/12/2003); (*o*

*governo federal é informado precariamente pela maior parte dos municípios*) (T14 FSP, 28/02/2007);

(xv) do enfraquecimento dos comitês gestores (*os comitês gestores [...] começam a se desmobilizar*) (T7 FSP, 04/04/2004); *Alguns estão desde novembro sem entender direito qual o seu papel* (T7 FSP, 04/04/2004);

(xvi) da criminalização dos beneficiários (*Joselita Ribeiro Soares [...] uma das beneficiárias do programa, tem pelo menos seis fontes de renda*) (T10 EM, 23/12/2003);

(xvii) de denunciar casos de violação à lei n. 10.836, de janeiro de 2004, e do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004.

Dada a atuação politizada da posição-sujeito-jornalista, essa desencadeia um processo de esvaziamento político do Estado, no qual uma rede de materialidades linguísticas, no sítio de significação, desqualifica negativamente o programa, isto é, cada discursividade que é convocada, por meio de pesquisadores, professores, representantes políticos, opõe-se à do outro (Estado), para discursivizar acerca: da política social focalizadora (*unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza*); da pobreza não apenas como insuficiência de renda (*vazio cultural, saneamento*); do uso político do programa – política de troca, política de voto (*o voto com o bolso vai para o presidente Lula, será eternizado, tirar a sua casquinha*); do caráter assistencialista (*sem nenhuma contrapartida, esmola assistencialista*); da omissão do estado no descumprimento das condicionalidades; da fragilidade política do responsável pela pasta do Ministério do Desenvolvimento Social (*Patrus Ananias*); dos problemas de gerenciamento e gestão do que é público (*não fiscaliza, União ignora, União não puniu*); da desqualificação do PBF (*programa-problema, rastro de irregularidades, falhas*); da pouca expressividade do programa nas unidades administrativas; da responsabilização dos municípios pelas falhas na execução.

Da parte, então, da discursividade jornalística, há um discurso sobre o PBF, e acrescentamos, aqui, para as demais instâncias sociais, no intuito de mostrar o lugar de diferentes posicionamentos enunciativos nem sempre explícitos que reforçam, por exemplo, a ideologia do mais fraco, do discurso do ter/possuir. De tais posicionamentos, emergem sentidos que se legitimam inscritos na cena de enunciação própria daquele que fala (posição-sujeito-jornalista) para e em nome dos outros (os leitores) que, por seu turno, no campo político, não podem discursivizar por si mesmos.

Mostramos, aqui, que a discursividade jornalística, em se tratando do Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, propõe temas de discussão, ou seja, as discursividades

econômica, política e administrativa que envolvem o PBF. Com efeito, esses jornais, ao discursivizarem, já exercem uma determinação nos sentidos. Daí, não são homogêneas, mas divididos em diferentes espaços que se entrecruzam.

Muito embora saibamos que, pelos nossos gestos de interpretação, não seja possível falar sobre todas as discursividades inscritas nessa conjuntura sócio-histórica, percebemos que a discursividade jornalística se constitui de diferentes posicionamentos discursivos que se colocam a ler. Ou seja, sentidos divididos constitutivos do e sobre o PBF que já fora aqui discursivizado.

Sendo assim, ao desvelar – pôr à mostra o discurso do e sobre o PBF–, resultou nas interpretações enunciadas nesse espaço discursivo, quanto aquelas já foram enunciadas, em outros lugares, em outras circunstâncias que são reavivadas pela memória discursiva. Também, na possibilidade de direcionar o olhar leitor na tentativa de mobilizar discursividades que estariam ainda por vir.

Logo, a discursividade jornalística é um veículo que propõe visibilidade ao político referente ao Programa de Transferência de Renda. Isto sugere que a discursividade jornalística não reproduz a realidade, ela a representa, é um elemento que intervém em sua construção e intervenção. Ela se inscreve num cenário de tensão e disputa, que se define à medida que é representada pelas posições-sujeito, envolvidas por um processo de ressignificação dos sentidos, a partir de posições-sujeito-jornalistas, interesses corporativos, leitores e outros sujeitos.

#### **4.3.5 Últimas palavras: os sentidos de pobreza**

Um dos objetivos do programa é combater a pobreza. Sobre isso, desejamos, ainda, nessas últimas palavras discutir os sentidos de pobreza e pobre tão recorrentes no *corpus* de estudo. Mais especificamente: Qual o sentido de pobreza recorrente no *corpus* de estudo? Pobreza em que sentido? O que é ser pobre?

Passemos, então, a isso, mostrando de início como funciona discursivamente os sentidos do nome *pobreza* também no Aurélio e, em seguida, na discursividade da Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e no Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, das beneficiárias e dos jornais, objetos de nosso estudo.

**Pobreza.** S. f. Estado ou qualidade de pobre. 2. Falta do necessário à vida; penúria, escassez. 3. A classe dos pobres. (FERREIRA, 1995, p. 513)

**Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004**

Art. 2º, inciso I – o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza.

Art. 2º, inciso II – o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 anos.

Art. 2º, inciso III – o benefício variável vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idades entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos, [...]. (BRASILa, 2004)

**Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004**

Art. 4º, inciso IV – combater a pobreza.

Arts. 14 e 15, inciso II – proceder à inscrição das famílias pobres.

Art. 18 – O Programa Bolsa Família atenderá as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 100,00 e R\$ 50,00, respectivamente. (BRASILa, 2004)

O nome *pobreza*, no dicionário, traz uma extensão de domínio, apontando que se trata da extensão do sentido de pobre. Tal extensão atua em dois sentidos: retira a marca de indivíduo *pobre* e acrescenta o sentido coletivo de classe social *a classe dos pobres*. O nome *classe*, o artigo *a* e a locução adjetiva *de pobres* nos têm muito a dizer. Com efeito, sugere grupo/camada social mais baixa de pessoas (*classe de pobres*) que incide sobre uma representação social, os quais se diferenciam das outras em camadas sociais estratificadas e para cuja formação contribuem as diferenças de renda, ou de distribuição de riqueza, amplamente significadas e reforçadas na rede sinonímica nominal *penúria* e *escassez*. Com efeito, o nome *pobreza*, de certo modo, constrói um modo de ver a sociedade, imagem construída que produz identificações que se projetam no tempo e no espaço.

Para falar da locução adjetiva *dos pobres*, a cena enunciativa do nome *pobre*, no dicionário, também é polissêmica ao mostrar o lugar social da significação:

**Pobre.** Adj. 2 g. 1. Que não tem o necessário à vida. 2. Cujas posses são inferiores à sua posição ou condição social. 3. Que revela pobreza. 4. Pouco produtivo. 5. Mal dotado, pouco favorecido: pobre de inteligência. 6. Digno de lástima; que inspira compaixão. • S. 2 g. 7. Pessoa pobre. 8. Mendigo. Pedinte. (FERREIRA, 1995, p. 513)

O exame desta sequência discursiva mostra que há uma circularidade de sentidos que se inscrevem em alguns pré-construídos, funcionando na significação desse adjetivo:

- (i) ao relacioná-lo ao critério econômico *não tem o necessário*, no qual o advérbio de negação *não* vai a sentido oposto ao discurso econômico da posse, do ter, reforçado pelo adjetivo *inferior em posses inferiores*;
- (ii) capacidade para o trabalho *pouco produtivo*;
- (iii) capacidade intelectual *inteligência inferior*;
- (iv) privado da graça *digno de lástima, que inspira compaixão*;
- (v) pária da sociedade *mendigo, pedinte*.

Vemos aí que o adjetivo *pobre* está associado ao sentido de inutilidade, um sujeito sem atividade produtiva, sujeito à deriva de uma determinada ordem social. Essa exclusão se faz presente, como pano de fundo, na recorrência dos advérbios *pouco* e *mal* que, quando seguidos dos adjetivos *produtivo*, *dotado*, *favorecido*, constituem paráfrases, uma vez que os advérbios *pouco* e *mal* vão em direção de uma falta: que não produz, que não tem bens, dotes. Se ele produz pouco, então ele não produz. Também, o indivíduo *pobre* é elevado a membro da casta mais baixa – *mendigo, pedinte* – excluído da sociedade, que vive da caridade alheia.

No dicionário, há uma memória discursiva silenciada que identifica o espaço e, ao mesmo tempo, afasta a posição-sujeito *pobre* como algo que está fora da sociedade, que não tem um teto, do discurso do capital e, conseqüentemente, do mercado.

Portanto, inscreve-se aí um discurso cujos sentidos são estabilizados pela moral a qual determina uma identidade para esse cidadão que está em estado de pobreza, que não contribui socialmente em relação aos outros sujeitos sociais. Tal discurso resulta de uma formação ideológica que fala antes que divide os indivíduos do mercado, do trabalho, socialmente aceitos – indivíduos do bem –, dos indivíduos do não trabalho, que vivem do assistencialismo, da caridade – indivíduos do mal –, discurso que silencia a dualidade social do ter e, sem dúvida, sinaliza um caráter de denúncia, de combate, de uma realidade ignorada pela ausência do Estado, das políticas públicas, dos grupos do ter/possuir.

Vemos, aqui, que, quando a definição de *pobreza*, no dicionário, inclui a *classe dos pobres*, revela uma marca dos discursos que circulam socialmente presentes em uma conjuntura sócio-histórica. Logo, o discurso, ao participar da constituição do imaginário da sociedade, produz um modo de dizer da sociedade e acerca da sociedade. Esse modo de dizer, que se apresenta na forma de definição em *pobreza* e, por conseguinte, em *pobre*, é resultante da sedimentação histórica dos sentidos, e isso é que garante a esse instrumento linguístico um lugar de legitimação dos sentidos das palavras. Assim, na formação discursiva em que se significa *pobreza*, inclusa está a de *pobre* para falar desse segmento social.

A significação do nome *pobreza*, como marca de processo discursivo, na Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e no Decreto n. 5. 209, de 17 de setembro de 2004, retoma o mesmo espaço do dizer que fora dicionarizado – da falta, do sentido de classe, mas se desloca para uma questão que vai pela família (*unidades familiares*). Em outras palavras, atribui-se às unidades familiares a responsabilidade da situação de pobreza em que se encontram. Com efeito, culpabiliza a família pelo seu fracasso no mundo do trabalho e, daí, retoma a visão de que as unidades familiares são pobres porque não se esforçaram.

Vemos aí a questão da determinação (HENRY, 1990), na qual a adjetiva relativa restritiva *que se encontrem em situação de pobreza e de extrema pobreza* é a determinante do antecedente determinado – *unidades familiares*. A relativa particulariza a designação, ou seja, a referência do antecedente da restritiva depende da relativa para restringir, dentre o conjunto de *unidades familiares*, o subconjunto *que se encontrem em situação de pobreza e de extrema pobreza*.

No entanto, a formação discursiva que significa o sintagma nominal *unidade familiar*, quando associado ao circunstante temporal *em situação de*, posiciona o grupo *unidades familiares* na *classe dos pobres*. Assim, a noção de classe se mantém, conforme fora dicionarizada e, por conseguinte, ser pobre é uma condição intrínseca – o indivíduo já é marcado por si só na posição-sujeito-pobre.

Vemos que, *em situação de pobreza*, há também um implicitamente admitido, dito de outro modo (HENRY, 1990, p. 61), pois a condição de ser pobre intrínseca ao indivíduo, à classe, na Lei e no Decreto, se desloca para incluir também aqueles que, devido a condições adversas da vida, à perda do emprego, à doença, por dívidas, por gastos desnecessários, se tornaram pobres e, por isso, distanciaram-se do mercado, do trabalho.

Vemos aí que, no funcionamento discursivo da determinação restritiva, há a ilusão de completude, muito embora manifeste o caráter de incompletude, de silenciamento da presença do Estado, uma vez que *a situação de pobreza*, reforçada pelo advérbio *extrema*, caracterizada como um mal, é algo que deve ser combatido, anunciado no verbo *combater*: um inimigo real que ameaça a ordem econômica, o capital, o mercado.

Contrário ao senso comum de que a restritiva privilegia um sentido em detrimento de outros, o sentido de *pobreza*, na Lei e no Decreto, aponta uma heterogeneidade discursiva que se materializa, não contendo a possibilidade polissêmica de o enunciado receber outras interpretações, para falar da falta, da ausência do Estado, das políticas públicas.

A formulação do discurso do dicionário acerca do nome *pobreza*, ao se referir à *classe dos pobres*, àqueles que são privados de recursos econômicos, rendimentos, sem

salário, sem renda, identifica-se com o discurso da posição-sujeito-beneficiário. Formula-se uma rede de significação a qual aponta pontos de contato para descrever esses indivíduos que têm renda insuficiente para garantir o mínimo considerado necessário em: *as pessoa necessitada; nós que é carente; a pessoa que não tem o que cumê; aquele que realmente precisa; a família carente; nós que sono carente; muita gente assim... que passava necessidade; pessoas que não têm condição; a família com mais dificuldade; a gente tava passando dificuldade* – o que constitui, com efeito, uma ampla rede de relações de automeação. Vemos que a pobreza se refere, aqui, a situações de carência de renda em que as beneficiárias não conseguem manter um padrão mínimo de vida comparável às referências estabelecidas historicamente.

Percebemos aí a recorrência às paráfrases, nas quais a posição-sujeito-beneficiário se mantém num retorno constante ao mesmo espaço do dizer – da falta, da privação, do necessitado, do assistido, do pouco produtivo (*não trabalho, é faxina que eu faço*) – dos sujeitos à deriva – a posição-sujeito que está em estado de pobreza, de não trabalho –, notadamente marcado, seja nos adjetivos *necessitada, carente e dificuldade*, reforçado pelo advérbio de intensidade *mais*, seja na forma verbal negatizada *não tem* que vai em sentido oposto ao possuir, seja nas relativas *que é carente, que não tem o que cumê, que realmente precisa, que sono carente, que passava necessidade, que não têm condição*, uma vez que não há sentido sem repetição, sem sustentação num saber discursivo.

Aliás, para além do quesito econômico *renda*, vale destacar que essa pobreza tem dimensões políticas do não ter dinheiro e poder. Compreender a pobreza requer a análise da forma como esse fenômeno está relacionado com os demais processos de empobrecimento (exclusão e vulnerabilidade social) e com a maneira como a sociedade como um todo julga esse problema.

Evidenciamos, também, que as denominações *Famílias pobres e extremamente pobres/Famílias mais pobres/Os mais pobres/Quem tem pouca renda/Pessoas que têm insuficiência de renda/Pessoas que passam fome no Brasil/Todos abaixo de uma determinada renda/A camada mais pobre da população/Brasileiros miseráveis/Os mais pobres/A camada mais pobre da população/Os pobres/Cativos eleitores miseráveis/Famílias carentes/Famílias em situação de miséria* materializam, no discurso jornalístico, uma significação negativa para o beneficiário (*os mais pobres/insuficiência de renda/carentes, miseráveis*). Uma mesma direção de sentido é retomada, sempre e ao mesmo tempo, fazendo ressoar, interdiscursivamente, o sentido de que os beneficiárias são *pobres* – não têm o necessário, daí

o assistido, o necessitado. A pobreza de renda é, também, insistentemente reforçada em *Quem tem pouca renda/a camada mais pobre/baixa renda/miseráveis*.

Dessa forma, há uma aparente indecisão quanto ao processo de denominação das *unidades familiares* beneficiadas pelo Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, muito embora esse processo de denominação se organize dentro de uma região de sentidos negativizada e excludente associada a pouco produtivo, sem renda. Aliás, a imprecisão dá lugar a uma precisão no modo de denominar as unidades familiares. Há, portanto, uma paráfrase discursiva de negatividade (MARIANI, 1989, p. 132), apesar das pequenas modificações que são introduzidas nas denominações utilizadas.

Em que isso pese, os sintagmas nominais *os pobres, os mais pobres, os muito pobres* têm, aqui, uma função categorizadora, reforçada pelos artigos *o, os* para denunciar perda de identidade, pois não são referidos como pessoas individuais, mas por um processo de categorização: reduzidos na sua coletividade a um tipo, sem individualidade, sem nada que os diferencie (FRANCO, 2003, p. 99), bem ao gosto do Neoliberalismo. Daí, as diferenças, na discursividade jornalística, são apagadas, neutralizadas, reduzidas a um estereótipo – um modelo mental compartilhado entre a posição-sujeito-jornalista e seus leitores, a respeito dos beneficiários, que fracassa em vê-los com as suas características individuais, somente com os valores que se acredita serem apropriados ao tipo, ou seja, indivíduos do não trabalho, do não ter/possuir. O discurso jornalístico desambigua o mundo, pois o coloca na ordem dos valores ocidentais (ter/não ter). Com efeito, ele impõe uma movimentação de sentidos sobre os beneficiados.

Entre os assuntos que a discursividade jornalística elege, há aqueles que apenas são mencionados. Apesar de citados, uma rede de silêncio se inscreve para não mais provocar a discursividade. Diante de uma discursividade minoritária, pois, a tendência é calar-se. Calar-se não no sentido do irrealizável, mas do que pode vir a fazer sentido. O que é então silenciado? Uma discursividade de discriminação na qual a dimensão política da pobreza está *na limitação cultural, no uso do programa como política de troca, de favorecimentos, de clientelismo, na necessidade de uma política de controle de natalidade*.

No funcionamento discursivo, Orlandi (2007, p. 29) define isso como sendo a política do silêncio, ou seja, ao dizer algo, apagam-se outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, em uma situação discursiva dada. Produz-se, assim, um recorte entre o que é dito e o que não é dito, em que uma palavra apaga necessariamente as outras palavras, ou seja, o silêncio recorta o dizer, colocando em funcionamento o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer.



A discursividade jornalística se define pelo seu caráter heterogêneo, dialógico e, por isso, possui características próprias como forma de conhecimento social, as quais revelam, como já apontado pelos nossos gestos de interpretação, diferentes posicionamentos enunciativos entre os diferentes sujeitos sociais (posição-sujeito-jornalista, posição-sujeito-Estado, a posição-sujeito-pesquisador, por exemplo).

Apresentamos agora as Considerações Finais, ao fazer uma interlocução entre essas três ancoragens de análise, que objetivaram mostrar o discurso do e sobre o Bolsa Família.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo mostrar o discurso do e sobre o Programa Bolsa Família na discursividade da Lei n.10.836, de 9 de janeiro de 2004, e do Decreto n. 5.209, de 17 de setembro de 2004, das beneficiárias e de textos jornalísticos, mais especificamente nos jornais Folha de S. Paulo, o Estado de Minas e O Globo. Observando as sequências discursivas oferecidas, percebemos que, muito embora os sentidos se apresentem divididos, há aqueles que são recorrentes, silenciados/apagados e outros sujeitos a equívocos. Logo, há as consequências advindas disso, e é o que esperamos considerar nessas últimas palavras.

Depois de passar pelas três ancoragens de análise, estamos em condição de estabelecer uma rede entre elas e, por isso, centraremos nos três *corpora* de estudo que apontam para a face discursiva das políticas públicas no que se refere ao Programa de Transferência de Renda, Bolsa Família, ao fazer uma interlocução com as questões do Neoliberalismo.

Nesse sentido, as seguintes perguntas de pesquisa devem nortear este recorte final de análise:

- (i) Que lugar discursivo é comum na discursividade da Lei e do Decreto, das beneficiárias e dos textos jornalísticos?
- (ii) O que fora silenciado/apagado nessas ancoragens de análise?
- (iii) Que equívocos são construídos na discursividade dessas três ancoragens de análise?

As condições de produção que determinam o PBF se inscrevem no cenário do modo de produção capitalista, mais especificamente, pela ofensiva Neoliberal, que, por sua vez, dita as diretrizes desse Programa de Transferência de Renda, como política pública. Ou melhor, ajustar o capital às novas demandas no âmbito do Estado. Essas políticas integram um modelo de política social instituída no contexto Neoliberal, da diminuição da função social do Estado, da reestruturação produtiva e da globalização excludente.

Seria esperado, então, que o Neoliberalismo influenciasse, de forma significativa, as práticas de política pública no governo Lula, principalmente com o modelo de proteção social, pois a ideia de utilizar o máximo de recursos para a economia e o mínimo para o social, bases do Estado em processo recessivo, pode ser verificada na implantação desse programa. O mercado e não o Estado é visto como o espaço apropriado para a efetivação das políticas públicas, e a intervenção do Estado somente deve ocorrer minimamente em último caso.

A partir das análises que embasam o presente trabalho, esperamos pensar discursivamente a assistência, uma vez que não a podemos desvincular das condições de produção específicas – o modelo econômico Neoliberal – que a produz. E isso implica imaginar um sujeito dividido, silenciado/apagado, sujeito a equívoco inscrito na forma histórica do Estado Assistencialista Neoliberal. Trazemos, aqui, então, as nossas reflexões acerca do modo como a linguagem significa as relações sociais e está presente na constituição e funcionamento das discursividades que ora foram objeto de nosso estudo.

Nesse sentido, focaremos, igualmente, nos discursos, muitas vezes, silenciados, mas que podem ser ouvidos e investidos na conjuntura sócio-histórica na qual nos inscrevemos, de tal modo que essas outras discursividades possam significar-se pelos nossos gestos de interpretação, não porque não se fala neles, mas porque já significam no tempo e no espaço em que eles se inscrevem. No silenciamento porque diz respeito ao processo que produz as condições para que, por exemplo, a posição-sujeito-beneficiário esteja na situação na qual ela se encontra, uma vez que silenciado está, igualmente, um modelo econômico que penaliza, alija essas beneficiárias e, sublimarmente, é ratificado na discursividade oficial do Estado, na Lei e no Decreto.

Se, de um lado, temos o silenciamento/apagamento, de outro, temos o equívoco, uma produção de sentido do porquê silencia/apaga, de colocar essa posição-sujeito na condição de assistida, necessitada, seja do lado do Estado, seja do lado da discursividade jornalística. E, aí, o lugar de preenchimento é o do Estado Assistencialista – lugar discursivo comum nas três ancoragens de análise. Assistir ao que falta e não exatamente romper com todo um processo econômico que promova a possibilidade de existência desses lugares. Passemos, então, aos nossos gestos de interpretação, tendo em vista as perguntas já mencionadas, nas três ancoragens de análise.

Como já afirmado, o Estado é responsável por fazer incluir a posição-sujeito-beneficiário por meio de políticas públicas, o que é afetado pelo imaginário de pertencimento de um espaço coletivo homogêneo, ao jeito do discurso Neoliberal. Tanto isso é verdade que, apesar de falar do lugar do Estado, desloca a questão para um viés *descentralizado* – *da conjunção de esforços entre os entes federados* (público), *observada a intersetorialidade, a participação comunitária* (privado). No entanto, de início, um primeiro equívoco se apresenta na Lei/Decreto quando esse faz a escolha do público alvo – *unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza com renda mensal per capita entre R\$70,01 e R\$140,00*. Vemos, aqui, que a seleção é excludente, uma vez que viola a lógica dos direitos.

Excludente porque o Estado adotou o método da atuação focalizada para atender aos comprovadamente pobres, os quais devem ser obrigatoriamente cadastrados e identificados como pobres – de *renda* – para terem acesso aos benefícios do Estado. Ao escolher essas *unidades familiares*, notadamente, temos a inscrição do modelo Neoliberalista, ou seja, o deslocamento do *todos* para o *alguns*. O resto do capitalismo é o *alguns* do Estado, de que ele precisa dar conta por políticas públicas e assistencialistas. Esse resto não faz parte da sociedade de mercado, por definição, está fora (ORLANDI, 2012, p. 224) e, estando fora, tem uma condição de não existência. Daí construir um imaginário de acesso à riqueza e aos bens e serviços socialmente produzidos a esse recorte da população.

Vemos que o *todos* e o *alguns* não ficam visíveis justamente devido a esse apagamento/silenciamento. Apagamento das condições de produção – as possibilidades de coexistência desse *alguns* (*unidades familiares*) – que não coincidem quando se pensa a quem o Estado está se dirigindo e que existe a possibilidade, a necessidade de fazer isso, deixando de dizer todo o resto.

A perversidade é justamente o que resta ao Estado dentro da política Neoliberal. Resta ao Estado a fatia que, ao mesmo tempo em que minora mininamente, reforça o sistema capitalista. É o que Jaccoud e Cardoso (2005) denominam de caráter residual, que consiste na incapacidade dessa política pública de atingir efetivamente a todos os que dela necessitam, ficando ainda de fora parcelas significativas de pessoas pobres.

Seria pouco provável que a atuação focalizada e emergencial reconhecesse as políticas públicas como um direito, pois são desenhadas e formuladas para a manutenção dos mecanismos de reprodução das relações sociais. Nesse sentido, a proposta de inserção dos beneficiários no mercado de trabalho como única forma de inclusão social parece reforçar as relações sociais mercantilizadas, ou seja, a exploração do trabalhador pelos patrões.

Com efeito, a elegibilidade do programa descontrói o direito universal *todos* e legitima a ideia de seletividade e de assistencialismo *alguns* – *as unidades familiares* – o que só reafirma o paradigma Neoliberal. Ao focar *as unidades familiares*, o programa afirma que a causa do problema da desigualdade social – da fome e da pobreza – está no indivíduo e não no modo de produção capitalista, e isso desencadeia o isolamento dos indivíduos para lutarem pela sobrevivência deles próprios, o que os despolitiza como sujeitos históricos e desmobiliza a sua capacidade de lutar coletivamente – a luta de classes, pelas massas.

Quando analisamos, na sua formulação jurídica, a Lei e o Decreto e sua constitutividade, notamos como esses textos oficiais vão, cada vez mais, reafirmando a inscrição de um Estado que se mostra o garantidor, o provedor, no sentido de dar *renda*

(*benefício básico, benefício variável*) a todos que dele necessitam – os beneficiários. Ou seja, à classe de maior vulnerabilidade social e econômica no país – *unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza*.

O que fazer quando o Estado Assistencialista se vê diante dessas unidades familiares que são colocadas nessa posição por ele mesmo?

Para as unidades familiares estarem na condição de assistidas pelo Estado, elas precisam existir com todos os equipamentos do Estado que as faz ser reconhecidas pelo Estado: atestado de pobreza, cartão do SUS, cartão de vacinação, por exemplo. Daí, elas transitam no sistema do Estado como condicionalidades para o acesso ao programa – educação e saúde.

Vemos, então, que a posição-sujeito-beneficiário, como aquelas que não podem pagar pelos serviços, devem, antes de tudo, comprovar a inexistência de meios financeiros próprios para ter acesso a tais serviços. Por isso, políticas públicas com viés Neoliberal caracterizam-se pelo alto grau de focalização/seletividade, com a exigência de comprovação da pobreza, ou melhor, de atestados de pobreza, sem contar que os benefícios devem ser bastante reduzidos, para garantir, assim, estímulo ao trabalho e movimentação do mercado.

Com efeito, o Estado generoso, provedor se apresenta, e os beneficiários precisam apenas mandar os filhos à escola com 85% de frequência, vaciná-los, o que garantirá o recebimento do benefício. Seria esperado, pois, que o Estado ratificasse essa posição sujeito necessitado, assistido, beneficiado, uma vez que a ação de prover – dar *benefício, renda* – poderia despolitizar os sujeitos históricos, inibir as massas, administrando a questão social ao funcionalizar a pobreza.

Quando o Estado Assistencialista determina condições para a posição-sujeito-beneficiário circular nos aparelhos do Estado, é exigido o cumprimento de uma obrigatoriedade como condição para o exercício de um direito social que é constitucionalmente garantido. É esperado, então, que as unidades familiares provem que são pobres, que fracassaram no mundo do trabalho para ter a proteção social. Daí, os próprios princípios de cidadania são invertidos, às avessas.

Logo, inscreve-se o equívoco, pois o que é de direito passa a ser obrigação. E os cidadãos, ou seja, as unidades familiares beneficiadas não percebem a inversão na prática dessa obrigatoriedade. Como resultado, o discurso oficial do Estado, ao estabelecer como condição, recorrente no sintagma nominal *direito social*, o cumprimento para o acesso aos serviços de educação e saúde, silencia/apaga o fato de que isso sujeitaria mais ainda os

pobres, ou mais pobres, para ter acesso a serviços essenciais que deveriam ser garantidos pelo Estado e que, em contrapartida, devem cumprir as exigências do Estado.

Tem-se, aqui, o Estado dando, provendo as necessidades básicas dessa posição-sujeito-beneficiário. E, aliás, o que a Lei/o Decreto fazem é justamente silenciar. Ou seja, mostram que o Estado está disposto a dar a essas populações que não têm o mínimo necessário para adquirir alimentos (*arroz, leite...*) mais os bens não alimentares (*calçados, material escolar, calça de 10, remédio...*). Basta as unidades familiares cumprirem as condicionalidades, o que está *a posteriori* a este gesto.

A Lei e o Decreto significam essa posição-sujeito-de direito – o Estado – como sendo aquele que não cumpriu o mínimo para prover o cidadão. Daí, o Estado Assistencialista culpado. Aliás, é muito significativo o apagamento que a Lei e o Decreto fazem a esse respeito: apagam as unidades familiares que, historicamente, vêm absolutamente desassistidas. E essa é a grande crueldade da assistência.

Há, pois, o apagamento do Estado e, por isso, tem as consequências que tem: a assistência. Nesse sentido, esses documentos oficiais significam a posição-sujeito-beneficiário como estando no lugar daquele que, como cidadão-sujeito de direito, não cumpriu com seus deveres. Os mínimos deveres, quais sejam – mandar o filho à escola, vaciná-lo – para aceitar, generosamente, aquilo que o Estado lhe oferece.

O Estado se vê diante dos cidadãos que são colocados na posição de necessitados/assistidos pelo próprio Estado, e não só do Estado, mas de todo um discurso disponível, por uma história que coloca todos que precisam de assistência – unidades familiares em situação de pobreza e extrema pobreza.

Ao melhorar as condições de fome e pobreza, constrói-se um lugar de poder de identificação, de existência. No entanto, da parte do Estado, corre-se o risco de melhorar cada vez mais a assistência e, por isso, ser engolido pela assistência, daí o equívoco – um modo de produção capitalista que tem o imaginário de um político que desliza para o assistencial e ressoa, inclusive, na reivindicação da posição-sujeito-beneficiário, ao reforçar esse lugar de necessitado, assistido em: *é a única renda que eu tô tendo[...] é o que tem me ajudado (B3) [...] já chegô veiz assim da gente num tê nadinha pra cumê dentro de casa... aí... chega no dia do bolsa família... é... o dinheiro que entra... né?... pra família inteira... / o dia que ela come melhor... é o dia que o bolsa família chega... porque ela tá dependeno da ajuda dele... i ajuda... como diz cavalo dado não mostra os dentes... (B5)*. E este é o grande equívoco, uma vez que ela cada vez mais mergulha no assistencialismo. Reivindica cada vez mais que o Estado Assistencialista seja provedor/garantidor (*Vê se eu consigo uma bolsa família pro meu*

*neto/eu quero que ele receba pra ajudá mais (B1) / i agora eu vô tê aumento né?... porque tive outra criança e vô inclui também... vai vim um aumentozinho pra mim... porque vai passá prá 140... (B4).*

Na forma do ‘neoliberalismo’ atual (ORLANDI, 2012, p. 233), a falha do Estado como articulador-simbólico para garantir condições de existência aos beneficiários por meio de políticas públicas é estruturante, do sistema capitalista contemporâneo, uma falha necessária para garantir o funcionamento do próprio sistema capitalista. Daí o objetivo – *estimular a emancipação sustentada das famílias* (BRASILb, 2004, p. 2) – parece ser uma ilusão de completude, uma vez que a conclamada autonomia somente existiria quando as unidades familiares tivessem um trabalho, ou seja, estivessem sendo explorados no mercado capitalista. Nesse sentido, o fato de alguém viver dos programas de transferência de renda, ou seja, não ser explorado pelo mercado de trabalho capitalista, não se constitui como um elemento emancipatório, mas como uma dependência do Estado. Podemos notar que o argumento apresentado tem uma face extremamente Neoliberal, uma vez que depender do mercado é tido como algo positivo, enquanto depender do Estado é visto como um aspecto negativo, causador de falta de autonomia.

Deslocando a questão da assistência que, embora silenciada, é latente no discurso oficial da Lei e do Decreto, o equívoco já se inscreve também na discursividade das beneficiárias, uma vez que o PBF é sempre visto como *benefício, ajuda* e não institucionalmente como de direito. Isso porque a transferência de renda às *unidades famílias*, que pouco ou nada possuem, com contribuições diretas, por menores que sejam, contribuições mínimas – R\$112,00 (B1) / R\$66,00 (B2) / R\$90,00 (B5) – é bem provável que não garante, tampouco possibilita a saída das famílias da situação de vulnerabilidade em que se encontram, podendo, inclusive, ter efeito contrário: reforçar a lógica assistencialista, clientelista – assim, o benefício é muito mais um favor do que um direito.

Nas entrevistas, igualmente, inscreve-se um Estado generoso, preocupado/atento, e as unidades familiares apenas precisam encaminhar os filhos à escola e vaciná-los para garantir o recebimento do benefício.

É evidente que o grande ponto nas entrevistas foi constatar o que é possível quando apagamos os modos de produção do Estado Assistencialista Neoliberal. Tanto é verdade que encontramos justamente as posições-sujeito-beneficiárias se dizendo que vêm desse lugar de necessitado, de menos, de falta (*a gente tava passando dificuldade / eu tô desempregada / eu não tenho como trabalhá direito (B1) / i eu tenho oito (filhos) e tô esperando o nono i... então... isso num dá mesmo (B6) / igual eu tenho dois menino que toma remédio i*

*eles num trabaia... só meu marido* (B8)); e daí o imaginário da negação da posição-sujeito-cidadã.

Há, aqui, também, o lugar do equívoco que precisa ser pontuado. Ou melhor: o seu apagamento e, por isso, tem as consequências que tem: a assistência. Tanto é que as beneficiárias se significam, aliás, desse lugar da ajuda (*ajuda muito; ajuda muita gente* (B1) / *uma ajuda boa; já me ajuda* (B2) / *tem me ajudado bastante* (B3) / *ajuda muito a gente; ajuda bastante* (B4) / *o que a gente ganha ajuda né* (B9)). Logo, o grande termo é *ajudar* e a possibilidade de *ajudar* mostra que essa posição-sujeito não é significada, o que gera o equívoco, uma vez que o sujeito se mergulha cada vez mais na assistência. Em outras palavras, o benefício recebido não é significado como de direito, mas de ajuda, é assistência. E essa é a grande perversidade do assistencialismo. Vemos, então, que a discursividade dessa posição-sujeito confirma/ratifica a posição-sujeito necessitado, desassistido nesse *corpus* de estudo.

Portanto, a posição-sujeito-beneficiário se significa desse lugar que deve ser assistido. Ela já está nesse lugar, do não trabalho, do não ter/possuir, do não mercado. E, daí, o reforço das condições de produção do Neoliberalismo – um modo de exploração constitutivo: a produção da miséria como lugar de caridade. E esta é a grande perversidade.

Mesmo quando a posição-sujeito-beneficiário (B6) parece reivindicar, como mostrado, ela não se desloca da condição de assistido/necessitado. Na verdade, clama mais assistência (*eu teria o direito de recebê os 100,00 ou 120,00 né... mas só que nunca foi repostos [...] eles colocaram 66,00 reais depois de eu muito procurá; não dá pra comprá... assim o básico; se a gente fô olhá prá combatê a fome... a miséria... só esse dinheiro do Bolsa Família não dá não* (B6)). Há um reforço do *sou necessitado* de ficar na posição de necessitado. E isso é o equívoco funcionando, do mesmo modo, nessas posições-sujeito, a ponto de *agradecer* (*agradeço o Bolsa Família* (B5)) o mínimo que o Estado provê/garante. Agradece, pois, ao Estado-Pai pelas condições de miséria, perversão nas quais se encontra. Temos, aqui, o imaginário de um sujeito político que desliza para o assistencial. Daí a reivindicação *eu quero que ele recebe* (B1) / *o que eu recebo ajuda apesar de...* (B4). De novo o lugar do equívoco, pois um é contraparte do outro (reivindicação e assistência). Quando ela reivindica, inscreve-se na discursividade oficial do Estado. Aliás, a reivindicação aqui é um simulacro<sup>14</sup>, uma simulação do discurso político – “uma cópia de cópia, um ícone infinitamente afrouxado [...] uma imagem sem semelhança” (DELEUZE, 1974, p. 263).

<sup>14</sup> Conforme sugerido pelo professor Dr. José Horta Nunes, em 04/03/2013.



Já os jornais preferem ficar de um lugar comum ao discursivizar as irregularidades na execução do programa, apontando erros e limitações. Há, ainda, o predomínio da conotação negativa sobre o PBF, ora em denúncias de irregularidades, ora de maus resultados, ora de uso político do programa. Com efeito, há na discursividade jornalística um apagamento do político, ou seja, do PBF como política pública, uma vez que a política pública é reduzida, por um lado, a um problema administrativo de gestão e gerenciamento da coisa pública, que não se situa na esfera política, mas no campo dos negócios (ORLANDI; RODRÍGUES-ALCALÀ, 2004, p. 15). Logo, as questões políticas são deslocadas para outras esferas, devendo ela mesma ser a-política, impessoal. Com efeito, o político, por meio desse apagamento no administrativo, apresenta-se como um problema limitado à eficiência do Estado.

Por outro, o discurso jornalístico não pensa o Estado, mas o governo colado ao partido (PT) – *Bolsa Família nada mais é do que uma compensação econômica da política liberal ortodoxa adotada* (T12 G, 18/11/2007) / *o governo federal trabalha na formulação de um índice formado por outras variáveis, além da renda [...] principal programa da gestão petista* (T4 FSP, 25/11/2003). Aqui, a discursividade jornalística põe em movimento a discussão acerca do lugar dos partidos políticos envolvidos com o PBF. Os sentidos são colados no partido - *o governo Federal decidiu comprar a briga política do Bolsa Família* (T7 EM, 06/01/2005) / *será eternizado por aqueles que desejam usá-lo politicamente para se manter no poder* (T16C, 01/07/2008) / *de olho nesse eleitorado, o Bolsa Família virou um mantra para o José Serra*(T20 EM, 12/07/2010) / *o peemedebista Jarbas Vasconcelos [...] que classifica a iniciativa como o maior programa oficial de compra de votos do mundo* (T20 EM, 12/07/2010). Fala-se desses lugares frente à profundidade da discussão. Há, por isso, um discurso que é político-partidário. Há um amálgama de atravessamento, pois, nos jornais, o programa do governo é um programa partidário. A discussão passa a ser de questões partidárias que ficam dicotomizadas entre PT, PFL e PSDB. Além disso, o mesmo é uma releitura de programas anteriores, a exemplo, em: *adotou praticamente na íntegra, foram clonados, ganharam novas siglas* (T2 EM, 23/11/2003). Ou seja, a discursividade jornalística fica desse lugar que é muito superficial, muito pequeno frente à dimensão e à profundidade do que está sendo discutido.

Vemos, ainda, que, na discursividade jornalística, o PBF aparece como uma consequência da política econômica Neoliberal: há, também, o abandono dos direitos universais em nome de uma política pública focalizada/assistencialista e clientelista. Para isso, a posição-sujeito-jornalista apoia nas pessoas autorizadas – economistas e pesquisadores –

para reforçar a ideologia Neoliberal. É certo que atitudes focalizadas reforçam o efeito protetorado do Estado, o qual pode desencadear uma relação de dependência das beneficiárias em relação ao Estado, daí falar em clonagem do programa. O Estado mergulha cada vez mais na assistência, daí o grande equívoco.

Temos na posição-sujeito-jornalista a visão do PBF como cabo eleitoral quando põe em dúvida o alcance do programa em: *fase de colheita e uso eleitoreiro*, amplamente recorrente nas paráfrases: *marketing político, estratégia eleitoral / propulsor de campanhas eleitorais/motivação político-partidária / bandeira eleitoral/política de troca*. Aliás, coloca sujeitos e sentidos divididos e posiciona-se frente a um deles. A exemplo, para a posição-sujeito-jornalista, o assistencialismo como uso político – *a única novidade entre os programas sociais de Lula, [...] que distribui R\$50 por mês para famílias de baixa renda, mantém as características “assistencialistas” criticadas pelo seu programa de governo* (T2 EM, 23/11/2003), já para o político o assistencialismo como modelo político (*retorno de políticas assistencialistas [...] tradição nefasta*) (T6 EM, 20/10/2004). O foco, pois, está no assistencialismo, uma vez que é influenciado pela ideologia Neoliberal. Para finalizar, que consequências desse assistencialismo poderíamos questionar?

Como discursivizado aqui, esse assistencialismo pode estabelecer uma relação política de dependência entre o Estado e seus beneficiários, e daí o reforço às diferenças de classe, à manutenção da posição-sujeito-beneficiária como refém do Estado e à limitação da assistência a quem dela necessita. Além disso, é opressor. Opressor à medida que se distancia, por um lado, da intenção de fazer justiça e, por outro, da vontade de alienar os necessitados/assistidos. Pouco é dado, e esse pouco é de má qualidade. Isso inviabilizaria essa posição-sujeito de buscar sua cidadania, afundando-se cada vez mais na improvável inclusão social. Daí, novamente, o grande equívoco: reduzir essa política pública à sobrevivência do indivíduo, ao criar severas relações de subserviência ao Estado protetor/garantidor, camufladas no assistencialismo político.

Notamos, aqui, a retórica assistencialista da parte do Estado, o qual se afunda na assistência do programa, ou seja, não transforma a realidade social, pois intervém apenas em problemas periféricos – *combater a fome e a pobreza*. Vemos, então, a institucionalização da pobreza no sentido de ser manipulada como instrumento político. E, daí, a proteção almejada pela conclamada política pública transforma-se em submissão, assistência.

Nesse sentido, ao focar a família, o programa afirma que a causa do problema da desigualdade social – da fome e da pobreza – está no indivíduo e não no modo de produção capitalista, e isso possibilita o isolamento dos indivíduos para lutar pela sobrevivência deles

próprios, o que despolitiza os sujeitos históricos e desmobiliza a sua capacidade de lutar coletivamente – a luta de classes, pelas massas, o que é tão requerido no paradigma Neoliberal.

O PBF é uma rede de proteção social que até garante renda àqueles que foram impedidos, dado o modelo Neoliberal, de conseguir a própria subsistência. Uma retórica distributivista como retórica eleitoral e, por isso, não se cumpre como um pacote de políticas públicas que promove a cidadania. Aqui fica um questionamento final: um programa de renda mínima de institucionalização da pobreza, disponível para ser manipulada como instrumento político-partidário? Além disso, o PBF silencia/apaga problemas mais amplos, a saber:

- a oferta de empregos, saneamento, capacitação profissional, para atender aos sujeitos em situação de pobreza e de extrema pobreza;
- o acesso de outras unidades familiares cuja renda está acima do limite, mas que, do mesmo modo, podem encontrar-se em situação de vulnerabilidade e precariedade de renda, devido a circunstâncias diversas, a exemplo: doença, desemprego e velhice;
- se é certo, por um lado, que essas unidades familiares são realmente vulneráveis e, por outro, se as medidas voltadas à geração de emprego e renda, associadas a estratégias socioeducativas junto às unidades familiares, o Programa pode contribuir, de fato, para minimizar o ciclo de reprodução da pobreza das famílias beneficiárias e seus descendentes e, como consequência, dar-lhes alguma autonomia financeira;
- a falta de moradia, saneamento básico, inserção no mercado de trabalho, muito embora isso contribua para ampliar o acesso dos beneficiários a serviços em que ora não foram incluídos;
- a capacidade de os serviços de educação e saúde absorverem adequadamente o aumento de demanda resultante da implementação do Programa, uma vez que faltam escolas, creches, postos de saúde;
- as questões relativas à qualidade do ensino ofertado que, de certo modo, sinaliza uma oportunidade para possibilitar o acesso das unidades familiares – alvo do programa – ao mercado de oferta de empregos.

Como já afirmamos, o político se inscreve na divisão dos sujeitos e dos sentidos. Por isso, os sentidos não são os mesmos para todos os sujeitos, mas divididos, daí o equívoco como funcionamento do político. E o fato de os sentidos terem direcionamentos diferentes, por si, constitui o fato político tão ao gosto da Análise do Discurso.

Em AD, gera interesse o fato de que a realidade (produção imaginária, construção discursiva do referente) se constitui nos sentidos que as posições-sujeito praticam. Essas, ao

dizerem, se significam e significam o contexto de produção que envolve o PBF. Assim, a linguagem é uma prática, porque pratica sentidos que intervêm no real, significando a exterioridade. Então, complementando essas considerações finais, traçamos as nossas conclusões finais.

Ao mostrar o funcionamento discursivo das sequências, verificamos que é possível ligar as discursividades a aspectos do significado dos textos, uma vez que não é difícil compreender que a circulação dos sentidos nos possibilitou um modo de ver a política dos sentidos e a sociedade, produzindo identificações e silenciamentos que se projetam no tempo e no espaço. É possível, portanto, mostrar em que direção segue o funcionamento discursivo, bem como as posições-sujeito projetadas:

- (i) a de uma indicação sociológica de classe (o ter e o não ter): o indivíduo que necessita do Estado – a posição-sujeito assistido, necessitado –, para ascender a estratos sociais mais elevados e contribuir com suas demandas do mercado, enquanto posição-sujeito-consumidor e, assim, atender às exigências do mundo do capital, do trabalho. O reforço de um novo modelo de gestão pública que se assenta na assistência na ação compartilhada (da parte do Estado, uma posição-sujeito-provedor/garantidor?);
- (ii) a do assistencialismo (da parte das beneficiárias, uma posição-sujeito de submissão, do consenso, em relação ao modo pelo qual o Estado as individualiza – da posição-sujeito assistida/necessitada, da posição-sujeito-Estado-Pai/Protetor/Provedor?);
- (iii) pela criminalização/penalização/marginalização/atitude suspeita dos gestores, prefeitos e beneficiários; apontar problemas de gestão e gerenciamento da coisa pública; de apropriador de programas anteriores; de violação de atos normativos; de manobras administrativas (da parte da discursividade jornalística que espreita o Estado para apontar o esvaziamento do Estado em meio a problemas de gestão, gerenciamento? Que desqualifica o político, reduzido a questões assistencialistas, partidárias?) da posição sujeito-Estado: sujeito a Deus/religioso/capitalista?).

Enfim, o principal para nós, que trabalhamos com o discurso, foi observar, aqui, que não há linguagem que não se confronte com o político: e o político está exatamente na divisão das posições-sujeito e dos sentidos que ora apresentamos, uma vez que a formação social na qual elas se encontram é mobilizada pela diferença, pela divisão. Não atravessá-la, pois, sem se dar conta de que seus sentidos sejam, muitas vezes, silenciados, divididos, seria ignorar seus efeitos e sua força para que possam ser ouvidos e significados em favor daquelas posições-sujeito que são colocadas à deriva.

Daí, os nossos gestos de interpretação – como lugar de outras discursividades – tiveram, como orientação, mostrar o funcionamento discursivo do e sobre o PBF nas três ancoragens de análise. Apresentá-los como verdade absoluta e acreditar apenas neles seria arrogância. Fazê-los sem acreditar seria cinismo. No entanto, entre a arrogância e o cinismo, inscreve-se um lugar para uma atitude que, sem ignorar as nossas convicções, procura compreendê-los para colocá-los em debate. Esperamos, dessa forma, ter contribuído; sabemos, entretanto, que este estudo deixa, em aberto, muitas questões que merecem, ainda, ser aprofundadas em estudos posteriores. Sendo assim, colocamos em evidência, aqui, o nosso desejo de melhor definir o caminho que necessita ser percorrido, ainda que instável, movediço, mas, certamente, não menos importante, para suscitar novos gestos de interpretação.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, B. C. Lula compra briga do bolsa família. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 06 jan. 2005. Política, p. 2.
- ALMEIDA, C.; RODRIGUES, L.; MARTIN, I. Perdas e desafios: transferência de renda e salário mínimo maior contribuem para alterar situação brasileira. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 28 nov. 2007. Economia, p. 23.
- ATHIAS, G. planalto nomeia coordenadora do bolsa-família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 set. 2003. Brasil, p. A4.
- ATHIAS, G.; SILVEIRA, W. Governo aponta apenas 10 Estados interessados no bolsa família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 02 out. 2003. Brasil, p. A8.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. “Heterogeneidades(s) enunciativas”. In: O discurso e suas análises. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 1990. Campinas, n. 19, jul./dez. 1990, p. 25–42.
- AZAMBUJA, D. **Teoria geral do Estado**. 44. ed. São Paulo : Globo, 2004.
- AZEVEDO, R. Discurso de destruição em massa. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 29 jul. 2006. Opinião, p. 7.
- BÄCHTOLD, F. Bolsa família tem problemas em 90% de cidades auditadas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 16 jul. 2007. Brasil, p. A4.
- BASTOS, C. R. **Curso de teoria do Estado**. 6. ed. São Paulo : Celso Bastos, 2004.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo : Cortez, 2006.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. **The social construction of reality**. Harmondsworth : Penguin, 1976.
- BOBBIO, N. *et al.*, **Dicionário de política**. Brasília : Universidade de Brasília, 1998.
- BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 15 mar. 2012.
- BRASIL. **Lei n. 10.836**, de 9 de janeiro de 2004. Cria o programa bolsa família e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.836.htm)>. Acesso em: 17 jan. 2010a.
- BRASIL. **Decreto n. 5. 209**, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o programa bolsa família, e dá outras providências. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=20/09/2004>>. Acesso em: 17 jan. 2010b.

CABRAL, M. C.; SANDER, L. Bolsa família tem reajustes de 8% a 3 meses da eleição. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 26 jun. 2008. Brasil, p. A4.

CAI 13° para o bolsa família. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 22 ago. 2007. Política, p. 2.

CARVALHO, C. E. Governo Lula: triunfo espetacular do Neoliberalismo. **Revista Margem à Esquerda**, n. 3, p 131-146, abr. 2004.

CARVALHO, S. A. de. Eleições 2006. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 30 jul. 2006. O País, p. 19.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo**. 35. ed. São Paulo : Brasiliense, 2011.

CHAGAS, H. Volta por cima. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 18 abr. 2005. O País, p. 4.

CLEMENTE, I. Programas assistenciais podem ser eficientes contra a pobreza. Mas, na dose errada, eles geram milhões de dependentes. **Revista Época**, n. 427, 24/07/2006. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/1.EDG74845-6009,00.html>>. Acesso em: 23out. 2008.

COIMBRA, M. Pobres e ricos. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 19 ago. 2007. Política, p. 6.

COISSI, J. Controle do governo sobre o bolsa família é precário. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 fev. 2007. Brasil, p. A4.

COMBLIN, José. **O Neoliberalismo**: ideologia dominante na virada do século. Petrópolis : Vozes, 2000.

COURTINE, J. J. **Metamorfoses do discurso político**: derivas da fala pública. Trad. Nilton Milanez, Carlos Piovezani Filho. São Carlos : Claraluz, 2006. 160 p.

\_\_\_\_\_. O chapéu de Clémentis: observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Orgs.) **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Porto Alegre : Sagra Luzzatto, 1999. p. 15-22.

\_\_\_\_\_. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse de discours. **Langages**. Paris: Larousse, 60, p. 9-127, 1982.

CRITÉRIOS podem mudar. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 07 jun. 2005. Nacional, p. 10.

DANTAS, I. Governo pode exigir planejamento familiar. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 jan. 2004. Brasil, p. A7.

\_\_\_\_\_. Banco Mundial faz elogio ao bolsa-família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 fev. 2006. Dinheiro, p. B11.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do sentido**. Trad. Luiz Roberto Salinas. São Paulo : Perspectiva, 1974.

DEMO, P. **Charme da exclusão social**: polêmicas do nosso tempo. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

DUAILIBI, J. Lula estuda novo índice de pobreza. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2003. Brasil, p. A4.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio século XXI**: o dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1995.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1969.

FOWLER, R. **Language in the news**: discourse and ideology in the press. New York : Routledge, 1991.

FRANCO, B. M. Ministro critica bolsa família. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 22 jan. 2009, p. 3.

FRANCO, L. M. **O MST na Folha de S. Paulo e no Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**: análise das práticas discursivas. 2003. 129p. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

FREIRE, S. Bolsa-família desmobiliza ação do fome zero. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 abr. 2004. Brasil, p. A8.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo : Abril Cultural, 1984.

FURBINO, Z. Renda dos pobres em ritmo chinês. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 23 set. 2008. Economia, p. 7.

GOHN, M. da G. **Mídia, terceiro setor e MST**: impactos sobre o futuro das cidades e do campo. Petrópolis, RJ : Vozes, 2000.

GOIS, A. Estudo propõe universalizar bolsa-família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 nov. 2003. Brasil, p. A8.

\_\_\_\_\_. Bolsa família aplaca a fome, mas não acaba com a miséria. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 jun. 2008. Brasil, p. A4.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro : Record, 2004.

GOVERNO quer mudar inscrição do bolsa-família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 mar. 2003. Brasil, p. C8.



GOVERNO suspende cadastros. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 19 out. 2004. Política, p. 5.

GUIBU, F. Bolsa-família tem alcance restrito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 nov. 2003. Brasil, p. A4.

GUIMARÃES, D. M. **A organização textual da opinião jornalística**: nos bastidores da notícia. São Paulo, SP. Tese de Doutorado – PUC-SP, 1999.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 3. ed. São Paulo : Loyola, 2012.

HAYEK, F. **Os fundamentos da liberdade**. Brasília : Universidade de Brasília, 1983.

\_\_\_\_\_. **A Condição pós-moderna**. São Paulo : Loyola, 1989.

HENRY, P. Construções relativas e articulações discursivas. Trad. João Wanderley Geraldi e Celene Margarida Cruz. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, (19): 1-179, jul./dez. 1990.

\_\_\_\_\_. Os fundamentos teóricos da 'Análise Automática do Discurso' de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani *et al.*. Campinas : Unicamp, 1990.

HERDY, T. Falta de cadastro bloqueia programa. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 20 nov. 2009. Política, p. 4.

INDURSKY, F. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas : Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, F. ; FERREIRA, M. C. L. **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos, SP : Claraluz, 2007.

JACCOUD, L.; CARDOSO, J. J.C. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília : IPEA, 2005. p. 181-259.

JUNGBLUT, C. 'Não estou a fim de errar', diz Lula sobre 2005. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 28 dez. 2004. Economia, p. 19.

\_\_\_\_\_. Oposição critica governo por 'terrorismo'. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 01 dez. 2007. O País, p. 20.

KAMEL, A. Tudo pelo social ... **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 28 dez. 2004. Opinião, p. 7.

KREEFFT, C. PT evita debate sobre ética. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 26 mar. 2006. Política, p. 7.

LAGAZZI-RODRIGUES, S. M. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. 1998. 121f. Tese (Doutorado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

LEITÃO, M.; THOMÉ, D. Fome ou pobreza? **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2003. Economia, p. 24.

LOUVEN, M.; OLIVEIRA, E.; ALVAREZ, R.; VIEIRA, E. O apetite que não cessa. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 26 set. 2005. Economia, p. 15.

LUIZ, E. Cadastro pode facilitar fraude. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 04 maio 2009. Política, p. 5.

LULA amplia bolsa família um dia após cortar o orçamento. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 29 jan. 2009, p. 1.

MAAKAROUN, B. Dificuldade para fiscalizar. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 23 fev. 2005. Política, p. 7.

MAGALHÃES, R. Integração, exclusão e solidariedade no debate contemporâneo sobre as políticas sociais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n. 13, 2001.

MALDIDIER, D. Elementos para uma história da Análise do Discurso. In: ORLANDI, E. P. (Org.) **Gestos de leitura**: da história no discurso. Trad. B. S. Z. Mariani et al. Campinas : Unicamp, 1994. p. 15-25.

MARIANI, B. S. C. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1998). Campinas : Revan, 1998.

MARQUES, R. M. ; MENDES, A. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda Neoliberal. **Revista de Economia Política**. v. 26, n.1, São Paulo, jan./mar. 2006.

MELLO, A. Patrus descarta aumento de bolsa. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 24 abr. 2004. Política, p. 4.

\_\_\_\_\_. A bolsa ou a vida, ou melhor, o voto. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 12 jul. 2010. Política, p. 2.

MOISÉS, D. Bolsa-Família cresce porque mantém pobreza, diz Cristovam. **O Estado de S. Paulo** (digital online), São Paulo, 29/3/2008. Disponível em: <[http://www.estadao.com.br/nacional/not\\_nac147894,0.htm](http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac147894,0.htm)>. Acesso em: 23 out. 2008.

MORAES, M. de. Governo aumenta bolsa-família. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 març. 2008. Política, p. 9.

MOTTA, N. Sapos e escorpiões. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 19 dez. 2008, p. 7.

NASCIMENTO, S. Duplicidade no bolsa família. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 10 jul. 2006. Política, p. 3.

NERES, G. M. **Política e hegemonia: a interpretação gramsciana de Maquiavel**. Curitiba : Ibpe, 2009.

\_\_\_\_\_. Gramsci e o “Príncipe Pós-Moderno”. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/geraldomagellaneres.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2012.

NO ATAQUE. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 13 dez. 2008, p. 2.

NUNES, J. H. Lexicologia e lexicografia. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI- FONTANA, M. (Orgs.). **A palavra e a frase**. Campinas, SP : Pontes, 2006, p. 149- 172.

NUNES, J. H. ; LAGAZZI-RODRIGUES, S. Discurso e urbanidade: o documentário e o dicionário na espaço da cidade. **Revista Brasileira de Letras**. v. 5, n. 01, p. 85-93, 2008.

OLIVEIRA, F. ; CELESTINO, H. Conta única para o social. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 20 abr. 2003. O País, p. 3.

ORLANDI, E, P. **Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo**. São Paulo : Cortez, 1990.

\_\_\_\_\_. **Interpretação**. Petrópolis : Vozes, 1996.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 3. ed. Campinas, SP : Pontes, 2001a.

\_\_\_\_\_. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP : Pontes, 2001b.

\_\_\_\_\_. **Cidades dos sentidos**. Campinas, SP : Pontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Análise de discurso. In : ORLANDI, E. P. e LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. Campinas : Pontes, 2006. p. 11-31.

\_\_\_\_\_. Formas de conhecimento, informação e políticas públicas. **ANIMUS**, Revista Interamericana de Comunicação Midiática. v. 17, jan. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/animus/article/view/2373/2458>>. Acesso em: 30 maio 2010b.

\_\_\_\_\_. (Org.) **Discurso e políticas públicas urbanas: a fabricação do consenso**. Campinas, SP : RG, 2010a.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, SP : Unicamp, 2007.

\_\_\_\_\_. **Discurso em análise: sujeito, sentido, ideologia**. 2. ed. Campinas, SP : Pontes, 2012.

ORLANDI, E.; RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico. **Escritos n. 8** Labeurb/Nudecri/Unicamp, p. 11-23, 2004,

PECHÊUX, M. **Analyse automathique du discours**. Paris : Dunod, 1969.

\_\_\_\_\_. L'étrange miroir de l'Analyse du discours. **Langages**, Paris, n. 62, Juin, p. 5-8, 1981.

\_\_\_\_\_. Análise automática do discurso (AAD – 69). In: GADET, F. e HAK, T. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas, SP : EDUNICAMP, 1990. p. 61-162.

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP : Pontes, 1997.

\_\_\_\_\_. Papel da memória. In: ACHARD P et al. (Org.). **Papel da memória**. Campinas, SP : Pontes, 1999. p. 49-57.

\_\_\_\_\_. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas, SP : Pontes, 2008.

\_\_\_\_\_. Les vérités de la palice. Trad. Bras. Semântica e Discurso. Paris : Maspero, ano.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas : Unicamp, 1990, p. 61-162.

PEDROSA, R. Governo negocia limite em MG. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 28 nov. 2003. Gerais, p. 23.

\_\_\_\_\_. Aécio sai em defesa de Patrus. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 20 nov. 2004. Política, p. 5.

PEREIRA, M. Foco no assistencialismo. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 18 jan. 2007. O País, p. 4.

PIERUCCI, A.F.O. Igreja: contradições e acomodação; ideologia do clero católico sobre reprodução humana no Brasil. **Caderno CEBRAP**, São Paulo, n. 30, 1978.

PINTO, A. C.; MENEZES, M. 2008. Efeito-preguiça do Bolsa preocupa. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29/3/2008. Disponível em:  
<<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2008/3/29/noticia.420668>>.  
Acesso em: 23 out. 2008.

PIOVEZANI FILHO, C. F. Política midiaticizada e mídia politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade. In: GREGOLIN, M. do R. (Org.) **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos : Claraluz, 2003. p. 49-63.

PORTA de saída do programa é superfaturada. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 mar. 2007. Brasil, p. A5.

PORTO, M. C. da S. **A condição do estado assistencialista no Brasil pós-constituente: um exame sobre as determinidades das políticas sociais brasileiras em face das imposições do ajuste neoliberal**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Fome Zero**. Disponível em: <[www.fomezero.gov.br/o-que](http://www.fomezero.gov.br/o-que)>. Acesso em: 14 set. 2009.

PRESIDENTE cobra solução para fiscalização do bolsa-família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 10 set. 2004. Brasil, p. A10.

RANGEL, R. Ministros reagem a críticas de Zilda. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 06 jan. 2004. O País, p. 8.

RIZZO, A. Risco para 38 mil. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 30 jul. 2007. Política, p. 5.

ROCHA, S. Impacto sobre a pobreza dos novos programas federais de transferência de Renda. **Revista de Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, 9 (1), p. 153-185, jan./abr. 2005.

RODRIGUES, M. M. A. **Políticas públicas**. São Paulo : Publifolha, 2010.

SALOMON, M. Lula corta na saúde para pagar bolsa-família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 04 mar. 2005. Brasil, p. A6.

\_\_\_\_\_. Bolsa-família tem 50 mil benefícios novos sob suspeita de duplicidade. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 set. 2006. Brasil, p. A5.

\_\_\_\_\_. Governo bloqueia 331 mil benefícios do Bolsa Família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 08 maio 2007. Brasil, p. A4.

SANDENBERG, C. A. O tempo ajuda Lula. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 29 set. 2006. Opinião, p. 7.

SEABRA, C. Moradores de rua receberão bolsa família, afirma Patrus. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 dez. 2009. Brasil, p. A5.

SOARES, M. C. C. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In : DE TOMMAS, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo : Cortez, 1998. p. 125-194.

SOUTO, I. ; ARANHA, P. Presidente diz que prefere governar para os pobres. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 29 jun. 2006. Política, p. 4.

TAHANDA, L. Fome persiste em Guaraíbas. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 22 dez. 2003. Política, p. 3.

TORRES, S. Governo investiga cadastramento para o bolsa-família. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 21 set. 2004. Caderno Especial, p. Especial 7.

USO político. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 01 jul. 2008. p. 6.

VAZ, L. Lula clona programas de FHC. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 23 nov. 2003. Política, p. 3.

VIANNA, M. L. T. W. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil:** estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro : Revan-UCAM/IUPERJ, 2000.

WEBER, D. Avanços e desafios: perdas de produtividade agrícola poderão aumentar em 600 milhões o número de subnutridos. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 28 nov. 2007. Economia, p. 26.

ZANCARINI, J. C.; FOURNEL, J. L.; DESCENDRE, R. **Estudos sobre a língua política:** filologia e política na Florença do século XVI. Cáceres : Unemat; Lyon, ANR –Triangule; Campinas : RG, 2008, 208 p.

ZIMMERMANN, C. R. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do bolsa família do governo Lula no Brasil. **Sur. Revista Internacional de Direitos Humanos**. v. 3, n. 4, São Paulo, June 2006.

ZOPPI-FONTANA, M. **Cidadãos modernos:** discurso e representação política. Campinas, SP : Unicamp, 1997. 214p.

## ANEXOS

### ANEXO A – LEI N. 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004



Presidência da República  
Casa Civil  
Subchefia para Assuntos Jurídicos

### LEI N° 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004.

#### Regulamento

Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

#### Conversão da MPv nº 132, de 2003

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o *caput* tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela [Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001](#), do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela [Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#), do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela [Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001](#), do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo [Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002](#), e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo [Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001](#).

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

I - o benefício básico, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

~~II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos.~~

~~II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição crianças entre zero e doze anos ou adolescentes até quinze anos, sendo pago até o limite de três benefícios por família; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~III - o benefício variável, vinculado ao adolescente destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição~~

~~adolescentes com idade entre dezesseis e dezessete anos, sendo pago até o limite de dois benefícios por família. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 3 (três) benefícios por família; [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)~~

~~II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre zero e doze anos ou adolescentes até quinze anos, sendo pago até o limite de cinco benefícios por família; e [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 535, de 2011\)](#)~~

II - o benefício variável, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) e 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família; [\(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

III - o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesseis) e 17 (dezessete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família. [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

~~IV - o benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

~~a) tenham em sua composição crianças de zero a seis anos de idade; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

~~b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) *per capita*. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

~~IV - o benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, no limite de 1 (um) por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente: [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)~~

~~a) tenham em sua composição crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade; e [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)~~

IV - o benefício para superação da extrema pobreza, no limite de um por família, destinado às unidades familiares beneficiárias do Programa Bolsa Família e que, cumulativamente: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 590, de 2012\)](#)

a) tenham em sua composição crianças e adolescentes de zero a quinze anos de idade; e [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 590, de 2012\)](#)

b) apresentem soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros previstos nos incisos I a III igual ou inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) *per capita*. [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)

§ 1º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:



I - família, a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forme um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros;

~~II - nutriz, a mãe que esteja amamentando seu filho com até 6 (seis) meses de idade para o qual o leite materno seja o principal alimento; ([Revogado pela Medida Provisória nº 411, de 2007](#)).~~

III - renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se os rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda, nos termos do regulamento.

~~§ 2º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso I do *caput* será de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e será concedido a famílias com renda *per capita* de até R\$ 50,00 (cinquenta reais).~~

~~§ 3º O valor do benefício mensal a que se refere o inciso II do *caput* será de R\$ 15,00 (quinze reais) por beneficiário, até o limite de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por família beneficiada e será concedido a famílias com renda *per capita* de até R\$ 100,00 (cem reais).~~

~~§ 4º A família beneficiária da transferência a que se refere o inciso I do *caput* poderá receber, cumulativamente, o benefício a que se refere o inciso II do *caput*, observado o limite estabelecido no § 3º.~~

~~§ 5º A família cuja renda *per capita* mensal seja superior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), até o limite de R\$ 100,00 (cem reais), receberá exclusivamente o benefício a que se refere o inciso II do *caput*, de acordo com sua composição, até o limite estabelecido no § 3º.~~

~~§ 2º O valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 60,00 (sessenta reais). ([Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007](#))~~

~~§ 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição: ([Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007](#))~~

~~I - o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e ([Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007](#))~~

~~II - o benefício variável vinculado ao adolescente no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). ([Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007](#))~~

~~§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II e III. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007](#))~~

~~§ 5º A família cuja renda familiar mensal *per capita* esteja compreendida entre os valores estabelecidos no § 2º e no § 3º receberá exclusivamente os benefícios a que se referem os incisos II e III do *caput* deste artigo, respeitados os limites fixados nesses incisos. ([Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007](#))~~

§ 2º O valor do benefício básico será de R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais) por mês, concedido a famílias com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 60,00 (sessenta reais). ([Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008](#))

§ 3º Serão concedidos a famílias com renda familiar mensal *per capita* de até R\$ 120,00 (cento e vinte reais), dependendo de sua composição: ([Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008](#))

I - o benefício variável no valor de R\$ 18,00 (dezoito reais); e [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

II - o benefício variável, vinculado ao adolescente, no valor de R\$ 30,00 (trinta reais). [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

~~§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II e III do *caput* deste artigo poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II e III. [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)~~

~~§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do *caput* poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II, III e IV. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

§ 4º Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do *caput* poderão ser pagos cumulativamente às famílias beneficiárias, observados os limites fixados nos citados incisos II, III e IV. [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)

§ 5º A família cuja renda familiar mensal *per capita* esteja compreendida entre os valores estabelecidos no § 2º e no § 3º deste artigo receberá exclusivamente os benefícios a que se referem os incisos II e III do *caput* deste artigo, respeitados os limites fixados nesses incisos. [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 6º Os valores dos benefícios e os valores referenciais para caracterização de situação de pobreza ou extrema pobreza de que tratam os §§ 2º e 3º poderão ser majorados pelo Poder Executivo, em razão da dinâmica socioeconômica do País e de estudos técnicos sobre o tema, atendido o disposto no parágrafo único do art. 6º.

§ 7º Os atuais beneficiários dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º, à medida que passarem a receber os benefícios do Programa Bolsa Família, deixarão de receber os benefícios daqueles programas.

§ 8º Considera-se benefício variável de caráter extraordinário a parcela do valor dos benefícios em manutenção das famílias beneficiárias dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAE e Auxílio-Gás que, na data de ingresso dessas famílias no Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado neste artigo.

§ 9º O benefício a que se refere o § 8º será mantido até a cessação das condições de elegibilidade de cada um dos beneficiários que lhe deram origem.

§ 10. O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família poderá excepcionalizar o cumprimento dos critérios de que trata o § 2º, nos casos de calamidade pública ou de situação de emergência reconhecidos pelo Governo Federal, para fins de concessão do benefício básico em caráter temporário, respeitados os limites orçamentários e financeiros.

~~§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I e II do *caput* serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal.~~

~~— § 12. Os benefícios poderão, também, ser pagos por meio de contas especiais de depósito a vista, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil.~~

~~§ 11. Os benefícios a que se referem os incisos I, II e III do *caput* deste artigo serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~— § 12. Os benefícios poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil: [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~— I - contas correntes de depósito à vista; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~— II - contas especiais de depósito à vista; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~— III - contas contábeis; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~— IV - outras espécies de contas que venham a ser criadas. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

~~— § 11. Os benefícios a que se referem os incisos I, II e III do *caput* deste artigo serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal, com a respectiva identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal. [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)~~

~~— § 11. Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do *caput* serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal com a identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo federal. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

§ 11. Os benefícios financeiros previstos nos incisos I, II, III e IV do *caput* serão pagos, mensalmente, por meio de cartão magnético bancário fornecido pela Caixa Econômica Federal com a identificação do responsável, mediante o Número de Identificação Social - NIS, de uso do Governo Federal. [\(Redação dada pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)

§ 12. Os benefícios poderão ser pagos por meio das seguintes modalidades de contas, nos termos de resoluções adotadas pelo Banco Central do Brasil: [\(Redação dada pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

I - contas correntes de depósito à vista; [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

II - contas especiais de depósito à vista; [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

III - contas contábeis; e [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

IV - outras espécies de contas que venham a ser criadas. [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

§ 13. No caso de créditos de benefícios disponibilizados indevidamente ou com prescrição do prazo de movimentação definido em regulamento, os créditos reverterão automaticamente ao Programa Bolsa Família.

§ 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento.

~~§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) *per capita*, e será calculado por faixas de renda. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

~~§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) *per capita* e será calculado por faixas de renda. [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)~~

§ 15. O benefício para superação da extrema pobreza corresponderá ao valor necessário para que a soma da renda familiar mensal e dos benefícios financeiros supere o valor de R\$ 70,00 (setenta reais) *per capita*. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 590, de 2012\)](#)

~~§ 16. Caberá ao Poder Executivo: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

~~I— definir as faixas de renda familiar *per capita* e os respectivos valores a serem pagos a título de benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, conforme previsto no § 15; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

~~II— ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar *per capita*, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 570, de 2012\)](#)~~

~~§ 16. Caberá ao Poder Executivo: [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)~~

~~I— definir as faixas de renda familiar *per capita* e os respectivos valores a serem pagos a título de benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância, conforme previsto no § 15; e [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)~~

~~II— ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar *per capita*, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza na primeira infância. [\(Incluído pela Lei nº 12.722, de 2012\)](#)~~

§ 16. Caberá ao Poder Executivo ajustar, de acordo com critério a ser estabelecido em ato específico, o valor definido para a renda familiar *per capita*, para fins do pagamento do benefício para superação da extrema pobreza. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 590, de 2012\)](#)

Art. 3º A concessão dos benefícios dependerá do cumprimento, no que couber, de condicionalidades relativas ao exame pré-natal, ao acompanhamento nutricional, ao acompanhamento de saúde, à frequência escolar de 85% (oitenta e cinco por cento) em estabelecimento de ensino regular, sem prejuízo de outras previstas em regulamento.

~~Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do art. 2º considerará setenta e cinco por cento de frequência, em conformidade com o previsto no inciso VI do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 411, de 2007\)](#)~~

Parágrafo único. O acompanhamento da frequência escolar relacionada ao benefício previsto no inciso III do *caput* do art. 2º desta Lei considerará 75% (setenta e cinco por cento) de frequência, em conformidade com o previsto no [inciso VI do caput do art. 24 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#). [\(Incluído pela Lei nº 11.692, de 2008\)](#)

Art. 4º Fica criado, como órgão de assessoramento imediato do Presidente da República, o Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, com a finalidade de formular

e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, tendo as competências, composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 5º O Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família contará com uma Secretaria-Executiva, com a finalidade de coordenar, supervisionar, controlar e avaliar a operacionalização do Programa, compreendendo o cadastramento único, a supervisão do cumprimento das condicionalidades, o estabelecimento de sistema de monitoramento, avaliação, gestão orçamentária e financeira, a definição das formas de participação e controle social e a interlocução com as respectivas instâncias, bem como a articulação entre o Programa e as políticas públicas sociais de iniciativa dos governos federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

Art. 6º As despesas do Programa Bolsa Família correrão à conta das dotações alocadas nos programas federais de transferência de renda e no Cadastramento Único a que se refere o parágrafo único do art. 1º, bem como de outras dotações do Orçamento da Seguridade Social da União que vierem a ser consignadas ao Programa.

~~Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes.~~

Parágrafo único. O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de beneficiários e de benefícios financeiros específicos do Programa Bolsa Família com as dotações orçamentárias existentes. [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 590, de 2012\)](#)

Art. 7º Compete à Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família promover os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira dos recursos originalmente destinados aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único mencionados no parágrafo único do art. 1º.

§ 1º Excepcionalmente, no exercício de 2003, os atos administrativos e de gestão necessários à execução orçamentária e financeira, em caráter obrigatório, para pagamento dos benefícios e dos serviços prestados pelo agente operador e, em caráter facultativo, para o gerenciamento do Programa Bolsa Família, serão realizados pelos Ministérios da Educação, da Saúde, de Minas e Energia e pelo Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, observada orientação emanada da Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família quanto aos beneficiários e respectivos benefícios.

§ 2º No exercício de 2003, as despesas relacionadas à execução dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, PNAA e Auxílio-Gás continuarão a ser executadas orçamentária e financeiramente pelos respectivos Ministérios e órgãos responsáveis.

§ 3º No exercício de 2004, as dotações relativas aos programas federais de transferência de renda e ao Cadastramento Único, referidos no parágrafo único do art. 1º, serão descentralizadas para o órgão responsável pela execução do Programa Bolsa Família.

Art. 8º A execução e a gestão do Programa Bolsa Família são públicas e governamentais e dar-se-ão de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

~~§ 1º A execução e a gestão descentralizadas referidas no *caput* serão implementadas mediante adesão voluntária dos Estados, Distrito Federal e Municípios ao Programa Bolsa Família. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~§ 2º Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD, para utilização em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados pelo Poder Executivo, e destinado a: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~I- medir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~II- incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~III- calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federados a título de apoio financeiro. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~§ 3º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federados que aderirem ao Programa Bolsa Família recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa, desde que alcancem índices mínimos no IGD. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~§ 4º Para a execução do previsto neste artigo, o Poder Executivo Federal regulamentará: [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~I- os procedimentos e as condições necessárias para adesão ao Programa Bolsa Família, incluindo as obrigações dos entes respectivos; [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~II- os instrumentos, parâmetros e procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~III- os procedimentos e instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família pelos entes federados. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~§ 5º Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Programa Bolsa Família, aferidos na forma do § 2º, inciso I, serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas às respectivas instâncias de controle social, previstas no art. 9º, e em caso de não aprovação, os recursos financeiros transferidos na forma do § 3º deverão ser restituídos pelo ente federado ao respectivo Fundo de Assistência Social, na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)~~

~~§ 7º O montante total dos recursos de que trata o § 3º não poderá exceder a três por cento da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para a~~

transferência de recursos para cada ente federado. [\(Incluído pela Medida Provisória nº 462, de 2009\)](#)

§ 1º A execução e a gestão descentralizadas referidas no *caput* serão implementadas mediante adesão voluntária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ao Programa Bolsa Família. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 2º Fica instituído o Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD, para utilização em âmbito estadual, distrital e municipal, cujos parâmetros serão regulamentados pelo Poder Executivo, e destinado a: [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

I - medir os resultados da gestão descentralizada, com base na atuação do gestor estadual, distrital ou municipal na execução dos procedimentos de cadastramento, na gestão de benefícios e de condicionalidades, na articulação intersetorial, na implementação das ações de desenvolvimento das famílias beneficiárias e no acompanhamento e execução de procedimentos de controle; [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

II - incentivar a obtenção de resultados qualitativos na gestão estadual, distrital e municipal do Programa; e [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

III - calcular o montante de recursos a ser transferido aos entes federados a título de apoio financeiro. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 3º A União transferirá, obrigatoriamente, aos entes federados que aderirem ao Programa Bolsa Família recursos para apoio financeiro às ações de gestão e execução descentralizada do Programa, desde que alcancem índices mínimos no IGD. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 4º Para a execução do previsto neste artigo, o Poder Executivo Federal regulamentará: [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

I - os procedimentos e as condições necessárias para adesão ao Programa Bolsa Família, incluindo as obrigações dos entes respectivos; [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

II - os instrumentos, parâmetros e procedimentos de avaliação de resultados e da qualidade de gestão em âmbito estadual, distrital e municipal; e [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

III - os procedimentos e instrumentos de controle e acompanhamento da execução do Programa Bolsa Família pelos entes federados. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 5º Os resultados alcançados pelo ente federado na gestão do Programa Bolsa Família, aferidos na forma do inciso I do § 2º serão considerados como prestação de contas dos recursos transferidos. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios submeterão suas prestações de contas às respectivas instâncias de controle social, previstas no art. 9º, e, em caso de não aprovação, os recursos financeiros transferidos na forma do § 3º deverão ser restituídos pelo ente federado ao respectivo Fundo de Assistência Social, na forma regulamentada pelo Poder Executivo Federal. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

§ 7º O montante total dos recursos de que trata o § 3º não poderá exceder a 3% (três por cento) da previsão orçamentária total relativa ao pagamento de benefícios do Programa Bolsa Família, devendo o Poder Executivo fixar os limites e os parâmetros mínimos para a transferência de recursos para cada ente federado. [\(Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009\)](#)

Art. 9º O controle e a participação social do Programa Bolsa Família serão realizados, em âmbito local, por um conselho ou por um comitê instalado pelo Poder Público municipal, na forma do regulamento.

Parágrafo único. A função dos membros do comitê ou do conselho a que se refere o *caput* é considerada serviço público relevante e não será de nenhuma forma remunerada.

Art. 10. O [art. 5º da Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003](#), passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 5º As despesas com o Programa Nacional de Acesso à Alimentação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, inclusive oriundas do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pelo [art. 79 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#)." (NR)

Art. 11. Ficam vedadas as concessões de novos benefícios no âmbito de cada um dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º .

Parágrafo único. A validade dos benefícios concedidos no âmbito do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA - "Cartão Alimentação" encerra-se em 31 de dezembro de 2011. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

Art. 12. Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal, obedecidas as formalidades legais.

Art. 13. Será de acesso público a relação dos beneficiários e dos respectivos benefícios do Programa a que se refere o *caput* do art. 1º .

Parágrafo único. A relação a que se refere o *caput* terá divulgação em meios eletrônicos de acesso público e em outros meios previstos em regulamento.

~~Art. 14. A autoridade responsável pela organização e manutenção do cadastro referido no art. 1º que inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inseridas, com o fim de alterar a verdade sobre o fato, ou contribuir para a entrega do benefício a pessoa diversa do beneficiário final, será responsabilizada civil, penal e administrativamente.~~

~~— § 1º Sem prejuízo da sanção penal, o beneficiário que dolosamente utilizar o benefício será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida, em prazo a ser estabelecido pelo Poder Executivo, acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, e de 1% (um por cento) ao mês, calculados a partir da data do recebimento.~~

~~— § 2º Ao servidor público ou agente de entidade conveniada ou contratada que concorra para a conduta ilícita prevista neste artigo aplica-se, nas condições a serem estabelecidas em regulamento e sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis, multa nunca~~



~~inferior ao dobro dos rendimentos ilegalmente pagos, atualizada, anualmente, até seu pagamento, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.~~

Art. 14. Sem prejuízo das responsabilidades civil, penal e administrativa, o servidor público ou o agente da entidade conveniada ou contratada responsável pela organização e manutenção do cadastro de que trata o art. 1º será responsabilizado quando, dolosamente: [\(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

I - inserir ou fizer inserir dados ou informações falsas ou diversas das que deveriam ser inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico; ou [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

II - contribuir para que pessoa diversa do beneficiário final receba o benefício. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 1º (Revogado). [\(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 2º O servidor público ou agente da entidade contratada que cometer qualquer das infrações de que trata o *caput* fica obrigado a ressarcir integralmente o dano, aplicando-se-lhe multa nunca inferior ao dobro e superior ao quádruplo da quantia paga indevidamente. [\(Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

Art. 14-A. Sem prejuízo da sanção penal, será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida o beneficiário que dolosamente tenha prestado informações falsas ou utilizado qualquer outro meio ilícito, a fim de indevidamente ingressar ou se manter como beneficiário do Programa Bolsa Família. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 1º O valor apurado para o ressarcimento previsto no *caput* será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

§ 2º Apurado o valor a ser ressarcido, mediante processo administrativo, e não tendo sido pago pelo beneficiário, ao débito serão aplicados os procedimentos de cobrança dos créditos da União, na forma da legislação de regência. [\(Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011\)](#)

Art. 15. Fica criado no Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família um cargo, código DAS 101.6, de Secretário-Executivo do Programa Bolsa Família.

Art. 16. Na gestão do Programa Bolsa Família, aplicarse-á, no que couber, a legislação mencionada no parágrafo único do art. 1º, observadas as diretrizes do Programa.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

*José Dirceu de Oliveira e Silva*

Este texto não substitui o publicado no DOU. de 12.1.2004

## ANEXO B – DECRETO N. 5.209, DE 17 DE SETEMBRO DE 2004

### DECRETO Nº - 5.209, DE 17 DE SETEMBRO DE 2004

Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004,

#### DECRETA:

Art. 1º O Programa Bolsa Família, criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, será regido por este Decreto e pelas disposições complementares que venham a ser estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 2º Cabe ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de outras atribuições que lhe forem conferidas, a coordenação, a gestão e a operacionalização do Programa Bolsa Família, que compreende a prática dos atos necessários à concessão e ao pagamento de benefícios, a gestão do Cadastro Único do Governo Federal, a supervisão do cumprimento das condicionalidades e da oferta dos programas complementares, em articulação com os Ministérios setoriais e demais entes federados, e o acompanhamento e a fiscalização de sua execução.

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

##### Seção I Da Finalidade do Programa Bolsa Família

Art. 3º O Programa Bolsa Família tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

§ 1º Os programas de transferência de renda cujos procedimentos de gestão e execução foram unificados pelo Programa Bolsa Família, doravante intitulados Programas Remanescentes, nos termos da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, são:

I - Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001;

II - Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA - "Cartão Alimentação", criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003;

III - Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde - "Bolsa Alimentação", instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001; e

IV - Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002.

§ 2º Aplicam-se aos Programas Remanescentes as atribuições referidas no art. 2º deste Decreto, cabendo ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome disciplinar os procedimentos necessários à gestão unificada desses programas.

Art. 4º Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são:

I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;

II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional;

III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;

IV - combater a pobreza; e

V - promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público.

##### Seção II Do Conselho Gestor do Programa Bolsa Família

Art. 5º O Conselho Gestor do Programa Bolsa Família -CGPBF, órgão colegiado de caráter deliberativo, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, previsto pelo art. 4º da Lei nº 10.836, de 2004, e na Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, tem por finalidade formular e integrar políticas públicas, definir diretrizes, normas e procedimentos sobre o desenvolvimento e implementação do Programa Bolsa Família, bem como apoiar iniciativas para instituição de políticas públicas sociais visando promover a emancipação das famílias beneficiadas pelo Programa nas esferas federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.

Art. 6º O CGPBF será composto pelos titulares dos seguintes órgãos e entidade:

I - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o presidirá;  
II - Ministério da Educação;

V - Ministério da Fazenda;

VI - Casa Civil da Presidência da República; e

VII - Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. O Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome poderá convidar a participar das reuniões representantes de órgãos das administrações federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, de entidades privadas, inclusive organizações não-governamentais, de acordo com a pauta da reunião.

Art. 7º Fica criado o Comitê Executivo do CGPBF, integrado por representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que o coordenará, e por representantes dos demais órgãos e entidade a que se refere o art. 6º, com a finalidade de implementar e acompanhar as decisões do CGPBF.

Parágrafo único. Os representantes referidos no caput e seus respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos respectivos órgãos e entidade representados e designados pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 8º O CGPBF poderá instituir grupos de trabalho, em caráter temporário, para analisar matérias sob sua apreciação e propor medidas específicas necessárias à implementação de suas decisões.

Art. 9º Ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome caberá prover apoio técnico-administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do CGPBF e seus grupos de trabalhos.

Art. 10. A participação no CGPBF será considerada prestação de serviço relevante e não remunerada.

Parágrafo único. Não será remunerada a participação no Comitê Executivo e nos grupos de trabalho referidos no art. 7º e 8º, respectivamente.

##### Seção III Das Competências e das Responsabilidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios na Execução do Programa Bolsa Família

Art. 11. A execução e gestão do Programa Bolsa Família dar-se-á de forma descentralizada, por meio da conjugação de esforços entre os entes federados, observada a intersetorialidade, a participação comunitária e o controle social.

§ 1º Os entes federados poderão aderir ao Programa Bolsa Família por meio de termo específico, observados os critérios e as condições estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 2º As adesões e os convênios firmados entre os entes federados e a União no âmbito dos programas remanescentes, que se encontrarem em vigor na data de publicação deste Decreto, terão validade até 31 de dezembro de 2005.

Art. 12. Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 11, e com vistas a garantir a efetiva conjugação de esforços entre os entes federados, poderão ser celebrados termos de cooperação entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, observada, no que couber, a legislação específica relativa a cada um dos programas de que trata o art. 3º.

§ 1º Os termos de cooperação deverão contemplar a realização, por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de programas e políticas sociais orientadas ao público beneficiário do Programa Bolsa Família que contribuam para a promoção da emancipação sustentada das famílias beneficiárias, para a garantia de acesso aos serviços públicos que assegurem o exercício da cidadania, contemplando a possibilidade de aporte de recursos financeiros para ampliação da cobertura ou para o aumento do valor dos benefícios do Programa Bolsa Família.

§ 2º Por ocasião da celebração do termo de que trata o caput, os entes federados poderão indicar instituição financeira para realizar o pagamento dos benefícios em sua territorialidade, desde que não represente ônus financeiro para a União, mediante análise de viabilidade econômico-financeira e contrato específico, a ser firmado entre a instituição indicada e o Agente Operador do Programa Bolsa Família.

§ 3º O contrato firmado com base no § 2º deverá receber a anuência formal e expressa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem assim a anuência do ente federado a que se relaciona.

Art. 13. Cabe aos Estados:

I - constituir coordenação composta por representantes das suas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, quando existentes, responsável pelas ações do Programa Bolsa-Família, no âmbito estadual;

II - promover ações que viabilizem a gestão intersetorial, na esfera estadual;

III - promover ações de sensibilização e articulação com os gestores municipais;

IV - disponibilizar apoio técnico-institucional aos Municípios;

V - disponibilizar serviços e estruturas institucionais, da área da assistência social, da educação e da saúde, na esfera estadual;

VI - apoiar e estimular o cadastramento pelos Municípios;

VII - estimular os Municípios para o estabelecimento de parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais, para oferta dos programas sociais complementares; e

III - promover, em articulação com a União e os Municípios, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.

Art. 14. Cabe aos Municípios:

I - constituir coordenação composta por representantes das suas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, quando existentes, responsável pelas ações do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal;

II - proceder à inscrição das famílias pobres do Município no Cadastro Único do Governo Federal;

III - promover ações que viabilizem a gestão intersetorial, na esfera municipal;

IV - disponibilizar serviços e estruturas institucionais, da área da assistência social, da educação e de saúde, na esfera municipal;

V - garantir apoio técnico-institucional para a gestão local do programa;

VI - constituir órgão de controle social nos termos do art. 29;

VII - estabelecer parcerias com órgãos e instituições municipais, estaduais e federais, governamentais e não-governamentais, para oferta de programas sociais complementares; e

VIII - promover, em articulação com a União e os Estados, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.

Art. 15. Cabe ao Distrito Federal:

I - constituir coordenação composta por representantes das suas áreas de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar, quando existentes, responsável pelas ações do Programa Bolsa Família, no âmbito do Distrito Federal;

II - proceder à inscrição das famílias pobres no Cadastro Único do Governo Federal;

III - promover ações que viabilizem a gestão intersetorial;

IV - disponibilizar serviços e estruturas institucionais, da área da assistência social, da educação e de saúde;

V - garantir apoio técnico-institucional para a gestão local do programa;

VI - constituir órgão de controle social nos termos do art. 29;

VII - estabelecer parcerias com órgãos e instituições do Distrito Federal e federais, governamentais e não-governamentais, para oferta de programas sociais complementares; e

VIII - promover, em articulação com a União, o acompanhamento do cumprimento das condicionalidades.

#### Seção IV Do Agente Operador

Art. 16. Cabe à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições pactuadas com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, obedecidas às exigências legais.

§ 1º Sem prejuízo de outras atividades, a Caixa Econômica Federal poderá, desde que pactuados em contrato específico, realizar, dentre outros, os seguintes serviços:

I - fornecimento da infra-estrutura necessária à organização e à manutenção do Cadastro Único do Governo Federal;

II - desenvolvimento dos sistemas de processamento de dados;

III - organização e operação da logística de pagamento dos benefícios;

IV - elaboração de relatórios e fornecimento de bases de dados necessários ao acompanhamento, ao controle, à avaliação e à fiscalização da execução do Programa Bolsa Família por parte dos órgãos do Governo Federal designados para tal fim.

§ 2º As despesas decorrentes dos procedimentos necessários ao cumprimento das atribuições de que trata o § 1º, serão custeadas à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Programa Bolsa Família.

§ 3º A Caixa Econômica Federal, com base no § 2º do art. 12 e com a anuência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, poderá subcontratar instituição financeira para a realização do pagamento dos benefícios.

### CAPÍTULO II DAS NORMAS DE ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

#### Seção I Da Seleção de Famílias Beneficiárias

Art. 17. O ingresso das famílias no Programa Bolsa Família ocorrerá por meio do Cadastro Único do Governo Federal, conforme procedimentos definidos em regulamento específico.

Art. 18. O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal **per capita** de até R\$ 100,00 e R\$ 50,00, respectivamente.

§ 1º As famílias elegíveis ao Programa Bolsa Família, identificadas no Cadastro Único do Governo Federal, poderão ser selecionadas a partir de um conjunto de indicadores sociais capazes de estabelecer com maior acuidade as situações de vulnerabilidade social e econômica, que obrigatoriamente deverá ser divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 2º O conjunto de indicadores de que trata o § 1º será definido com base nos dados relativos aos integrantes das famílias, a partir das informações constantes no Cadastro Único do Governo Federal, bem como em estudos sócio-econômicos.

§ 3º As famílias beneficiadas pelos Programas Remanescentes serão incorporadas, gradualmente, ao Programa Bolsa Família, desde que atendam aos critérios de elegibilidade do Programa Bolsa Família, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

§ 4º As famílias beneficiadas pelos Programas Remanescentes, enquanto não forem transferidas para o Programa Bolsa Família nos termos do § 3º, permanecerão recebendo os benefícios no valor fixado na legislação daqueles Programas, desde que mantenham as condições de elegibilidade que lhes assegurem direito à percepção do benefício.

#### Seção II Dos Benefícios Concedidos

Art. 19. Constituem benefícios financeiros do Programa Bolsa Família:

I - benefício básico: destina-se a unidades familiares que se encontrem em situação de extrema pobreza;

II - benefício variável: destinado a unidades familiares que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição:

- a) gestantes;
- b) nutrízes;
- c) crianças entre zero e doze anos; ou
- d) adolescentes até quinze anos; e

III - benefício variável de caráter extraordinário: constitui-se de parcela do valor dos benefícios das famílias remanescentes dos Programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás que, na data da sua incorporação ao Programa Bolsa Família, exceda o limite máximo fixado para o Programa Bolsa Família.

§ 1º Para fins do Programa Bolsa Família, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome regulamentará a concessão de benefícios variáveis à gestante e à nutriz, visando disciplinar as regras necessárias à operacionalização continuada desse benefício variável.

§ 2º O benefício variável de caráter extraordinário de que trata o inciso III terá seu montante arredondado para o valor inteiro imediatamente superior, sempre que necessário.

Art. 20. Os benefícios financeiros do Programa Bolsa Família poderão ser complementados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, observado o constante no art. 12.

Art. 21. A concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família tem caráter temporário e não gera direito adquirido.

#### Seção III Do Pagamento e da Manutenção dos Benefícios

Art. 22. Selecionada a família e concedido o benefício serão providenciados, para efeito de pagamento:

I - pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, a notificação da concessão à Caixa Econômica Federal;

II - pela Caixa Econômica Federal:

a) a emissão, se devida, de cartão de pagamento em nome do titular do benefício;

b) a notificação da concessão do benefício ao seu titular;

c) a entrega do cartão ao titular do benefício; e

d) a divulgação, para cada ente federado, do calendário de pagamentos respectivo.

Art. 23. O titular do cartão de recebimento do benefício será preferencialmente a mulher ou, na sua ausência ou impedimento, outro responsável pela unidade familiar.

§ 1º O cartão de pagamento é de uso pessoal e intransferível e sua apresentação será obrigatória em todos os atos relativos ao Programa Bolsa Família.

§ 2º Na hipótese de impedimento do titular, será aceito pela Caixa Econômica Federal declaração da Prefeitura ou do Governo do Distrito Federal que venha a conferir ao portador, mediante devida identificação, poderes específicos para a prática do recebimento do benefício.

§ 3º Mediante contrato com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Caixa Econômica Federal, os benefícios poderão ser pagos por meio de contas especiais de depósito à vista, observada a legislação aplicável.

Art. 24. Os valores postos à disposição do titular do benefício, não sacados ou não recebidos por noventa dias, serão restituídos ao Programa Bolsa Família, conforme disposto em contrato com o Agente Operador.

Parágrafo único. Fica suspensa a concessão do benefício caso a restituição de que trata o caput ocorra por três vezes consecutivas.

Art. 25. As famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família permanecerão com os benefícios liberados mensalmente para pagamento, salvo na ocorrência das seguintes situações:

I - comprovação de trabalho infantil na família, nos termos da legislação aplicável;

II - descumprimento de condicionalidade que acarrete suspensão ou cancelamento dos benefícios concedidos, definida na forma do § 4º do art. 28;

III - comprovação de fraude ou prestação deliberada de informações incorretas quando do cadastramento;

IV - desligamento por ato voluntário do beneficiário ou por determinação judicial;

V - alteração cadastral na família, cuja modificação implique a inelegibilidade ao Programa; ou

VI - aplicação de regras existentes na legislação relativa aos Programas Remanescentes, respeitados os procedimentos necessários à gestão unificada, observado o disposto no § 2º do art. 3º.

Parágrafo único. Comprovada a existência de trabalho infantil, o caso em questão deverá ser encaminhado aos órgãos competentes.

Art. 26. Os atos necessários ao processamento mensal dos benefícios e das parcelas de pagamento serão editados segundo regras estabelecidas em ato do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania.

### CAPÍTULO III DAS NORMAS DE ACOMPANHAMENTO, CONTROLE SOCIAL E FISCALIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

#### Seção I Do Acompanhamento das Condiionalidades

Art. 27. Considera-se como condicionalidades do Programa Bolsa Família a participação efetiva das famílias no processo educacional e nos programas de saúde que promovam a melhoria das condições de vida na perspectiva da inclusão social.

Parágrafo único. Caberá aos diversos níveis de governo a garantia do direito de acesso pleno aos serviços educacionais e de saúde, que viabilizem o cumprimento das condicionalidades por parte das famílias beneficiárias do Programa.

Art. 28. São responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do cumprimento das condicionalidades vinculadas ao Programa Bolsa Família, previstas no art. 3º da Lei nº 10.836, de 2004:

I - o Ministério da Saúde, no que diz respeito ao acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, da assistência ao pré-natal e ao puerpério, da vacinação, bem como da vigilância alimentar e nutricional de crianças menores de sete anos; e

II - o Ministério da Educação, no que diz respeito à frequência mínima de oitenta e cinco por cento da carga horária escolar mensal, em estabelecimentos de ensino regular, de crianças e adolescentes de seis a quinze anos.

§ 1º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o apoio, a articulação intersetorial e a supervisão das ações governamentais para o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, bem assim a disponibilização da base atualizada do Cadastro Único do Governo Federal aos Ministérios da Educação e da Saúde.

§ 2º As diretrizes e normas para o acompanhamento das condicionalidades dos Programas Bolsa Família e Remanescentes serão disciplinadas em atos administrativos conjuntos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Saúde, nos termos do inciso I, e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Educação, nos termos do inciso II.

§ 3º Os Estados, Distrito Federal e Municípios que reunirem as condições técnicas e operacionais para a gestão do acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família poderão exercer essa atribuição na forma disciplinada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o Ministério da Saúde, nos termos do inciso I, e o Ministério da Educação, nos termos do inciso II.

§ 4º A suspensão ou cancelamento dos benefícios concedidos resultante do acompanhamento das condicionalidades serão normalizados em ato administrativo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 5º Não serão penalizadas com a suspensão ou cancelamento do benefício às famílias que não cumprirem as condicionalidades previstas, quando não houver a oferta do respectivo serviço ou por força maior ou caso fortuito.

#### Seção II Do Controle Social

Art. 29. O controle e participação social do Programa Bolsa Família deverão ser

realizados, em âmbito local, por um conselho formalmente constituído pelo Município ou pelo Distrito Federal, respeitada a paridade entre governo e sociedade.

§ 1º O conselho de que trata o caput deverá ser composto por integrantes das áreas da assistência social, da saúde, da educação, da segurança alimentar e da criança e do adolescente, quando existentes, sem prejuízo de outras áreas que o Município ou o Distrito Federal julgar conveniente.

§ 2º Por decisão do Poder Público municipal ou do Distrito Federal, o controle social do Programa Bolsa Família poderá ser realizado por conselho ou instância anteriormente existente, garantidas a paridade prevista no caput e a intersetorialidade prevista no § 1º.

§ 3º Os Municípios poderão associar-se para exercer o controle social do Programa Bolsa Família, desde que se estabeleça formalmente, por meio de termo de cooperação intermunicipal, a distribuição de todas as competências e atribuições necessárias ao perfeito acompanhamento dos Programas Bolsa Família e Remanescentes colocados sob sua jurisdição.

Art. 30. O controle social do Programa Bolsa Família no nível estadual poderá ser exercido por conselho, instituído formalmente, nos moldes do art. 29.

Art. 31. Cabe aos conselhos de controle social do Programa Bolsa Família:

I - acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização da execução do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal ou jurisdicional;

II - acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família;

III - acompanhar a oferta por parte dos governos locais dos serviços necessários para a realização das condicionalidades;

IV - estimular a participação comunitária no controle da execução do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal ou jurisdicional;

V - elaborar, aprovar e modificar seu regimento interno; e

VI - exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Art. 32. Para o pleno exercício, no âmbito do respectivo Município ou, quando for o caso, do Estado ou do Distrito Federal, das competências previstas no art. 31, ao conselho de controle social será franqueado acesso aos formulários do Cadastro Único do Governo Federal e aos dados e informações constantes em sistema informatizado desenvolvido para gestão, controle e acompanhamento do Programa Bolsa Família e dos Programas Remanescentes, bem como as informações relacionadas às condicionalidades, além de outros que venham a ser definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

§ 1º A relação de beneficiários do Programa Bolsa Família deverá ser amplamente divulgada pelo Poder Público municipal e do Distrito Federal.

§ 2º A utilização indevida dos dados disponibilizados acarretará a aplicação de sanção civil e penal na forma da lei.

#### Seção III Da Fiscalização

Art. 33. A apuração das denúncias relacionadas à execução dos Programas Bolsa Família e Remanescentes será realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania.

§ 1º Os documentos que contêm os registros realizados no Cadastro Único do Governo Federal deverão ser mantidos pelos Municípios e Distrito Federal pelo prazo mínimo de cinco anos, contados da data de encerramento do exercício em que ocorrer a inclusão ou atualização dos dados relativos às famílias cadastradas.

§ 2º A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania poderá convocar beneficiários, bem como agentes públicos responsáveis pela execução do Programa Bolsa Família e dos Programas Remanescentes, os quais ficarão obrigados a comparecer e apresentar a documentação requerida, sob pena de sua exclusão do programa ou de responsabilização, nos termos da lei.

Art. 34. Sem prejuízo de sanção penal, o beneficiário que dolosamente utilizar o benefício será obrigado a efetuar o ressarcimento da importância recebida, no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da data de notificação ao devedor, acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema de Liquidação e de Custódia - SELIC, e de um por cento ao mês, calculados a partir da data do recebimento.

Art. 35. Constatada a ocorrência de irregularidade na execução local do Programa Bolsa Família, conforme estabelecido no art. 14 da Lei nº 10.836, de 2004, que ocasione pagamento de valores indevidos a beneficiários do Programa Bolsa Família, caberá à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais:

I - determinar a suspensão dos pagamentos resultantes do ato irregular apurado;

II - recomendar a adoção de providências saneadoras do Programa Bolsa Família ao respectivo Município ou Distrito Federal, para que providencie o disposto no art. 34;

III - propor ao Poder Executivo Municipal ou do Distrito Federal a aplicação de multa ao agente público ou privado de entidade conveniada ou contratada que

concorra para a conduta ilícita, cujo valor mínimo será equivalente a quatro vezes o montante ilegalmente pago, atualizado anualmente até a data do seu pagamento, pela variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e

IV - propor à autoridade competente a instauração de tomada de contas especial, com o objetivo de submeter ao exame preliminar do Sistema de Controle Interno e ao julgamento do Tribunal de Contas da União os casos e situações identificados nos trabalhos de fiscalização que configurem a prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, na forma do art. 8º da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

§ 1º Os créditos à União decorrentes da aplicação do disposto nos incisos II e III do **caput** deste artigo, serão constituídos à vista dos seguintes casos e situações relativos à operacionalização do Programa Bolsa Família:

I - apropriação indevida de cartões que resulte em saques irregulares de benefícios;

II - prestação de declaração falsa que produza efeito financeiro;

III - inserção de dados inverídicos no Cadastro Único do Governo Federal de Programas Sociais do Governo Federal que resulte na incorporação indevida de beneficiários no programa;

IV - cobrança de valor indevido às famílias beneficiárias por unidades pagadoras dos Programas Bolsa Família e Remanescentes; ou

V - cobrança, pelo Poder Público, de valor associado à realização de cadastramento de famílias.

§ 2º Os casos não previstos no § 1º serão objeto de análise e deliberação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Cidadania.

§ 3º Do ato de constituição dos créditos estabelecidos por este artigo, caberá recurso ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o qual deverá ser fundamentado e apresentado no prazo máximo de trinta dias a contar da data de notificação oficial.

§ 4º O recurso interposto nos termos do § 3º terá efeito suspensivo.

§ 5º A decisão final do julgamento de recurso regularmente interposto deverá ser pronunciada dentro de sessenta dias a contar da data de recebimento das alegações e documentos do contraditório, endereçados à Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, em Brasília - DF.

#### CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 36. As informações e os procedimentos exigidos nos termos deste Decreto, bem assim os decorrentes da prática dos atos delegados na forma do art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004, poderão ser encaminhados por meio eletrônico, mediante a utilização de aplicativos padronizados de utilização obrigatória e exclusiva.

Parágrafo único. Os aplicativos padronizados serão acessados mediante a utilização de senha individual, e será mantido registro que permita identificar o responsável pela transação efetuada.

Art. 37. A partir da data de publicação deste Decreto, o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família implicará aceitação tácita de cumprimento das condicionalidades a que se referem os arts. 27 e 28.

Art. 38. Até a data de publicação deste Decreto, ficam convalidados os quantitativos de benefícios concedidos a partir da vigência da Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, e os recursos restituídos nos termos do art. 24.

Art. 39. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de setembro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Patrus Ananias*

## ANEXO C – ENTREVISTAS COM DEZ BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

### Beneficiária 1

A minha história com o programa iniciou porque a gente tava passando dificuldade... i a mãe pediu pra fazê o cadastro i veio o papel do correio falando que ia recebê... i... eu acho o programa muito bão porque é um dinheiro que ajuda muito a gente i... é... pro cê vê... eu ganho... eu pego esse dinheiro... cê vê... inclusive eu vim aqui agora porque... em dezembro recebi duzentos i foi uma maravilha pra mim... compro material de escola... compro coisa de comida pros meu três filho... Pro cê vê... eu tô desempregada... i agora eu vim de lá... i o que que a senhora faiz com 112,00?... Eu tava...tinha pegado 200,00... deu pra mim que tinha aumentado... agora... fui lá em baixo... agora... i peguei só 112,00... 112,00 tá boa... é muito boa mais eu achei que ia sê ... assim... que tinha subido né... Mas é igual a moça fato pra mim ali... que parece que vai continua os 112,00 do mesmo jeito... agora vô pô o outro menino na escola esse ano... aí já é duas lista... o meu oto tá fazeno a... quinta... como é... o sexto ano i já é uma lista enorme... já tem o outro que vô pô no prezinho também i que vai fazê quatro anos i ai já é outra lista... pru cê vê... o que que se compra?... nada... eu tenho três filho i tem agora mais o meu netinho... i eu queria vê se eu consigo uma bolsa família pro meu neto... pro meu netinho... porque a minha filha tem 15 anos i queria vê se eu conseguia pegá prá ele... só prá ele... (intervenção da pesquisadora) uai... eu vô tentá conversá com a menina (Assistente Social) aqui agora e vê se eu consigo... a minha filha vai começá a trabalhá e estudá i eu quero que ele recebe prá ajudá mais... (intervenção da pesquisadora) tem muitos ano que eu pego o bolsa família... desde a SETAS i agora eles mandarô eu vim aqui pra vê o que tá aconteceno com o meu dinheiro... mas é muito bom, eu adoro a minha bolsa família i me ajuda muito... sabe???... mais... só que eu achei que ia pegá 200 de novo i peguei 112... só que a moça fato... que eles... é...acha que vai continua do jeito que tá... porque diz que se o salário subisse ia subi o bolsa família... mas não subiu não... mais... o bolsa ajuda muita gente... muita gente... porque tinha muita gente passando fome... não tinha o que cume... ocê vê... agora eu tô desempregada e compro um pouquinho de tudo, um pouco de material de escola, uma coisa aqui, outra ali... (silêncio) é... é... o bolsa me ajuda muito i não pode tirá não... (intervenção da pesquisadora) porque se tirá... que será de nós se tirá... eu tô desempregada... eu trabaio de 15 em 15 dias... é faxina que eu faço... i aí eu acho que vai

apertá muito né?... eu mesmo... me sinto muito bem com o bolsa... (silêncio) é... há muito tempo recebo o bolsa, não tinha nem o meu caçulinha... i... ele vai fazê cinco i ele já vai pra escolinha... i... i... desde que o bolsa entro na minha vida me ajuda demais dá conta i... foi boa prá mim... pros meu menino... i... não pode tirá não praque se tirá nois tá perdido né?... Deus me livre... Nossa Senhora... (intervenção da pesquisadora) praque um dia trabaia... outro não trabaia... praque eu não tenho como trabaia direito... praque eu tenho o meu menino i agora vô pô na escolinha... i agora tem o meu netinho que eu quero vê se eu consigo pra ele também i... é isso que eu tenho pra falá...

## **Beneficiária 2**

Eu recebo o bolsa tem já muitos ano... o valor meu é 66,00 i eu acho que é assim... muito bom porque é... assim... é... uma renda boa, porque igual assim... uai... como é que eu falo?... é... uma ajuda boa... e todo mês assim... ocê pode garanti. igual esse mês vai sê... uma boa pra mim comprá as coisa pros meninos né?... como diz?... é três mais ajuda. é... é uma quantia boa assim... porque assim... muita gente pega um valor boa i não faz o que... deve fazer... porque eu... eu... já pego... eu já... já... o que eu tivé que comprá pra eles eu compro... é... eu compro assim... igual caixa de leite pro meu pititinho. sem sê o novinho... eu... eu compro caixa de leite prá ele... i já é uma ajuda boa... porque igual hoje... hoje... é dia 30 que eu pego né?... já não tenho mais i já fica assim garantido que eu já vô pega ele i vô comprá... coisas pra ele... então... é um dinheiro... que eu... que eu acho muito bom... assim o bolsa família... o que mais?... eu pego assim... 465,00, descontado... 465 descontano o meu INSS então já... 66,00 reais já ajuda bastante... porque... já assim eu pego 428 né?... descontano o INSS do meu pagamento i 66,00 já me ajuda porque.. eu pago com os 428... eu pago água... pago luz... então... o bolsa família já veio numa hora boa porque eu já compro alguma mistura... é... calçado... é igual... no natal eu comprei calçado pros meu menino. Foi um calçadinho baratinho, mais já... como se diz... já passô... o natal mais... como se diz... mais feliz... né? é... já tem um ano que eu já pego i... é só eu, e os pais dos meus menino não ajuda... principalmente o pai do meu pititinho que é outro e nenhum me ajuda por enquanto... então... ajuda bastante, entendeu?... (intervenção da pesquisadora) eu comecei recebendo 60,00 reais e agora aumentou seis reais... mas... mesmo assim... é um dinheiro que você tem ele todo mês... posso fazê compromisso com ele... entendeu?... i já usei ele até pra pagá assim... pra mim pagá... porque às vezes eu tinha cento e pouco pra pagá o aluguel e já é uma ajuda boa que dá uma intera do meu aluguel... com a água... com a Luiz... então... é um dinheirinho que

veio na hora boa pra gente ( intervenção da pesquisadora) porque... assim... eu tinha feito uma vez o bolsa família... lá na minha cidade... em Campina Verde... eu fiz... mais não deu certo... aí... eu vim embora prá cá (Uberaba)... chegô o cartão lá... aí... eu peguei e liguei lá i eles cancelerô i cheguei aqui e fiz esse que deu certo... porque... eu fiz icom um mês que eu cheguei aqui... um mês que eu tava morano aqui... eu fui no setas fiz... aí... deu certo prá mim... com um mês que eu tinha feito eu passei a recebê todo mês certinho... eu recebo e eu acho que depois que eu passei a recebê o bolsa família... do que a gente vivia... melhorô de 90%, 70% melhorô... i agora a minha vida é bem melhor...

### **Beneficiária 3**

Eu comecei a recebê... foi em 2007 que eu comecei a recebê... e tem me ajudado muito... ele serve pra tudo... é... uma conta de água... uma conta de luz, um chinelo... pros menino... tá servino prum caderno... nu que cume... agora tá servino pru aluguel porque... é a única renda que eu tô teno né?... mais é mais pro aluguel... agora ele já tá comprometido... eu num compro outra coisa... sai da minha mão direto pro dono da casa i tem me ajudado bastante... i se não fosse ele eu nem sabia como tava fazeno... pra... pra pagá esse aluguel aqui... antes eu num tinha um... vamo dizê... um salário né?... de onde tirá... i agora eu sei que aquilo é certo... todo mês eu posso i lá... que eu recebo e eu posso contá com ele todo mês... (intervenção da pesquisadora) porque o que tenho hoje é 120,00 i muitas famílias carente que não tinha esse benefício que hoje tem é... pelo menos várias famílias... que eu conheço... ele contribui em muitas coisa... no material de escola... remédio... né?... até pras minha irmã mesmo que elas também tem... em muitas coisa... material de escola... mantimento pra dentro de casa, um leite... serve bastante... é o que tem me ajudado... (intervenção da pesquisadora) porque quando a minha mãe era viva ela que feiz pra mim... i eu morava no nordeste... eu não recebia... aí eu vim embora, depois que eu vim embora, depois de... oito anos... foi que aqui eu fiz de novo... foi um pessoal da cesta alimentação que feiz, mas eu não tinha mais esperança de receber né?... aí... eu fui na caixa e tava lá e já tinha dois meses i ai comecei a recebê e tô recebeno até hoje desde 2007... já tinha o quê?... três anos... três anos já... se eu... se não tivesse esse benefício... eu não ia tê coragê de chegá em lugar nenhum pra comprá... nenhum... agora eu tenho... i posso chegá numa farmácia i pedi pra pessoa me vendê um remédio... um remédio mais barato. ou se eu precisá de um dinheiro eu vô nu vizinho pra ele me emprestá um dinheiro... tudo é... é... confiano nele... no bolsa família... porque outro eu não tenho... é uma coisa que é garantido todo dia 30... então é isso...



#### Beneficiária 4

Eu tava passano muita dificuldade i... é um dinheiro que... ajuda muito a gente, mais carente... pra comprá um leite... algum alimento... pra ajudá no material de escola pra criança... então ele... ele... serve pra muita coisa mesmo... eu achei muito bom... eu recebo 112, 00... i a vida... ocê sabe... sempre foi assim mesmo... com muita dificuldade i tudo... mais teno essa ajuda do governo... eu acho que... eu acho que melhorô bem mais... (intervenção da pesquisadora) porque com o bolsa família eu posso ter mais controle com as coisa i... assim... posso fazê um compromisso né?... alguma coisa que eu tivê um compromisso... e posso tá contano com ele porque ele vem direitinho i não falta de jeito nenhum... entendeu?... i... i agora eu vô tê aumento né?... porque tive otra criança e vô inclui também... vai vim um aumentozinho pra mim... porque vai passá prá 140... (intervenção da pesquisadora) eu tenho três filho... i agora a nossa condição de pobre num tá tão difícil com o bolsa família... porque... eu acho que... antes... num tempo atrais... não tinha essa... essa ajuda... né?... essa preocupação com as pessoas e... e agora tá teno mais essa ajuda... essa preocupação com as pessoa que mais precisa... porque o que eu recebo ajuda apesar de... se fosse mais... ajudaria mais... igual... o meu caso... eu pago aluguel... eu pago... 110 de aluguel... pago água... luz... entendeu?... i tem meu marido que trabalha... só que a renda nossa é pouca... então... mais mesmo assim... já tá ajudano bastante... porque se não tivesse nada... ia sê pio... (intervenção da pesquisadora) porque ajuda nós na intera pra comprá... porque se precisa de um arroz... porque o meu e o dele junta tudo... de alguma coisa pro leite... é flauda que eu gasto... entendeu?... mais tá boa... já ajuda bastante... fico satisfeita... (intervenção da pesquisadora) porque prá mim... o bolsa família pra mim... é ótimo e ajuda muito... as pessoa... as pessoa necessitada i... ajuda em muita coisa em muita coisa na parte da alimentação né?... numa ajuda... numa intera pra pagá uma luiz... uma água... um leite pra criança... ajuda... serve prá tudo... serve prá tudo... o bolsa ainda... pra mim... o bolsa não é tanto... como... como precisa... podia pagá um pouquinho mais... num tá tudo completo mesmo, mais tá bom... tá ótimo i eu espero que melhore mais né?... (intervenção da pesquisadora) porque eu acho assim... porque... porque antigamente tinha o vale gás... tinha... né?... prá ajudá no desconto de luz, i agora já vem um tanto pra incluir tudo... a gente já recebe um tanto pra incluir tudo... entendeu? mais podia sê mai... a gente recebe um tanto prá incluir tudo i eu acho que ainda é pouco... a gente passa dificuldade não dá pra tudo... às veiz, a gente não tem tudo que precisa.

sempre falta um arroz... um óleo né?... ai a gente tem que i si virano daqui... dali pra num deixá as criança passá falta das coisa...

### **Beneficiária 5**

A minha história é... eu comecei a recebê... desde o ano passado que eu recebo... ele me ajuda muito com alimentação... material escolar... com meus fio... já chegô veiz assim da gente num tê nadinha pra cumê dentro de casa... aí... chega no dia do bolsa família... é... o dinheiro que entra... né?... pra família inteira... porque tanto ele ajuda.. com... na dispesa... tanto que se tivê um talão de luiz... um talão de água... a gente paga... pra nós que é carente que... que precisa de atenção do governo, ajuda com a alimentação com toda a dispesa da casa... tá dano pra viver assim agora... e ajuda com todas as dispesa da casa... eu só não pago aluguel com esse dinheiro... água... luiz... dispesa... eu compro as coisa de material escolar... agora assim... nossa... assim... ele foi fundamental!... agora... porque... se eu não tivesse ele eu nem sei como os meus fio ia pra escola... (intervenção da pesquisadora) porque... eu recebo 90,00... porque eu tenho três fia duas já tá assim moça ... mocinha... uma de 11 e outa de 12 e elas... já tá na escola e eu já tava descabelano... pensano... e eu agradeço o bolsa família porque se não fosse o bolsa família eu nem sei o que ia se de mim viu... nós ia tá mais lascado... (intervenção da pesquisadora) porque o bolsa família é tudo que eu tenho... assim... a maioria das coisa que eu tenho é o bolsa família que me ajuda... (intervenção da pesquisadora) porque... se não fosse o bolsa família eu nem sei como elas ia pra escola... não ia tê nem caderno... a escola dá um quite escolar que vem quase... bem... quase vem no meio do ano... pra mim... o bolsa é tudo... tudo o que eu tenho assim... a maioria das coisa que eu tenho assim... agradeço o bolsa família que me ajuda porque as veiz tem dia... a gente travaia e o dinheiro do trabaio tem que pagá outa coisa e o dinheiro do bolsa família já é uma ajuda... uma grande ajuda dentro de casa.. ele é fundamental... muito importante mesmo... eu nem queria que acabasse... Deus me livre!.... (intervenção da pesquisadora) por causa mais da alimentação né?... igual eu tô te falano né?... porque... assim... a gente recebe no final de mês e já pensô se eu não pegasse o bolsa família?... o que que a gente ia cumê?... nada... o meu marido trabalha e recebe todo dia 5... dia 8... tem mês que ainda paga atrasado o salário... vai pagá dia 8 e se eu não recebesse esse bolsa família eu nem sei o que seria de mim hoje... i hoje eu já comprei alimentação, leite... porque ela bebe leite... (criança no colo) o leite pra ela... já fui... comprei um pouco de material escolar das duas menina mais velha... i é assim que eu vivo... (intervalo) o que mais.... o bolsa pra mim ajuda muito as pessoa na carência... tem pessoa que não tem o que

cumê em casa... eu conheço senhoras... eu conheço... senhoras mesmo... que não tem nem como trabaia e nem como sobrevivê e alimenta do bolsa família... espera o bolsa família vim e fica dependendo de ajuda... e quando o bolsa família vem... é o dia que ela come melhor. é o dia que o bolsa família chega... porque ela tá dependendo da ajuda dele... i ajuda... como diz cavalo dado não mostra os dentes... (silêncio) e ajuda porque quando quê cumê uma coisa diferente... um remédio... também porque tem vez que a gente não tem dinheiro nem pra comprar remédio... mais... eu mesmo guardo pro remédio. eu mesmo guardo. porque posso tá apertado do jeito que fô eu guardo 10,00 do bolsa família... eu guardo... porque... porque mais pra frente né?... a gente nunca sabe... a saúde e a doença nunca avisa pra chegá... ela chega... e pronto... i... i... oia se fosse pra mim dá uma nota pro bolsa família de 0 a 10... eu dava 11 (intervenção do pesquisado) porque... porque eu acho que foi o melhor que o Lula fez... no governo dele... o melhor!.. que ele fez foi esse bolsa família e as casa né?... que saiu também na coagra... se fosse para eu votar nele de novo eu votava... mas eu acho que o bolsa família ainda é bem melhor... o bolsa família pra mim é tudo... eu trabaio... duas vezes por semana e o meu marido trabaia por mês... mais ai de nós se não fosse o bolsa família... (intervenção da pesquisadora) porque ele me ajuda muito... igual eu te falei... com alimentação dentro de casa... remédio... material escolar... é ele que me ajuda... porque o meu marido não é pai das minha filha i eu uso o dinheiro pra isso... pra elas... entendeu?... porque o pai delas é outro e não paga pensão... né?...

### **Beneficiária 6**

O meu bolsa família começou assim... eu tava recebendo já tinha mais de um ano sem nunca tê recebido nenhum centavo... aí... quando eles me procuraram pra mim fazê recadastramento foi que eu descobri que tava já recebendo sem tá realmente recebendo... aí procurei a caixa... só que eles não repuseram né?... esse dinheiro... fico como... não sei quem recebeu né?... aí... só que aí eles passaram automaticamente de bolsa escola para bolsa família... porque o bolsa escola na época era só 40 reais... aí passo pra sê bolsa família com 95... aí... quando meu menino completo 15 anos... eles cortaram né?... os 95 i passô a 60,00 i desde essa época .. aí... nunca mais foi repostado sabe?... aí outras criança entrô na escola i então... como a nossa *per capita* num chega a cem... eu teria o direito de recebê os 100,00 ou 120,00 né... mas só que nunca foi repostado... mais eu acho bom... eles colocaram como 66,00 reais depois de eu muito procurá né?... em vários lugares i tudo... aí... repuseram pra 66,00... mas é um dinheiro assim... que sê sabe... todo mês você vai lá... sabe?... i pega ele... não dá pra comprar... assim o básico... por

exemplo... o leite... porque a criança não pode ficar sem i eu tenho oito i tô esperano o nono i... então... isso aí num dá mesmo... i e eles não pode ficá sem a verdura... a fruta... isso aí num dá mesmo... pro mêis num dá mesmo... mais um xampu... né?... um produto de higiene que precisa às veiz pra escola.... essas coisa assim que eu... que eu aplico o bolsa família... é na hora que você precisa saí de ônibus i não tem como... mais você sabe que tem aquele dinheirinho guardado... mais eu acho assim... que esse programa precisa ainda melhorá muito... porque senão é mais um que vai por água abaixo... (intervenção do pesquisador) porque... eu não acho que é por culpa do governo não... não é culpa do governo.. eu acho que o programa foi lançado... foi muito bom... só que... falta muita coisa... eu acho assim... a assistência social tinha que procurá mais as família... vê quem realmente precisa... porque... a gente faz a ficha, vai lá i faz o cadastramento... tudo bem... a pessoa vai lá... leva o documento comprova i tudo... mais aí... tem pessoa... uns que recebe outros não né?... realmente... às vezes nem precisa daquilo ali i tá recebendo mais do que um que às veis precisa... então... fica uma coisa assim... o dito pelo não dito né?... as veiz aquele que realmente precisa não recebe i aquele que num precisa tá recebendo até mais... i... i.... também eu acho que o bolsa família não é uma coisa pra durá para sempre né?... teria que tê mais programa social... igual por exemplo aqui a gente tem o CRAS né... que ajuda... mais assim... ainda falta muita coisa né?... pra melhorá... não o pessoal que trabalha aqui... mas teria que tê... por exemplo... oferecê oficinas pras criança... pras mãe... tê curso assim pra ajudá as pessoa... porque você não vai querê fica a vida inteira querendo recebê aquele dinheirinho... ficano de braços cruzados né?... mais a gente num tem assim muita opção i quando às veiz aparece pessoas comprometida... né?... no caso... firma... assim... por exemplo... eu tenho uma menina que ela faz curso de inglês na Agroneli e não recebe ajuda nenhuma... né?... então... eu acho assim... o bolsa família tem tudo pra dar certo se a assistência social fosse mais comprometida com as família... i se também essas firma que investe prá ajudá a população... combatê a miséria... a fome... eles também fossem enquadrados nesse grupo aí... prá podê ajudá essas família né?... orientá... é muito pouca orientação que a pessoa tem... e... muitos usam o bolsa família pra outros fim i é mais pros filho é pros filho da gente... pra gente mesmo não... agora tem pessoa que usa ele prá comprá tanta coisa e esquece dos filhos né?... é bebida... é coisa que... que num... i os filho mesmo que são a prioridade desse bolsa família não tem nada... o que eu posso fazer com esse dinheirinho?... guardá... na hora da emergência tá ali ... igual minha menina fala... ah mãe... eu quero uma calça daquela de 10,00... então...eu vô lá... pego o dinheirinho que tá lá guardado... então vô lá e compro prá ela... é assim... mais se a gente fô olha prá combatê a fome... a miséria... só esse dinheiro do bolsa família não dá

não... não dá porque a verdura tá muito cara... fruta muito cara... como você vai combatê a fome com 66,00 por mês... num dá... num tem lógica... é um dinheiro que ajuda em outras emergência... pode sê que às veiz funciona em lugar que tem menos recurso... mas igual pra nós aqui... eu acho que não funciona... eu acho que tem ainda muito caminho pra frente.. tem que... estudá...prá melhorá né?... igual... por exemplo... eu esperei dois anos pra eles pode fazê um acompanhamento da minha família... prá vê se realmente precisava... dentro desses dois anos o meu esposo ficou desempregado i a gente passano dificuldade i tudo... eu tenho que trabalhá pra ajudá... mexê com uma coisa... com outra... meus menino foi catá reciclado... era o que podia fazê pra ajudá... pra depois vê se conseguia repô né?... mas nunca consegui repô os 95 que eu recebia né?... recebo só 66,00...i... o bolsa família funcionaria se a pessoa tivesse orientação... ela vai recebê aquele dinheiro mais num vai ficá ali... de braço cruzado... tem um curso prá fazê né?... uma profissão... trabalhá em casa por conta... i isso precisa de incentivo do governo... nessa parte é que eu vejo que é muito pouco... porque o que eu posso assim lutá... eu procuro... porque eu sei que esse bolsa família não é a minha válvula de escape né?... igual por exemplo na Agroneli tinha curso sabe... eu fiz até um curso de auxiliar de biblioteca... mas é assim num tem incentivo... as parceria é muito pouca... então... funcionaria como um todo o bolsa família se juntasse assistência social, essas empresa né.... que trabalhasse assim prá combatê a fome, a miséria... assim... dava certo, mas ainda falta muita coisa pra chegá lá...

### **Beneficiária 7**

Eu recebo há muitos ano e pra mim o bolsa família é... é... um excelente programa... prá mim ajudá muito... ajudá muito é... é... as família carente, ajuda muito... na época que comecei a recebê a renda era muito baixa, agora melhorô, porque ajuda comprá material escolar, roupa, calçado, é... principalmente alimentação... ajuda muito... é um programa que melhorô muito pra mim e pra muitas famílias é... eu acho que o pobre tá menos pobre... de pelo menos dos que eu conheço... melhorô bastante a nossa vida... (intervenção da pesquisadora) melhorô porque esse dinheiro... sendo bem usado é... né?... sendo usado de maneira correta... ajuda... ajuda em tudo... em todo o orçamento da casa i isso depende da maneira com que ele é usado... então... eu... eu acho que com essa ajuda... nós que somo carente... tem uma vida melhor com essa ajuda... do... do.. governo... porque é um programa muito bom... é um excelente programa, que não... devia acabá... (intervenção da pesquisadora) porque é assim... um programa assim... acho que é um programa que gera às vezes até mesmo dignidade pro

chefe de muitas família... porque às vezes o pai de família tá desempregado... tá desempregado... e isso ajuda... é um valor que não é um grande valor mas bem usado... ele... é um... a pessoa... a família sabeno usá ele... sabeno usá... ajuda muito... muito mesmo... por exemplo... o que eu recebo... os 66,00... aplico naquilo que a gente vê que tá precisano mais... dependeno do dia do mês... se é na alimentação... se é na roupa... se é no material escolar... onde precisá mais a gente usa... da melhor maneira possível... eu posso falá que o bolsa família foi muito bom prá mim... desde... de... de... quando eu fiz... desde que eu comecei a participar até hoje pra mim é muito bom... prá mim... ele não deve acabá... ele deve preservá tanto quanto os outro que ele crio esse também é muito bom pra família carente... é muito bom...

### **Beneficiário 8**

Já faiz muitos ano que eu recebo... acho que foi em 94... porque eu recebia o vale gás... e esse dinheiro é um dinheiro muito boa... porque assim... eu ajudo em casa... pago uma energia... compro um gás.... às veiz o meu marido tá desempregado.... eu... compro é... mantimento pra dentro de casa... remédio... me ajuda muito... (intervenção da pesquisadora) porque é boa me ajuda muito né?... ajuda a gente que é pobre... ajuda bastante... é uma ajudá boa que vem... porque tinha muita gente assim... que passava necessidade... e agora com esse dinheiro... tem ajudado os necessitado... muita gente... (intervenção do pesquisador) uai assim... num tem um arroz... um gás... i aí o dia que a gente recebe... comprá...pra mim... esse programa tem que segui endente porque ajuda muito as pessoa... tem muita pessoa que precisa desse dinheiro... pra mim mesmo ele é boa demais... igual eu tenho dois menino que toma remédio i eles num trabaia.... só meu marido... aí.. ele já ajuda... 68,00 me ajuda muito... (intervenção da pesquisadora) porque às veiz a gente que cumê assim uma verdura... um doce... uma coisa assim... a gente pode comprá... igual... eu tomo remédio também... eu compro também com esse dinheiro... eu... eu só acho... só que é pouco... mais tá boa i a gente como é que faiz... sabe como que é... os menino já é grande... i nenhum recebe né... é assim... era o vale gás quando o meu menino saiu que feiz 17 anos aí corto né... mas eu recebi o vale gás... aí... desse tempo prá cá... foi só aumenta no... aí tá em 68.. aí.. eu recebo...

### **Beneficiária 9**

Primeiro foi assim... é... a diretora da onde o meu neto estudava ela era diretora né?... aí ela... assim fato que era prá coloca o nome dele assim... nesse negócio com o bolsa família... só que depois de muito tempo... pensei que nem ia saí... depois de muito tempo... aí veio... só que eu pensei que não ia saí... mas como eu que crio ele... o que a gente ganha ajuda né?... porque o pai dele não me ajuda em nada né?... é pouco mais serve né?... aí fui fiz i agora tô recebendo 25 i pego esse dinheiro i compro por exemplo... um calçado prá ele e vô paga no... sabe?... tem vez que não dá... eu ajudo... sabe?... é assim... porque é só eu i meu marido... né? i ele... aí porque... os outro... é tudo casado i tem suas casa... aí eu ajudo ele... aí pago um...aí termino de pagá e compro assim uma camiseta... uma bermuda e assim vô paga no... vô paga no... assim... recebo 25,00 né? e daí dos cinco pra ele comprá alguma coisa prá cumê e os vinte eu compro assim... uma roupa pra ele... um calçado... inclusive eu comprei um tênis e tô paga no... então... eu acho que o bolsa é ótimo me ajuda nas necessidade... (intervenção da pesquisadora) porque ele dá uma ajudinha... dá uma ajudá prá gente e é boa porque... assim... a gente tem muita reunião prá sabe muitas coisa né?... prá aprende também né?... explica no como é.. é... a agente deve educá os filho né?... porque é neto... é neto é filho porque é eu que crio né?... então... como educá... então... muitas orientação pra não entra no mundo das droga (silêncio) depois que eu passei a recebê o bolsa foi boa e pra muitas pessoa foi bom também né?... pelo menos as que eu tomei conhecimento lá... porque tem duas... três criança em casa... então... recebe um valorzinho mais alto... então... já é uma ajudinha boa né?... pra muitos ajuda na alimentação... no objeto da escola... porque assim... a carência é grande né... e ajuda a quem precisa e então é boa porque tem muitas pessoas que não tem condição de comprá um caderno e um uniforme... se a pessoa sobe movimenta o dinheiro dá bem pra ajudá né?...

### **Beneficiária 10**

Tá fazendo três ano que a minha família tá recebendo o bolsa família. Como diz... é 66 reais que tem ajudado pra completá o meu salário, porque... porque... sabe a gente que trabaia i num ganha tanto... ele... i tem os menino... eu acho boa porque ajuda a gente... as família com mais dificuldade... até consegui coisa melhô... mais eu penso é que o bolsa família devia ser uma ponte pra nós que tá com dificuldade... prepará pra... pra consegui um emprego numa firma... Tô uma preparação profissional pra podê trabalhá, consegui outro emprego... i... melhorá assim... a qualidade de vida... garantino pelo menos... a alimentação básica... mais eu

acho que mais do que dá o arroz e o feijão... o povo tá precisano é de saúde, de emprego fixo, tá mais preparado profissionalmente. É... é... do jeito que anda... o bolsa família num vai acabá com os problema da pobreza não... é só um doce na boca dos pobre porque os governo tá quereno é garanti o voto deles, ocê num acha?



## ANEXO D – VINTE TEXTOS DO JORNAL FOLHA DE S. PAULO

### Texto 1

#### **Planalto nomeia coordenadora do Bolsa-Família**

**Terça-feira, 23/09/2003**

**Autor: GABRIELA ATHIAS**

**Editoria: BRASIL Página: A4  
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Três dias depois do adiamento do anúncio oficial da unificação dos programas de transferência de renda, o ministro José Dirceu (Casa Civil) nomeou, ontem, a coordenadora do Bolsa-Família, a cientista política Ana Fonseca, 51.

Isso significa que, se o lançamento do programa não tivesse sido adiado três horas antes da cerimônia, como determinou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Bolsa-Família teria sido deslanchado sem que sua coordenadora fosse oficialmente funcionária do governo federal.

De acordo com o "Diário Oficial" da União de ontem, Ana Fonseca vai trabalhar no gabinete da Presidência da República. Terá o cargo mais elevado na carreira dos assessores do governo federal, o chamado DAS (Direção e Assessoramento Superior) número 6, com salário de R\$ 7.575 mensais.

O Bolsa-Família será coordenado por Ana Fonseca e por Ricardo Henriques, atual secretário-executivo do Ministério da Assistência e Promoção Social. Mas ainda não está certo se ele deixará o cargo para coordenar o Bolsa-Família.

Antes de ir para o Palácio do Planalto, Ana Fonseca coordenava os programas de transferência de renda da Prefeitura de São Paulo.

Mesmo sem ter sido nomeada, Ana Fonseca já estava trabalhando em Brasília havia pelo menos duas semanas. Participou da primeira reunião entre Dirceu e secretários de Assistência e Promoção Social dos Estados.

Ana Fonseca trabalhou no governo de transição, a convite do ministro Antonio Palocci Filho (Fazenda), quando elaborou um diagnóstico da atuação do governo FHC na área social. Detectou, por exemplo, o desperdício de dinheiro público por a União administrar seis programas diferentes de transferência de renda (GA).

### Texto 2

#### **Governo aponta apenas 10 Estados interessados no Bolsa-Família**

**Quinta-feira, 02/10/2003**

**Autor: GABRIELA ATHIAS; WILSON SILVEIRA**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Coordenadores veem adesão 'espetacular'**

**Governo aponta apenas 10 Estados interessados no Bolsa-Família**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Apenas dez Estados demonstraram para o governo federal que estão interessados em participar de imediato do programa unificado de renda, o Bolsa-Família.

Da lista dos interessados, apresentada ontem pelos coordenadores do programa, Ana Fonseca e Ricardo Henriques, ficaram fora Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, que estão entre os maiores e mais populosos da Federação.

A primeira parte, 1,2 milhão de famílias beneficiadas, começará a receber a bolsa neste mês. Até dezembro, o governo espera atender a 3,6 milhões de famílias.

Apesar de mais da metade dos governadores ainda estar fora da chamada "pactuação" entre União e Estados, Fonseca e Henriques classificaram a adesão de "espetacular" e já dizem que a meta global de atendimento, de 11,4 milhões de famílias, poderá ser atingida antes do final de 2006.

Em entrevista ontem, no Palácio do Planalto, Fonseca e Henriques afirmaram que dez governadores manifestaram interesse imediato em participar do Bolsa-Família com investimento de recursos próprios.

Esse dinheiro seria utilizado para pagar as famílias que receberão mensalmente entre R\$ 50 e R\$ 95 do governo federal. Com o reforço de caixa desses governadores, esses valores poderão ser aumentados. Há ainda a possibilidade de ampliar a cobertura do Bolsa-Família nesses Estados.

Na lista desses Estados, apenas o Rio Grande do Sul figura entre os mais ricos e populosos do país. Os demais Estados que iniciaram entendimentos com o governo federal são Goiás, Amazonas, Amapá, Mato Grosso do Sul, Acre, Roraima, Tocantins e Paraíba, além do Distrito Federal. Desses dez, três são governados pelo PT, três pelo PSDB, dois pelo PMDB, um pelo PSB e um pelo PDT.

Segundo Ricardo Henriques, o principal objetivo do governo é ampliar e fazer a checagem do Cadastro Único \_a listagem de todos os pobres do país.

Segundo ele, nos Estados em que o cadastramento está atrasado, caso do Rio e do DF, será necessário investir pesado para aumentar o número de cadastrados, e o governo federal vai ajudar. (GABRIELA ATHIAS e WILSON SILVEIRA)

### **Texto 3**

#### **Bolsa-Família tem alcance restrito**

**Segunda-feira, 10/11/2003**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**De 4.396 cidades, 1.106 tinham no máximo dez famílias beneficiadas**

**FÁBIO GUIBU**

**DA AGÊNCIA FOLHA, EM RECIFE**

Dos 4.396 municípios integrados ao Bolsa-Família em outubro, mês de estréia do programa, 1.106 tinham, no máximo, dez beneficiados cada um. Em 360 cidades, apenas uma família foi contemplada. Por outro lado, em 69 localidades o programa incluiu mais de 2.000 beneficiados por município. Fortaleza (CE) encabeça a lista, com 6.591 contemplados.

Os dados constam no "relatório sintético de benefícios por município", documento obtido pela Agência Folha que informa o número de famílias integradas ao Bolsa-Família em todo o país, o total dos benefícios e a composição dos valores pagos.

O relatório revela que, entre as localidades com apenas um beneficiado, estão municípios como Murici dos Portelas (PI), 13º colocado no ranking nacional das cidades com menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), e Caetés (PE), segundo pior município na estatística estadual, terra natal de Luiz Inácio Lula da Silva.

Das 25 cidades brasileiras com menor IDH, uma não teve nem sequer um contemplado na estréia do Bolsa-Família: Cacimbas (PB), 14ª colocada na lista.

Na outra ponta do ranking, municípios detentores dos melhores IDHs, como São Caetano do Sul (SP), Niterói (RJ), Bento Gonçalves (RS) e Porto Alegre (RS), foram beneficiados. Das dez localidades com maior desenvolvimento humano no Brasil, somente uma (Fernando de Noronha) não teve nenhum contemplado.

Campeã nacional em qualidade de vida, São Caetano do Sul (SP), teve 266 beneficiados em outubro. Em Niterói, o Bolsa-Família incluiu 76 famílias e, em Bento Gonçalves, 488. Nono colocado entre as cidades com maior desenvolvimento humano, Porto Alegre teve 5.402 contemplados. Nos dez municípios com pior qualidade de vida no Brasil, quase todos no Nordeste, 7.747 famílias foram atendidas, no total.

Em Manari (PE), cidade com o mais baixo IDH do país, 565 famílias foram integradas ao Bolsa-Família. Em Guaribas (PI), símbolo do Fome Zero, 286 foram contempladas. A capital gaúcha possui 1,36 milhão de habitantes. Em Manari moram 13.028 pessoas e, em Guaribas, 4.814.

Ao procurar pessoas que migraram para o Bolsa-Família, a reportagem constatou a existência de dois casos de duplicidade de cadastros para recebimento de benefícios. Em Palmares (PE), o único beneficiado pelo novo programa, Abdias José da Silva, também é cadastrado em Bonito (PE).

Em Igarassu, na região metropolitana de Recife, a também única contemplada do município, Maria da Conceição Santos, tem outro cadastro, em Belo Jardim (PE). A Prefeitura de Igarassu suspeita que ela seja uma "fantasma", pois encontrou indícios de que ela não residiria na cidade. O benefício pago pelo governo em setembro foi sacado pela mulher em uma casa lotérica de Belo Jardim. Seu endereço declarado em Igarassu não existe. Silva e Santos não foram localizados para falar.

Lançado no dia 20 de outubro, o Bolsa-Família foi idealizado com o objetivo de unificar os programas de complementação de renda hoje existentes \_Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e Auxílio-Gás. Em sua primeira fase, foram atendidas 1.150.228 famílias em todos os Estados. No total, foram gastos em outubro R\$ 84.740.930. O governo pretende beneficiar 3,6 milhões de famílias neste ano.

#### **Texto 4**

#### **Lula estuda novo índice de pobreza**

**Terça-feira, 25/11/2003**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**Segundo Ana Fonseca, parâmetro seria critério de seleção do Bolsa-Família**

**JULIA DUAILIBI**

**DA REPORTAGEM LOCAL**

O governo federal trabalha na formulação de um índice formado por outras variáveis, além da renda, para selecionar as pessoas beneficiadas com o Bolsa-Família, principal programa social da gestão petista.

A ideia é que passem a ser levados em consideração critérios como escolaridade, condições de saúde, saneamento e acesso à luz elétrica. Seria um "indicador multidimensional da pobreza", conforme classificou a cientista política Ana Fonseca, coordenadora da unificação dos programas sociais do governo federal.

O Bolsa-Família engloba quatro programas de transferência de renda: Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás e Cartão-Alimentação (Fome Zero). Baseando-se na renda como critério de seleção, o programa transfere no mínimo R\$ 15 e no máximo R\$ 95 para famílias cujo ganho mensal *per capita* é inferior a R\$ 100.

"A pobreza não é uma realidade por insuficiência de renda exclusivamente", disse Ana ontem, em São Paulo, onde discutiu com cerca de 70 prefeitos a unificação dos projetos de transferência de renda. Como a meta de 11,4 milhões de famílias cobertas pelo Bolsa-Família, em 2006, leva em consideração o indicador renda, o uso de outras variáveis obrigaria a uma revisão do número de pessoas que se pretende atingir.

"Com um conjunto de indicadores, posso ser mais eficiente na cobertura e gastar melhor os recursos públicos", disse. O Bolsa-Família é pago desde outubro.

"Paixão política"

O cadastro único, base do Bolsa-Família, mostra que há uma sub-representação de alguns Estados. Para Ana Fonseca, isso ocorre, em parte, devido à "paixão política" de alguns governadores.

Prefeituras do PT, por exemplo, têm, em geral, um número elevado de famílias atendidas pelo Bolsa-Família, de acordo com os dados do mês de novembro.

São Paulo, da petista Marta Suplicy, tem 53.692 famílias atendidas. É o maior número de atendimento. Em segundo lugar está a capital mineira, Belo Horizonte, do também petista Fernando Pimentel, com 27.111 famílias.

A capital paulista é a maior cidade do país: cerca de 10 milhões de habitantes, segundo o IBGE. Belo Horizonte, com mais de 2 milhões de pessoas, é menor que o Rio (30) de Janeiro, governado pelo PFL, onde 1.823 famílias foram atendidas.

"A sub-representação pode mostrar a paixão da política. Pode ser também dificuldade de transmissão de dados", disse Ana Fonseca. O Rio, disse a coordenadora, apresenta o segundo problema.

No Estado do Rio, atualmente, só 22% das famílias estão no cadastro único. Em São Paulo, o número é de 49%. Segundo Ana Fonseca, das 548.804 famílias pobres e extremamente pobres do Rio, 100.493 estavam no cadastro em setembro (18% delas).

A coordenadora do Bolsa-Família afirmou ainda que neste ano não deve sair o novo cartão, que representará os programas unificados. "Vamos esperar a participação dos governadores. O [Marconi] Perillo [governador tucano de Goiás] quer colocar o nome dele no cartão. Cada um tem sua forma de operar. Acho que cabem todos na fotografia." A unificação deve economizar R\$ 440 milhões em operações bancárias.

Ao comentar o Fome Zero, Fonseca afirmou que houve um "problema de comunicação" no seu lançamento. "Ficou na imprensa como se fosse o Cartão-Alimentação e a polêmica em torno de se [com ele] se compra bolacha. O cartão alimentação é um pedacinho do Fome Zero", disse ela.

## **Texto 5**

### **Governo pode exigir planejamento familiar**

**Terça-feira, 06/01/2004**

**Editoria: BRASIL Página: A7**

**Emília Fernandes propõe inclusão do controle de natalidade entre as contrapartidas exigidas pelo projeto**

**IURI DANTAS**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O governo poderá incluir o planejamento familiar entre as contrapartidas exigidas das famílias beneficiadas pelo programa Bolsa-Família, unificação dos programas sociais federais. A idéia partiu da secretária de Políticas para Mulheres, Emília Fernandes, que a encaminhou para avaliação da Presidência.

"A paternidade atuante e consciente precisa ser tema discutido neste país. É impossível que mulheres e homens continuem colocando crianças no mundo para morar nas ruas, debaixo das pontes, [e viver] na prostituição, nas drogas", disse a ministra.

Para ter direito ao Bolsa-Família, os beneficiados já precisam cumprir alguns requisitos: as crianças devem ser vacinadas, frequentar a escola e ter o grau de nutrição

acompanhado pelos postos de saúde. Já os pais devem fazer algum curso de alfabetização ou capacitação profissional.

A proposta de Emília Fernandes é inserir o planejamento familiar nessa lista de exigências. "Temos de ampliar esses condicionantes aos programas sociais. Por isso é que o Bolsa-Família condiciona [o benefício] à criança na escola, à mulher fazer o exame regular de saúde. Esses condicionantes é que fazem a diferença", disse.

O planejamento familiar é previsto em lei desde 1996. Estabelece como direito o acesso aos serviços de saúde, incluindo o uso de contraceptivos, como camisinha e anticoncepcional, e também a esterilização voluntária \_laqueadura das trompas ou vasectomia. Segundo a ministra, a nova exigência do Bolsa-Família "é uma forma prática e objetiva de dialogar principalmente com as famílias mais pobres, onde a informação custa mais a chegar".

Como uma de suas principais dificuldades na discussão do tema, a ministra citou a "hipocrisia" de alguns setores que condenam o uso de preservativos.

"A gravidez normalmente tem penalizado a mulher, a menina, a adolescente. Muitas vezes por falta de informação, falta de acesso a serviços de saúde e muitas vezes por hipocrisia daqueles que condenam o planejamento familiar, o preservativo, a esterilização voluntária", afirmou Emília.

Tradicionalmente contrária ao uso da camisinha e da pílula, a Igreja Católica defende apenas os métodos "naturais", como a tabela. "Qualquer artifício que não seja natural está excluído. Camisinha é controle de natalidade, e não planejamento familiar", disse José Maria da Costa, assessor nacional da Pastoral da Família.

Indagada se a legalização do aborto, tradicional bandeira do movimento feminista, está no horizonte do governo, Emília disse que o tema não é "prioridade", mas "pode ser tratado num segundo momento".

#### Ano da mulher

Emília prepara uma série de ações até dezembro, para comemorar o Ano da Mulher \_como o ano de 2004 foi definido por lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Ela pretende realizar uma grande campanha publicitária sobre a violência doméstica, a primeira conferência nacional da mulher e elaborar o plano nacional da mulher. A União Europeia e a Organização das Nações Unidas ofereceram dinheiro para ajudar.

Enquanto isso, a ministra conseguiu imprimir uma certa rotina aos colegas. Emília Fernandes recebe a cada dois meses um relatório de cada pasta sobre as ações desenvolvidas que tenham alguma relação com as mulheres.

## Texto 6

### Governo quer mudar inscrição do Bolsa-Família

Quarta-feira, 24/03/2004

Editoria: BRASIL Página: C8

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo quer mudar a forma de cadastrar as famílias pobres, que são o público-alvo do Bolsa-Família, o programa unificado de transferência de renda. Hoje, são elegíveis famílias com renda *per capita* mensal de até R\$ 100 mensais. O objetivo do governo é substituir renda por uma avaliação socioeconômica.

A ideia, explicou Ana Fonseca, secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, é que seja elaborado um novo formulário de cadastro com informações sobre condições de moradia da família.

Os principais desafios da área social do governo são driblar as restrições orçamentárias, já que o cadastramento impõe custos, e convencer as prefeituras a aderirem a mais uma "operação cadastro".

As prefeituras já cadastraram, no governo passado, famílias para o Bolsa-Escola, para o Bolsa-Alimentação e para o Auxílio-Gás. Desde outubro, os beneficiários desses programas recebem dinheiro por meio do Bolsa-Família. A exceção são 3 milhões de famílias que eram do Bolsa-Escola.

Um dos objetivos do "1º Seminário Nacional do Cadastro Único", que começou ontem, em Brasília, é tentar chegar a um consenso com representantes de prefeituras e Estados sobre essa nova forma de cadastrar.

## **Texto 7**

### **Bolsa-Família desmobiliza ação do Fome Zero**

**Domingo, 04/04/2004**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

### **Comitês gestores perderam sua função após a unificação dos programas de transferência de renda do governo federal**

**SÍLVIA FREIRE**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Anunciados como uma evolução da política social do governo Lula, os comitês gestores do Fome Zero perderam a função desde a criação do Bolsa-Família, em outubro. Hoje, quase desmobilizados, existem em 2.364 cidades.

O papel original dos comitês era controlar "socialmente" os que deveriam receber os R\$ 50 do Cartão-Alimentação do Fome Zero. Perto dos beneficiados, o grupo (formado por dois funcionários da prefeitura e representantes da sociedade civil eleitos em assembleia) saberia identificar as famílias necessitadas \_uma arma contra o uso político e fraudes, defendia o governo.

Desde outubro de 2003, quando o Bolsa-Família absorveu o Cartão-Alimentação e outros três programas de transferência de renda, os comitês não podem mais incluir ou excluir pessoas do cadastro. Resultado: 1) as comissões se esvaziaram; 2) os novos beneficiados pelo Bolsa-Família, que ingressaram a partir de março, são escolhidos sem o ajuste que o comitê fazia; 3) nem as falhas identificadas pelos comitês estão sendo corrigidas; 4) diminuiu o envolvimento da sociedade com o programa.

Os novos beneficiados do Bolsa-Família fazem parte do cadastro único do governo, mas não passam pelos comitês. O controle social está previsto na lei que criou o programa unificado, mas o formato não foi regulamentado.

Sem diretriz definida e sem explicações do Ministério do Desenvolvimento Social, os comitês gestores, que eram condição para a instalação do Fome Zero nas cidades, (20)começam a se desmobilizar.

"Fazíamos reuniões semanais, analisávamos as famílias e selecionávamos as mais carentes. Com a unificação dos programas, não sabemos como vai ficar", disse a vice-prefeita do município de Assis Brasil (AC), Ruth Ferreira de Oliveira (PT).

"Alguns [comitês] estão desde novembro sem entender direito qual o seu papel. Nossa preocupação é não deixar que todo o trabalho morra por falta de definição", disse

Marlene Rocha, secretária de acompanhamento do Fome Zero do PT, um órgão criado pelo partido para incentivar os filiados a ajudar o programa federal.

#### Sem poder

Em Mata Roma (MA), cidade com 12 mil habitantes a 300 km de São Luís e uma das mais pobres do Estado, o comitê identificou 250 famílias recebendo o Cartão-Alimentação indevidamente. Apesar disso, não conseguiu retirá-las do cadastro.

"Visitamos todas as casas do município e encontramos 250 famílias que recebiam o cartão e que não necessitavam. Tinha gente com casa de dois andares e carro. Mas não conseguimos suspender o benefício", disse Enilda Alves da Silva, representante do sindicato dos trabalhadores rurais no comitê do município.

Em Arapiraca, segundo maior município de Alagoas, o comitê gestor havia retirado do cadastro 190 famílias. Desde outubro, nenhum outro ajuste foi feito, segundo Francisca Neri dos Santos, integrante do comitê municipal. "Não temos informações nem de Brasília nem de Maceió. Paramos até de cadastrar famílias."

O fiscal tributário José Paulo Urch, indicado pela Prefeitura de Bossoroca (RS) para o comitê gestor local, diz tê-lo deixado recentemente pela falta de organização.

"A primeira listagem [de beneficiados] funcionou direitinho. Eram 138 famílias, fizemos a seleção e ficaram 81. Dali para a frente, não conseguimos mais retirar ninguém. Fazíamos a seleção e, quando víamos, todos [da lista] estavam recebendo", disse Urch, que deve se candidatar a vereador neste ano pelo PP.

Segundo ele, que é do mesmo partido do prefeito, o comitê não foi usado politicamente pois tinha representantes de outras siglas.

#### Sem rumo

O agricultor petista Vanderli Ferreira Lopes, de Caibaté (RS), disse ter deixado de telefonar para o ministério atrás de respostas depois que a senha de ajuste do cadastro foi cancelada. "Não vou gastar mais com telefone", disse. "Sabemos que existem famílias bem estáveis recebendo [o benefício]. Ficamos sem respostas para o público. Para mim que sou do PT, fica ruim", disse.

Procurada pela reportagem desde 25 de março, a assessoria do Ministério do Desenvolvimento Social não respondeu perguntas sobre o destino dos comitês gestores nas cidades.

O ministério informou que foram criadas em março 150 mil novas vagas no Bolsa-Família. A meta anunciada pelo ministério é beneficiar 901 mil famílias até julho. Atualmente, 3,6 milhões de famílias recebem a bolsa. O valor do benefício varia de R\$ 15 a R\$ 95, de acordo com a renda *per capita* e número de filhos.

## Texto 8

### **Presidente cobra solução para fiscalização do Bolsa-Família**

**Sexta-feira, 10/09/2004**

**Editoria: BRASIL Página: A10**

**Patrus é chamado por Lula após admitir que não controla a contrapartida**

**Presidente cobra solução para fiscalização do Bolsa-Família**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva incumbiu o ministro José Dirceu (Casa Civil) de buscar uma solução para o impasse sobre a fiscalização do cumprimento das condições impostas às famílias que participam do Bolsa-Família.

Lula ficou contrariado com a repercussão da admissão pelo ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Social) de que não controla a frequência escolar de alunos beneficiados pelo programa e convocou ontem o auxiliar. Na reunião, segundo a Folha apurou, o presidente cobrou uma solução rápida e aconselhou a Patrus mais cuidado ao falar com a imprensa.

Lula convocou reunião para tratar do tema na próxima semana sob a coordenação da Casa Civil. Participarão ainda Patrus e os ministros Tarso Genro (Educação) e Humberto Costa (Saúde). O objetivo, segundo a Presidência, é "aprimorar o controle por parte do governo das condicionalidades estabelecidas no programa".

Questionado se o governo culpa Estados e municípios por problemas num programa federal, o porta-voz André Singer disse: "O Bolsa-Família é um programa federal feito em parceria com Estados e municípios, de modo que o controle das condicionalidades envolve uma participação ativa".

O ministro interino da Educação, Fernando Haddad, disse que Estados e municípios têm dificuldades técnicas para verificar a frequências das crianças nas escolas. O titular da pasta está na Europa. Segundo Haddad, em 2005, começa a ser implementado o sistema eletrônico para verificar a presenças. Anteontem, Genro havia dito que podia, em menos de um mês, oferecer os dados dos beneficiados, caso o Ministério do Desenvolvimento Social solicitasse.

Em Nova York, o assessor especial da Presidência Frei Betto disse que as contrapartidas são "fundamentais" para os programas sociais do governo e que, sem isso, podem se converter em "assistencialismo ou mera política compensatória". Para fiscalizar, Frei Betto defendeu que IBGE e Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) participem da aferição, mas que os principais responsáveis devem ser os comitês gestores municipais do Fome Zero.

O assessor considera ainda fundamental e democrática a participação da sociedade, e não só do governo, na tarefa. Segundo ele, a inviabilidade atual da fiscalização "é um problema da máquina do Estado, e não do governo". Frei Betto estava em Nova York para conferência da ONU sobre a participação da sociedade na implementação das Metas do Milênio.

Colaborou RAFAEL CARIELLO, de Nova York

## **Texto 9**

**Governo investiga cadastramento para o Bolsa-Família**

**Terça-feira, 21/09/2004**

**Editoria: CADERNO ESPECIAL Página: Especial-7**

**Observações: ELEIÇÕES 2004**

**Prefeito de São Francisco de Itabapoana, candidato à reeleição, cadastrou cerca de 2.000 famílias na semana passada**

**SÉRGIO TORRES**

**ENVIADO ESPECIAL A SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA (RJ)**

Uma equipe enviada pelo Ministério do Desenvolvimento Social começou ontem a examinar os documentos relativos ao cadastramento para o Programa Bolsa-Família de cerca de 2.000 famílias carentes do município de São Francisco de Itabapoana (RJ).

Organizado pela prefeitura, o cadastramento ocorreu na semana passada em um Ciep (Centro Integrado de Educação Pública) na cidade. O prefeito Pedro Cherene (PMDB) é candidato à reeleição, com apoio da governadora Rosinha Matheus. São Francisco de



Itabapoana fica a 150 km de Campos (RJ), cidade natal da governadora e do marido, o secretário de Segurança Pública, Anthony Garotinho. O ministério também analisará os 1.500 cadastros feitos anteriormente na cidade para o Bolsa-Família. Itabapoana tem 45,1 mil habitantes.

O coordenador-geral de Fiscalização do Programa Bolsa-Família, José Maria Sobrinho, chegou a São Francisco de Itabapoana às 23h30 de anteontem. Ele foi incumbido pelo ministro Patrus Ananias de iniciar as investigações a respeito do suposto uso eleitoral do programa, conforme informou o jornal "O Globo", anteontem. Na tarde de ontem, chegaram ao município mais três técnicos do ministério. Eles não têm data para deixar a cidade.

A equipe enviada ao município conversou com o juiz eleitoral Elias Sader Neto, com funcionários da agência local da CEF (Caixa Econômica Federal), com representantes da prefeitura, entre eles a secretária de educação e cultura, Kátia dos Santos, responsável pelo cadastramento. Hoje, famílias beneficiadas com o Bolsa-Família deverão ser entrevistadas pelos técnicos do ministério.

#### 1.500 famílias

"Estamos aqui para fiscalizar o processo de cadastramento para os programas sociais do governo. Vamos verificar como as famílias foram beneficiadas", disse Sobrinho. De acordo com a CEF cerca de 1.500 famílias já receberam o benefício em São Francisco de Itabapoana, considerado pelo governo federal o mais pobre município do Estado do Rio, com indicadores econômicos e sociais similares aos de regiões do Nordeste.

Como o ministério do Desenvolvimento Social estipulou em 2.000 o número de famílias beneficiadas na cidade, ainda há 500 vagas para o Bolsa-Família.

Segundo a CEF, de janeiro a junho deste ano, 7.429 benefícios do Bolsa-Família foram pagos de São Francisco de Itabapoana, o que representa, no total, cerca de R\$ 546 mil. Todos os casos serão analisados, segundo o coordenador do Bolsa-Família.

"Depois da análise, faremos um relatório e abriremos o contraditório para a prefeitura", disse Sobrinho. Os cadastramentos feitos na semana passada poderão ser invalidados pelo ministério, caso a equipe conclua que houve aproveitamento eleitoral do Bolsa-Família.

### **Texto 10**

#### **Estudo propõe universalizar Bolsa-Família**

**Domingo, 28/11/2004**

**Editoria: BRASIL Página: A8**

**Lena Lavinas, da UFRJ, defende acesso irrestrito de crianças até 16 anos a benefício; custo iria de R\$ 11,5 bi para R\$ 54,6 bi**

**ANTÔNIO GOIS**

**DA SUCURSAL DO RIO**

Em vez de gastar recursos e esforços para tentar atingir apenas os mais pobres, os programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, seriam mais eficientes e teriam maior impacto na redução de pobreza se universalizassem um benefício a todas as crianças de zero a 16 anos no país.

É o que sugere a pesquisadora Lena Lavinas, do Instituto de Economia da UFRJ, num texto preparado para o relatório 2004 do Observatório da Cidadania/Social Watch, divulgado anualmente por organizações não-governamentais de 60 países. A versão brasileira do relatório será lançada na próxima terça-feira na Câmara dos Deputados.

Lavinas critica a falta de transparência e de divulgações de resultados do Bolsa-Família, do governo federal. Segundo ela, apesar de haver um formulário excessivamente detalhado para cadastrar os beneficiados, o impacto do programa na vida dessas famílias continua sendo uma incógnita.

"Dos resultados, nada foi dito até agora a não ser pelo lado das denúncias de vazamento veiculadas pela grande imprensa. Com as informações detalhadas coletadas pelo cadastro, é inexplicável que os gestores do programa não tenham divulgado resultados preliminares consistentes."

Em seu estudo para o relatório, Lavinas faz simulações do impacto da redução da pobreza segundo o universo de beneficiados. Para ela, a melhor relação entre o custo do programa e seus resultados seria dar um benefício individual de R\$ 60 (em valores de 2001) às crianças de zero a 16 anos.

Com essa transferência, haveria uma redução de 16,5 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza, que no estudo foi estipulada numa renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo. Em 2001 (ano que serviu de base para a simulação), o número de brasileiros vivendo abaixo dessa linha era de 50,8 milhões.

Atualizando esses dados para 2004, o valor a ser distribuído por criança seria de R\$ 80. Como há 56,7 milhões de crianças de zero a 16 anos no país, o custo dessa renda básica e universal alcançaria R\$ 54,6 bilhões. Ela admite que, perto do que o governo gasta com programas como o Bolsa-Família (cerca de R\$ 11,5 bilhões neste ano), esse valor pode parecer alto.

"Mas isso nos dá a dimensão exata da desproporcionalidade do quadro de carência, desproteção e ausência de políticas universais que nos caracteriza. Alavancar esses recursos é difícil, mas não impossível." Para provar sua tese, ela afirma que, admitindo uma redução da taxa de juros para 12% (na época em que escreveu o Estado, a taxa era de 16%), haveria uma economia de R\$ 20,5 bilhões.

Lavinas cita como possível fonte de financiamento a suspensão da desvinculação da receita da União no orçamento da Seguridade Social, prevista para este ano em R\$ 46,5 bilhões. Ao defender a proposta, ela diz também que teria impacto na geração de emprego e renda, criando 2,3 milhões de novos postos de trabalho remunerados. "Se o gasto for considerado alto demais, é possível começar o programa com um valor por criança inferior a R\$ 80 e ir aumentando em uma progressão a ser definida."

A Social Watch é uma rede mundial de monitoramento de políticas públicas. No Brasil, essa rede de ONGs é coordenada pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). O relatório é divulgado anualmente desde 96 e, neste ano, o tema principal dos textos é "quais são os principais obstáculos à segurança humana em seu país?".

## **Texto 11**

### **Lula corta na saúde para pagar Bolsa-Família**

**Sexta-feira, 04/03/2005**

**Editoria: BRASIL Página: A6**

**Projeto de lei quer reduzir em R\$ 1,2 bi os gastos do ministério; valor é igual ao corte feito no Desenvolvimento Social**

**MARTA SALOMON**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Para evitar que os cortes de gastos públicos comprometam o pagamento de benefícios do Bolsa-Família \_principal programa do governo na área social\_, o presidente

Luiz Inácio Lula da Silva deve encaminhar ainda hoje ao Congresso projeto de lei que reduz em R\$ 1,2 bilhão os gastos do Ministério da Saúde autorizados pelo Orçamento.

Uma semana após escapar quase sozinho do corte de gastos na Esplanada, o Ministério da Saúde receberá a conta extra de R\$ 1,2 bilhão para pagar em 2005 referente ao Bolsa-Família, o que o obriga a cortar igual volume de gastos. A conta extra é do tamanho exato do corte feito no Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social. O dinheiro é destinado ao pagamento do benefício a famílias pobres com gestantes ou filhos de até seis anos, cuja contrapartida é frequentar postos de saúde.

Ou seja, o Ministério da Saúde terá mais despesas para pagar, mas não terá mais dinheiro para gastar. O limite de gastos em investimentos e custeio na Saúde, fixado em R\$ 32,773 bilhões por decreto do presidente Lula, será mantido, informou o Ministério do Planejamento, que negociou a fórmula para remediar os cortes na pasta de Patrus Ananias.

Segundo a assessoria do ministro Nelson Machado (Planejamento), não será revisto o montante total do corte de R\$ 15,9 bilhões, anunciado há uma semana.

Na prática, a operação negociada nos últimos dias mascara um corte de verbas na Saúde, área em que gastos crescentes são garantidos pela Constituição.

A proposta de projeto de lei que formaliza a operação foi encaminhada ontem à Casa Civil. Só dependia da assinatura de Lula para seguir para o Congresso.

Anteontem, o acerto já era dado como certo pela secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social, Márcia Lopes. "Não haverá prejuízo a nenhum dos programas do ministério", disse, em reação à informação de que a pasta sofrera um corte de 16%. Dono do maior Orçamento da Esplanada para gastos de custeio e investimento \_mais de cinco vezes maior que o Desenvolvimento Social e quase oito vezes maior que os Transportes\_, o Ministério da Saúde concordou com a operação.

Segundo a assessoria do ministro Humberto Costa, a pasta reivindica, porém, da área econômica, uma autorização para gastar mais e compensar a conta extra nos próximos meses. O ministério insistiu em que apóia a ampliação do Bolsa-Família, programa que paga entre R\$ 15 e R\$ 95 por mês a famílias com renda mensal de até R\$ 100 por pessoa. O total de beneficiários do programa deve crescer de 6,5 milhões para 8,7 milhões de famílias até o final do ano.

### Reincidência

Não é a primeira vez que o governo tenta lançar mão do "gordo" (e irredutível) Orçamento da Saúde para bancar despesas de outras áreas. No primeiro ano de mandato, Lula teve de recuar da idéia durante o debate da lei orçamentária de 2004. Na ocasião, sofreu pressão da frente parlamentar da saúde, que reúne cerca de 250 deputados e senadores, além de receber uma recomendação contrária do Ministério Público.

O presidente da frente parlamentar, deputado Rafael Guerra (PSDB-MG), previu que o governo vai enfrentar novamente a oposição do grupo. "Variam os golpes, mas a mania de tirar dinheiro da saúde é a mesma."

Em reunião realizada anteontem, a frente calculou que o Orçamento da Saúde já deveria autorizar um volume de gastos maior. A frente reivindica R\$ 2,5 bilhões extras. "É inadmissível tirar mais R\$ 1,2 bilhão", disse o deputado José Carlos Abrahão, presidente da Confederação Nacional de Saúde, entidade que reúne donos de hospitais e estabelecimentos de saúde, também reagiu: "Esperamos que o corte não aconteça, ele dificilmente resistiria à pressão da sociedade", disse.

**Texto 12****Banco Mundial faz elogio ao Bolsa-Família****Quarta-feira, 15/02/2006****Editoria: DINHEIRO      Página: B11****Instituição diz que combater pobreza é uma das melhores formas de impulsionar crescimento latino-americano****IURI DANTAS****DE WASHINGTON**

Depois de décadas pregando o crescimento econômico como motor para a redução da pobreza, o Banco Mundial adicionou o efeito inverso ontem à receita: combater a pobreza e proporcionar mais oportunidades para a população de baixa renda pode auxiliar os países da América Latina a crescer mais e aumentar a competitividade no cenário internacional, a ponto de alcançar o leste asiático.

"O essencial desse relatório é não apenas que crescimento é chave para aliviar a pobreza, o banco já vem dizendo há anos. Mas o que achamos agora é que pobreza, por si mesma, vem arrastando para baixo o crescimento na região. Não é apenas que o crescimento é bom para reduzir a pobreza, mas a pobreza é ruim para aumentar as taxas de crescimento", explicou Pamela Cox, vice-presidente do banco para América Latina e Caribe.

De acordo com o relatório "Redução da Pobreza e Crescimento: ciclos virtuosos e viciosos", cada ponto percentual de crescimento econômico nos países da América Latina causa uma queda em média de 1,25% na pobreza. No caso brasileiro, a redução da desigualdade social é tanto ou mais importante para auxiliar no crescimento.

O relatório também aponta que o crescimento da pobreza se relaciona à queda de investimentos na economia de um determinado país. Segundo os autores do estudo, a um aumento de 10% da pobreza corresponde a perda de 6% a 8% em investimentos. "Essa descoberta sugere uma potencial explicação para o efeito negativo da pobreza no crescimento: uma maior taxa de pobreza leva a uma menor taxa de investimento, o que resulta em menor crescimento", diz o texto do estudo.

**Bolsa-Família**

Especificamente sobre o Brasil, a equipe do Banco Mundial elogiou a iniciativa do Bolsa-Família, como um programa direcionado para uma população pobre e que causa, ainda, resultados com a obrigatoriedade da frequência escolar e acompanhamento médico. A crítica do Bird se concentrou na composição das transferências de renda públicas. A grande maioria dos valores se refere à Previdência, extremamente desigual e alimentadora das disparidades do país.

**Causas**

Indagado sobre por que os países da América Latina perderam a dianteira econômica que mantinham sobre a Ásia nas últimas décadas, o economista-chefe do Banco Mundial para a região, Guillermo Perry, apresentou uma "hipótese" elaborada pelo banco. Na sua teoria, os países latino-americanos não cresceram tudo o que poderiam durante as décadas de 1960 e 1970, não investiram tanto quando os "tigres asiáticos" em educação e relaxaram a disciplina fiscal com déficits durante aquele período.

Segundo Cox, no Brasil o problema se agravou porque as elites "capturaram" o Estado, privilegiando seus pares em vez de democratizar oportunidades. Algo que vem se

modificando, sempre na avaliação de Cox, com os mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva.

Como solução, Perry sugere que os países adotem "pacotes de políticas". Por exemplo: enquanto adotam abertura comercial, devem dar apoio a pequenos agricultores e oferecer educação e oportunidades aos mais pobres.

### **Texto 13**

#### **Bolsa-Família tem 50 mil benefícios novos sob suspeita de duplicidade**

**Terça-feira, 11/07/2006**

**Editoria: BRASIL Página: A5**

**Se for afastada a hipótese de homônimos, repasses serão suspensos em julho**

**MARTA SALOMON**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O Ministério do Desenvolvimento Social investiga o pagamento de 50 mil benefícios do Bolsa-Família em duplicidade. Se for afastada a hipótese de beneficiários com nomes idênticos e confirmado o pagamento indevido, os repasses serão suspensos ainda neste mês. Os benefícios estão entre os que foram concedidos em junho.

Os pagamentos sob suspeita fazem parte da mais recente fase de ampliação do Bolsa-Família. A apenas três meses das eleições, entraram no programa 1,8 milhão de famílias. Com os novos cartões, o governo conseguiu alcançar a meta de beneficiar 11,1 milhões de famílias com o Bolsa-Família.

Além dos 50 mil benefícios sob investigação por duplicidade, há outros quase 51 mil cujos pagamentos já estão bloqueados por suspeita de irregularidades e que também correm o risco de ser cancelados.

O programa paga entre R\$ 15 e R\$ 95 por mês a famílias com renda de até R\$ 120 mensais por pessoa, dependendo do grau de pobreza e do número de filhos de até 15 anos.

Em nota, o ministério informou que a suspeita de pagamentos em duplicidade decorre de checagem de rotina nos cadastros do Bolsa-Família. "Desde 2004, o ministério adota processos de rotina para identificação de duplicidades e medidas de controle do programa. Essas rotinas levaram a cancelamentos de 562.351 benefícios", diz o texto da nota.

Os pagamentos em duplicidade representaram até aqui apenas 2,73% dos cancelamentos. O maior motivo para a anulação dos benefícios \_291 mil famílias\_ foi a identificação de renda acima do limite admitido para o programa. Eram famílias que, na verdade, não se enquadravam no perfil exigido para o recebimento do benefício.

Além dos benefícios já cancelados e daqueles que se encontram sob suspeita de pagamento em duplicidade, os outros 50.915 que foram bloqueados passarão por averiguação da renda e de outras possíveis irregularidades. A maior parte desse universo é de famílias que não foram localizadas na atualização dos cadastros, concluída recentemente.

O Ministério do Desenvolvimento Social atribuiu os casos de pagamento em duplicidade a "falhas" nas informações do cadastro, principalmente dos programas de transferência de renda criados durante o governo do tucano Fernando Henrique Cardoso, como o Bolsa-Escola e o Auxílio-Gás.

Durante o processo de atualização dos cadastros do Bolsa-Família, foram cancelados benefícios remanescentes pagos a mais de 1,6 milhão de famílias.

**Texto 14****Controle do governo sobre o Bolsa Família é precário****Quarta-feira, 28/02/2007****Editoria: BRASIL Página: A4****Ministério libera dinheiro sem saber se 5 milhões de crianças vão mesmo à aula****Prefeituras enviam dados sobre frequência escolar e saúde incompletos; apesar da ausência de informações, União não pune municípios****JULIANA COISSI****DA FOLHA RIBEIRÃO**

O Ministério do Desenvolvimento Social recebe hoje apenas 70% dos dados sobre frequência escolar dos beneficiados com o Bolsa Família, o que equivale a 11,4 milhões de crianças. A União ignora se 4,9 milhões de alunos cumprem as exigências do programa.

Segundo dados divulgados pelo próprio ministério, o governo federal é informado precariamente pela maior parte dos municípios brasileiros sobre a frequência escolar e o cumprimento das exigências de saúde dos beneficiados pelo Bolsa Família \_duas contrapartidas impostas pelo programa para manter os repasses.

A situação atinge inclusive as capitais: nove delas enviaram dados de menos da metade das famílias beneficiadas. Em Maceió, por exemplo, foram enviados dados de apenas 29% das crianças inscritas no programa que freqüentam a escola.

Têm perfis parecidos Salvador e Macapá (30%), João Pessoa (39%), Vitória (40%), Cuiabá (45%), Recife (43%), Porto Velho (46%) e Aracaju (41%).

Em relação aos dados de saúde \_a vacinação em dia de crianças até sete anos e a realização de um mínimo de exames pré-natal por gestantes\_, a informação enviada à União pelas prefeituras é ainda mais limitada. Maceió transmitiu dados de 7% dos incluídos; Macapá, 14%, e João Pessoa, 11%. Centros como Salvador e Cuiabá não enviaram nenhuma informação.

São Paulo e Belo Horizonte fazem controle em sistemas próprios, mas não repassaram a informação à União.

As informações do governo federal, atualizadas em dezembro, referem-se aos últimos dados recebidos \_de junho de 2006, na saúde, e de agosto e setembro de 2006, na educação. Os dados de saúde devem ser enviados a cada seis meses e, os de educação, a cada bimestre.

**Dificuldade**

A dificuldade de monitorar a frequência escolar foi reconhecida em 2004 pelo próprio ministro, Patrus Ananias. Na época, a União só tinha dados de metade dos 12,4 milhões de alunos inclusos no programa.

A cobertura já chegou a 76,2% dos estudantes inscritos, no final de 2005. Hoje está em 70,2%. Na saúde, os dados são mais tímidos: a União só conhece dados de 33,4% das famílias \_3,5 milhões. Para o ministério, já é um avanço. Em 2005, apenas 6% das famílias eram acompanhadas de fato.

"Havia uma dificuldade de articulação das prefeituras com os Estados para receberem os dados das escolas estaduais", explica a secretária de Renda de Cidadania do ministério, Rosani Cunha. Desde dezembro de 2006, passou-se a buscar os dados nos endereços das escolas, e não nos das famílias.

**Contestação**

Algumas prefeituras das capitais ouvidas pela Folha contestam os dados do ministério. Outras afirmam que, apesar do baixo número informado, acompanham de fato os beneficiados. Mas reclamam que muitas famílias se mudam e não informam a prefeitura.

Principal programa de transferência de renda do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o Bolsa Família atinge cerca de 11 milhões de famílias, que recebem subsídios de R\$ 15 a R\$ 95 por mês. O benefício é cancelado quando a família deixa de manter o filho na escola ou não acompanha o calendário de vacinação das crianças e de pré-natal das gestantes.

Na prática, porém, a União não puniu nenhum município que deixou de enviar os dados. "O que buscamos é uma forma de incentivar as cidades a dar as informações", disse Cunha.

Um dos incentivos é o IGD (Índice de Gestão Descentralizada), criado em abril de 2006, que "premia" com recursos extras, para gestão do programa, as cidades que mais atualizam o cadastro e enviam dados de frequência escolar e saúde. Em escala de 0 a 1, as melhores ganham mais recursos adicionais.

## **Texto 15**

### **Porta de saída do programa é superfaturada**

**Terça-feira, 27/03/2007**

**Editoria: BRASIL Página: A5**

**Cálculo de desligamentos voluntários do Bolsa Família inclui duplicidade de cartões e beneficiados com renda além do permitido**

**Para suspender benefícios indevidos de forma rápida, funcionários tiveram de registrar como espontâneas as saídas por irregularidades**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

O número de desligamentos voluntários do Bolsa Família cresceu mais de dez vezes em oito meses e atingiu 26.217 pessoas, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social. Mas o dado, que supostamente indicaria o volume de famílias emancipadas do programa por superação da pobreza, é superfaturado, apurou a Folha.

"É muito difícil sair voluntariamente. Ninguém entrega o cartão porque quer, não. É muito raro a pessoa dizer que [o programa] já ajudou muito e entregar [o cartão]", afirma Maria Albetiza da Silveira Gonçalves, gestora do Bolsa Família em Novo Gama (GO).

Registros do Ministério do Desenvolvimento Social apontam a cidade como (10)recordista em número de desligamentos voluntários: 254. Vizinha do Distrito Federal, Novo Gama tem população flutuante e em situação de trabalho instável.

A maioria das famílias que supostamente abriram mão do programa na verdade recebia benefícios em duplicidade, explicou a gestora local. Em cerca de 80% dos casos registrados como desligamento voluntário, as famílias foram "convencidas" a entregar um dos cartões obtidos de forma irregular.

A única forma de os gestores cancelarem imediatamente o pagamento indevido era lançar a família como desligamento voluntário, já que a duplicidade implicaria um bloqueio preliminar do benefício por três meses, solução mais demorada.

## **Minas**

Foram também mais compulsórios do que voluntários os desligamentos registrados como tal em Manhuaçu (MG). Segundo o ministério, 203 famílias teriam aberto mão do benefício na cidade. Mas a gestora local, Carolina Breder Andrade, diz que 95%

desses registros foram casos de identificação de renda acima dos R\$ 120 mensais por pessoa da família, teto de acesso ao programa.

"Grande parte dos beneficiários omitiu renda para entrar no programa. Conversamos com as famílias sobre as punições [para o recebimento indevido] e entregaram [os cartões]", conta. "A gente lançou como desligamento voluntário por falta de opção", disse.

O sistema de dados do programa induziu gestores a registrar como desligamentos voluntários casos que não eram exatamente "voluntários", por ser a forma mais rápida de suspender pagamentos indevidos.

A secretária de Renda de Cidadania do ministério, Rosani Cunha, disse que só recentemente o sistema passou a acompanhar com mais precisão as razões de cancelamento.

Segundo o último relatório disponível, houve 1.030.369 casos de cancelamento dos benefícios desde o início do Bolsa Família, em outubro de 2003. Apenas 2,54% do total foi atribuído a desligamento voluntário. Pouco mais que 48% dos casos resultaram de verificação de renda acima do permitido.

Um segundo grande grupo \_26,55%\_ teve benefícios bloqueados por três meses, período em que foram investigados renda ou pagamento em duplicidade numa mesma família. O relatório atribui 13% dos cancelamentos a "outros motivos".

Em julho de 2006, quando o governo associou os 2.000 primeiros casos registrados de saídas voluntárias à melhoria da situação social dos beneficiados, a Folha mostrou que a maioria das famílias que abriu mão do benefício em Patos (PB) havia, na verdade, migrado para o Benefício de Prestação Continuada, programa que paga mais que o Bolsa Família.

Desde que o governo atingiu a meta de atender 11,1 milhões de famílias, em julho passado, a prioridade do programa foi transferida às ações complementares, como cursos de alfabetização – medidas que teriam por objetivo emancipar as famílias da situação de pobreza.

(MARTA SALOMON)

## **Texto 16**

### **Governo bloqueia 331 mil benefícios do Bolsa Família**

**Terça-feira, 08/05/2007**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**Com isso, número de famílias do programa pode cair abaixo da meta de 11 milhões**

**Decisão foi tomada após ministério comparar renda declarada no cadastro com informações registradas no mercado formal de trabalho**

**MARTA SALOMON**

**DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Cerca de 3% das famílias que recebem Bolsa Família terão o pagamento bloqueado neste mês por supostas irregularidades. Com isso, o número total de beneficiários em maio pode ficar abaixo de 11 milhões de famílias e aquém da meta de 11,1 milhões de benefícios pagos, alcançada em junho do ano passado, três meses antes do primeiro turno das eleições.

A folha de pagamentos de maio será fechada no final da semana, mas o Ministério do Desenvolvimento Social já mandou bloquear 330.682 benefícios. Deixarão de receber a bolsa de R\$ 15 a 95 por mês as famílias que supostamente têm renda acima de R\$ 120 mensais por pessoa \_limite de renda que dá acesso ao programa.

Para localizar os supostos benefícios irregulares, o ministério comparou a renda declarada pelas famílias no cadastro único de programas sociais com a renda informada na



Rais (Relação Anual de Informações Sociais), do Ministério do Trabalho, que registra dados do mercado formal de trabalho.

Como as informações da Rais consideradas no cruzamento de dados são de 2004 e 2005, e a situação pode ter mudado desde então, a equipe do Desenvolvimento Social fixou prazo de 90 dias para as famílias contestarem o bloqueio e eventualmente provarem que não recebem mais do que R\$ 120 por pessoa. Depois disso, o benefício será cancelado.

"A parcela da população atendida pelo Bolsa Família tem renda e vínculos empregatícios muito instáveis e são mais suscetíveis a mudanças no mercado de trabalho", diz nota, sobre a possibilidade de o bloqueio ainda ser revertido pelos gestores do programa nos municípios, responsáveis pelo cadastramento das famílias.

Há casos de bloqueios em todas as unidades da federação. A maior concentração está em São Paulo, Minas e Bahia.

Além dos benefícios já bloqueados, outras 198.634 famílias serão investigadas por terem apontado indícios \_menos contundentes\_ de renda acima do limite aceito no programa. Depois de 90 dias, essas famílias também poderão ter os benefícios bloqueados.

Segundo Lúcia Modesto, diretora do departamento de cadastro único, o número de beneficiários muda frequentemente por conta do contínuo alistamento de beneficiários pelos municípios e da exclusão de famílias que recebiam irregularmente. "A meta é não fecharmos a folha com menos de 11 milhões de famílias." O número de beneficiários em maio só estará disponível na sexta.

Com base da projeção de número de famílias pobres no país em 2004, o Bolsa Família fixou meta de beneficiar 11,1 milhões de famílias. Essa meta foi ultrapassada em junho passado, mês em que cerca de 1,8 milhão de famílias foram cadastradas e o governo pagou 11,17 milhões de bolsas. No mês passado, o número de beneficiários havia caído para 11,046 milhões.

Desde o início do programa, em outubro de 2003, 1,5 milhão de benefícios foram bloqueados ou cancelados. Quase metade dos cancelamentos decorreu de renda acima do limite.

## **Texto 17**

### **Bolsa Família tem problemas em 90% de cidades auditadas**

**Segunda-feira, 16/07/2007**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**CGU fiscalizou programa em 120 municípios e flagrou irregularidades em 108 deles**

**Pagamento a beneficiados cuja renda supera a exigida pelo governo é o problema mais comum; ministério diz ter tomado providências**

**FELIPE BÄCHTOLD**

**DA AGÊNCIA FOLHA**

Auditorias feitas pela CGU (Controladoria Geral da União) em cidades de todo o país, escolhidas por sorteio, mostram que em 90% dos municípios analisados há irregularidades na aplicação de recursos do programa Bolsa Família, do governo federal.

Neste ano, o órgão divulgou relatórios de fiscalizações dos repasses da União feitas em 120 cidades. Houve problemas com o Bolsa Família em 108 delas.

A investigação faz parte do Programa de Fiscalização de Municípios, que avalia periodicamente, por sorteio, cidades com até 500 mil habitantes.

A irregularidade mais comum relativa ao Bolsa Família, constatada em 70 municípios visitados por fiscais da CGU, é o pagamento a beneficiados com renda superior à estipulada pelos critérios do programa.

A fiscalização também apontou, em outros municípios, casos de beneficiados mortos ou que estão cadastrados simultaneamente em outros programas, como o Peti (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), o que é irregular.

Outro problema constante foi a não-localização de estudantes ou de responsáveis incluídos no Bolsa Família.

Os fiscais relataram ainda defeitos no controle do programa e o não-cumprimento de medidas exigidas pelo governo federal.

Isso inclui deficiência na verificação da frequência dos alunos na escola, cadastros desatualizados e não-constituição de um conselho para administrar ações na área social, conforme prevêem as normas do Bolsa Família.

Recebem o benefício famílias com filhos de até 16 anos incompletos e com renda mensal de até R\$ 120 por pessoa. O valor do pagamento depende da renda e do número de filhos. A média é de R\$ 72 por mês.

#### Ar-condicionado

As duas últimas edições da investigação da CGU foram feitas por cerca de 450 fiscais durante o segundo semestre do ano passado e divulgadas em março deste ano (com o relatório sobre a situação de 60 cidades) e na semana passada (com o relatório sobre outras 60).

Os pesquisadores verificaram documentos das prefeituras e realizaram entrevistas com moradores das cidades sorteadas.

Um dos casos relatados pelos fiscais foi a compra pela Prefeitura de Caiçara (PB), com o dinheiro que seria usado no Bolsa Família, de um aparelho de ar-condicionado para o gabinete.

A prefeitura argumentou à CGU que havia comprado o equipamento para o prédio da Secretária de Assistência Social, que gerencia o programa, mas, como o local não oferecia condições para instalação do aparelho, instalou-o no gabinete da prefeitura.

Em Palmeiras (BA), a coordenadora do programa na cidade aparece na lista de quem recebe o benefício, segundo a auditoria. A prefeitura disse à CGU que desconhecia o fato e que iria apurá-lo.

Em duas cidades \_Ipaba (MG) e Jericó (PB)\_, os fiscais constataram que mulheres de vereadores, que têm renda acima do estipulado, recebiam o benefício.

Em Pernambuco, no município de Gameleira, a auditoria da CGU verificou que as famílias de mais de cem alunos de escolas particulares recebem o pagamento.

Todas as irregularidades constatadas são encaminhadas para os ministérios que gerem as verbas \_no caso do Bolsa Família, o Ministério do Desenvolvimento Social.

Também são informados sobre os problemas a Procuradoria Geral da República, as Procuradorias Gerais de Justiça dos Estados, o Congresso e os tribunais de contas.

O Bolsa Família atende atualmente a 11,1 milhões de famílias em todo o país, segundo o governo federal. No Orçamento de 2007, foram reservados R\$ 8,6 bilhões para o programa.

**Texto 18****Bolsa Família tem reajuste de 8% a 3 meses da eleição****Quinta-feira, 26/06/2008****Editoria: BRASIL Página: A4****Percentual concedido pelo governo Lula supera os índices anuais de inflação****Governo diz que a correção, que valerá a partir de julho, foi necessária devido à alta da inflação, sobretudo no preço dos alimentos****MARIA CLARA CABRAL****LETÍCIA SANDER****DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Faltando pouco mais de três meses para as eleições municipais, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou ontem um reajuste médio de 8% nos benefícios do Bolsa Família, o principal programa social da gestão petista. O percentual supera os índices anuais de inflação.

A decisão sobre os valores foi tomada em uma reunião na terça-feira à noite no Planalto, com a presença de Lula e de alguns ministros. O presidente resolveu bancar o reajuste em ano eleitoral amparado em parecer jurídico do advogado-geral da União, José Antonio Dias Toffoli, que afirma não haver impedimento legal para a medida. Os valores corrigidos começam a ser pagos em julho.

Na reunião, inicialmente ficou fechado que o aumento ficaria em torno de 7%. Responsável pelo programa, o ministro Patrus Ananias (Desenvolvimento Social e Combate à Fome) ponderou que haveria problemas operacionais para fazer o pagamento de valores "quebrados". Por isso algumas faixas tiveram os reajustes "arredondados".

Com a decisão, o valor médio pago pelo Bolsa Família passa dos atuais R\$ 78,70 para R\$ 85. Na prática, nem todas as famílias receberão o mesmo percentual de reajuste. Os índices variam de 0% a 11%, dependendo da faixa em que cada beneficiário se enquadra.

O único reajuste dado até então ao Bolsa Família ocorreu em agosto do ano passado. O valor do reajuste na época foi de 18,25%, índice medido pela inflação entre outubro de 2003 \_quando foi criado o programa\_ e maio de 2007. Por isso o reajuste dessa vez foi medido pelos índices de maio do ano passado e maio de 2008.

O INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado de maio do ano passado a maio deste ano foi de 6,9%.

O governo alega que o reajuste se fez necessário devido à alta da inflação, sobretudo no preço dos alimentos. Na reunião ministerial do dia 16 de junho, o ministro Guido Mantega (Fazenda) afirmou que a alta dos alimentos já impactava em até 8% a renda dos mais pobres.

O presidente do TSE, ministro Carlos Ayres Britto, afirmou ontem que o reajuste do Bolsa Família poderá ser contestado na Corte, mas preferiu não adiantar sua posição. "Essa é uma questão sensível. Temos um encontro marcado com esse fio de navalha. Eu prefiro aguardar uma possível representação no TSE para pronunciar. Não vou me antecipar."

Hoje, o valor mínimo pago a um beneficiário do Bolsa Família chega a R\$ 18, e, o máximo, a R\$ 172. Com o aumento concedido em ano eleitoral, os valores saltam para R\$ 20 e R\$ 182, respectivamente. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o impacto do aumento para os cofres públicos será de R\$ 419 milhões por ano.

"Foi uma decisão justa, oportuna e sábia, que atenua junto aos pobres o aumento dos preços dos alimentos. A decisão foi tomada pelo presidente, que ouviu a área econômica e agiu dentro das responsabilidades fiscais. O reajuste de 8% ficou de bom tamanho", disse Patrus, que integra a lista dos possíveis candidatos do PT à sucessão presidencial em 2010.

O ministro Paulo Bernardo (Planejamento) minimizou o impacto do novo reajuste na inflação. Segundo ele, o impacto orçamentário será pouco superior a R\$ 200 milhões neste ano. Seriam R\$ 400 milhões, mas foi detectado que outros gastos do programa estavam superestimados.

Em março, Lula estendeu o benefício para pessoas de 16 a 17 anos, pagando R\$ 30 por jovem, com o limite de dois por família. Desta vez, não houve reajuste para os beneficiários desta faixa etária.

## **Texto 19**

**Bolsa Família aplaca a fome, mas não acaba com a miséria**

**Sábado, 28/06/2008**

**Editoria: BRASIL Página: A4**

**Pesquisa financiada pelo governo ouviu 5.000 favorecidos pelo programa de Lula  
Ministério defende que a integração com outros programas já começou, mas que  
prioridade é aumentar a escolaridade da população**

**ANTONIO GOIS**

**DA SUCURSAL DO RIO**

Os beneficiários do Bolsa Família afirmam que o programa os ajuda a consumir mais alimentos \_especialmente açúcares\_ e não causou, na opinião dos favorecidos, o "efeito-preguiça", ou seja, o acomodamento do trabalhador por causa da renda garantida. Mas faltam programas que ajudem a superar a pobreza e diminuir a dependência dos recursos.

É o que mostra uma pesquisa coordenada pelo Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e feita pelo instituto Vox Populi com 5.000 beneficiários do Bolsa Família.

Nesta semana, o governo do presidente Lula anunciou um reajuste médio de 8% nos benefícios do Bolsa Família, o principal programa social da gestão petista. O valor médio pago pelo programa passa dos atuais R\$ 78,70 para R\$ 85.

Com financiamento da Finep (órgão de apoio à pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia), o objetivo principal do levantamento foi investigar o nível de segurança alimentar e nutricional dos favorecidos.

Os itens onde eles disseram mais gastar o dinheiro do Bolsa Família foram alimentação, material escolar e vestuário.

No quesito alimentação, o principal aumento foi no consumo de açúcares: 78% dos titulares disseram ter aumentado a compra de açúcar, sorvetes, gelatinas, bombons ou refrigerantes. Em seguida aparecem arroz, cereais e leite.

De acordo com Francisco Menezes, diretor do Ibase e coordenador-geral da pesquisa, o Bolsa Família tem ajudado seus beneficiados a aumentar a variedade de alimentos consumidos. Ele sugere, no entanto, que sejam criados programas para aumentar o consumo de produtos como legumes, verduras, frutas e carnes e diminuir o de açúcares.

"Não dá para dizer que as famílias estão fazendo mau uso do dinheiro. A pesquisa mostra que aumentou o consumo de arroz e feijão, o que é muito positivo. Mas, ao mesmo tempo, também cresceu o gasto com doces, biscoitos e refrigerantes, o que nos levou a recomendar programas de educação alimentar", diz Menezes.

O diretor do Ibase lembra, no entanto, que o alto consumo de açúcares também pode ser uma estratégia de sobrevivência, já que são produtos que podem ser estocados e ajudam rapidamente a aplacar a fome.

A secretária de Renda da Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Rosani Cunha, diz que isso não aconteceu só no programa. "A Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE já mostrava essa tendência para toda a população."

Outra recomendação de melhoria do programa feita na pesquisa do Ibase é aumentar a articulação com programas que permitam às famílias sair da situação de pobreza.

A pesquisa identificou que apenas 16% dos titulares do benefício disseram que o Bolsa Família os ajudou a ingressar em programas de geração de renda. No caso de cursos profissionalizantes, o percentual foi ainda menor: 8%.

"A maioria entende que o programa é temporário e quer trabalhar no setor formal. Por isso, fizemos uma forte recomendação de que o Bolsa Família se articule mais com outros programas", diz Menezes.

Cunha disse que a estratégia de integração com outros projetos começou com o programa Brasil Alfabetizado, mas que já está se expandindo: "Para qualificar, é preciso antes aumentar a escolaridade".

Serguei Soares, pesquisador do Ipea e autor de vários estudos sobre o Bolsa Família, minimiza a importância dos programas de qualificação profissional para tirar da pobreza as famílias. "De nada adiantar você qualificar uma pessoa se não houver oportunidade de emprego. Agora que voltamos a ter crescimento, é possível que os programas tenham mais eficácia, mas é preciso crescer."

Sobre a não existência do "efeito-preguiça", 99,5% dos entrevistados disseram que não deixaram de fazer algum tipo de trabalho depois que passaram a receber o programa.

## **Texto 20**

**Moradores de rua receberão Bolsa Família, afirma Patrus**

**Quinta-feira, 24/12/2009**

**Editoria: BRASIL Página: A5**

**Segundo Lula, programa poderá ser estendido a mais 60 mil beneficiários**

**Proposta, que foi anunciada pelo governo em encontro com catadores, deve valer a partir de 2011, quando Lula não será mais presidente**

**CATIA SEABRA**

**DA REPORTAGEM LOCAL**

O ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, prometeu ontem \_ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva\_ a concessão do Bolsa Família e do BPC (Benefício de Prestação Continuada) aos moradores de rua do país.

Durante celebração do 7º Natal da Vida e da Cidadania dos Catadores e da População em Situação de Rua, Patrus anunciou \_por determinação de Lula\_ que estenderá o Bolsa Família a todos os moradores de rua que cumpram as exigências legais para obtenção dos benefícios. Eles também poderão receber o BPC, benefício de um salário mínimo a pessoas com mais de 65 anos cuja renda *per capita* familiar seja inferior a 1/4 do salário mínimo.

"Levar o BPC e o Bolsa Família como está na lei hoje é compromisso", disse Patrus. Segundo o ministro, as mudanças passariam a vigorar a partir de 2011 \_quando Lula não ocupar mais a Presidência.

O universo de beneficiários pode chegar a 60 mil, segundo Lula. Mas só será mensurado após levantamento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Em discurso, o presidente afirmou que existem "por volta de 50 a 60 mil pessoas, talvez, morando em rua, em todo o Brasil". Pesquisa nacional realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social diagnosticou a existência de 31.922 brasileiros em "situação de rua".

O estudo foi feito em 71 municípios, mas excluiu as cidades de São Paulo, Belo Horizonte e Recife.

Segundo a assessoria do ministério, a concessão dos benefícios dependerá do esforço para o enquadramento dos moradores de rua nos pré-requisitos legais do Bolsa Família, como mutirões para emissão de certidão. Uma das hipóteses seria permitir que os centros de assistência social sejam usados para comprovar residência.

Neste ano, o Bolsa Família, que atende 11 milhões de famílias, foi reajustado pela terceira vez em seis anos de programa.

## ANEXO E - VINTE TEXTOS DO JORNAL ESTADO DE MINAS

TEXTO I

ESTADO DE MINAS • SEXTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 2003

## ■ BOLSA-FAMÍLIA

**CRUZAMENTO DOS CADASTROS DO ESTADO E DA UNIÃO VAI PERMITIR O AUMENTO DO NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS. TETO DE R\$ 120 PARA A SOMA DOS PAGAMENTOS ESTÁ EM ESTUDO. PROGRAMA DEVE CONSUMIR R\$ 5,4 BILHÕES, NO PAÍS, EM 2004, E ATENDER A MAIS DE 3,6 MILHÕES DE FAMÍLIAS**

## Governo negocia limite em MG

**RAFAEL PEDROSA**

Representantes dos governos federal e estadual se reúnem hoje para definir como funcionará a integração

de seus programas de transferência de renda, como o bolsa-família e o bolsa-escola. De acordo com a secretária-executiva do Programa Bolsa-Família, Ana Fonseca, que esteve ontem em Belo Horizonte, a proposta de Brasília será que o Estado passe a considerar, como parte do benefício estadual, o valor pago pelo governo federal à família que esteja cadastrada pelos dois sistemas.

A idéia é que seja fixado um teto máximo para a soma de benefícios, que deverá ficar em torno de R\$ 120. Caso alguma família receba benefícios federais estaduais, e este valor supere o teto fixado, ela deverá ter o benefício reduzido. "A vantagem é que, ao considerar a transferência federal como parte de seus benefícios, o Estado poderá ampliar o número de famílias atendidas, pois parte do recurso será liberada", afirmou Ana Fonseca.

Esse critério de negociação com os estados já foi

adotado nos entendimentos com os governos de Goiás, Distrito Federal, Acre, Mato Grosso do Sul, Amazonas e Rio Grande do

**"AO CONSIDERAR A TRANSFERÊNCIA FEDERAL COMO PARTE DE SEUS BENEFÍCIOS, O ESTADO PODERÁ AMPLIAR O NÚMERO DE FAMÍLIAS ATENDIDAS"**

■ **Ana Fonseca,**  
secretária-executiva do  
programa Bolsa-Família

Sul. Em Goiás, o governo federal se comprometeu a complementar os benefícios estaduais até os valores de R\$ 100 ou R\$ 120, conforme a faixa de renda das famílias atendidas.

De acordo com a secretária-executiva, o cruzamento dos cadastros dos programas de transferência de renda estaduais e federais já começou. Em Minas Gerais, o Bolsa-Família federal já atinge 846 dos 853 municípios, atendendo 306.524 famílias. O valor total dos benefícios federais em Minas é de R\$ 22.956.145 mensais, resultando em um valor médio de R\$ 73. Em todo o país, até este mês, já foram incorporadas ao Bolsa-Família 2,95 milhões de famílias. Até dezembro, o governo pretende ampliar este número para R\$ 3,6 milhões.

Por meio do Bolsa-Família, o governo federal está unificando diversos de seus

programas federais de transferência de renda, como o Bolsa-Escola, o Bolsa-Alimentação, o Vale Gás e o Cartão Alimentação. "Isso aumenta muito o valor médio dos benefícios, que saltou de R\$ 22 para R\$ 74", afirmou Ana Fonseca. A unificação, segundo ela, permitiu uma economia anual de R\$ 400 milhões, graças à redução do número de ordens de pagamento. "O programa, em 2004, deverá consumir R\$ 5,4 bilhões. O custo administrativo deverá ficar em torno de 5% disso, cerca de R\$ 222 milhões", afirmou a

secretária-executiva.

Para todas as famílias selecionadas, com renda mensal de até R\$ 50 por pessoa, o Bolsa-Família deposita mensalmente um benefício fixo de R\$ 50, tenham filhos ou não. As famílias com filhos até 15 anos têm um benefício variável, de R\$ 15 por filho, até o limite de três benefícios. Para as famílias com renda per capita entre R\$ 50 e R\$ 100, o programa deposita mensalmente o benefício variável de R\$ 15 por filho de até 15 anos, até o limite de três benefícios.

## Prefeitura confirma participação

O programa Bolsa-Família vai beneficiar 27 mil famílias em Belo Horizonte, este mês e, em dezembro, outras 20 mil serão incluídas. Elas fazem parte do grupo de 68 mil beneficiadas por outros programas sociais do governo federal na capital, como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás. Ontem, Ana Fonseca acertou com o prefeito Fernando Pimentel os últimos detalhes para a inclusão da capital no programa.

Em Belo Horizonte, serão investidos R\$ 3 milhões por mês. O Bolsa-Família unifica todos os anteriores. Segundo a PBH, o objetivo é

atender as famílias com renda per capita de até R\$ 100. O valor da bolsa varia de R\$ 45 a R\$ 95, e de acordo com a prefeitura, a média será de R\$ 75 por família.

A PBH informa que a seleção dos beneficiados em BH foi facilitada porque a prefeitura conta com um cadastro único das famílias. Entre as exigências para receber o benefício estão a manutenção, em dia, do cartão das crianças entre zero e seis anos com os dados sobre acompanhamento de peso e vacinação a comprovação da presença das crianças de sete a 15 anos na escola.

## ■ REPETECO

PETISTAS CRITICAM POLÍTICA SOCIAL IMPLANTADA POR TUCANOS, MAS ADOTAM PROJETOS PRATICAMENTE IGUAIS. MUITAS VEZES, SÓ MUDAM AS SIGLAS. BOLSA-FAMÍLIA, VITRINE DA UNIFICAÇÃO DE INICIATIVAS, APENAS REUNIU QUATRO PROGRAMAS LANÇADOS PELA ADMINISTRAÇÃO ANTERIOR

# Lula clona programas de FHC

LÚCIO VAZ

Com o primeiro ano de mandato quase concluído, Luiz Inácio Lula da Silva não conseguiu viabilizar as mudanças consideradas estratégicas por seu programa de governo na área social. A administração petista adotou, praticamente na íntegra, os projetos sociais implantados há anos por Fernando Henrique Cardoso. Alguns mantêm até mesmo o nome, mas outros foram "clonados". Ganharam novas siglas, mas têm características idênticas e público beneficiado semelhante aos da administração passada. Até 7 de novembro, esses programas já consumiram R\$ 13 bilhões.

O programa de governo de Lula dizia que a política do governo FHC não respeitava "as definições constitucionais e legais" e, mais que isso, aprofundava "as relações clientelistas, assistencialistas e tuteladoras, promovendo ações focalizadas, seletivas e desconectadas das demais políticas sociais". "Nosso governo, ao contrário, estará comprometido com a universalização dos direitos, sem clientelismo nem tutelas", prometia Lula. Segundo o discurso de campanha, o governo petista adotaria um sistema único de assistência social "descentralizado e participativo", capaz de "quebrar a política patrimonialista expressa pelo favor, pelas subvenções parlamentares, entre outros tantos desvios".

A única novidade entre os programas sociais de Lula, o Projeto Fome Zero, que distribui R\$ 50 por mês para famílias de baixa renda, mantém as características "assistencialistas" criticadas pelo seu programa de governo. Ainda assim, está em fase de implantação. Do total de recursos previstos para este ano, R\$ 1,27 bilhão, ape-

nas R\$ 259 milhões foram liberados até o dia 7 deste mês. A unificação de quatro programas sociais no Bolsa-Família, anunciada como a grande virada na política social do governo, trata-se, na verdade, da junção de quatro programas lançados no governo FHC: Bolsa- Renda, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação e Vale-Gás.

### CARTILHA

O Ministério da Assistência Social lançou uma cartilha onde afirma que a atual gestão encontrou a política de assistência social "repleta de ações fragmentadas e superpostas, além de pouca ou nenhuma avaliação dos programas sociais". Apesar disso, todos os programas em curso foram mantidos. Para não ficar tudo igual, os nomes foram trocados. O programa Sentinela, de combate à exploração sexual, virou Brasil Alerta. O programa Atenção à Criança agora é Nação Criança. O acesso das famílias carentes aos programas sociais, que antes ocorria por meio do Portal Alvorada, passou a ser o Casa da Família como porta de entrada.

Até mesmo os benefícios de prestação continuada para 1,5 milhão de idosos e portadores de deficiência, uma obrigação prevista em lei, ganharam nomes novos e criativos: Mais Vida e Braços Abertos. A cartilha do Ministério da Assistência Social, impressa também em inglês e espanhol, é distribuída nas viagens da ministra Benedita da Silva e entregue a comitivas estrangeiras que visitam o País. Os projetos realmente novos apresentados pela cartilha, como Atendimento à População de Rua, Caravana Social, Rede Nacional de Voluntariado, Selo de Qualidade Social e Atendimento a Comunidades Quilombolas e Indígenas, devem ser implantados a partir do próximo ano.

## Senadora do PSDB critica ação do PT

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, Lúcia Vânia (PSDB-GO), ex-secretária de Assistência Social no governo FHC, afirma que "carimbar o trabalho alheio torna-se regra no governo. Por outro lado, fico satisfeita por constatar que a chamada herança maldita na área social foi assumida pelo governo Lula. Não seria inteligente anular uma rede de proteção social em funcionamento de não menos de 12 programas".

"O Casa da Família assume as funções do Portal Alvorada, mas com ambições menores. Os programas de assistência ao idoso e ao portador de necessidades especiais são os mesmos que deixamos. O Agente Jovem, que agora recebe o nome de Ativação, já existia, mas centenas de jovens já treinados para apoiar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) e o Portal do Alvorada foram dispensados.

O prometido combate ao abuso e à exploração sexual não passa de intenção na propaganda oficial", diz.

Lúcia Vânia acrescenta que, em relação ao Peti, "nem houve aumento de metas, nem as prefeituras estão conseguindo ampliar o atendimento às duas crianças, sob risco de retrocesso no combate ao trabalho infantil".

A secretária de Políticas Sociais do Ministério da Ação Social, Nelma Azeredo, afirma que os programas foram mantidos porque o governo petista "não poderia interromper ações prestadas às populações carentes". A descontinuidade seria prejudicial aos beneficiados. Acrescentou que não havia como fazer grandes alterações no primeiro ano de governo porque o Orçamento da União para 2003 foi aprovado no ano passado, durante o governo FHC. Os recursos já estão carimbados e não há como fazer grandes alterações no Orçamento.

Nelma explica que alguns programas tiveram os nomes mudados agora, embora mantenham as mesmas características de programas antigos, porque as alterações precisam ser registradas no Plano Plurianual (PPA) de investimentos. (LV)

## POLÊMICA

A unificação dos programas sociais no Bolsa-Família gera polêmica. Prevê-se economia de R\$ 500 milhões até o final do governo Lula. A senadora Lúcia Vânia afirma que "foram necessários 300 dias para unificar apenas quatro dos programas existentes, todos eles herdados do governo anterior". Integrante da equipe do Bolsa-Família, Guto Pires afirma que a unificação vai possibilitar a potencialização dos programas já existentes, porque vai possibilitar trabalho conjunto com estados e municípios que já contam com projetos de transferência de renda. Hoje, 50 municípios estão nessa situação. "Essa integração seria impossível sem a unificação em nível federal", diz



## ■ UM ANO DEPOIS

Município mais pobre do Piauí, que foi escolhido para ser a vitrine do principal projeto social de Lula, ainda sofre com a falta de organização do programa. Enquanto muitos que não têm direito recebem do Bolsa-família, famílias carentes ainda esperam ajuda

# Fome persiste em Guaribas

LILIAN TAHANDA  
Do Correio Braziliense

Município mais pobre do Piauí e com o terceiro pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do País, Guaribas foi escolhida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para provar que é possível acabar com a fome de milhões de brasileiros. Os 4.140 habitantes da cidade representam menos de 0,01% dos miseráveis do Brasil, que somam 44 milhões de pessoas. Mas apesar da concentração de esforços na região, vitrine do programa de combate à pobreza, um ano depois do início do mandato de Lula as falhas do Fome Zero em Guaribas e nos seus arredores são tão ou mais visíveis que os progressos conquistados nesse período.

Na última semana, a reportagem atravessou o Piauí de carro para chegar a Guaribas, distante 649 quilômetros da capital, Teresina. Em cada um dos 15 municípios visitados, as ações do Fome Zero se perdem em meio à má gestão. Em Caracol, a 50 quilômetros de Guaribas, professores, comerciantes e aposentados estão cadastrados no programa, mesmo não atendendo à principal exigência do governo federal: serem pobres. Na cidade, há pelo menos 20 famílias com renda superior a meio salário mínimo por pessoa beneficiadas pelo Fome Zero. O programa paga R\$ 50 mensais para garantir alimentação ítima aos miseráveis.

Janelita Ribeiro Soares, 59 anos, uma das beneficiárias do programa, tem pelo menos seis fontes de renda. Entre elas, um sítio com piscina, onde as crianças da cidade podem nadar se pagarem ingresso de R\$ 1. Em Caracol, há outras 527 famílias incluídas no programa.

Enquanto uma parte da população de Caracol recebe o dinheiro sem estar dentro dos critérios estabelecidos pelo governo, na área urbana de Guaribas

ocorre o inverso: 43 das 281 famílias em situação de miséria não recebem nada desde abril. Elas só tiveram acesso até a terceira parcela do pagamento, iniciado este ano. "Já mandamos a relação dos cadastrados que não recebem para a Caixa Econômica Federal e para o ministério pelo menos umas seis vezes. Até agora não tivemos explicação", afirma Lauro César de Moraes, enfermeiro e integrante do Comitê Gestor da cidade, grupo constituído por pessoas da prefeitura e líderes da comunidade para fiscalizar o programa.

A pobreza persiste mesmo entre as famílias que recebem regularmente o dinheiro do Fome Zero. A principal carência das pessoas que sobrevivem da roça do feijão, milho e arroz é a água. Mas é justamente nesse ponto que a ação do governo ainda é muito primária. Em pelo menos oito das 12 microrregiões que fazem parte de Guaribas, não há sistema de abastecimento. A última chuva, de 4 de novembro, foi fraca. As mudas de feijão não vingaram, base do plantio no lugar. Ao mesmo tempo que a natureza não ajuda, o dinheiro enviado pelo governo é pouco para garantir a feira dos 30 dias. A maioria das famílias gasta a quantia na primeira quinzena do mês.

## PATRIMÔNIO

Numa cidade em que a maioria das famílias sobrevive sem nenhuma renda fixa, Janelita Ribeiro Soares, de 59 anos, seria a pessoa menos indicada para receber os R\$ 50 do Cartão-Alimentação. Ela tem seis fontes de renda, entre elas o Fome Zero. Recebe também R\$ 240 de aposentadoria rural do INSS, dá aulas e ganha outros R\$ 345. As duas filhas são funcionárias da Prefeitura de Caracol. Com as economias, a família conseguiu comprar casa própria de cinco cômodos e um sítio.

## Famílias convivem com porcos, sede e doenças

Não eram 8h da terça-feira passada quando o ministro das Cidades, Olívio Dutra, embarcou no avião da Força Aérea Brasileira (FAB) de Brasília com destino a Guaribas. Ele foi à cidade para representar o governo no lançamento do programa de abastecimento de água da região. O mesmo tempo que Olívio Dutra levou para percorrer os mais de dois mil quilômetros entre Brasília e Guaribas foi gasto pela dona-de-casa Leidiane Correia Maia, de 26 anos, para carregar na cabeça 20 litros de água de um poço a cinco quilômetros de distância de onde mora.

A casa de três cômodos que Leidiane divide com os cinco filhos e o marido João Mendes Maia fica no Brejão, povoado rural de Guaribas. Essa é uma das oito microrregiões que não foram assistidas pelo programa de abastecimento de água. Apenas quatro povoados, dos 12 que compõem o município, entraram no programa, uma parceria entre o Ministério das Cidades e o Ministério da Segurança

Alimentar e Combate à Fome.

A água é apenas uma das carências na casa de Leidiane. Apesar de não ter nenhuma fonte de renda, ela e os filhos não estão entre as famílias beneficiadas pelo Fome Zero. Sem o dinheiro do governo e a água para poder plantar, o casal sobrevive com a venda esporádica de porcos que a família cria solta, no meio das crianças, pelo povoado de Brejão. Em média, há um porco para cada morador. Por causa do contato direto com os animais, as crianças vivem doentes.

A situação da família de Valdirene da Rocha Silva, de 36 anos, é um exemplo de que só o dinheiro distribuído pelo governo é insuficiente para garantir cidadania. Beneficiária do Cartão-Alimentação desde fevereiro, a rotina de pobreza vivida pela dona-de-casa, seus três filhos e o marido mudou muito pouco. Todos os dias ela acorda às 6h para buscar lenha em uma fazenda distante um quilômetro da casa onde mora. Seguem com ela os filhos Dalila, de 6 anos, João Cornélio, de

5, e Soraia, de 8. Aos 4, Dalila aprendeu a acomodar o feixe de madeira na cabeça. Hoje, repete o que diz a mãe para justificar horas extenuantes de trabalho. "Estou incutida de andar por esse mundo velho para ajudar minha mãe a catar lenha", diz a menina.

## COMBUSTÍVEL

A madeira, cortada a facão, é o combustível do fogão de abode (terra batida) improvisado no quintal. Um fogão a gás permanece desligado dentro de casa. Um botijão em Guaribas custa R\$ 33, luxo para quem tem como única fonte de renda R\$ 50 da bolsa governamental. O dinheiro também está longe de permitir que a família se aproxime da meta do Fome Zero de dar a cada família três refeições por dia. O dinheiro mal dá para o almoço dos primeiros quinze dias. "Compro arroz, óleo, farinha e macarrão", conta Valdirene. Quando acabam os mantimentos, ela cozinha só o feijão, colhido na roça da família ainda em 2002. Sem chuva, a safra de 2003 não vingou.

## Graziano diz que fiscalizar é complicado

O ministro da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano, disse que as falhas constatadas em Caracol se devem à falta de fiscalização do andamento do Fome Zero nos municípios. "Não deu tempo, não tivemos fôlego. E não foi por falta de recursos, o problema é que estamos em 2,5 mil municípios e fiscalizar todo esse universo é tarefa difícil", afirmou o ministro. José Graziano disse que até hoje não havia recebido nenhuma denúncia de irregularidades em Caracol, mas que problemas como os dessa cidade ocorrem com certa frequência em outros municípios cobertos pelo Fome Zero. "Temos tido muito esse tipo de problema. Muitas vezes, o comitê gestor faz a denúncia, mas as pessoas não são excluídas do programa porque são ligadas aos prefeitos", admite o ministro.

Sobre as 43 famílias de Guaribas que estão cadas-

tradas no Fome Zero, mas não recebem o benefício desde abril, Graziano disse já conhecer o problema. Ele afirmou, no entanto, que a falha não foi resolvida até agora por causa da falta de organização da Prefeitura de Guaribas. "Quem faz essa documentação é o prefeito. Em Guaribas, esse cadastro deve estar em algum lugar da prefeitura. O ministério e a Caixa Econômica já cadastraram essas famílias, o que demonstra que, de fato, elas precisam do benefício", reconhece Graziano.

O ministro prometeu apurar as denúncias em Caracol. Excluir os que ganham irregularmente é mais fácil que incluir pessoas que não têm sequer a documentação necessária para entrar no programa", destacou. Ele lembrou que, em 2004, os integrantes dos comitês gestores vão passar por outro curso de treinamento oferecido pelo ministério.

## BENEFÍCIO IRREGULAR

De acordo com Jovem Vieira, integrante do Comitê Gestor do Fome Zero em Caracol, os seguintes moradores do município recebem ajuda do governo irregularmente: Leidenice Amorim Costa (professora), Guilhermina Mendes da Silva Rocha (merendeira), Eliza Rodrigues Xavier da Trindade (funcionária da prefeitura), Maria do Socorro da Silva Macedo (fazendeira), Valdirene Leal de Sousa (enfermeira), Maria Nunes Rocha (fazendeira), Eugênio Ângelo Ribeiro (aposentado), Valdeci da Silva (aposentado), Iva Marques do Nascimento (fazendeira), Dominguiha Nunes do Nascimento (dona de imóveis alugados), Maurícia Xavier da Trindade (aposentada), Daureny dos Reis Nunes Silva (professora), Isabel Pereira Mendes (comerciante), Antônia da Silva Mendes (comerciante), Sebastiana Gomes Ramos Moraes (aposentada), Merivânia Macedo Lima Lisboa (fazendeira), Maria Ducarmo Gomes de Oliveira (aposentada) e Maria das Dores de Oliveira Falcão (funcionária da prefeitura).

# Patrus descarta aumento de bolsa

**ALESSANDRA MELLO**

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, descartou ontem, em Belo Horizonte, a possibilidade de aumentar os valores pagos pela Bolsa-Família no lugar de elevar o salário-família, como estuda o governo federal. Patrus disse que o governo gostaria de pagar um valor maior para a Bolsa-Família, mas “dinheiro não cai do céu”. A proposta da equipe econômica do governo federal é elevar o mínimo de R\$ 240 para R\$ 260 e o salário família, que atualmente é de R\$ 13,48 por filho, para R\$ 25.

O ministro afirmou que o valor médio da Bolsa-Família pago atualmente, cerca de R\$ 73, é três vezes maior do que a média do governo Fernando Henrique Cardo-

so. Para o ministro, a Bolsa-Família poderia ser elevada desde que houvesse uma participação maior dos governos estaduais e das prefeituras no valor pago.

Patrus não quis comentar sobre a polêmica envolvendo a definição pelo governo do novo valor do salário mínimo. “Só falo sobre os assuntos envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”. O ministro disse que vai propor aos governadores e aos prefeitos das cidades com mais de 100 mil habitantes uma parceria para a construção de restaurantes populares. As prefeituras e os governos estaduais cederiam o terreno e o ministério bancaria a construção do restaurantes, que seriam operados pelo poder público diretamente ou por meio de concessão.

## ANÁLISE DA NOTÍCIA

Todo ano é a mesma novela, sempre em abril. O governo faz as contas e avisa que não pode dar o salário mínimo dos sonhos dos brasileiros, por causa do impacto nas contas da Previdência. A novidade este ano é o embate entre setores políticos do governo, ávidos por apresentar uma boa notícia em temporada de popularidade de Lula em queda, com a equipe econômica, sempre zelosa em manter o equilíbrio das contas públicas e cumprir as metas estabelecidas no acordo com o Fundo Monetário Internacional. Pelo que deu para sentir ontem – que o digam os sindicalistas que estiveram com o presidente Lula – deve prevalecer a visão conservadora do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, apesar de todas as pressões que o governo vem sofrendo. Lula prometeu, na campanha, dobrar o mínimo em quatro anos. Já está no segundo e a promessa longe de ser cumprida. Quando bater o martelo, vai anunciar uma série de outras medidas compensatórias. Para sua imagem, pouco adiantará.

**BOLSA-FAMÍLIA**

Irregularidades em programas como Bolsa-Escola, Auxílio-Gás e Cartão Alimentação levam governo a investigar sete beneficiários em três cidades e ministro admite que há falhas

# Governo suspende cadastros

BRASÍLIA - O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome pediu à Caixa Econômica Federal a suspensão do cadastro de sete beneficiários irregulares do Programa Bolsa-Família. Além disso, três equipes do ministério e da Controladoria Geral da União estão a caminho de Pedreiras (MA), Cáceres (MT) e Piraquara (PR), cidades onde foram constatadas as irregularidades, segundo informou ontem a secretária-executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ana Fonseca, ao anunciar as medidas tomadas para solucionar os problemas apontados no Bolsa-Escola pela reportagem de uma rede de TV.

A reportagem constatou diversas famílias de classe média que recebem indevidamente dinheiro de programas como o Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. Esses quatro programas foram substituídos no atual governo pelo Bolsa Família.

Segundo Ana Fonseca, depois de comprovada a denúncia, os beneficiários irregulares terão que devolver todo o dinheiro recebido. No caso dos pre-



“ Nós unificamos os cadastros anteriores, que eram de fato frágeis, e que herdamos do governo passado ”

■ Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Social

feitos, se for confirmado que tinham conhecimento do fato, serão processados por improbidade administrativa. Ana Fonseca disse também que o ministro Patrus Ananias já pediu auxílio do Tribunal de Contas de União e da Procuradoria Geral da República nas investigações.

Já foram enviados oficiais para os prefeitos das três cidades. A secretária considerou positiva a reportagem que apontou as irregularidades. “Ela incentiva a sociedade a ajudar na fiscalização do programa”, afirmou. Segundo Ana Fonseca, atualmente o programa é fiscalizados por 2 mil coordenações

municipais e 16 estaduais. A secretária disse também que, quem quiser denunciar irregularidades ou tirar dúvidas sobre o programa pode fazer ligações gratuitas pelo telefone 0800 707 2003.

**CRÍTICAS** O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, admitiu a existência de falhas no sistema de controle dos programas do Bolsa-Família e prometeu fazer as correções necessárias. Patrus também aproveitou para criticar os programas sociais do governo Fernando Henrique Cardoso. “Nós unificamos os cadastros anteriores, que

eram de fato frágeis, e que herdamos do governo passado”, criticou o ministro.

Para solucionar os problemas encontrados, o ministro prometeu implementar conselhos que acompanhariam a unificação dos cadastros, além de exigir um maior controle por parte dos prefeitos eleitos. Porém, diante da evidência de que existem casos de mau uso do novo cartão do Bolsa Família, Patrus Ananias prometeu tomar outras providências. “O Brasil é um País grande, complexo e descentralizado, com mais de 5.500 municípios”, procurou explicar.

Segundo Patrus, as correções serão feitas sem que se interrompam os cadastramentos. “Nós poderíamos penalizar os pobres em função de distorções que efetivamente ocorrem”, justificou. O ministro se comprometeu ainda a cumprir o cronograma de controle das crianças inscritas no Bolsa Família. “Em novembro, nós enviaremos para todas as prefeituras co-responsáveis todos os dados das crianças (...) e, a partir de abril do ano que vem, será implantado o controle eletrônico nas escolas.”

## CORRUPÇÃO

Governador diz que denúncias de irregularidades na execução de programas sociais são exploradas politicamente e vê massacre sobre titular da pasta do Desenvolvimento Social

# Aécio sai em defesa de Patrus

RAFAEL PEDROSA

O governador Aécio Neves (PSDB) afirmou ontem que o ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, está sendo vítima de um "massacre", e sugeriu que as falhas existentes no programa Bolsa-Família estão sendo exploradas politicamente por pessoas interessadas em ocupar o cargo do ministro. "Acho que existem problemas na pasta, são alardeados, constatados e comprovados, mas existem certamente outros que querem ocupar essa função. Eu não quero, nem tenho condições de definir ou determinar quem é o principal agente disso", declarou Aécio.

A principal falha que vem sendo cobrada de Patrus é a falta de um sistema eficiente de fiscalização dos beneficiados. Muitos dos que recebem benefícios federais são comerciantes, funcionários públicos e outras famílias que estariam acima da faixa de renda que se enquadra nos critérios dos programas. O ministro defendeu-se afirmando que o cadastro único, que está sendo criado pelo governo federal, reúne dados de cadastros feitos pelas prefeituras e por governos anteriores, que já apresentavam falhas.

Também ficou comprovado que não existe um sistema de verificação de presenças das crianças atendidas pelo Bolsa-Família e o Bolsa-Escola. Uma das condições para o recebimento dos benefícios é que as crianças frequentem um mínimo de aulas. O ministro disse que a idéia é implantar um cartão eletrônico para registro de presença dos alunos. Onde não houvesse estrutura para isso, em grotões do interior, essa verificação seria feita manualmente.

Apesar de ter defendido o minist

tro, Aécio Neves criticou as falhas do Bolsa-Família, e disse estar preocupado com a possibilidade de retorno de políticas assistencialistas. "Não devemos voltar àquela tradição nefasta da simples oferta dos recursos, sem nenhuma contrapartida, seja na educação ou na saúde", afirmou.

**SOLIDARIEDADE** O governador mineiro disse fazer questão de prestar solidariedade a um conterrâneo, mas evitou atribuir diretamente a fritura do ministro mineiro a pressões de outros estados. "Eu não tenho esse preconceito, essa visão de inferioridade de Minas. Nós vivemos um jogo, existe realmente uma grande imprensa que tem uma presença nacional muito forte, e Minas não faz parte desse núcleo, mas acho que o ministro terá condições de se recuperar", declarou.

Aécio Neves disse que recuperação de Patrus depende sobretudo da apresentação de resultados, e que se isso ocorresse, não haveria campanha capaz de fragilizá-lo. "Acho que está havendo uma ação muito vigorosa contra o ministro, que não assumiu há muito tempo esse ministério. É uma máquina muito complexa, que precisa realmente de uma gestão mais afirmativa", disse o governador.

“  
Está havendo  
uma ação muito  
vigorosa contra o  
ministro, que não  
assumiu há  
muito tempo

”

Aécio Neves,  
governador

## Ministro promete punição

BRASÍLIA - O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, garantiu ontem todo o empenho do governo federal para investigar denúncias de irregularidades na aplicação de verbas de programas sociais, como o Bolsa-Família. Durante a cerimônia de lançamento do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, que vai definir políticas de fiscalização e estratégias conjuntas de trabalho, Patrus confirmou que os envolvidos em fraudes serão punidos exemplarmente e prometeu maior rigor no controle da liberação de dinheiro e do cadastramento dos beneficiados.

"Temos às últimas conseqüências, é claro, dentro da legalidade, dentro da Constituição, para que as pessoas envolvidas sejam punidas em todos os níveis: financeiro, penal e administrativo. Me parece que é possível recuperar esse dinheiro. Nós faremos o que estiver ao nosso alcance, mas quem aplica a lei é o Ministério Público", argumentou. Ele destacou que o ministério já encaminhou representação à Corregedoria Geral da União (CGU), ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à Procuradoria-Geral da República (PGR), para que tomem as providências necessárias nos três municípios citados por reportagem do *Fantástico*, da Rede Globo - Piraquara (PR), Cáceres (MT) e Pedreiras (MA) e, até o final da semana, deve receber um balanço das investigações preliminares. Segundo a secretaria-executiva do Ministério, 200 mil benefícios foram cancelados desde o começo do ano, após a constatação de falhas no cadastro.

**COLABORAÇÃO** Patrus voltou a pedir a participação da sociedade nos processos de fiscalização e defendeu o papel da imprensa nas denúncias. Segundo ele, apenas com uma ação coordenada dos diversos segmentos é possível corrigir as distorções, "comuns em qualquer projeto humano". O ministro confirmou que, nos próximos dias, acertará os detalhes de uma parceria com os Ministérios Público Federal e Estaduais para que os promotores de Justiça ajudem a fiscalizar as exigências legais do Bolsa-Família.

Também nos próximos dias, o Ministério do Desenvolvimento Social firmará convênio de cooperação com o Ministério da Saúde para que todos os agentes de saúde fiscalizem o cumprimento de exigências do programa, como a vacinação das crianças e o atendimento pré-natal às mães. O ministério da Educação, por sua vez, iniciará, até o final do ano, o controle eletrônico de presença nas escolas das capitais.

## EM DIA COM A POLÍTICA

BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

E-mail para esta coluna: baptista.almeida@uai.com.br

### Lula compra briga do Bolsa Família

O governo federal decidiu comprar a briga política do Bolsa Família. Incomodou muito ao Palácio do Planalto o termo esmola, usado por setores da mídia para se referir ao programa. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva entrou o ano cuidando do assunto. Recebeu o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, na segunda-feira, para fazer um balanço das ações do governo na área social. Pelo jeito, gostou dos números. No dia seguinte, em encontro com a cúpula do PTB, comentou os números que recebeu de Patrus. E saiu, ele próprio, contando que já são mais de 6,5 milhões as famílias e que a meta prevista para o ano passado foi ultrapassada em 72 mil cartões. Além disso, o Ministério do Desenvolvimento Social foi o que mais executou de seu orçamento em 2004. No Bolsa Família, o índice chegou a 97%.

A briga de Lula é ideológica. Não é para menos. O orçamento da área social comandada por Patrus para este ano é de R\$ 16 bilhões, incluindo, além do Bolsa Família, os benefícios de prestação continuada, estabelecidos pela Lei Orgânica de Assistência Social e pelo Estatuto do Idoso. A nova legislação para a terceira idade, aliás, fez subir muito os gastos do governo. Os críticos do programa alegam que o dinheiro seria mais bem aplicado em infra-estrutura, com o discurso de que é melhor dar a vara de pescar – o emprego – do que o peixe. Não é sem razão que o governo, diante das críticas, vai priorizar, este ano, os investimentos na porta de saída do Bolsa Família, na capacitação dos mais necessitados.

Os números do Bolsa Família atendem às metas do governo, mas o Planalto avalia que há pouca visibilidade em relação ao programa. Desde que surgiram denúncias de desvios, já foram cancelados mais de 200 mil cartões e foi elaborado um plano de ação em conjunto com a Caixa Econômica Federal para tornar as fraudes mais difíceis. Além disso, foi montada uma rede de controle emergencial, com os Conselhos de Assistência Social e Tutelares da Infância e da Adolescência dos municípios, além do Ministério Público. A idéia do governo é resistir às críticas, partir para o embate político e deixar clara a sua opção pelos pobres.

## POLÍTICA

### Veto religioso

O candidato oficial do PT à presidência da Câmara dos Deputados, Luiz Eduardo Greenhalgh, vai enfrentar grande resistência na bancada evangélica, que tem, pelo menos, 58 parlamentares. É que seu discurso fala em aproximação com os movimentos sociais, que, para os evangélicos, soa como CNBB e MST. Com isso, se quiser virar os votos, Greenhalgh vai ter que gastar muita saliva.

### Pane no Siafi

Em 29 de dezembro, no apagar das luzes dos trabalhos no Congresso e mesmo depois de votar o Orçamento da União para este ano, deputados e senadores fizeram uma sessão para aprovar uma série de créditos suplementares. Eram R\$ 2,5 bilhões em recursos extras para os ministérios, dos quais, R\$ 600 milhões para investimentos. O que provoca, até hoje, uma corrida de parlamentares a Brasília, para tentar emendas do ano passado. Como? Bem, como acontece todo ano, o Siafi dá pane nesta época e fica os primeiros dias de janeiro registrando liberações com data de 31 de dezembro.

### Outra correria

Há outra razão para os deputados e senadores voltarem a Brasília e entrarem na correria para conseguir recursos para os municípios. É que, em muitos casos, o dinheiro estava disponível para prefeitos que perderam a eleição e não se esforçaram para liberar a verba, que só chegaria quando o adversário já estaria no cargo. Com a brecha, os prefeitos novos podem ter um rasgo de esperança. Desde que consigam organizar a papelada necessária em tempo recorde.

### Prefeitos na foto

O PTB fez questão de levar os dois prefeitos das maiores cidades comandadas pelo partido ao encontro de ontem com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Duciomar Costa, de Belém, e Alberto Bejani, de Juiz de Fora, acompanharam a cúpula do partido na visita ao Palácio do Planalto. Os petebistas fazem festa, mas a preocupação do governo é com a sucessão de João Paulo Cunha na Câmara dos Deputados. Assunto que o presidente Lula trata com o partido desde terça-feira.

## PINGAFOGO

- Lula tem motivo de brigar pelo Bolsa Família no Brasil. O combate à fome é o principal discurso de sua política externa. E o Fórum Social está chegando.
- Por falar nisso, o presidente Lula retoma a sua agenda de viagens na semana que vem. Já devia estar com saudades de pegar a estrada. Ou melhor, o avião. Já será no novo?
- O presidente do PMDB, Michel Temer, diz que a decisão do Supremo Tribunal Federal de manter a anulação da convenção do artigo não faz diferença. Uai, se não faz, por que então recorrer ao STF?
- O governo já ligou a pácarregadeira para tentar passar o trator na candidatura de Virgílio Guimarães à presidência da Câmara dos Deputados. Mas a briga ainda promete muitas emoções.
- O PT quer lançar manifesto em defesa da candidatura de Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). Os apoiadores de Virgílio dizem que têm mais de 290 assinaturas em sua defesa. Daqui a pouco, vai aparecer assinatura nas duas listas.
- Ronaldo entrou em campo para jogar seis minutos. Sofreu um pênalti com dois minutos. E logo depois foi substituído. Será que cansou?

### Chapa de consenso

O prefeito de Mariana, Celso Cota Neto (PMDB), será o novo presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM). Ele encabeça uma chapa de consenso que deverá ser ratificada pelos prefeitos eleitos em um grande encontro, programado para o dia 19 de janeiro, no Minascentro. De acordo com a atual presidente e ex-prefeita de Três Pontas, Adriene Barbosa Andrade, a posse será uma oportunidade para mobilizar os prefeitos em torno de propostas de fortalecimento dos municípios. Com a saída da prefeitura, Adriene pretende assumir a coordenação da campanha do marido, o vice-governador Clésio Andrade (PL), que é pré-candidato ao Senado.

## FOME ZERO

Prefeitos de pequenos municípios admitem que desconhecem os mecanismos para poder fiscalizar o Bolsa Família. Alguns acusam os antecessores de sumirem com os cadastros

# Dificuldade para fiscalizar

BERTHA MAAKAROUN

Desinformação e apatia na busca de informações em relação às famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e disputas políticas entre prefeitos recém-eleitos e antecessores são o principal empecilho para a fiscalização do programa em pequenos municípios no País. Ontem, o secretário-executivo adjunto do Ministério do Desenvolvimento Social, João Fassarella, fez apelo a prefeitos do semi-árido mineiro para que, em parceria com as comunidades locais, se envolvam no controle e acompanhamento do programa. "O controle social é exercido pela prefeitura e pela comunidade local. Estamos ampliando as parcerias com os municípios para que sejam implantados os conselhos responsáveis pela fiscalização", disse Fassarella.

Segundo ele, o ministério está empenhado no aprimoramento do cadastro, gerado a partir da unificação de três bancos de dados de programas sociais há três anos. "Fizemos o cruzamento de dados do cadastro com outras bases de da-

dos do governo. Detectamos duplicidade de inscrições. A base de dados revista foi repassada aos municípios para que observem in loco, pelo conhecimento que os prefeitos têm das famílias, se há desvios. Estamos pedindo que participem no controle social indispensável ao êxito do programa", considerou.

Apesar de o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estar empenhado em envolver prefeituras, nas pequenas cidades a empreitada esbarra na desinformação dos prefeitos, que não raro ainda não tiveram acesso à lista dos cadastrados porque os antecessores desapareceram com os cadastros do programa. "Não recebemos nenhuma informação da administração anterior. Não há arquivo nem registro do programa", queixou-se José Humberto (PP), prefeito de Jequitai, pequeno município da região Norte de Minas. Com 8.237 habitantes e receitas que giram em torno de R\$ 350 mil por mês, 1.099 famílias da cidade estão incluídas no programa, um pouco mais do que a metade da população residente, já que em média cada família tem quatro membros. "Temos de levan-

tar todo arquivo até para acompanhar se as famílias incluídas têm direito ou não", disse Humberto, desconhecendo o fato de que, no site do ministério, as prefeituras podem consultar as famílias beneficiadas, além de ter acesso a banco de dados restrito com informações socioeconômicas.

Reconhecendo a importância do programa, Humberto manifesta disposição em acompanhar os beneficiários do programa. Ele estima que existam alguns poucos casos de famílias recebendo indevidamente, já que sequer foram buscar os cartões do programa, encaminhados pela Caixa Econômica Federal. "Se não buscaram é porque estão com vergonha. Acho que a fraude existe à medida em que o administrador passado sumiu com os cadastros", disse.

Manoel Nonato (PDT), prefeito de Cônego Marinho, município do Norte do Estado, com 6.497 habitantes e receita equivalente a Jequitai, só cita o número de famílias beneficiadas pelo programa – 736, que correspondem a 45% dos habitantes da cidade – após consultar a sua assessoria. Em seguida, declarou: "Tem família que não deveria es-

tar recebendo e recebe. Tem outras que deveriam receber e não estão incluídas. A questão é que incluir é fácil. O difícil é excluir". Nonato diz que conhece as famílias e, por isso, é fácil indicar aquelas que estão recebendo indevidamente. Entretanto, não demonstra conhecer os trâmites do Ministério do Desenvolvimento Social para fazê-lo.

Em Patís, município recém-emancipado no Norte de Minas, com 4.353 habitantes e 130 famílias beneficiadas pelo programa, o prefeito Valmir Morais (PTB) declara não ter condições neste momento de realizar o acompanhamento e fiscalização das famílias beneficiadas pelo programa. "Só agora estamos tomando pé da situação. Recebemos o cadastro do ministério mas ainda estamos levantando a situação das famílias", considera. Segundo ele, que é presidente da Associação Mineira do Norte de Minas (Amans), apesar de o programa ser muito importante e essencial para retirar famílias da absoluta miséria, a maior parte dos pequenos municípios tem dificuldade em fiscalizar. "Algumas cidades não têm nem técnicos", sustenta.

## Consulta pode ser feita por internet

No site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – [www.desenvolvimento-social.gov.br](http://www.desenvolvimento-social.gov.br) – as prefeituras podem consultar e obter informações sobre os beneficiários do programa Bolsa Família. Não apenas prefeitos podem promover consultas, como qualquer cidadão interessado em conhecer as famílias beneficiadas.

Por conta da desinformação, sobretudo de gestores municipais, o ministério lançou uma cartilha "Desenvolvimento Social: Guia de Políticas e Programas". Tendo o Bolsa Família como carro chefe, a cartilha elucida 15 programas sociais do governo federal em parceria com estados e municípios.

Até o final do ano passado, o ministério recebeu 2,2 milhões de denúncias. Encaminhadas à fiscalização, 4.560 delas – 0,08% dos casos – procediam. Em janeiro deste ano foram 348 denúncias, das quais 220 estão sendo investigadas. As demais foram desconsideradas por insuficiência de dados.

No ano passado, problemas no cadastro único – sobretudo duplicidade de famílias – levaram ao bloqueio de 278 mil benefícios. Segundo a assessoria do ministério, o cadastro único foi gerado a partir da fusão, há três anos, dos cadastros utilizados em diversos programas sociais. Por conta disso, apresentava vários problemas, muitos dos quais vêm sendo sanados em trabalho de cruzamento de informações com outros bancos de dados do governo federal. Os cadastros revistos são encaminhados aos prefeitos para que verifiquem no local a situação das famílias. Segundo o secretário-executivo adjunto do programa, João Fassarella, por conta da iniciativa do governo federal as fraudes podem ser detectadas, como foi o caso de Teresina, em que 20% dos servidores da prefeitura recebiam a Bolsa Família. "O caso, como toda denúncia, está sendo apurado. Peço aos prefeitos que fiscalizem, acompanhem. Temos de programar ação de validação dos cadastros", disse.

## BOLSA FAMÍLIA

### PÚBLICO ALVO

Famílias com renda mensal de até R\$ 100

### FAMÍLIAS CADASTRADAS NO PAÍS

8,2 milhões

### FAMÍLIAS BENEFICIADAS

6,571 milhões no País, das quais 756 mil em Minas e 71 mil em Belo Horizonte

### TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS

Quatro pessoas

### REQUISITOS DO PROGRAMA

Frequência à escola, vacinação e pré-natal da gestante e acompanhamento da nutriente

### COMO PARTICIPAR

Gestores municipais desempenham função estratégica na identificação das famílias que

se encontram em situação de pobreza. Cabe às prefeituras definir o responsável pela coordenação municipal do programa; constituir órgão de controle social; proceder à inscrição das famílias pobres no Cadastro Único do Governo Federal, mantendo atualizadas as informações; tornar acessíveis ações e serviços nas áreas de educação e de saúde que permitam que as famílias cumpram os requisitos do programa; promover, em articulação com estados e com a União, o acompanhamento do cumprimento dos requisitos das áreas de saúde e de educação; acompanhar as famílias beneficiárias do programa, promovendo a melhoria das condições de vida na perspectiva da inclusão social.

## BOLSA FAMÍLIA

# Critérios podem mudar

RIO – O governo federal estuda a inclusão de outros critérios, além da autodeclaração de renda, para a concessão do Bolsa Família. Hoje, é preciso que o chefe da família informe renda per capita inferior a R\$ 100 para ser considerado pobre e a R\$ 50 para ser classificado como extremamente pobre. Cada família pode receber até R\$ 95. Um cruzamento entre os dados do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) revelou que a renda declarada por 200 mil famílias é inferior ao que as empresas informaram ao governo.

A secretária nacional de Renda e Cidadania, Rosani Cunha, informou que estão sendo levantadas experiências de outros países nos cadas-

tros para benefícios sociais. Ela esteve no México, onde são levadas em conta informações como quem é o chefe da família, número e crianças, se há deficientes físicos no núcleo familiar, a escolaridade e até a situação do domicílio.

“Estou inspirada no exemplo do México. Não há renda declarada, mas variáveis que recebem um peso. A média vai determinar se aquela família precisa do programa de transferência de renda. Há um grande peso para a situação do domicílio, por exemplo. É levado em conta o tipo de piso, de teto, se há banheiro ou não”, disse Rosani, que participou ontem de encontro sobre linha de pobreza na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A secretária ressaltou que a adoção de novos parâmetros para inclu-

ção no Bolsa Família será feita a médio prazo. Equipes do ministério estão conhecendo experiências de outros países – um grupo ainda vai ao Chile – e de municípios brasileiros. O estudo é feito com empréstimo do Banco Mundial.

O governo terminou semana passada de distribuir aos municípios CDs para atualização do cadastro do Bolsa Família. Em 200 mil casos foram encontradas divergências na autodeclaração de renda e nos dados da Rais. O governo federal vai pagar R\$ 6 por cada cadastro válido devolvido pelas prefeituras. “Não bloqueamos esses benefícios porque os dados da Rais são de 2003. Pedimos às prefeituras que confirmem ou não a renda da Rais. Se for confirmada, esses benefícios serão cancelados”, afirmou Rosani.

## FRAUDE

Parte dos cadastrados recebem duas vezes o benefício, enquanto outros carentes não são contemplados. Amostra indica que desvio envolve mais de 150 mil pessoas

# Duplicidade no Bolsa-Família

SOLANO NASCIMENTO

Parte dos cadastrados no Bolsa-Família, o maior programa social do governo, está recebendo o benefício em duplicidade. Levantamento feito pelo Estado de Minas indica que o problema pode atingir mais de 150 mil pessoas. O desvio tem três conseqüências graves:

distorce os números do cadastro do governo, faz com que beneficiados ganhem acima do valor máximo fixado nas regras do programa e, principalmente, reduz o volume de recursos para ajudar famílias carentes que ainda não conseguiram o auxílio. Cadastros de 3.759 beneficiários inscritos foram analisados em três municípios de estados diferentes: Paulo Bernardo (GO), Brasópolis (MG) e Mucugê (BA). Foram encontradas 52 duplicidades, 12 das quais somente entre as beneficiárias com o nome de Maria inscritas em Brasópolis.

Os casos representam 1,4% dos benefícios dos três municípios. O número é aparentemente baixo, mas, se for projetado para todos os 11,1 milhões de beneficiários do Bolsa-Família, indica que podem estar ocorrendo 156 mil casos de pagamentos duplos a cada mês. Pelo valor médio do benefício do programa, um desvio nessa dimensão implica prejuízo de mais de R\$ 9,5 milhões mensais. Questionado sobre o problema, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) confirmou a existência das duplicidades e prometeu, na próxima folha de pagamento do Bolsa-Família, suspender 50 mil benefícios por causa do problema.

Alguns casos de nomes repetidos já vinham ocorrendo nos últimos anos, mas a situação se agravou por causa da migração de outros programas sociais, como o Bolsa-Escola e o auxílio

para compra de gás, para dentro do Bolsa-Família, em um processo de criação do cadastro único concluído no mês passado. Ao serem convocadas para fazer o novo cadastro, muitas famílias levaram um documento distinto do que havia sido apresentado na inscrição original. Com isso, apesar de alguns dados como nome

““

Muito já foi feito para corrigir o cadastro, mas sabemos que precisamos continuar sendo vigilantes

””

Rosani Cunha

Secretaria nacional de Renda e Cidadania do MDS

solteira da beneficiária e, o outro, de casada.

É o que ocorre com a agricultora Maria Nilza Conceição, de Mucugê, que tem uma inscrição com o nome de solteira e outra incluindo o Almeida do sobrenome que adquiriu do exmarido. Dona de dois cartões, ela saca a cada mês R\$ 190 do auxílio do governo, exatamente o dobro do limite máximo previsto nas regras do programa. "Esse dinheiro é uma bênção, é maravilhoso", comemora Maria Nilza, que complementa a renda do benefício trabalhando na colheita de café, cultura característica daquela região central da Bahia, e enfrenta uma jornada de nove horas de labuta para receber R\$ 15 ao dia. Sustenta oito filhos, dos quais sete estão na escola, e mora em uma casa de apenas um quarto.

No município vizinho de Ibicoara, a cozinheira Eloisa de Novais Santos Tostes também está recebendo o auxílio em duplicidade. Neste caso, os benefícios ganhos nos dois cartões somam R\$ 120 e

ajudam a complementar a renda de um salário mínimo, obtido na cozinha de uma empresa agrícola, que ela precisa para viver com quatro filhos. "O dinheiro do governo me ajuda a comprar material escolar e merenda para as crianças", afirma.

Mesmo com a duplicidade, fica claro que o dinheiro do Bolsa-Família não é excessivo para mães como Maria Nilza e Eloisa. No entanto, há um grupo de pessoas ainda mais necessitadas que está fora do cadastro. Segundo levantamento feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), com base em dados de 2004, metade das famílias carentes do país com renda per capita de até um quarto de salário mínimo não recebe nenhum benefício do governo. "Tem muita gente que necessita e não está recebendo", confirma Elisângela Costa Santos, secretária de Ação Social de Ibicoara. Parte da população urbana do município vive em área sem esgoto tratado e

com abastecimento de água feito apenas por algumas torneiras espalhadas pelas ruas.

Apesar dos desvios, levantamentos do Ipea e do Banco Mundial mostram que o Bolsa-Família é um dos programas do continente mais bem direcionados às pessoas que efetivamente precisam de ajuda. De acordo com Rosani Cunha, secretária nacional de Renda e Cidadania do MDS, estão sendo realizadas auditorias no cadastro que aprimoram o sistema para detectar duplicidades. Isso implica inclusive o uso de um método fonético, capaz de encontrar a repetição de um benefício mesmo que o nome do cadastrado apareça uma vez como "Luiz" e outra como "Luís". Nos casos raros em que fica clara a má-fé do cadastrado em caso de benefícios repetidos, é solicitada a devolução. "Muito já foi feito para corrigir o cadastro, mas sabemos que precisamos continuar sendo vigilantes", diz a secretária.

## Fazendeiro, empresário e até morto recebem

A agricultora Izabel Maria dos Santos morreu no começo de 2006, aos 56 anos, na localidade Fazenda São João, onde morava no interior de Mucugê. Mesmo assim, os registros da Caixa Econômica Federal mostram que um saque em seu nome, usando o cartão do Bolsa-Família, foi realizado há um mês. A retirada foi feita provavelmente por um familiar ou amigo da antiga beneficiária e, agora, a Caixa vai cancelar o auxílio.

Também no mesmo cadastro de Mucugê está a mulher de Alexandre Silva Luz, de 25 anos. Ele ganha R\$ 400 mensais como funcionário da prefeitura e é dono, junto com cinco irmãos, de uma fazenda de 50 hectares, onde são cultivados feijão e cana-de-açúcar. Luz comprou um Corsa ano 1999, tem um único filho e sua família está claramente acima do limite máximo de renda permitido pelo Bolsa-Família, que é de meio salário mínimo per capita. "O dinheiro nos ajuda a fazer compras", diz o motorista.

As distorções no cadastro de Mucugê, um exemplo do que ocorre em milhares de outros

municípios do país, só não são maiores porque os responsáveis pela gestão do programa na cidade encaminharam em dezembro, ao governo federal, uma lista de cancelamento de 350 benefícios. Entre eles estava o da família de José Geraldo Gruli, de 42 anos. Ele é dono do maior mercadinho da cidade, e o preço de apenas um dos computadores ou uma das impressoras que Gruli usa na empresa serviria para sustentar o Bolsa-Família de alguém realmente carente por mais de um ano. "Pelo menos aqui na cidade, quando o benefício saiu era para todo o mundo", se defende o comerciante.

Rosani Cunha, secretária nacional de Renda e Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), diz que o governo federal tem buscado desvios no programa cruzando o cadastro do Bolsa-Família com outros bancos de dados, como o de informações sobre salários pagos por empresas, mas explica que o maior controle tem mesmo de ser feito no município. "O trabalho principal é local", afirma. (SN)



## POLÍTICA

Em clima de campanha total, Lula aproveita comemoração do Bolsa-Família, seu principal programa social, e ataca oposição, rebatendo as críticas recebidas

# Presidente diz que prefere governar para os pobres

ISABELLA SOUTO E PATRÍCIA ARANHA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) adotou ontem, em Contagem, discurso de candidato com promessas de um segundo mandato voltado para os pobres e criticou a oposição – acusando-a de em alguns

momentos de prejudicar a sociedade com a justificativa de não ajudar o go-

verno. Ao falar para cerca de 2,6 mil pessoas que participaram da solenidade de comemoração do Bolsa-Família, que já atingiu 11,1 milhão de famílias, o presidente disse que é prazeroso governar para os pobres e que seria mais fácil se pudesse ter todos os seus atos destinados ao atendimento aos mais carentes.

“Governar para pobre é mais fácil e prazeroso. Os pobres não dão trabalho. Não têm dinheiro para ir a Brasília, fazer protesto, alugar ônibus e nem sequer ir a sindicato. Só podem ir à igreja, rezar e pedir ajuda a Deus. Muitas vezes os governantes não olham para eles, porque não estão nas ruas fazendo passeatas”, afirmou o presidente. Segundo Lula, é mais bem visto investimento em empresas que nos pobres. “Para mim, tudo que se dá para pobre é investimento em ser humano”, completou. A cada frase como essa, o presidente era fortemente aplaudido pela platéia, que gritava “Lula de novo, quem manda é o povo” e “Um, dois, três, Lula outra vez”.

Lula aproveitou para criticar os assistencialistas e aqueles que são contrários a programas de transferência

de renda. “Quem ganha R\$ 4 mil, R\$ 5 mil, R\$ 8 mil gasta R\$ 95 por fim de semana com cerveja e diz que dar R\$ 95 é proselitismo, é assistencialismo. Isso não vai resolver o problema, mas uma pessoa que passa um ano sem ver uma nota de R\$ 5, quando tem a chance de receber R\$ 50 por mês, a vida tem uma melhora substancial.

**“Governar para pobre é mais fácil e prazeroso. Os pobres não dão trabalho. Não têm dinheiro para ir a Brasília, fazer protesto, alugar ônibus e nem sequer ir a sindicato. Só podem ir à igreja, rezar e pedir ajuda a Deus”**

Sabemos que é pouco, e mesmo que o governo pagasse o dobro, ainda não pagaria a dívida social que se tem com esse país”, afirmou.

Consciente que o programa já foi alvo de várias denúncias de irregularidades, Lula fez um apelo para que o Ministério Público, prefeituras e sociedade fiscalizem o programa, evitando que pessoas com renda melhor sejam beneficiadas em prejuízo àquelas que realmente precisam dos recursos. “De Brasília é difícil saber.” Lembrando que o governo tem atuado de forma isenta em relação ao programa, afirmou que beneficia mesmo os pobres das cidades administradas pela oposição, mesmo aquelas que passam “o dia inteiro falando mal do presidente.”

**EDUCAÇÃO** Ao justificar a prioridade pela educação em um segundo mandato e programas sociais, o presidente Lula comentou que crianças na escola significa menor criminalidade no futuro. “Se você não fizer investimentos na hora certa, quando elas (crianças) estiverem com 18, 19 anos, vamos gastar dinheiro contratando policiais, fazendo cadei-

as, fazendo celas”, disse. Por isso mesmo, fez um duro ataque aos senadores da oposição que se negam a aprovar o Fundo de Desenvolvimento de Educação Básica (Fundeb).

A proposta prevê o repasse de R\$ 4 bilhões anuais para o setor de educação. O petista criticou aqueles que se recusam a votar o projeto com a

alegação que estaria beneficiando o governo federal. “Eu não acredito que tenha gente que pensa de forma tão pequena

que seja capaz de prejudicar as crianças pensando que prejudica o presidente da República e o governo federal. Mas o governo tem tempo para entrar e para sair. E essas crianças não pediram para nascer”, afirmou.

## SONHO REALIZADO

A realização de um sonho. Foi assim que Luciana de Silva Souza definiu a emoção por conversar e abraçar o presidente Lula, em quem votou em 2002, depois de dividir a mesa com ele e três ministros (Patrus Ananias, Walfrido Mares Guia e Luiz Dulci), na cerimônia em que foi anunciado o cumprimento da meta do Bolsa-Família. Mãe de três meninas, de 11, 8 e 5 anos, e com o marido recebendo R\$ 30 por semana, ela disse que “as pessoas que têm muito dinheiro acham que R\$ 95 é pouco, mas para quem vive de aluguel é muito” e fez o presidente e o ministro Patrus chorar.

## ELEIÇÕES

Partido quer impedir que PSDB e PFL usem o discurso da defesa da moralidade pública contra o presidente Lula. Vai focar campanha nos avanços obtidos na área social

# PT evita debate sobre ética

CARLA KREEFFT

A campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à reeleição vai usar como mote principal os avanços obtidos na área social. O objetivo é esvaziar o discurso, que o PSDB e o PFL já iniciaram, pela defesa da moralidade pública e da ética. O assunto foi tema do seminário "Brasil, caminhos para o pós neoliberalismo", realizado ontem em Belo Horizonte e promovido pelas fundações Perseu Abramo e Friedrich Ebert.

"O que está em discussão não é moralidade pública ou a ética. O que está em confronto é uma proposta de governo conservadora, comandada pelos tucanos paulistas, e uma proposta democrática de inclusão social", afirmou o ex-ministro da educação Tarso Genro, principal convidado do evento.

Durante a sua exposição, Tarso Genro afirmou que projeto neoliberal já dá sinais de exaustão, "mas é apenas o início do fim de um ciclo". Ele ressaltou que as esquerdas precisam apontar um caminho novo de enfrentamento ao neoliberalismo que, na opinião dele, deve ser a inclusão social.

O ex-ministro demonstrou preocupação com o crescimento das denúncias de corrupção e irregularidades do governo Lula e alertou a pequena platéia de lideranças petistas e do movimento social, que ele próprio definiu como formadores de opinião, sobre a necessidade retirá-las do foco das atenções. Ele destacou a forma como o candidato de oposição à Lula, o governador paulista Geraldo Alckimim, já está aparecendo na imprensa. "Ele (Alckimim)

aparece como o salvador da pátria. Não é isso. Não é Palocci. Não é o Palácio dos Anjos (se referindo à mansão em Brasília, onde teriam sido realizadas festas petistas com a presença do ministro Palocci). A questão é outra. Essa pauta é uma cortina de fumaça", destacou.

Para o ex-ministro, o governo Lula conseguiu importantes avanços na área social e deve avançar mais ainda neste sentido. Ele elogiou o programa Bolsa Família, o incentivo à agricultura familiar e a criação de novos empregos.

"O neoliberalismo é excludente. O PSDB odeia o financiamento da agricultura familiar. O neoliberalismo quer extingui-la", frisou Tarso Genro, lembrando que o expresidente Fernando Henrique Cardoso falava em inclusão de um terço da população. "O confronto é esse. É a inclusão social de toda população ou de um terço, como quer Fernando Henrique?", questionou o ex-ministro.

Na avaliação dos petistas, na contraposição entre os resultados das políticas sociais, Lula ganha de Fernando Henrique Cardoso, o que cria um diferencial importante para a campanha. "O país melhorou muito na área social. É isso que vamos mostrar. São avanços importantes e inegáveis", disse Nilmário Miranda, presidente do PT de Minas, que também participou do seminário.

O economista César Medeiros fez uma explanação após a participação de Tarso Genro e também elogiou a iniciativa de cunho social do governo Lula, como o aumento do salário mínimo, o aperfeiçoamento do Pro-

grama de Agricultura Familiar (Pro-naf) e o Bolsa Família.

Tarso Genro e Nilmário Miranda ainda defenderam a aliança entre o PT e o PMDB. "Somente abrimos mão de José Alencar como candidato a vice-presidente se tivermos um vice mineiro e de preferência do PMDB", disse Nilmário. Questionado se o ministro das Comunicações, Hélio Costa, é um boa opção para vice de Lula, Tarso Genro respondeu: "É tudo que queremos".

## ANÁLISE DA NOTÍCIA

O escândalo do mensalão fez com que o PT perdesse a bandeira da defesa da moralidade e da ética na política. Mais do que isso, o partido se vê agora vítima daquilo que ele mais pregou na campanha passada e ao longo dos seus 26 anos. Quem ousaria dizer, anos atrás, que o PT algum dia iria evitar o debate sobre ética com medo de ser massacrado pelos seus adversários? Mas é exatamente isso o que acontece.

Nessas eleições, pelo que se nota nas palavras de Tarso Genro, o partido vai se apegar à sua outra grande bandeira, a defesa do social, e tentar vender a idéia de que a discussão sobre moral e ética na política é apenas intriga da oposição para conseguir votos. Sinal dos tempos.

(Renato Scapolatempore)

## BOLSA-FAMÍLIA

# Risco para 38 mil

ALANA RIZZO

Quase 38mil famílias mineiras estão correndo o risco de perder o Bolsa-Família. O prazo para que as prefeituras verifiquem rendados beneficiários vence em agosto. De acordo como Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), até o fim de junho apenas 70mil dos 330.682 auxílios que estão bloqueados em todo o país tiveram os dados atualizados. Esse número corresponde a 24% dos cadastros com suspeitas de renda percapita maior que R\$ 120, máximo para que as famílias sejam incluídas no programa social. No mês que vem, os benefícios serão reajustados em 18,25%. Com a correção, o valor mínimo da bolsa passará de R\$ 15 para R\$ 18 e o máximo de R\$ 95 para R\$ 112.

A suspensão dos pagamentos foi feita em maio, depois que o MDS comparou renda declarada no Cadastro Único com a informada na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de 2004 e 2005. Com base nesses dados, as secretarias responsáveis pelo programa em cada município devem atualizar as informações das famílias. A partir de setembro, quem tiver o benefício bloqueado e não for localizado será excluído do programa. Os demais voltam a receber o auxílio normalmente. OMDS informou que as prefeituras têm papel importante nessa etapa e pediu rigor na verificação cadastral.

Os municípios recebem uma verba do governo federal para o funcionamento do programa. O índice de gestão descentralizada (IGD) é variável de 0 a 1 e considera a atualização do cadastro e o cumprimento das condições, que são a frequência escolar maior que 85% e o acompa-

## SITUAÇÃO DOS BENEFÍCIOS

## BRASIL

330.682

bloqueados

198.634

averiguações

## MINAS GERAIS

37.980

bloqueados

27.560

averiguações

- ✓ Em Minas, todos os 853 municípios são atendidos pelo Bolsa-Família e o número de famílias que recebem o auxílio chega a quase 1,1 milhão

Municipal de Políticas Sociais, responsável pelo controle do programa, está fazendo auditoria em todos os benefícios com indícios de irregularidades. Segundo a coordenadora do Bolsa-Família, Márcia Teixeira, 8mil famílias estão sendo alvo de uma pesquisa completa. Na capital, 4mil benefícios estão bloqueados e outros 4mil estão sendo averiguados. "Até o início de agosto vamos terminar as visitas domiciliares e depois atualizaremos o cadastro", diz. Ela explica que o trabalho está sendo feito pelas regionais. As equipes do programa fizeram um cronograma de atividades. "Já conseguimos descentralizar o trabalho em cinco delas, Centro-Sul, Nordeste, Noroeste, Pampulha e Barreiro está começando". Antes, diz Márcia, demorava quase um mês para as atualizações serem feitas, agora 48 horas é o prazo máximo. "A agilidade é a maior vantagem".

Na capital, 75.480 famílias recebem o benefício. O IGD do mês de abril foi de 0,71, sendo que os piores valores foram para a validade e atualização de cadastros. Márcia acredita que o trabalho que está sendo desenvolvido nas regionais deve mudar os números: "Estamos nos empenhando para ter uma gestão mais eficiente do cadastro, porque ele é superimportante. Nossas equipes estão visitando e conversando com as famílias para analisar a situação social e econômica de cada um", completa.

**CONSULTA** OMDS também está fazendo uma consulta pública no site: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br), para que gestores municipais e estaduais do programa possam dar sugestões sobre novo formulário do Cadastro Único dos Programas Sociais. A iniciativa pretende aperfeiçoar a coleta de informações mais corretas e detalhadas.

nhamento médico. Cidades com índice menor que 0,4 não recebem recursos.

Outros 27.560 benefícios no estado também estão sendo averiguados. Apesar de não terem sido bloqueados, essas famílias correm o risco de ter os benefícios suspensos em setembro, caso não ocorra alterações cadastrais. No país, o número de auxílios que estão em fase de averiguação chega a 198.634.

Em Belo Horizonte, a Secretaria

## MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO  
 MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



Marcos Coimbra/EM

# Pobres e ricos

Voltando à discussão sobre a avaliação que as classes médias fazem, atualmente, do governo federal, vale a pena insistir: ele enfrenta problemas junto a uma parcela da opinião pública brasileira que é, majoritariamente, formada por aquilo que tendemos a chamar "baixa classe média" e não por algo mais próximo do que seriam nossas "elites".

Todas as pesquisas recentes mostram isso, junto com resultados que sugerem que os problemas vêm aumentando. Nossas "classes médias" estão se tornando mais críticas em relação ao governo, menos dispostas a aceitar tudo que ele faz ou deixa de fazer.

Para entender porque isso acontece, a primeira tarefa é compreender o que queremos dizer, mais precisamente, quando nos referimos à "classe média". Não é tarefa simples, pois somos um país onde, quase sempre, as pessoas se definem como se delas fizessem parte, mesmo quando vivem muito acima das condições de vida dos demais. Deixando, no entanto, as subjetividades de lado, vamos considerar como se estrutura nossa sociedade, tomando como referência algo que toda a indústria de comunicação adota em seu dia-a-dia.

É o chamado Critério Brasil, definido pela entidade que reúne os principais institutos de pesquisa, a Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa, Abep.

Como é feito em diversos países do mundo, o Critério procura estabelecer o que são, no Brasil, em termos de capacidade de consumo, os

muitos níveis onde se distribuem as pessoas. Ele se baseia em pesquisas domiciliares realizadas nas nove principais regiões metropolitanas e não é, portanto, generalizável a todo o país de maneira exata. Mas é o instrumento que temos e usa uma linguagem que todo mundo entende.

No Critério, raciocina-se com cinco classes, de A a E, com subdivisões. Existe A1 e A2, B1 e B2 e C1 e C2, não havendo divisão nas classes D e E. Todas são fixadas a partir do número de pontos que o domicílio alcança, estabelecidos em três blocos: posse de determinados bens de consumo durável; presença de empregados domésticos e número de banheiros; nível educacional do chefe de família. A pontuação máxima possível é 46 e é atingida pelo estrato superior da classe A1, onde estão apenas 0,1% das famílias. O total da classe A1 corresponde a 1% dos domicílios, a A2 a 4%, B1 a 9%, B2 a 15%, C1 a 21%, C2 a 22%, D a 25% e E a 3%. A classe A começa em famílias onde, tipicamente, o/a chefe tem educação superior, a casa dois banheiros, existem dois automóveis, uma empregada e os aparelhos elétricos comuns. A classe B, em famílias onde a escolaridade mais típica do chefe é o segundo grau, residentes em casas com apenas um banheiro, um carro, uma geladeira, talvez duas TVs e sem empregada. Daí em diante, vão diminuindo os bens e os atributos das moradias. Em termos de renda

familiar média, a da classe A1 é de perto de R\$ 10 mil; da A2, R\$ 6,5 mil; B1, R\$ 3,5 mil; B2, R\$ 2 mil; C1, R\$ 1 mil; C2, R\$ 750; D, R\$ 480; e E, R\$ 275.

Onde estão, hoje, os problemas de popularidade apontados nas pesquisas? Em que classes?

De uma maneira geral, nas classes A e B, que, juntas, representam 29% das famílias do Brasil metropolitano. Mas não se circunscrevem a elas, alcançando parte da classe C. Não se pode, portanto, dizer que é um problema só da "elite". Gente muito próxima da classe trabalhadora ou dentro dela, integrantes de uma classe média de renda e patrimônio pequenos, pensam assim.

Na campanha de 2006, entrevistando pessoas de classes B e C em pesquisas qualitativas, era comum ouvir que o governo Lula podia ser bom para os muito pobres, com o Bolsa-Família, e para os muito ricos, com a política econômica, mas ruim para elas, que integravam as "classes médias". Neste ano, alguma melhora houve, mas, ao que parece, insuficiente para reverter esses sentimentos.

Antes de subestimar o problema e supor que lida com birras de uma elite inconformada com seus sucessos, o governo deve procurar agir no encaminhamento de uma pauta de ações voltadas para esses setores, que têm preocupações econômicas, políticas e muitas outras, relativas ao modo como ele se comporta.

“  
 Na campanha de 2006, entrevistando pessoas de classes B e C em pesquisas qualitativas, era comum ouvir que o governo Lula podia ser bom para os muito pobres, com o Bolsa Família, e para os muito ricos, com a política econômica, mas ruim para elas, que integravam as “classes médias”  
 ”

## PROJETO ARQUIVADO

Comissão de Seguridade da Câmara derruba proposta de senador opositor que criava abono de Natal para beneficiários. Governo diz que programa já chega a 24,1% da população

## Cai 13º para o Bolsa Família Rosani Cunha,

Brasília – No mesmo dia em que o governo federal divulgou levantamento indicando que quase um quarto da população brasileira é atendido pelo Bolsa Família, segundo levantamento divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, um projeto da oposição para ampliar os benefícios do programa foi derrubado na Câmara dos Deputados, pelo relatório de um deputado governista. A Comissão de Seguridade Social da Casa arquivou ontem a proposta de criar um abono de Natal para os beneficiários da bolsa, uma espécie de 13º salário. O projeto, aprovado pelo Senado no fim do ano passado, é do senador opositor Efraim Moraes (DEM-PB). Na Comissão da Câmara, o deputado petista Doutor Rosinha (PR), relator do projeto, pediu o arquivamento.

O deputado Efraim Filho (DEM-PB) saiu em defesa do projeto do pai senador e apresentou um voto em separado: "O Bolsa Família foi criado para enfrentar grandes desafios da sociedade, como o combate à fome e visando à emancipação das famílias mais pobres. Contudo, não há previsão legal do pagamento do abono natalino. Isso é uma lacuna que se



Rosani Cunha, secretária Nacional de Renda de Cidadania, diz que número de atendidos está perto da meta e deve parar de crescer

evidencia no mês de dezembro, quando os gastos familiares aumentam em decorrência das festas", justificou Efraim Filho, utilizando o mesmo texto já apresentado no Senado.

Doutor Rosinha, orientado pelo governo, justificou a recusa de estender o benefício: "O recurso repassado às famílias não tem natureza salarial, mas sim o objetivo de minorar os efeitos da pobreza. Uma vez que a família é aceita no programa, deve obedecer uma agenda de compromissos. Incluir um abono natalino significa a negação do programa e de sua razão de existir".

Independentemente dos argumentos, o fato é que a criação do abono representaria gasto significativo para os cofres da União, já que o carro-chefe dos pro-

gramas sociais do governo federal, está atendendo a cerca de 45,8 milhões de pessoas neste ano, de acordo com informações divulgadas ontem pelo Ministério do Desenvolvimento Social. Como, segundo estimativa do IBGE, a população brasileira é de quase 190 milhões de pessoas, praticamente um em cada quatro brasileiros (24,1%), é beneficiado pela bolsa, levando em conta os números do ministério.

O crescimento no número de beneficiados foi de 48,7% entre setembro de 2005 (30,8 milhões de pessoas) e março deste ano. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, também cresceu o número de famílias atendidas pelo programa. O volume passou de 7,63 milhões de famílias, em setembro de

2005, para 11 milhões de famílias em março deste ano, ou seja, uma evolução de 44%.

As famílias elegíveis ao benefício não podem ter renda per capita superior a R\$ 120 por mês e têm direito a um crédito que varia de R\$ 18 a R\$ 112. O objetivo do programa é erradicar a pobreza e a fome, além de reduzir a desigualdade social no país. Para este ano, o orçamento é de R\$ 8,75 bilhões. A secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Rosani Cunha, explicou que a meta do Bolsa Família é atender a, no máximo, 11,1 milhões de famílias. Uma vez que este número está próximo de ser atingido, o crescimento registrado nos últimos meses será interrompido.

A maior parte das famílias beneficiadas está concentrada em áreas urbanas (69%). Segundo dados de 2007, a região com maior proporção de beneficiários com residência em áreas rurais é a Nordeste, com 40% das famílias. Já no Sudeste e Centro-Oeste, os índices são os menores da pesquisa, com 17,7% e 15,1% respectivamente. Em Minas, são 1.121.906 famílias atendidas, 72,4% moradoras de áreas urbanas e 27,6, de áreas rurais.

BRUNO SPADA/DIVULGAÇÃO - 10/6/06

## DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Benefícios pagos pelo programa terão reajuste médio de 8% a partir de julho. Ministro nega que medida seja eleitoreira e oposição afirma que Planalto reconhece descontrole da inflação

# Governo aumenta Bolsa-Família

FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

MARCÍLIO DE MORAES

Para compensar o aumento dos preços dos alimentos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu reajustar os benefícios do Bolsa-Família, em média, em 8%, a partir de 1º de julho. A decisão foi tomada depois de o presidente se reunir com os ministros da área econômica e com o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, na noite de segunda-feira, no Palácio do Planalto. O índice de aumento gerou divergências entre a equipe de governo. No início da tarde, Patrus anunciou que o percentual era de 8%, acima dos 6% defendidos inicialmente pelos ministros da área econômica, mas, no fim da tarde, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, negou que o reajuste fosse de 8%, afirmando que o índice será de 7%. Ele explicou que, em alguns casos, o governo decidiu arredondar os valores, com os percentuais ficando entre 7% e 8%.

Com o aumento, o menor valor pago pelo Bolsa-Família passa de R\$ 18 para R\$ 20 (alta de 11%) e o maior valor, pago às famílias com renda mensal de até R\$ 60, sobe de R\$ 172 para R\$ 182 (6%). As variações dependem da renda mensal da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos. O menor benefício é concedido às famílias com renda mensal de até R\$ 120 por pessoa, desde que tenham crianças e adolescentes de até 15 anos matriculados em uma esco-



Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo anunciou corte orçamentário para compensar impacto do reajuste nas contas públicas

la. Com o reajuste, a família que recebia até R\$ 54 (incluindo os dois valores variáveis em função dos filhos), passará a receber R\$ 60.

Segundo Patrus, o valor médio dos benefícios do programa passa de R\$ 78,70 para R\$ 80 (reajuste de 1,65%). Ele informou ainda que o aumento médio de 8% foi fixado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), com o objetivo de melhorar o poder de compra das famílias de baixa renda em meio à crise dos alimentos. O ministro disse que o reajuste responde a uma situação concreta e vai assegurar o direito de alimentação das pessoas pobres. O aumento do benefício

vai atingir 11 milhões de famílias e 45 milhões de pessoas. Dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mostram que a inflação para a população de baixa renda está acumulada em 8,24%, em

12 meses. Criado em outubro de 2003, o Bolsa-Família teve um único reajuste em 2007, quando os benefícios subiram 18%.

**ELEIÇÕES** Apesar de o reajuste entrarem vigor exatamente em julho, quando começam as

campanhas para as eleições municipais, o ministro do Desenvolvimento Social negou que a medida seja eleitoreira, acrescentando que se reuniu com líderes da oposição e que eles não questionaram os novos valores. O ministro rechaçou a tese de que o aumento nos benefícios do programa vá causar descontrole no Orçamento. "É uma medida justa e que vai atenuar os gastos dos pobres. A fome e a desnutrição não podem esperar. Vamos superar a fome independente dos interesses partidários. O povo precisa de alimentação e de uma roupinha mais decente. Não podemos condicionar

isso às eleições", afirmou.

A oposição decidiu não questionar a medida do governo, mas alerta que o reajuste no percentual anunciado se deve ao descontrole da inflação. "Esse aumento é um reconhecimento do governo de que a inflação está fora de controle. Nós não podemos deixar que as pessoas mais pobres sejam vítimas da inflação. Esse é o aspecto positivo do reajuste do Bolsa-Família, mas todas as outras sociedades estão perdendo", afirmou o vice-líder do DEM na Câmara dos Deputados, José Carlos Aleluia (BA). O líder do partido, deputado ACM Neto (BA) chegou a propor um projeto de lei para que o reajuste do benefício fosse de 10%. "A única coisa que o governo Lula faz nesse momento, com sua política errante, é trazer de volta a inflação, que pune as pessoas mais pobres", justificou um dirigente do DEM. (Com agências)

## RETRATOS BRASILEIROS

Pesquisa do Ipea mostra que crescimento do ganho das classes baixas é sete vezes maior que o dos mais ricos

## Renda dos pobres em ritmo chinês

ZULMIRA FURBINO

MARCELO SANTANNA/EM/DA PRESS

A renda dos pobres brasileiros está crescendo em velocidade chinesa enquanto a dos ricos avança no ritmo do Produto Interno Bruto (PIB) do Senegal. Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), intitulado "Pobreza e mudança social", que aprofunda os dados apurados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007, divulgados na semana passada, mostra que o ritmo de crescimento da renda dos 10% mais pobres da população brasileira foi sete vezes maior do que dos 10% mais ricos, entre 2001 e 2007. Na prática, o crescimento da renda dos mais pobres foi equivalente ao da taxa de crescimento do PIB per capita anual chinês.

O estudo, o primeiro de uma série de quatro, foi apresentado ontem no Rio de Janeiro, e trata de pobreza, desigualdade e nova estratificação social. Segundo ele,

entre 2001 e 2007, a renda dos 10% mais pobres experimentou uma alta anual média em torno de 7%, enquanto, no mesmo período, a renda dos 10% mais ricos cresceu 1,1%. Diane Félix da Silva, de 22 anos, é um exemplo desse avanço de renda. Juntando as economias que conseguiu trabalhando como babá nos dias úteis e como cabeleireira aos finais de semana nos últimos três anos, ela acaba de se transformar em micro empresária. Comprou, por R\$ 15 mil, uma sorveteria e lanchonete no município de Coluna, no Vale do Rio Doce.

"A renda extra no salão ajudou bastante. Antes eu ganhava um salário mínimo. Depois meu salário aumentou e, como trabalho no salão, passei a ganhar quase três", comemora. O negócio em Coluna,



Diane da Silva juntou o dinheiro do trabalho de babá e cabeleireira e comprou uma sorveteria no interior

inaugurado no início de julho, está sendo tocado pela mãe e por um primo. "Por estar localizado no interior, acho que os resultados desse investimento vão demorar um pouco a aparecer. Mas acredito que em cinco meses já terei algum retorno", aposta. Diane é uma entre os quase 14 milhões de brasileiros que ascenderam socialmente no país entre 2001 e 2007, de acordo com o Ipea. Conforme a pesquisa, 10,2 milhões de pessoas passaram da classe de renda mais baixa – até R\$ 545,66 – para a faixa de renda média – de R\$ 545,66 a R\$ 1.350,82 –, e 3,6 milhões saltaram da renda média para a classe mais alta – acima de R\$ 1.350,82.

Os dados mostram o forte impacto do crescimento econômico sobre uma situação social historicamente precária. "Antes disso, vivemos 25 anos em semi-estagnação. O crescimento da economia é fundamental para a me-

lhoria da qualidade de vida da população. É a alavanca mestra das mudanças sociais no Brasil", analisa Ricardo Amorim, pesquisador do Ipea. Segundo ele, além disso, os programas de distribuição de renda como o Bolsa Família e a política de elevação do salário mínimo contribuíram para a ascensão social dos brasileiros. "Para os estratos mais baixos, há influência mais forte do salário mínimo e transferências de renda e, para a renda maior, há um claro impacto do mercado de trabalho melhor", disse Amorim. Ainda na avaliação dele, o crescimento econômico permitiu ao governo gerar mais caixa. "Isso é fundamental para alcançarmos uma sociedade mais justa."

Ainda assim, o levantamento mostra que, mesmo após as mudanças verificadas, 113 países, ou cerca de 90% do universo pesquisado pelo Ipea, apresentam distribuição de renda menos concentrada que o Brasil.

## BOLSA-FAMÍLIA

# Cadastro pode facilitar fraude

EDSON LUIZ

ANTÔNIO CRUZ/ABR - 14/10/08

**Brasília** – Uma pesquisa feita por amostragem pela Controladoria-Geral da União (CGU), mostrou que 51% das prefeituras fiscalizadas por sorteio estão deixando de divulgar a relação dos beneficiários como Bolsa-Família. Isso ajuda a aumentar fraudes no programa, principalmente nos casos de pessoas que não podem receber o benefício, mas continuam cadastradas. Apesar do alto índice, que se refere aos dois últimos anos, ele é 12% inferior aos dados de 2003 a 2005, quando 62% dos municípios analisados não mostravam os nomes de quem recebia o auxílio.

Pelo decreto do governo, todos os municípios devem divulgar amplamente a relação dos beneficiários do Bolsa Família. Mas das 446 prefeituras sorteadas para serem fiscalizadas, 227 não tinham tornado pública a lista das pessoas que estavam dentro do programa. Isso representa 51% das cidades pesquisadas por meio de cruzamento dos relatórios de auditorias e questionários enviados pela CGU. Muitas vezes, famílias que antes recebiam o dinheiro do programa se mudaram, mas continuam na relação de recebedores.

Isso aconteceu em Oeiras do Pará (PA), onde a CGU fez uma auditoria em diversos tipos de programa, incluindo o Bolsa Família. Os técnicos da União



Jorge Hage comanda equipe que fez levantamento do programa

observaram que pelo menos cinco pessoas tinham deixado a cidade e não havia fiscalização suficiente para inspecionar os critérios de recebimento do benefício. Em Cedral (MA), os funcionários da Controladoria também encontraram casos semelhantes. Além disso, na cidade maranhense dez crianças não estavam nas escolas onde diziam ser matriculados. Alguns mudaram ou foram transferidos. Em Nova União (RO), pessoas que ganharam até R\$ 700 recebiam R\$ 95 do Bolsa-Família, que é o valor dado a família consideradas de extrema pobreza. Na mesma cidade, auditores visi-

taram pessoas que tinham renda acima de R\$ 500 diários só com avenda de leite. Um beneficiário do programa em Montividiu (GO), segundo descobriram os fiscais da CGU, tinha parentes na área de cadastro do Bolsa família e recebeu o cartão. Porém, além de casa própria, o recebedor tinha um armazém. Os prefeitos, na ocasião, afirmaram aos auditores que iriam corrigir os problemas encontrados.

**BENEFÍCIO** Na semana passada, uma auditoria do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) descobriu também que uma vereadora de uma cidade baiana também recebia o

Bolsa-Família. Claudinete Nunes dos Santos (PL), de Itaju do Colônia, era uma beneficiária desde 2002, quando o programa ainda era o Bolsa Escola. Um levantamento de provas e a denúncia contra a vereadora foi encaminhada ao ministério, que deve iniciar a investigação sobre o caso. Claudinete disse que não recebe desde 2003, quando assumiu o mandato pela primeira vez. Ela não descarta a possibilidade de que o benefício esteja sendo utilizado por outras pessoas.

Apesar disso, os números do Bolsa Família também revelaram dados positivos. Nos últimos dois anos, segundo a pesquisa com 11.431 famílias, e os índices de beneficiários irregulares terem caído, a CGU constatou em entrevistas com 11.431 famílias, apenas 564, ou 5%, apresentavam evidências de renda per capita superior ao estabelecido pelo governo. Os auditores vistoriaram folhas de pagamento obtidos nas prefeituras, comprovantes de rendimento, escrituras de imóveis, entre outras coisas para confirmar a queda que foi 2% a menos em relação aos anos de 2003 a 2005. Outra informação alentadora foi em relação ao número de crianças que deixaram de vacinar, outra exigência do programa. Apenas 1,7% das 3.440 famílias com crianças de até 7 anos deixaram de imunizar seus filhos.



## BOLSA-FAMÍLIA

# Falta de cadastro bloqueia programa

THIAGO HERDY

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) bloqueou quase 1 milhão de benefícios do programa Bolsa-Família no país e encontrou problemas em outros 600 mil, volume que alcança 12,7% do total de beneficiários do programa. Segundo o governo, 975,6 mil famílias não atualizaram os dados cadastrais até 31 de outubro, prazo final dado pelo ministério, e tiveram a bolsa cancelada. Os 600 mil que apresentaram dados diferentes do antigo cadastro do MDS continuam recebendo o dinheiro, mas têm até o fim do ano para corrigir as informações.

O estado de São Paulo teve maior percentual de cancelamentos por falta de atualização: 165,4 mil dos 1,1 milhão de beneficiários do programa (14,3%) deixarão de receber a ajuda oficial. O segundo

estado maior índice de cortes foi o Rio Grande do Sul (11,9% dos beneficiários), seguido por Espírito Santo (11,2%), Rio Grande do Norte (9,6%) e Rio de Janeiro (9,4%). Minas Gerais ficou na 9ª colocação: 91,6 mil benefícios de 1,1 milhão foram encerrados, volume que representa 8,1% do total repassado à população do estado.

Segundo o ministério, decreto presidencial publicado no início de 2008 obriga o governo a realizar a cada dois anos a atualização cadastral dos beneficiários do Bolsa-Família, como forma de fiscalizar os benefícios concedidos pelo programa. Esta foi a primeira vez que as famílias foram chamadas para atualizar os cadastros desde a edição do decreto. Com a norma, o ministério acredita ser capaz de evitar que famílias que tiveram aumentos salariais nos últimos meses continuem recebendo o benefício.

De acordo com o governo federal, quem teve o pagamento bloqueado pode procurar o gestor municipal do programa para regularizar a situação. O prazo para resolução do problema é janeiro de 2010. Depois desta data, todos os inscritos que permanecerem com o benefício bloqueado terão o cadastro cancelado. Atualmente, podem participar do programa famílias em situação de pobreza, com renda per capita de até R\$ 140.

Os beneficiários que apresentaram dados diferentes, identificados no cruzamento com a Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do MDS, terão até o fim deste ano para regularizar a situação, senão também ficarão sem receber o dinheiro. Em fevereiro, o governo promete divulgar oficialmente a quantidade de famílias que deixaram o programa por terem saltado para uma faixa de renda superior.



## EM DIA COM A POLÍTICA

A L E S A N D R A M E L L O

“Resumo da ópera é que o Bolsa-Família virou uma estratégia eleitoral, o que é um risco grande”

### A bolsa ou a vida, ou melhor, o voto

O Bolsa-Família é hoje o maior e mais reconhecido programa de transferência de renda no mundo. Elogios não faltam ao

projeto, principalmente por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), que, recentemente, apontou o programa brasileiro como uma das grandes contribuições para alcançar, até 2015, as Metas do Milênio, entre elas a redução da pobreza e a fome. Já destacou também, rebatendo uma das principais críticas dirigidas ao programa, seu efeito insignificante na procura por emprego, derrubando, por meio de estudos, a tese de que o Bolsa-Família estimula as pessoas a não trabalharem. Uma biblioteca virtual exclusiva sobre o Bolsa-Família é mantida pelo Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (CIPCI), ligado à ONU, e serve como referência para todos os países interessados em adotar a proposta brasileira de transferência de renda.

Por isso, não causa nenhuma estranheza a disputa pela paternidade do Bolsa-Família que tem sido travada entre os candidatos à Presidência da República Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB). O tucano alega que a ideia surgiu no governo Fernando Henrique Cardoso, com os programas Bolsa Escola, Auxílio Gás e Cartão Alimentação; a petista, que ele se firmou, foi consolidado,

unificado e ampliado, nos moldes atuais, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva. Discussões eleitoreiras à parte, o Bolsa-Família é hoje a principal marca do governo Lula. Dentro e fora do Brasil.

Por tudo isso, o programa virou o principal mote dos candidatos ao Palácio do Planalto. Afinal, o dilema é claro: o Bolsa ou o voto. Quem for contra o programa corre o risco de cair em desgraça, principalmente junto à massa do eleitorado beneficiada pelo programa, que atende atualmente 12,6 milhões de famílias em todo o Brasil. Isso representa, por baixo, quase um quarto da população brasileira, se levarmos em conta que cada família é composta, em média, de pelo menos quatro pessoas.

De olho nesse eleitorado, o Bolsa-Família virou um mantra para José Serra. A despeito de seus aliados, entre eles o presidente do PPS, Roberto Freire, para quem o Bolsa-Família apenas perpetua a pobreza, ou do peemedebista Jarbas Vasconcelos, candidato ao governo de Pernambuco, que classifica a iniciativa como o maior programa oficial de compra de votos do mundo, desde o início oficial desta campanha Serra não fala de outro assunto. Nos últimos dias, prometeu dobrar o valor dos beneficiários, usar



Quinho



parte do que se gasta com pagamento de juros para aumentar seu alcance e associá-lo a programas de saúde.

Marina Silva também não teve como escapar do assunto e prometeu manter a proposta, agregando a ela “programas sociais de terceira geração” que estimulem a criação de emprego e renda. Dilma tenta capitalizar o Bolsa-Família como um programa do governo do PT, trazendo os louros da proposta para sua campanha, e prometendo também aumentar seu alcance. Resumo da ópera é que o programa virou uma estratégia eleitoral, o que é um risco grande. O perigo é que no meio dessa barafunda de promessas envolvendo o Bolsa-Família acabe ficando para escanteio o fundamental, que são as propostas de cada um para aperfeiçoar o programa e, mais ainda, para combater a pobreza extrema, um mal que ainda atinge milhares de famílias brasileiras e que exige um esforço digno de Hércules. Só transferir renda não basta. Ainda é pouco.

### Candidato ou guardador de vaga

Overeador de Belo Horizonte Iran Barbosa (PMDB), candidato a deputado estadual, não é candidato. A afirmação, no mínimo inusitada, foi feita pelo próprio peemedebista em seu *twitter* para esclarecer os seguidores. “Meu nome consta para completar a chapa, não sou candidato”, disse ontem. Iran disse que pretende cumprir integralmente seu mandato de vereador, que termina em 2012. Ainda no esclarecimento, diz que seria imprudência disputar voto com o pai, o deputado estadual Irani Barbosa (PMDB). No entanto, há dúvida se o pai poderá mesmo participar das eleições, o que poderia abrir vaga para o filho. Irani foi cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG) por não atender a chamado da Justiça para depor como testemunha em um processo que tramitava em Ribeirão das Neves, Região Metropolitana de Belo Horizonte. Com isso, também ficou inelegível por três anos. Seus advogados analisam as implicações da Lei do Ficha Limpa por causa dessa condenação.

## ANEXO F - VINTE TEXTOS DO JORNAL O GLOBO

### Texto 1

**Jornal: O GLOBO / Autor: Míriam Leitão/Débora Thomé**

**Editoria: Economia / Tamanho: 913 palavras**

**Edição: 1 / Página: 24**

**Coluna: Panorama Econômico / Seção:**

**Caderno: Primeiro Caderno**

**Data: 11/ 01/2003**

**Fome ou pobreza?**

Ricardo Paes de Barros, o economista que entende do assunto, acha que é preciso, antes de tudo, se perguntar: o programa que se está tentando implantar no Brasil é para combater a fome ou a pobreza? Há uma enorme diferença entre as duas. Na primeira, o universo é de 7,5% da população brasileira, ou 13 milhões. Na segunda, supera três vezes mais. O custo difere de R\$ 5 bilhões a R\$ 20 bilhões.

Tudo é diferente entre um e outro objetivo: métodos, critérios, desenho do programa, formas de focalização, verificação de eficiência. E da maneira como está sendo tratado o assunto, parece meio confuso, até para ele, que é especialista em políticas públicas na área social. Paes de Barros formou toda uma geração de especialistas no tema, trabalha no Ipea há vários anos dedicado exatamente ao assunto, e tem sido chamado por vários países e instituições internacionais para montar sistemas de avaliação de programas para o combate aos problemas sociais.

- Para saber a dimensão do programa, é preciso ficar claro se realmente o país vai combater a fome ou se está usando a palavra fome como uma forma de se referir à insuficiência de renda - afirma.

Quem olha apressado pode achar que a discussão é bizantina. Afinal, parece haver uma clara superposição dos dois problemas: quem tem pouca renda não tem condições de se alimentar adequadamente. É mais complexo do que parece, ensina Paes de Barros. E qual a importância de discutir isto? Se o país quer ser eficiente na busca do seu objetivo, precisa usar a tecnologia desenvolvida pelos cientistas sociais.

- O número de pobres do país, pessoas que têm insuficiência de renda, é de um terço da população. Se é isso, então o número que o governo tem usado (de 44 milhões ou 50 milhões) pode estar certo. Mas achar que este é o contingente das pessoas que passam fome no Brasil é um absurdo. Os estudos mais razoáveis indicam que passam fome no país 7,5% da população. Não se pode misturar os conceitos para não errar dramaticamente na formulação e na dimensão do programa. Do contrário, vamos fazer para 50 milhões o que é preciso fazer para 13 milhões de pessoas. - disse Paes de Barros.

Qualquer que seja o objetivo - combater a fome ou combater a pobreza -, para que funcione, é preciso que haja a concentração dos esforços em quem realmente precisa. Os dois objetivos requerem sistemas de focalização diferentes.

Se o objetivo é combater a pobreza, Paes de Barros aconselha seguir o caminho do Cadastro Único. O governo Fernando Henrique montou um cadastro na Caixa Econômica Federal para estruturar os programas de bolsa-escola, bolsa-alimentação e outros.

- Este cadastro deve ser a base. Tem que ser melhorado, ampliado, checado, mais bem supervisionado. Por ele, pode se encontrar os pobres brasileiros.

Este cadastro usa uma linha de renda e considera que, abaixo daquela linha, o cidadão está incluído no programa. Para combater a fome, o caminho é outro e a forma de focalização é mais complicada.

- Há pessoas com renda baixa e que não passam fome por uma série de razões. É mais fácil montar redes de solidariedade para alimentos do que para renda. Há uma série de entidades, instituições, organizações que fornecem alimentos, mas não dinheiro, para as pessoas. Até as famílias tendem a ser mais solidárias no alimento do que na renda. Se considerarmos que todos abaixo de uma determinada renda estão passando fome, vamos superdimensionar o programa.

O professor acha que, se o objetivo é atacar a fome, então, o caminho passa pelos cadastros do Ministério da Saúde, como o Siab e o Sisvam, que usam critérios como peso e altura das crianças.

- Não há como escapar de algum critério antropométrico para se saber quais são as crianças que estão passando fome - afirmou ele.

O ministro Antônio Palocci disse outro dia, numa entrevista, que teme estes critérios, porque a criança atendida pode voltar aos parâmetros de peso e altura normais e, assim, sair do programa, voltando novamente a se alimentar de forma inadequada. Ricardo Paes de Barros disse que este é um erro que não precisa ser cometido. Basta que este seja o critério apenas para a entrada no programa e que a saída seja quando houver comprovação de que a família superou estruturalmente o problema.

Mesmo em famílias muito pobres, a tendência é que somente a metade do dinheiro que se recebe em programas como este seja, de fato, dedicada à compra de alimentos.

- Este é um dado das pesquisas de orçamentos familiares nas faixas de baixa renda. Mesmo sem ter recursos para suprir todas as suas necessidades calóricas, a pessoa tem outras demandas. É inevitável: ao acabar de se alimentar, a pessoa tende a olhar as outras necessidades.

Isso não se resolve dando cupom em vez de dinheiro, porque existem várias formas de se converter este benefício em dinheiro.

- Se for fome, o cupom faz mais sentido, ainda que não garanta que tudo vai ser usado na compra de alimentos. Se for a pobreza, o cupom não faz sentido. Há técnicas já desenvolvidas para enfrentar as falhas dos programas sociais. Elas passam pela qualidade da informação e do monitoramento dos programas. Erros do passado podem ser combatidos com remédios já conhecidos. O mais importante é definir o objetivo do programa. Mal definido, sem foco, sem forma de avaliação, os programas sociais não resolvem o problema; seja ele qual for.

## Texto 2

**Jornal: O GLOBO / Autor: Flávia Oliveira/Helena Celestino**

**Editoria: O País / Tamanho: 799 palavras**

**Edição: 1 / Página: 3**

**Coluna: / Seção:**

**Caderno: Primeiro Caderno**

**Data: 20/04/2003**

**Conta única para o social**

**Programas de distribuição de renda terão valor variável. Famílias mais pobres ganharão mais**

O governo Lula já esboçou o desenho de sua política social para os próximos quatro anos. Os cinco principais programas federais de transferência de renda - Bolsa-Escola, Vale-Gás, Bolsa-Alimentação, Bolsa-Renda e Agente Jovem - deixarão de existir isoladamente e passarão a integrar um projeto único, que vai incorporar os R\$ 5 bilhões

reservados no Orçamento deste ano para a área social. A filosofia deste programa social unificado foi aprovada pelo presidente da República, nas duas reuniões da Câmara de Política Social, que junta quase todos os ministérios sob o comando do ministro da Casa Civil, José Dirceu. Em maio, um novo encontro está agendado para decidir os detalhes do projeto e marcar a data de lançamento do programa.

A proposta parece simples mas o PT aposta que, com ela, vai revolucionar a forma de o Estado combater a pobreza no país. Na contramão da política do governo Fernando Henrique - na qual cada ministério desenvolvia seu projeto com ideias e orçamento próprios - o novo modelo unifica as ações: cria um cartão único para as famílias pobres, estabelece uma quantia mínima a ser repassada (provavelmente, R\$ 50 por mês) e institui benefícios de acordo com a necessidade de cada lar. Isso significa que as famílias miseráveis receberão mais dinheiro do que as apenas pobres, numa ação para atacar também a desigualdade de renda.

As contrapartidas também vão variar. Hoje, por exemplo, para ter direito ao Bolsa-Escola, as famílias são obrigadas a manter os filhos no colégio. Mas no programa único, além das crianças na escola, os adultos, jovens e idosos poderão ter de se alfabetizar, cuidar da saúde ou se profissionalizar. As exigências serão moduladas pelo perfil da família.

- Numa família chefiada por uma mulher analfabeta e desempregada, para receber o benefício, além de matricular as crianças na escola, a mãe poderá ter de fazer um curso de aceleração escolar e requalificação profissional. Isto é só um exemplo. O valor do benefício e as exigências vão depender da renda e das características da família -- explica o secretário-executivo do Ministério de Assistência e Promoção Social, Ricardo Henriques, arquiteto do redesenho da política social.

O gerenciamento dos programas, no entanto, não muda: cada ministério ficará responsável pelas ações em sua área, numa das poucas concessões ao modelo adotado pelos governos anteriores. O Ministério da Educação, por exemplo, acompanhará a frequência escolar das crianças e jovens, como previa originalmente o Bolsa-Escola. Apenas o Fome Zero e seu orçamento de R\$ 1,5 bilhão, no primeiro momento, continuará sendo administrado separadamente.

- Fala-se muito dos programas sociais de Fernando Henrique Cardoso, mas não se diz que cada candidato a presidente da República tinha um programa. Paulo Renato tinha um, o Bolsa-Escola, José Serra tinha o Bolsa-Alimentação, o PFL tinha outro, o Vale-Gás. Cada um deles recebeu um programa como instrumento político, para fazer política. Evidente que isso não funciona - disse José Dirceu, ao comentar os cem dias do governo e indicar os primeiros movimentos de mudança da gestão social de Lula.

#### No Rio, 60 programas dirigidos aos jovens

Nos últimos três meses, o economista Ricardo Henriques e duas dezenas de técnicos de diferentes áreas do governo mapearam e diagnosticaram os principais problemas dos programas sociais do governo federal. Identificaram várias sobreposições de projetos com objetivos idênticos- apenas no Estado do Rio, há 60 programas dirigidos aos jovens: 21 a 23 federais, 27 estaduais e pelo menos dez municipais. Além disso, falta foco e inexistem modelos de avaliação.

- Os cadastros dos ministérios e órgãos responsáveis por programas de transferência de renda, simplesmente, não se comunicam. Alguns sistemas excluem beneficiários por erros de programação - conta Henriques.

O cadastro do Bolsa-Alimentação, do Ministério da Saúde, não permitia a inclusão de pessoas com "ç" no nome ( todas as Conceições foram automaticamente excluídas). Outro sistema não aceitava números de CPF que começassem com zero. Um

terceiro não permitia qualquer tipo de atualização. Assim, uma mulher que se cadastrasse grávida permaneceria indefinidamente com a barriga.

O esforço para criar o cadastro único envolve a organização dos bancos de dados de oito ministérios e da Caixa Econômica, responsável pelo repasse dos recursos. Tal como no Fome Zero, as áreas rurais, historicamente as mais carentes, serão prioritárias. Além de servir de base para a Política de Transferência de Renda e de ação social, o cadastro vai orientar as intervenções para promover o acesso dos mais pobres a (60) serviços públicos, como energia elétrica, telefonia, abastecimento de água e saneamento básico.

### **Texto 3**

**Jornal: O GLOBO / Autor: Rodrigo Rangel**

**Editoria: O País / Tamanho: 598 palavras**

**Edição: 1 / Página: 8**

**Coluna: / Seção:**

**Caderno: Primeiro Caderno**

**Data: 06/01/2004**

**Ministros reagem a críticas de Zilda**

**'Só não reconhece esforço do governo quem não quer enxergar', diz Graziano**

BRASÍLIA. O ministro da Segurança Alimentar, José Graziano, reagiu ontem com irritação às críticas da coordenadora da Pastoral da Criança, Zilda Arns, às políticas sociais do governo petista. Zilda, que ganhou o Prêmio Faz Diferença do GLOBO como a pessoa que mais se destacou em 2003, disse que a burocracia atrapalha a ampliação do atendimento aos brasileiros miseráveis. Ela também defendeu a reestruturação completa do Programa Fome Zero, capitaneado por Graziano. Em resposta, o ministro afirmou que só não vê os progressos do programa quem não quer.

Graziano disse ainda que voluntários da Pastoral seriam testemunhas do que classifica de avanços implementados pelo governo do PT na área social. O ministro recorreu aos números para rebater as afirmações de Zilda.

- Hoje, 2.369 municípios têm o cartão-alimentação e mais de 1,9 milhão de famílias são atendidas. Com o Bolsa Família, já são mais de 3,6 milhões de famílias - afirmou o ministro, que, em meio aos rumores sobre a reforma ministerial, ainda aproveitava ontem, em São Paulo, o recesso de réveillon.

- Só não reconhece o esforço que o governo está fazendo para atender aos mais necessitados quem não quer enxergar. Os voluntários da Pastoral, que também são voluntários do Fome Zero, são testemunhas disso - emendou Graziano, numa resposta direta às críticas de Zilda.

Ministro diz que burocracia é mal necessário

Também criticado pela coordenadora da Pastoral da Criança, o ministro da Educação, Cristovam Buarque, admitiu que há burocracia no programa de alfabetização implementado pelo governo, mas ressaltou que esse é um mal necessário. O ministro afirmou que, diferentemente do que ocorria antes, o governo quer ter controle maior do dinheiro que sai dos cofres públicos para os programas de alfabetização. Para ele, a burocracia criticada por Zilda é a única forma possível de saber se o dinheiro realmente está sendo aplicado.

- O que ela chama de burocracia a gente chama de cuidado de fiscalização. Antigamente se falava em números de alfabetizados. Agora, a gente fala em nomes. Temos todos os nomes (das pessoas que estão sendo alfabetizadas) no computador. A qualquer

entidade, a gente só paga depois que tiver nome a nome. Não podemos deixar que esse programa se transforme num outro FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que tinha fantasmas inscritos - disse Cristovam.

Na entrevista ao GLOBO, Zilda reclamou que a Pastoral da Criança tinha antes 27 mil alunos sendo alfabetizados e, agora, são pouco mais de 11 mil. Disse ainda que as verbas foram reduzidas e que o modelo do governo petista para a educação "tem muito mais burocracia" que o do governo anterior.

- Não dá para comparar. Talvez o número tenha diminuído na Pastoral, mas no país como um todo, só no primeiro ano de governo alfabetizamos quase três milhões de pessoas, o mesmo número de alfabetizados nos oito anos do governo anterior. E agora, quando dissermos que um milhão foram alfabetizados, queremos mostrar nomes, endereços, nomes de pai e mãe dessas pessoas. Antes, só se dava o número, sem ninguém saber onde estavam as pessoas - reagiu o ministro.

Dizendo-se incomodado com as críticas, Cristovam afirmou que há três semanas foi procurado pela coordenadora da Pastoral que requisitou verbas para a entidade aplicar em educação. Segundo o ministro, o pedido já teria sido atendido.

#### **Texto 4**

**Jornal: O GLOBO / Autor:**

**Editoria: O País / Tamanho: 431 palavras**

**Edição: 1 / Página: 5**

**Coluna: / Seção:**

**Caderno: Primeiro Caderno**

**Data: 27/12/2004**

**Presidente cobra mais eficiência no Bolsa Família**

**Lula deverá manter o ritmo de uma viagem por semana pelo Brasil**

BRASÍLIA. Além das obra de infraestrutura, o governo vai priorizar as ações nas áreas de saúde, educação e segurança pública. O presidente Lula quer principalmente eficiência na gestão dos programas sociais, como Bolsa Família e Fome Zero. Lula ficou irritado com os problemas verificados na execução e na fiscalização do Bolsa Família e determinou que as falhas sejam corrigidas pelo ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias.

O Palácio do Planalto pretende inaugurar no próximo ano pelo menos dois dos quatro metrô de capitais, cujas obras foram retomadas no atual governo: Fortaleza, Recife, Salvador e Belo Horizonte. Em 2007, devem ser entregues os outros dois. As obras são feitas em parceria com os governos estaduais. No Orçamento de 2005, o governo destinou R\$5 bilhões para financiamento de obras de saneamento em 21 Estados e 329 municípios, que deverá beneficiar cerca de 6 milhões de famílias.

Meta é recuperar mil quilômetros de estradas

A recuperação e a ampliação da malha viária está entre as metas do governo Lula, que espera concluir em 2005 as rodovias Fernão Dias e Régis Bittencourt e iniciar as obras da BR-163, da BR-101 Sul e da BR-101 Nordeste. Segundo o balanço de governo e as prioridades para o ano que vem, a meta é recuperar mil quilômetros de estradas e fazer a conservação de mais 42 mil quilômetros em rodovias consideradas estratégicas para o escoamento da produção.

- O país não crescerá os 5% ou 6% previstos se não resolvermos o estrangulamento na infra-estrutura, seja social, saneamento, habitação - afirma o chefe da Casa Civil, José Dirceu.

Lula incluirá no seu roteiro de viagens cidades onde haja obras em portos ou em construção de hidrovias, outro setor dos transportes que exige novos investimentos a curto prazo. Em 2004, o governo elegeu 11 portos prioritários, para os quais serão destinados mais R\$220 milhões em 2005. O presidente deve manter o ritmo de pelo menos uma viagem pelo país por semana. Mas, conhecido pelo seu ritmo forte de trabalho, o presidente às vezes faz até três viagens numa mesma semana.

Na segunda semana de dezembro, por exemplo, Lula esteve em Manaus, Ouro Preto e Belo Horizonte, depois de ter chegado de uma viagem internacional ao Peru. Mas ele não deixará de fazer viagens internacionais, que não foram poucas em 2004. E para 2005 estão programadas grandes viagens internacionais, por Rússia, Canadá e Japão.

### **Texto 5**

**Jornal: O GLOBO / Autor: Cristiane Jungblut**

**Editoria: Economia / Tamanho: 587 palavras**

**Edição: 1 / Página: 19**

**Coluna: / Seção:**

**Caderno: Primeiro Caderno**

**Data: 28/12/2004**

**'Não estou a fim de errar', diz Lula sobre 2005**

**Presidente afirma que o ano que vem será de distribuição de renda, geração de emprego e crescimento econômico**

BRASÍLIA. Em seu último programa de rádio do ano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que não quer e não pode errar em 2005, porque qualquer erro pode significar um retrocesso no desenvolvimento do país. Proclamando-se "o mais otimista dos brasileiros", Lula prometeu que 2005 será um ano de distribuição de renda, geração de emprego e crescimento. Mas avisou que fará tudo sem pressa. Ele desejou um feliz ano novo aos brasileiros e, apelando à religiosidade, disse precisar da mão de Deus para fazer aquilo em que acredita.

- Não podemos fazer nada precipitado. Tenho convicção de que temos de fazer as coisas com muita tranquilidade, no tempo que têm de ser feitas, porque não podemos errar. Um erro pode significar um retrocesso de dois, três, quatro anos - disse Lula. - E não estou a fim de errar.

O presidente lembrou que 2003 foi um ano "de aperto para arrumar a casa", mas que em 2004 as coisas estão acontecendo como ele gostaria. Lula citou como avanços a expansão das áreas de turismo, agricultura, indústria e geração de empregos.

- O salário-mínimo de 2005 vai ser bem melhor. As coisas estão andando e é por isso que posso dizer aos nossos ouvintes: aguardem que 2005 será muito melhor - afirmou, no programa quinzenal "Café com o presidente". Lula disse ser muito agradecido a Deus por ter chegado aonde chegou:

- No governo, se não tiver a mão de Deus, não consigo fazer as coisas em que acredito. Toda noite agradeço pela força, pelo otimismo. Estejam certos do seguinte: posso não fazer tudo o que quero, mas farei tudo o que é possível a um homem que gosta do seu povo. O povo confiou em mim, eu confio no povo. Então, não temos por que errar.

Expectativa é que Bolsa Família chegue a 8,7 milhões



O presidente disse não esquecer sua origem, afirmando que quando deixar o cargo voltará a viver no ABC paulista:

- E só posso fazer isso se for honesto no exercício do mandato que tenho.

Apesar das críticas que a área social recebeu ao longo do ano, Lula disse que houve um salto extraordinário no tratamento de problemas sociais, citando avanços econômicos como o crescimento e a redução da dívida interna. Ele disse que "têm sido um sucesso" programas como o de agricultura familiar, o das Farmácias Populares (que serão expandidas em 2005) e o de Saúde Bucal. Ele lembrou que o Bolsa Família atingiu em dezembro a meta de 6,5 milhões de famílias atendidas:

- E, se Deus quiser, vamos chegar a 8,7 milhões de famílias em 2005.

O presidente terminou o programa desejando um bom Ano Novo aos brasileiros:

- Quero dizer ao povo brasileiro: não quero nem que você seja mais otimista do que eu. Se for igual a mim, já está ótimo. Porque eu, cada vez mais, me considero o mais otimista dos brasileiros. Estou cada vez mais acreditando nisso e quero que vocês, junto comigo, acreditem. Porque homens e mulheres do nosso país, inclusive as nossas crianças, precisam acreditar que o que têm pela frente são dias melhores. Por isso, quero desejar um feliz Ano Novo.

Legenda da foto: LULA: "SEM a mão de Deus, não consigo fazer as coisas em que acredito"

## Texto 6

**Jornal: O GLOBO / Autor: Ali Kamel**

**Editoria: Opinião / Tamanho: 1024 palavras**

**Edição: 1 / Página: 7**

**Coluna: / Seção:**

**Caderno: Primeiro Caderno**

**Data: 28/12/2004**

**Tudo pelo social...**

Melhor notícia, difícil. Depois de um ano de trabalho técnico exemplar, o IBGE mostrou que a desnutrição não é mais um grave problema: o índice de pessoas abaixo do peso é de 4%, número menor que os 5% considerados normais pela OMS. Há 30 anos, homens e mulheres com déficit de peso eram o dobro do que são hoje. Proponho esquecer por um instante a estranha reação negativa do governo diante do fato e fazer o que as autoridades não fizeram: entender como alcançamos um êxito de tal importância. Afinal, não foi por milagre que reduzimos a fome. Nem tampouco porque faz sol quase o ano inteiro no Brasil.

Durante o regime militar, o gasto social como proporção do PIB se manteve num patamar baixo: 8,8%, de 1972 a 1985. Com a democracia, de Sarney a Lula, o gasto só fez aumentar. Em 1994, ele foi de 11,8% do PIB. Em 2002, pulou para 15,5%. Não há ainda dados consolidados sobre 2003 e 2004. Considerando-se todos os níveis de governo - municipal, estadual e federal - o gasto social *per capita* cresceu significativamente: de 1980 a 2000, o aumento foi de 43,4%, segundo estudo do economista Bresser Pereira.

O resultado não poderia ser outro. A mortalidade infantil era de 104 por mil em 1965. Em 1985, caiu para 67, e, em 2003, para 27,5. A esperança de vida ao nascer era de 55 anos em 1965, 65 anos, em 1985 e, em 2003, pulou para 71 anos. A taxa de analfabetismo era de 32,9% em 1970, caiu para 25,5% em 1980 e, em 2003, diminuiu para 10,6%. Com a nutrição dos brasileiros, aconteceu coisa parecida. A melhora não foi um golpe do IBGE na

política social do governo, mas o resultado da política social exigida pelo povo nos últimos vinte anos. Com um custo altíssimo para o país.

Citemos apenas três programas. O país gasta R\$20 bi com aposentadorias rurais, o maior programa de transferência de renda como costuma dizer com razão o ex-presidente Fernando Henrique. Todo trabalhador rural ao se aposentar recebe um salário mínimo, sem que tenha contribuído para o sistema. O impacto disso na redução da desnutrição certamente foi grande. O Programa de Alimentação do Trabalhador torna possível, há anos, que empresas deduzam do Imposto de Renda o dobro das despesas com a alimentação de funcionários, dentro dos limites da lei. Hoje, cerca de oito milhões de trabalhadores se beneficiam do programa. Com a merenda escolar, o governo federal gastará em 2005 R\$1,4 bi para alimentar com um prato de comida 38 milhões de crianças. Isso representa 22% da população brasileira. Estados e municípios destinam verba ainda maior com o mesmo objetivo.

As autoridades, porém, preferiram desqualificar o trabalho do IBGE (depois, reclamam da baixa auto-estima do brasileiro). Criaram um esdrúxulo e inexistente conceito de "fome gorda", segundo o qual os pobres estariam acima do peso por consumirem muito açúcar, gordura e farinha. E disseram que a mesma pesquisa mostra que 44% da população, 77 milhões de pessoas, "consomem" menos de 1900 calorias/dia (a FAO recomenda 2100 calorias/dia). Ou não leram a pesquisa ou mentiram deliberadamente:

1) Os de menor renda têm uma dieta equilibrada, com 69% de carboidratos, 12% de proteínas e 19% de gorduras. A OMS recomenda entre 55% e 75% de carboidratos, entre 10% e 15% de proteínas e entre 15% e 30% de gorduras. A proporção de proteína disponível para os mais pobres - 12% - é considerada ótima, com a vantagem de que 45% delas são de origem animal.

2) A participação de farinhas na dieta dos mais pobres é normal, cerca de apenas 7% de todos os quilos de alimentos adquiridos. Mesmo que se entupissem de farinha de mandioca, não engordariam, porque ela tem baixo valor energético.

3) A participação do açúcar na dieta é alta, mas proporcionalmente melhor entre os mais pobres (o limite máximo é de 10%): das calorias obtidas de carboidratos, 13% vêm do açúcar. Os de renda mais alta têm apenas 52% da dieta vindos de carboidratos (abaixo do mínimo de 55%). Destes, 11% vêm do açúcar. Portanto, o açúcar, entre os mais pobres, representa 13 pontos percentuais em 69 (56% dos carboidratos, portanto, não são açúcar). E, entre os de maior renda, representa 11 pontos percentuais de 52 (apenas 41% não são açúcar).

4) Entre os de maior renda, a gordura representa 34%, quatro pontos acima do recomendado. Entre os mais pobres, a participação da gordura é de 19%.

5) O IBGE diz expressamente que não mediu as calorias "consumidas", mas apenas as calorias "disponíveis" no domicílio. Porque boa parcela do orçamento do brasileiro é gasta com alimentação fora de casa: 24%, em média, 12% entre os mais pobres e 37% na faixa de maior renda. Essas calorias não foram medidas. Como também não foram medidas as calorias provenientes de alimentação "não adquirida", como merenda escolar e alimentação fornecida no local de trabalho. Se, numa casa, duas crianças almoçam na escola e a empresa onde o pai trabalha lhe dá o almoço, a família adquirirá uma quantidade menor de alimentos. As calorias disponíveis no domicílio serão, portanto, menores do que as de fato ingeridas. Por isso, as pessoas não emagrecem.

A fome não é mais o que era. Atinge poucas centenas de milhares de pessoas, nunca milhões. Isso não quer dizer que não mereça mais atenção. Insistir, porém, em gastar mais R\$9 bi ao ano, todos os anos, com o Bolsa Família é um erro. Parte desse valor deve ser usada para extinguir a fome de vez, mas os recursos, em sua maioria, deveriam ser canalizados para saneamento, educação e desenvolvimento regional, o que ajudaria a tirar milhões da pobreza, esta sim a grande chaga nacional.

Em um país maduro, a pesquisa do IBGE obrigaria o governo a rever seus planos. Aqui, porém, o presidente pode jogá-la no lixo e insistir em dar de comer a quem não tem fome. E ainda dizem que, no Brasil, é pequeno o poder dos presidentes.

#### **Texto 7**

**Jornal: O GLOBO / Autor: Helena Chagas**

**Editoria: O País / Tamanho: 754 palavras**

**Edição: 1 / Página: 4**

**Coluna: Helena Chagas / Seção:**

**Caderno: Primeiro Caderno**

**Data: 18/04/2005**

**Volta por cima**

Foi tanta pancadaria no rastro de irregularidades no cadastro, falta de fiscalização de contrapartidas e denúncias de fraudes, que muita gente custa a acreditar que o Bolsa Família saiu do inferno astral, deixou de ser o programa-problema do governo do PT e pode até virar referência internacional. E com chances de vir a se tornar uma fábrica de votos para a reeleição de Lula em 2006.

Com o maior orçamento da área social de todos os tempos - R\$17 bilhões em 2005 - o Bolsa Família só não chegou ainda a 28 dos 5.572 municípios brasileiros. Fechará o ano atendendo 8,7 milhões de famílias - um universo de quase 40 milhões de pessoas.

O ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, já esteve no Egito a convite da ONU mostrando como funciona o Bolsa Família. Hoje amanhece em Washington (EUA) para falar num fórum do Banco Mundial (Bird) sobre os programas brasileiros de segurança alimentar, transferência de renda e assistência social. Na plateia, integrantes dos comitês políticos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Bird - que, na contramão da crítica interna, considera as ações de combate à fome e à pobreza do governo do PT um modelo para países em desenvolvimento.

O Bolsa Família, quem diria, agora é um sucesso?

- Sucesso seria um pouco de arrogância de minha parte... Mas está se consolidando rápida e vigorosamente. Hoje é um programa bem sucedido - observa o mineiro Patrus.

Ele passou por maus momentos ao assumir, há pouco mais de um ano, a recém-criada pasta do Desenvolvimento Social com a missão de unificar os programas de transferência de renda. A área social, que seria a menina dos olhos do governo Lula, vivia uma tremenda crise. Foi tiroteio para todos os lados. Cadastro cheio de furos, denúncias de uso político do programa, contrapartidas como frequência escolar sem acompanhamento e fraudes na concessão do benefício a quem não precisa infernizaram a vida do ministro.

Agora, porém, Patrus assegura que os problemas vão sendo resolvidos: o cadastro foi aperfeiçoado e há relatórios semestrais da frequência escolar. As irregularidades - que vão sempre existir num programa dessa amplitude - têm sido identificadas e divulgadas pela fiscalização do próprio Ministério, que fez convênios com a CGU e o Ministério Público para intensificar a fiscalização.

O programa está sendo ampliado nas periferias das grandes cidades e, até 2006, pretende incluir todos os brasileiros que vivem abaixo da linha da pobreza. Pelo IBGE, em 2002 eram 11,4 milhões de famílias. Mas Patrus não descarta a possibilidade de o número vir a ser menor - não porque o programa não atingiria a todos, mas sim pela redução no nível da pobreza:

- O crescimento da economia e a geração de empregos pode estar reduzindo este universo.

A crítica que resta ao Bolsa Família é a de se tratar de um programa meramente assistencialista, sem porta de saída. Há quem considere que boa parte desse orçamento bilionário estaria melhor empregada em educação e políticas emancipatórias e estruturantes. Patrus Ananias contesta. Lembra que os recursos são destinados também a programas de formação de mão-de-obra e geração de renda. E que a simples movimentação do dinheiro tem estimulado a economia de muitas localidades. Por exemplo, os alimentos do Fome Zero são comprados de pequenos produtores e no comércio local.

- O Bolsa Família tem porta de saída, que são as políticas de microcrédito, geração de trabalho e renda. Só que, para sair, é preciso primeiro entrar - diz, lembrando que a esmagadora maioria dos beneficiários do Bolsa, segundo as pesquisas, ainda sofre do que se chama de "insegurança alimentar": o medo de não garantir a alimentação da família. O dinheiro é usado para comprar basicamente alimentos.

E o potencial eleitoral do Bolsa Família? Dinheiro público não tem cor partidária, assegura o ministro, lembrando que o programa ganhou capilaridade em todas as regiões do país graças a convênios e ações conjuntas com governos estaduais e prefeituras - sem discriminação de caráter político ou partidário. Em outras palavras, União, Estados e municípios governistas ou de oposição podem dividir a paternidade dos benefícios. Aliás, o programa só andou depois que isso ficou claro.

Ainda assim, não resta dúvida. Se o Bolsa Família deslanchar mesmo, prefeitos, governadores e deputados podem até tirar sua casquinha em 2006. Mas a bandeira será de um sujeito só, aquele lá do Planalto.

## **Texto 8**

**Jornal: O GLOBO / Autor: Mariza Louven/Eliane Oliveira/Regina Alvarez/Ênio Vieira**

**Editoria: Economia / Tamanho: 715 palavras**

**Edição: 1 / Página: 15**

**Coluna: / Seção:**

**Caderno: Primeiro Caderno**

**Data: 26/09/2005**

**O apetite que não cessa**

Apesar da privatização, carga tributária saltou de 23,8% para 36% do PIB desde 1985, o objetivo de tornar o Estado mais enxuto e capaz de prestar bons serviços à população, alardeado pelos defensores da privatização, na prática, não se concretizou. Mesmo com a venda das estatais - eram 258 em 1988, hoje são 137 - o peso do Estado na economia aumentou. Foi turbinado pela elevação da carga tributária, enquanto as despesas de custeio e investimentos (que incluem os gastos públicos em áreas prioritárias como saúde, educação, segurança e infra-estrutura) se mantiveram inalteradas em relação ao Produto Interno Bruto (PIB, o valor dos bens e serviços produzidos no país a cada ano).

Apesar de ter avançado sobre a riqueza nacional via aumento da carga tributária - que equivalia a 23,8% do PIB em 1985 e já chega a 36% - o Brasil é um dos campeões mundiais em desigualdade social, medida pelo Índice de Gini, informa o economista Marcos Lisboa, ex-secretário de Política Econômica e hoje presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). A proporção de impostos sobre o PIB brasileiro é equivalente à média dos países ricos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Mas o coeficiente de Gini equivale ao de nações como Índia, México ou Peru.

- O Estado não encolheu e a prova disso é o aumento da carga tributária - afirma o economista Armando Castelar, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Os defensores da privatização argumentam que os recursos obtidos com a desestatização contribuíram para evitar um crescimento ainda maior da dívida pública e do peso dos juros sobre ela. Já os críticos ponderam que a política de juros altos e outros equívocos na condução econômica, nos últimos dez anos, fizeram o patrimônio público virar pó, sem que a população pudesse usufruir de um Estado mais enxuto e voltado para a prestação de serviços.

Receita aumentou, mas gasto de custeio, não. Entre 1994 e 2002, o governo arrecadou R\$73,1 bilhões com a privatização. Quase a totalidade (96%) dos recursos foi usada para amortizar a dívida pública. Mas as crises econômicas e os efeitos das políticas monetária e cambial acabaram comprometendo esse esforço. A dívida líquida do setor público, que equivalia a 30,5% do PIB em dezembro de 1995, está em 51,3%. Em reais, passou de R\$208,4 bilhões para R\$971,7 bilhões em dez anos.

- Estamos em situação pior do que na década de 90. O dinheiro não ajudou a melhorar, por exemplo, áreas prioritárias como saúde, segurança e educação - afirma o professor Ricardo Piscitelli, do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB).

Um estudo da Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados também mostra que o aumento da participação do setor público na economia "não significou necessariamente a ampliação ou melhoria na prestação do serviço público". O levantamento, assinado pelo consultor Eugenio Greggianin, mostra que as receitas primárias da União, que não consideram ganhos financeiros, pularam de 18,5% em 1995 para 24,7% do PIB este ano, enquanto as despesas de custeio e investimento se mantiveram em um patamar equivalente a 4% do PIB.

Segundo Marcos Lisboa, o orçamento social do governo federal aumentou e, hoje, responde por quase 60% do gasto público social total (incluindo Estados e municípios). Parte da expansão foi destinada às transferências de renda para famílias pobres, por meio do programa Bolsa Família, que segundo ele tem sido bastante eficiente em alcançar os pobres.

Por outro lado, aumentaram as despesas previdenciárias, que em 2004 já representavam mais de dois terços do orçamento social. O problema, explica Lisboa, é que o impacto redistributivo da Previdência Social no Brasil é limitado. Primeiro, porque os mais pobres têm pouco ou nenhum trabalho formal. Portanto, em geral não são cobertos pelo sistema. Segundo, porque está associado à estrutura etária da população, ainda jovem.

## **Texto 9**

**Jornal: O GLOBO**

**Autor: Reinaldo Azevedo**

**Editorial: Opinião / Tamanho: 727 palavras**

**Edição: 1 / Página: 7**

**Coluna: / Seção:**

**Caderno: Primeiro Caderno**

**Data: 29/07/2006**

**Discurso de destruição em massa**

Se a ONU não fosse inútil, como prova Kofi Annan, eu denunciaria Lula a esta ONG global por fazer discursos de destruição em massa. Destruição de qualquer forma de inteligência política. Na semana passada, o Babalorixá de Banânia vocalizou uma tese um tanto antiga no Brasil: sem uma ampla reforma política, é impossível acabar com a corrupção. Li o que ele disse como ameaça e autojustificação. Concedo que há sistemas políticos que

podem ser mais ou menos porosos a práticas ilegais, mas é uma mentira maligna supor que é a estrutura que dá conta da moralidade do processo da vida pública: sempre será o indivíduo. Pode-se perfeitamente ser um homicida compulsivo brandindo as Santas Escrituras como princípio. Pode-se fazer o governo mais corrupto da História do Brasil alegando uma revolução ética.

É Lula quem não me deixa mentir - e, se eu não estou mentindo nessa história, alguém está. Ele está dividindo o palanque eleitoral com mensaleiros e sanguessugas. Quem o obriga a tanto? O "sistema"? Não. É a sua moralidade pessoal que é elástica o suficiente para não ver nisso qualquer problema. Ao contrário: Marco Aurélio Garcia, um faz-tudo que já cuidou de desastres externos e agora cuida dos internos, disse não ver nisso constrangimento. "Constrangimento é não ter voto", disse ele a este jornal. A fala de Lula é, pois, pura autojustificação. Mas é também uma ameaça.

Se reeleito, é até provável que queira encaminhar uma reforma política. Mas qual? Ora, terá de ser uma compatível com a moralidade reinante no grupo que o apoia, sejam os petistas, sejam aqueles que aderiram ao lulismo, em especial o PMDB de Renan Calheiros e José Sarney. Os adesistas estão como aqueles crocodilos de documentário esperando a passagem da manada de gnus. Um mais tolinho ou mais fraquinho deu sopa, nhoc! São a periferia do novo poder, ao contrário do que dão a entender setores da mídia. A reforma que se vai tentar é uma que atenda aos interesses da nova classe social que chegou ao poder, de que Lula é a grande expressão.

Trata-se, como chamo, dos burgueses sem capital (ou do capital alheio), que tomaram o aparelho estatal e paraestatal - do posto de saúde da esquina aos fundos de pensão - e agora estão dedicados a tornar irrelevantes a democracia e a alternância de poder. Há dias, o sociólogo Francisco de Oliveira, ex-petista, deu a entrevista anual em que anuncia o fim dos tempos. Ele diz que a política se tornou inútil porque o país é governado pelo mercado financeiro. Conversa mole. É a esquerda radical frustrada com Lula. O PT se esforça para tornar irrelevante a política, mas o financismo é apenas o outro grupo de jacarés que se alimenta à beira do lago. Lula vai lhe dando gnus enquanto prossegue a marcha petista.

A versão tropical do Moderno Príncipe percebeu que a melhor garantia que tem de permanecer no poder - mesmo que venha a perder as eleições presidenciais - é oficializar no país o apartheid social, esforçando-se para ter, ao mesmo tempo, o monopólio do discurso que o denuncia. Lula faz do Bolsa Família a sua "indústria da seca" e cria uma categoria de cativos eleitorais miseráveis, aos quais fala diretamente, os quais incita, classificando os "outros" (os "burgueses"?) de inimigos. Não é a revolução. É só a demagogia a serviço do atraso. Ele recebe em palácio o movimento que depredou o laboratório da Aracruz e ouve, com sinais de assentimento, uma peroração em favor da luta de classes. Embora o nosso Lenin alimente, diligente, os jacarés e depreda a História. Segundo ele, é melhor banqueiro lucrar com juros do que com o Proer. O Proer, no governo FHC, fez de seus netos uns sem-banco. O modelo de Lula fez do filho um milionário.

Não, senhores! Não há lei, modelo ou sistema que possa substituir a moral privada. A História pode, eventualmente, explicar por que uma pessoa decente foi parar num lupanar. Mas só as escolhas individuais farão a devida genealogia do seu gozo ou do seu sofrimento. Lula faz o que faz porque quer. Porque gosta. Porque sente prazer. Quem obriga Lula a dividir o palanque eleitoral com mensaleiros e sanguessugas?

**Texto 10****Jornal: O GLOBO****Jornal: O GLOBO / Autor: Soraya Aggege: Soraya Agege de Carvalho****Editoria: O País / Tamanho: 522 palavras****Edição: 2 / Página: 19****Coluna: / Seção:****Caderno: Primeiro Caderno****Data: 30/07/2006****ELEIÇÕES 2006****PT quer levar o Fome Zero para a classe média – Programa de governo de Lula sugere criar mecanismos para baratear alimentos, como a redução de impostos**

SÃO PAULO. Depois do polêmico Fome Zero, a versão 2006 do programa de governo do presidente Lula na área de segurança alimentar deve prometer estender benefícios também para a classe média, com a abertura de canais de acesso a produtos mais baratos e a criação de mecanismos de regulação do mercado. Pelo menos essa é a proposta da comissão que cuida do programa de governo de Lula na área, que foi o mote da campanha em 2002. Intenções quantificadas em números e cifras, no entanto, não entram no documento. O plano ainda será submetido à coordenação da campanha, no dia 10 agosto, e a Lula. O programa de governo global ainda não está pronto e o PT informou que não há sequer previsão de entrega.

- Temos duas diretrizes básicas: a continuidade da erradicação da fome no país e a implantação de um programa nacional de abastecimento. Na realidade, 50 milhões de brasileiros vivem em condições de insegurança alimentar - diz a secretária-executiva da comissão de segurança alimentar na campanha de Lula, Marlene da Rocha, secretária nacional de Formação Política do PT.

#### Incentivos a feiras e mercados populares

A primeira diretriz, de combate à fome, prevê uma ampliação genérica da faixa de atendimento para programas como a merenda escolar (que hoje atende ao ensino básico e seria ampliada para a juventude), o Bolsa Família (que atualmente atende apenas a famílias com renda familiar inferior a R\$120), os restaurantes populares, os bancos de alimentos e a agricultura familiar.

- Para as famílias que não têm o que pôr na mesa, ampliaremos o Bolsa Família. Mas as demais também terão mais acesso à alimentação barata e de boa qualidade - diz a dirigente do PT.

O segundo alvo, que foca o abastecimento, deve beneficiar também a classe média, além dos mais pobres. A idéia é investir em políticas de mercado no ramo da alimentação, com aberturas de espaços para produtores, incentivos às feiras e aos mercados populares. O plano inclui desde a redução de impostos até a eliminação dos atravessadores, segundo Marlene.

- O objetivo é ampliar acessos e regular o mercado. Mas as políticas, no entanto, não serão coercitivas - adiantou Marlene.

De acordo com a dirigente petista, o objetivo do projeto do é conseguir ampliar a expectativa de vida do brasileiro, com programas de qualidade alimentar. Em todas as suas vertentes, o Fome Zero, agora, aparece como política de governo, em vez de nome de programa específico, como acontecia em 2002.

- Muita gente diz que o Fome Zero acabou, mas na verdade ele está muito mais arraigado. O problema é que, embora os investimentos tenham aumentado menos do que deveriam, as críticas já foram muito agudas - diz Marlene.

Legenda da foto: LULA DISCURSA ao lado de Olívio Dutra em São Leopoldo (RS): no lançamento da campanha no Sul, presidente disse que críticas não o afetam

### **Texto 11**

**Jornal: O GLOBO / Autor: Carlos Alberto Sardenberg**

**Editoria: Opinião / Tamanho: 763 palavras**

**Edição: 1 / Página: 7**

**Coluna: Carlos Alberto Sardenberg / Seção:**

**Caderno: Primeiro Caderno**

**Data: 28/09/2006**

### **O tempo ajuda Lula**

Não é nada brilhante e está longe das promessas do governo, mas é fato que: a economia está gerando empregos; os salários reais estão em alta; a inflação está no chão; e o crédito concedido às pessoas físicas, este sim, aumentou espetacularmente nos últimos três anos. Resulta daí um óbvio sentimento de conforto econômico. Ou seja, o voto com o bolso vai para o presidente Lula, sobretudo o voto dos mais pobres.

Tome-se o caso da inflação. Medida pelo IPCA, que determina o custo de vida para famílias com renda de até 40 salários mínimos, a inflação dos 12 meses terminados em agosto último foi de 3,8%, muito baixa. Mas medida pelo INPC (renda de até seis mínimos), foi ainda menor, de apenas 2,8%. Quando caem os preços de alimentos, todos se beneficiam, mas a percepção positiva é maior entre os mais pobres, em cuja renda a alimentação tem um peso maior. Igualmente, o crédito pessoal expandiu-se para as classes C e D.

A última edição da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) mostrou que todas as faixas de renda tiveram aumento real em 2005 sobre 2004, com a média de 4,6%. Mas a maior alta beneficiou os 50% mais pobres. O grupo das pessoas colocadas entre os 20% e 30% mais pobres, com renda média de R\$299, teve ganho superior a 10% - efeito do reajuste do salário mínimo.

Acrescente-se ao cenário o Bolsa Família, para os muito pobres, e se verifica, de novo, que o voto com o bolso vai para Lula.

Quando se olha o conjunto da economia, entretanto, pode-se perguntar: o pessoal se satisfaz com tão pouco? É que, de fato, a economia cresce a taxas medíocres. Tome-se o caso do emprego. Pelos números do IBGE, 20,5 milhões de pessoas estavam trabalhando em agosto, nas seis principais regiões metropolitanas, contra 19,9 milhões um ano atrás. Portanto, uma geração de 600 mil vagas.

Ao mesmo tempo, aumentou o número de desempregados, pessoas que procuraram trabalho e não o encontraram. Eram 2,4 milhões em agosto último, contra 2,045 um ano atrás. O que isso significa? Que a economia gerou empregos, mas não na quantidade necessária para atender ao crescimento da demanda. Funciona assim: quando pessoas percebem que o mercado está melhorando - um amigo, um parente, o vizinho conseguiu vaga - mais elas se animam a procurar emprego. Com isso cresce a população economicamente ativa e, na seqüência, aumentam as taxas de ocupação e de desemprego. Um conforto e uma frustração, mas o pessoal continua animado para procurar.

Em resumo, a economia não está decolando, não há investimentos suficientes para garantir crescimento futuro, as contas públicas vão criar problema mais à frente (inclusive por causa do forte aumento do salário mínimo) e houve piora na educação, indicada na Pnad. Olhando para o médio prazo, o país não está ganhando a luta pelo crescimento e a redução da pobreza. Mas a recuperação da economia de 2004 para cá traz um alívio imediato



especialmente para os mais pobres. Vai daí que Lula ganhou imunidade completa? Não. Em dezembro último, a avaliação do governo Lula estava no negativo: 29% classificavam a administração como ruim/péssima, contra 28% de bom/ótimo.

O ambiente econômico já era, no essencial, como o de hoje. O rendimento médio real, por exemplo, cresce desde 2004. Idem para o número de pessoas trabalhando. O crédito estava no pico da expansão. Assim, a avaliação negativa só podia ser o efeito da crise do mensalão e seus desdobramentos, incluindo a queda de Antonio Palocci.

A crise havia sido detonada em junho, com a entrevista de Roberto Jefferson. Portanto, foi um semestre inteiro de escândalos e quedas de ministros do primeiro escalão, que terminaram por abater o governo. Nas pesquisas eleitorais, Serra chegava a bater Lula.

De lá para cá, o que mudou? O conforto econômico melhorou, com o salário mínimo, por exemplo, e a inflação ainda mais baixa. O presidente foi à luta, com as famosas bondades (salários para o funcionalismo) e uma enorme campanha de propaganda, envolvendo todas as maiores estatais.

Mas o ponto mais importante esteve na política: a crise se desviou do presidente e do PT, foi mais para o Congresso. Com a hesitação da oposição, Lula ocupava espaço e avançava para uma vitória sossegada.

O escândalo da compra do dossiê foi o fato inesperado. E que pode sim derrubar Lula, assim como a primeira crise do mensalão o alcançou. A questão é o tempo que leva para chegar aos eleitores.

## **Texto 12**

**Jornal: O GLOBO**

**Autor: Merval Pereira**

**Editoria: O País / Tamanho: 824 palavras**

**Edição: 1 / Página: 4**

**Coluna: Merval Pereira / Seção:**

**Caderno: Primeiro Caderno**

**Data: 18/11/2007**

**Foco no assistencialismo**

O governo Lula não apenas manteve a mesma política econômica do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, como aproveitou o momento internacional favorável para aprofundar o modelo "liberal periférico". Essa é uma das conclusões do livro dos economistas Luiz Filgueiras, professor da Universidade Federal da Bahia, e Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, "A economia política do governo Lula", da editora Contraponto, que está sendo lançado. O livro é uma análise cáustica da performance do governo Lula, que consideram "mediocre" e classificam, de acordo com um Índice de Desempenho Presidencial (IDP), como o quarto pior governo de nossa História republicana - só perde para o de Collor, o segundo de Fernando Henrique e o de José Sarney.

Da mesma forma, os autores criticam a política social do governo, que vêem como uma consequência da política econômica liberal herdada do governo anterior, "mesmo que o discurso oficial tente dignificá-la e diferenciá-la como política articulada com medidas estruturais de combate à pobreza".

Para os autores, o Bolsa Família nada mais é do que uma compensação econômica da política liberal ortodoxa adotada, "que aumenta o abismo entre ricos e pobres". Na política social, na realidade, há um enorme fracasso, segundo os autores.

O economista Reinaldo Gonçalves lembra que, comparado com a Argentina, que tem programa semelhante, o Bolsa Família revela-se ineficiente para incluir os cidadãos no

mercado de trabalho: "Basta comparar com o programa da Argentina, que foi aumentando de 2003 a 2005 e depois, com o crescimento da economia, está diminuindo".

Para os autores, a medida do sucesso seria o declínio, e não o aumento a cada ano de pessoas abrangidas pelo Bolsa Família. "É um programa escandalosamente assistencialista", acusa Gonçalves.

Os autores criticam a visão da política social, que consideram assistencialista "com grande potencial clientelista, deixando de fora as causas estruturais da desigualdade de renda e da pobreza, e desconsiderando os rendimentos do capital".

Os autores têm uma visão crítica também em relação à política de dívida pública, ressaltando que a melhora da dívida externa corresponde a uma crescente relação entre a dívida interna e o PIB, pois "tem havido a troca da dívida externa, de maior prazo e menor juro, por dívida interna, de prazo menor e taxas de juros mais elevadas".

Segundo o livro, o comportamento dos governos de Fernando Henrique e Lula é o mesmo quando se trata da dívida pública: 8% do PIB no segundo governo de Fernando Henrique e 8,2% no governo Lula. Até em relação à CPMF, o imposto que está em discussão no Congresso, os autores têm críticas ao governo Lula.

Embora considerem que a CPMF sempre foi um instrumento de desvio do orçamento da Saúde para pagamento de juros, os autores afirmam que, "durante o governo Lula, o desvio médio é superior ao do governo de FH".

Também em relação à distribuição de renda, os economistas não vêem na realidade mudança estrutural, mas o resultado, na definição de Gonçalves, "de uma compressão do salário da classe média, ao mesmo tempo em que aumenta a concentração da riqueza, que é o que importa na sociedade".

Na crítica que fazem ao caráter não inclusivo e assistencialista dos programas sociais, os autores ressaltam no livro que, entre 2000 e 2006, o aumento substancial dos investimentos em assistência social (de 9,9% para 20,7%), em grande medida por conta da criação do Programa Bolsa Família, se deu à custa de reduções significativas nos orçamentos da educação (de 23,7% para 18,7%) e da saúde (de 45,2% para 38,6%).

Em um dos capítulos do livro, os autores analisam a relação do governo Lula com as representações da sociedade, concluindo que se está desenrolando desde o primeiro mandato uma crise das instituições políticas, decorrente especialmente "da cooptação político-institucional de parcela importante das direções sindicais e partidárias".

Os economistas Luiz Filgueiras e Reinaldo Gonçalves acusam também o governo de alimentar a crise de representação, ao realizar o amálgama entre o governo, o partido e os sindicatos, "na mais pura tradição stalinista de aparelhamento do Estado e transformação das organizações de massas em 'correias de transmissão' do governo".

O comportamento subserviente da CUT, que culminou com a indicação de seu presidente para o Ministério do Trabalho, seria exemplo disso. Para os autores, "o governo Lula renovou o patrimonialismo e o empreguismo na relação do governo com as direções dos partidos que compõem sua base de apoio e com os dirigentes sindicais".

O livro identifica os instrumentos principais dessa política: as diretorias dos fundos de pensão das empresas estatais como a Previ, a Petros e a Funcef e os conselhos dos bancos oficiais. Cargos públicos são ocupados por sindicalistas e funcionários do Partido dos Trabalhadores, com poder de decisão sobre o direcionamento de vultosos recursos financeiros, acusam os economistas no livro.

"A cooptação dos movimentos sociais é uma herança que vai levar 30 anos para desmontar", lamenta Gonçalves.

**Texto 13****Jornal: O GLOBO****Autor: Demétrio Weber****Editoria: Economia / Tamanho: 915 palavras****Edição: 1 / Página: 26****Coluna: / Seção:****Caderno: Primeiro Caderno****Data: 28/11/2007****AVANÇOS E DESAFIOS: Perdas de produtividade agrícola poderão aumentar em 600 milhões o número de subnutridos. Clima imporá retrocesso no desenvolvimento. Aumento das temperaturas e de eventos extremos terá conseqüências apocalípticas entre os mais pobres, alerta ONU**

BRASÍLIA. O aquecimento global ameaça todo o planeta, mas as principais vítimas a curto prazo serão os países em desenvolvimento e as populações mais pobres. Pior: secas, inundações e tempestades intensificadas pelas mudanças climáticas poderão reverter avanços em educação, saúde e redução da miséria e da desnutrição - com conseqüências "apocalípticas" - impondo o primeiro retrocesso em 30 anos no desenvolvimento humano.

O alerta está no "Relatório de Desenvolvimento Humano 2007 - A luta contra a mudança climática: solidariedade num mundo dividido", lançado ontem, em Brasília, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). O estudo diz que o eventual fracasso da Humanidade em conter o aquecimento deixará a parcela dos 40% mais pobres do mundo - cerca de 2,6 bilhões de pessoas que vivem com menos de US\$2 por dia - numa situação ainda mais vulnerável.

Mais 1,8 bilhão de pessoas viveria com escassez de água

As perdas de produtividade agrícola poderão aumentar em 600 milhões o número de subnutridos nas próximas décadas, em todo o planeta. Outro problema é a falta de recursos e infra-estrutura nos países em desenvolvimento para enfrentar os extremos climáticos e suas conseqüências imediatas: fome, doenças e populações desabrigadas.

As secas, as variações de temperatura e alterações no regime de chuvas reduzirão a oferta de alimentos. O relatório estima que, se nada for feito, em 2080 a produtividade agrícola mundial cairá a níveis inferiores aos de 2000. Na África e na América Latina, porém, as perdas seriam superiores a 10%, podendo chegar a 26% na África Subsaariana.

- Não há dúvida de que as mudanças climáticas estão ocorrendo e que suas conseqüências atingem os mais pobres - disse Kemal Dervis, administrador do Pnud. - Países pobres, que historicamente não são responsáveis pela emissão de CO<sub>2</sub>, estão sendo obrigados a enfrentar os impactos das mudanças climáticas quase que inteiramente sozinhos.

Outra previsão desastrosa é que mais 1,8 bilhão de pessoas passaria a viver em áreas com escassez de água em 2080. Um aumento de 3 ou 4 graus Celsius na Terra - o que ocorrerá neste século, segundo o relatório, se os atuais níveis de emissão de CO<sub>2</sub> forem mantidos - provocaria inundações que deixariam 332 milhões de pessoas desabrigadas. O estudo diz que mais de 98% dos 262 milhões de pessoas afetadas por desastres climáticos entre 2000 e 2004 viviam em países em desenvolvimento.

Doenças como a malária, que já mata 1 milhão de pessoas por ano, ganhariam novo fôlego. No caso da malária, o estudo projeta que outros 220 milhões a 400 milhões de habitantes seriam expostos à doença, assim como a dengue também se espalharia.

O relatório propõe ainda que as nações desenvolvidas destinem US\$86 bilhões por ano (R\$172 bilhões) até 2015 para evitar retrocessos nas Metas de Desenvolvimento do

Milênio das Nações Unidas. A idéia é aplicar os recursos em programas de redução da pobreza, como o Bolsa Família, que é elogiado no relatório, e no custeio de obras de adequação às mudanças climáticas e para cobrir prejuízos com desastres naturais.

O estudo pede ainda que o mundo rico repasse aos países pobres até US\$50 bilhões por ano para o desenvolvimento tecnológico de fontes de energia limpa, ou seja, com baixa emissão de CO<sub>2</sub>, como hidrelétricas e biocombustíveis.

'Ricos deixam aos pobres a opção de nadar ou afundar'

De acordo com o estudo, o custo da redução nas emissões de gás carbônico ficará em 1,6% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) global até 2030. A ajuda humanitária de US\$86 bilhões equivale a 0,2% do PIB.

O relatório exemplifica o tamanho da disparidade entre ricos e pobres: enquanto a França investe US\$388 milhões por ano em seu serviço meteorológico, a Etiópia gasta apenas US\$2 milhões.

- O mundo rico está criando uma infra-estrutura que vai proteger seus habitantes, enquanto deixa aos pobres do mundo a opção de afundar ou nadar - concluiu Watkins, reproduzindo o pensamento do Prêmio Nobel da Paz e ex-arcebispo da Cidade do Cabo, na África do Sul, Desmond Tutu.

O que os mais ricos não percebem, cita o relatório, é que o problema é global e acabará os atingindo ainda que leve mais tempo. Ou, nas palavras do seringalista Chico Mendes, morto há 19 anos, destacadas no documento: "No princípio, eu achava que estava lutando para preservar os seringais, depois eu pensei estar lutando para salvar a Floresta Amazônica. Agora, eu me dou conta que estou lutando para salvar a Humanidade."

O drama em números

**PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA:** Se nada for feito para conter o aquecimento, em 2080 a produção mundial cairá a níveis inferiores aos registrados em 2000. A queda será maior nas regiões mais pobres, como África e América Latina

**SUBNUTRIÇÃO:** O número de desnutridos pode aumentar em 600 milhões nas próximas décadas no planeta.

**FALTA DE ÁGUA:** A intensificação das secas e a ampliação das áreas atingidas podem fazer com que 1,8 bilhão a mais de pessoas passe a viver em áreas com escassez de água no fim do século.

**DESABRIGADOS:** O número de pessoas desabrigadas por inundações aumentaria em 332 milhões.

**DOENÇAS:** O aumento do calor favorece a disseminação da malária, que se alastraria pelo globo ameaçando até 400 milhões.

Legenda da foto: CRIANÇAS CAMINHAM numa área de desmatamento em Uganda

**Texto 14****Jornal: O GLOBO****Autor: Cássia Almeida/Luciana Rodrigues/Isabela Martin****Editoria: Economia / Tamanho: 981 palavras****Edição: 2 / Página: 23****Coluna: / Seção:****Caderno: Primeiro Caderno****Data: 28/11/2007****AVANÇOS E DESAFIOS: Transferência de renda e salário mínimo maior contribuem para alterar situação brasileira****Brasil melhora, mas ainda é 11º mais desigual****Em uma lista de 177 nações, país é um dos poucos a reduzir as disparidades e se move uma posição no ranking**

RIO e FORTALEZA. O Brasil foi um dos poucos países que apresentaram melhora no ranking da desigualdade, segundo o Relatório de Desenvolvimento. Caiu do 10º em 2004 para o 11º lugar em 2005. Em 2002, estava na 4ª posição. Ainda assim, continua numa posição vergonhosa na lista dos 177 países, especialmente perante às nações vizinhas.

À frente do Brasil, estão países africanos como Namíbia, que ocupa o 1º lugar, com Índice de Gini de 0,78 (quanto mais perto de um, maior a concentração de renda no país). O Gini no Brasil está em 0,57. Na América Latina e no Caribe, têm distribuição de renda pior que a brasileira Bolívia, Haiti, Colômbia e Paraguai.

- Ainda estamos longe de ver o país sem empregadas domésticas e ter a segunda maior frota do mundo de jatos. Mas avançamos, sem dúvida - afirmou o economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Sergei Soares.

O coordenador do relatório, Kevin Watkins, elogiou os programas de distribuição de renda do governo. "Freqüentemente os economistas nos dizem que é preciso escolher entre crescimento econômico e redistribuição, e o Brasil está mostrando que se pode ter os dois", afirmou no relatório.

Para Soares, entre os fatores que explicam o avanço brasileiro estão a universalização do ensino fundamental e a desconcentração industrial regional. Ele cita ainda as políticas públicas de transferência de renda, o Bolsa Família, e a valorização do salário mínimo como responsáveis pela queda recente da desigualdade no país. O relatório faz elogios específicos ao Bolsa Família.

O programa tirou Antônia Eva da Conceição Sousa da mendicância. Houve um tempo em que ela ganhava R\$10 por dia, mais a comida para os filhos: Vitória, de 8 anos, e Gisele, de 5 e deficiente física, e o menor de 3. Desempregada há quatro anos, ela começou a pedir esmolas. Há cerca de um ano passou a receber R\$112 por mês do Bolsa Família e aposentadoria por invalidez para Gisele no valor de um mínimo.

- Esse dinheiro veio para me ajudar a não sair mais na rua e sofrer humilhação. Meu sonho é comprar um carrinho para vender cachorro-quente e pôr uma dentadura.

#### China contribui para maior desigualdade mundial

A diminuição da desigualdade no Brasil está na contramão do que vem ocorrendo nos países desenvolvidos, onde ela está crescendo.

- O Brasil é uma exceção à regra. Gostaria de cumprimentar o presidente Lula e seu governo. (...) O Brasil continua um país injusto. Mas está na direção correta - afirmou Kemal Dervis, administrador do Pnud.

O relatório do Pnud destaca que mais de 80% da população mundial vivem em países onde a desigualdade aumenta. Esse número é fortemente influenciado por China e Índia, em que vivem 2,4 bilhões de pessoas (mais de um terço da população mundial). Nos últimos anos, esses países experimentaram forte crescimento, porém com maior concentração de renda.

- A desigualdade está crescendo na China, e isso está relacionado a mudanças (40) estruturais, de transição para uma economia de mercado - diz Marcelo Medeiros, do Centro Internacional de Pobreza da ONU.

### Balanço Global

#### AVANÇOU

MAIS BEM-ESTAR: Houve uma redução no número de países considerados de baixo desenvolvimento humano, aqueles que apresentam IDH inferior a 0,500. No relatório do ano passado, eram 31 países. Este ano, são 22.

#### DECEPCIONOU

(45) OS MAIS DESIGUAIS: Países da América Latina e do Caribe estão entre os piores em termos de distribuição de renda no mundo. Dos 15 países mais desiguais, nove estão no continente: Bolívia, Haiti, Colômbia, Paraguai, Brasil, Guatemala, Chile, Honduras e Equador.

RETROCESSO: Três países recuaram no IDH a patamares inferiores ao de 1975: (50) República Democrática do Congo, Zâmbia e Zimbábue. Outros 16 estão piores que em 1990.

BAIXO DESENVOLVIMENTO: Todos os países da África Subsaariana são considerados de baixo desenvolvimento humano. No continente, a expectativa de vida é de 49,6 anos e há 40% de analfabetos na população acima de 15 anos.

#### CORPO A CORPO

#### SERGEI SOARES

É preciso investir em formação

(55) Vários sinais de alerta se acenderam no painel da redistribuição de renda no Brasil, na opinião do economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Sergei Soares.

O Brasil desceu da 10ª para 11ª posição no ranking da desigualdade. Não se esperava uma queda maior?

(60) SERGEI SOARES: Na verdade, na frente do Brasil há países com economias não monetizadas (a maioria da população não usa moeda), portanto, se formos fazer um ranking, o Brasil estaria em quarto ou quinto lugar. Mas é um ganho importante. Na América Latina, o Brasil era o mais desigual, agora está em quarto lugar.

Essa redução deve continuar nos próximos anos?

SOARES: A valorização do salário mínimo, o Bolsa Família, os benefícios de prestação (65) continuada foram fenômenos importantes na redução da desigualdade. Mas, neste momento, com o crescimento econômico, temos que melhorar a distribuição primária da renda, aquela que vem do mercado de trabalho e responde por 75% dos ganhos das famílias.

Existe risco de a desigualdade parar de cair ou até piorar no Brasil?

SOARES: Há várias luzes vermelhas acesas no painel. Temo que as próximas pesquisas (70) mostrem que a desigualdade caiu pouco. Não é possível reduzir a distância de renda apenas com as transferências. Estamos tropeçando na distribuição de renda no mercado de trabalho. Para isso, aumentar o investimento em formação básica e qualificação profissional é fundamental. As crianças ficam muito pouco nas escolas, somente quatro horas. O ideal seria seis horas. (C.A.)

Legenda da foto: MARIA CONCEIÇÃO Silva parou de pedir esmolas na rua para sustentar os três filhos depois que começou a receber o auxílio do Bolsa Família.

#### **Texto 15**

**Jornal: O GLOBO**

**Autor: Cristiane Jungblut**

**Editoria: O País / Tamanho: 387 palavras**

**Edição: 1 / Página: 20**

**Coluna: / Seção:**

**Caderno: Primeiro Caderno**

**Data: 01/12/2007**

**Oposição crítica governo por 'terrorismo'**

**Planalto agora vai propor limite de gastos da União**

BRASÍLIA. A pressão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que chamou de sonegador quem vota contra a CPMF, e do governo sobre o Senado para aprovar a prorrogação da contribuição acirrou o clima ontem, em plena sexta-feira. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e mais dois senadores da base aliada classificaram de terrorismo e chantagem a ação do Planalto para aprovar o tributo. Mas o governo continuará na pressão e apresentará, na terça-feira, uma proposta de limite de gastos da União. É a última exigência do PDT para garantir seus cinco votos, mas é também uma demanda antiga do PSDB, o que pode atrair votos de tucanos.

No plenário, Virgílio ainda acusou o presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), de manobrar com o regimento para viabilizar a sessão de ontem, que serviu para contar prazo na tramitação da emenda da CPMF. E criticou o ministro da Fazenda, Guido Mantega, por ele ter dito que o Bolsa Família seria prejudicado. Na mesma linha, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o governo está praticando terrorismo.

- O presidente Lula, com o peso popular que tem, vai à tribuna e diz que você é responsável por isso, por aquilo, por aquilo outro. Como disse, é chantagem de novo. Não tenho medo algum. Chantagem é chantagem e quem faz chantagem é inquilino do Código Penal - disse Virgílio.

- O presidente está perdendo a compostura como magistrado maior da Nação ao dizer que quem não gosta (da CPMF) é sonegador, ao lado de ameaças de que não libera emendas, de que não nomeia ninguém. É terrorismo - disse Mozarildo.

Na segunda-feira, será o último dia de discussão da CPMF em plenário. O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), reafirmou que quer votar o primeiro turno em plenário no dia 6, uma quinta-feira.

Virgílio cobrou uma posição do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que tem participado das negociações da governadora do Rio Grande do Sul, Yeda Crusius (PSDB) com a área econômica. Simon disse que esperava um gesto do presidente Lula, mas não revelou o voto.

### **Texto 16**

**Jornal: O GLOBO / Autor:**

**Editoria: / Tamanho: 415 palavras**

**Edição: 1 / Página: 6**

**Coluna: / Seção: Opinião**

**Caderno:**

**Data: 01/07/2008**

**Uso político**

Entre outros atributos do programa Bolsa Família pode-se destacar o mapeamento da população brasileira para o qual as políticas de inclusão social devem ser direcionadas. Hoje sabe-se exatamente quem são e onde vivem as famílias com insuficiência de renda. Tal atributo deveria ser considerado um instrumento poderoso para levar essas famílias a dependerem menos da ajuda financeira oficial. O êxito do programa somente estará confirmado quando os números absoluto e relativo dos dependentes do auxílio governamental diminuir.

Era o que já deveria estar ocorrendo graças à conjuntura econômica, que vem ampliando consideravelmente a oferta de empregos formais, mesmo para pessoas sem qualificação profissional. Segundo o IBGE, a população desocupada nas seis regiões metropolitanas do país em maio havia diminuído 20,4% em comparação a igual mês do ano passado. O crescimento do emprego se verificou em todas as regiões, com destaque para a construção civil. Em algumas localidades, as empreiteiras e companhias construtoras disputam profissionais entre si, o que tem proporcionado aumentos salariais bem acima da inflação para os trabalhadores ? uma das razões para a aceleração da alta média de preços nos índices medidos pela Fundação Getúlio Vargas.

Desde dezembro de 2004 a população ocupada aumentou a uma média mensal de 2,9%, enquanto a população economicamente ativa cresceu a um ritmo de 1,9%. O resultado dessa diferença é que o índice de desemprego em maio de 2008 nas maiores regiões metropolitanas do país caiu para 7,9%, um dos mais baixos para o período desde que essa nova série foi iniciada pelo IBGE, em 2002. Mesmo assim não caiu o contingente de cerca de 45 milhões de pessoas beneficiárias do Bolsa Família. A redução da pobreza absoluta no Brasil não depende apenas do crescimento econômico e do número de empregos formais gerados. Mas, como o Bolsa Família ? uma consolidação de outros programas nos mesmos moldes ? não é propriamente uma iniciativa nova, já deveria estar na fase da colheita, com redução gradativa dos dependentes de auxílio financeiro. Entretanto, com sua atual configuração será eternizado pelos que desejam usá-lo politicamente para se manter no poder.

É o que se pode deduzir da decisão do governo de, a poucos meses das eleições municipais, reajustar em 8% o valor do auxílio, com a justificativa de que a inflação dos alimentos tem prejudicado os mais pobres. O diagnóstico é correto, mas a melhor saída para esses brasileiros é o governo emancipá-los, e não mantê-los dependentes da esmola assistencialista.



**Texto 17****Jornal: O GLOBO / Autor:****Editoria: / Tamanho: 512 palavras****Edição: 1 / Página: 2****Coluna: / Seção: O País****Caderno:****Data: 13/12/2008****No ataque**

O PT está pintado para a guerra. O tom foi dado ontem pelo líder do governo, Henrique Fontana (PT-RS), no encontro de prefeitos do partido. "O Serra vai falar que o Bolsa Família é bom, mas na época não queria; vai dizer agora que o PAC é bom, mas, na época deles, não fizeram; vai dizer que aumentar o salário mínimo acima da inflação é bom, mas não é o que fizeram na época deles".

**Construindo Dilma**

O encontro de prefeitos do PT transformou-se praticamente em um comício para Dilma Rousseff. "A candidata certa é Dilma Rousseff!", gritava Fontana em seu discurso. Ele aproveitou para criticar a política de Estado mínimo do governo passado e lembrar que os tucanos chamavam o Bolsa Família de Bolsa Esmola. O governador Jaques Wagner (BA), que já foi cotado para ser o candidato, rendeu-se. Defendeu o nome de Dilma, a quem se referiu como um "gigante", e minimizou as pesquisas que mostram José Serra na liderança, afirmando que é cedo. "Política também é fé, também é crença", disse ele à plateia de prefeitos.

O Lula tem uma popularidade que o PT não tem e uma autoridade que o PT também não tem" ? Arlindo Chinaglia, deputado (PT-SP), presidente da Câmara/ Terceiro mandato.

O PT pediu ontem que os prefeitos assumam a campanha pró-plebiscito para convocação de uma constituinte exclusiva da reforma política. Assinaturas estão sendo coletadas em todo o país. Fica sempre o fantasma do terceiro mandato.

Seis anos depois, a primeira vez Pedro Simon (PMDB-RS), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Paulo Paim (PT-RS) realizaram nesta semana um jantar de confraternização da base governista no Senado. Participaram cerca de 20 senadores. Foi a primeira vez que os aliados confraternizaram juntos a chegada do final do ano. Isso foi possível porque o clube exclusivo dos petistas precisa de votos para a candidatura de Tião Viana (PT-AC) à presidência do Senado. Quem faz mais pelo ensino técnico?

O governador José Serra não quer deixar apenas para o ministro Fernando Haddad (Educação) a vitrine do ensino profissional no país. Haddad é um dos nomes do PT para disputar o governo paulista ou o Senado em 2010. Segundo levantamento encomendado pelo tucano ao Centro Paula Souza, que administra as 151 escolas técnicas e as 47 faculdades de tecnologia paulistas, 77% dos técnicos formados estão empregados um ano após a conclusão do curso.

O GOVERNO Lula começa a acreditar que o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) pode derrotar o ex-senador José Jorge (DEM) na disputa por vaga no TCU.

OS SENADORES do PTB anunciam quarta-feira apoio a Tião Viana (PT-AC) para a presidência do Senado.

NA PASSAGEM dos 40 anos do AI-5, a Câmara fará, na segunda-feira, homenagem aos ex-deputados Chico Pinto (BA) e Lysâneas Maciel (RJ). Deste, será lançada biografia escrita pela jornalista Hebe Guimarães.

**Texto 18****Jornal: O GLOBO / Autor: NELSON MOTTA****Editoria: / Tamanho: 368 palavras****Edição: 1 / Página: 7****Coluna: / Seção: Opinião****Caderno::****Data: 19/12/2008****Sapos e escorpiões**

É a versão lulista da fábula do escorpião que convence o sapo a carregá-lo nas costas para atravessar o rio e, quando estão quase chegando à margem, o pica mortalmente. Sorry, é do meu caráter, justifica o escorpião, afundando junto com o sapo perplexo.

Mas o escorpião é Lula, nascido em 27 de outubro, no mais temido signo do zodíaco, dizendo que são "eles" que querem a desgraça do país, de todos nós, e até deles mesmos, só para se livrarem do sapo barbudo.

Além de gananciosos e malvados, "eles" são muito burros, por isso conquistaram tanto dinheiro, poderes e privilégios e, de birra, preferem morrer a perdê-los. Mas Lula é um escorpião do bem. Nunca na história deste país as elites peçonhentas que o odeiam ganharam tanto. No Brasil, os sapos picam o escorpião. E esquerdistas comemoram a crise americana (e mundial).

O escorpião esbraveja nos palanques, e qualquer lugar é palanque para Lula, que "eles" ficam indignados quando vêem pobre comendo, comprando uma roupinha, que gostam de ver pobre morrendo de fome. Na oposição, como bom escorpião, deu o pior de si para envenenar o governo eleito.

O Plano Real era um engodo eleitoreiro, a Constituição de 1988 um instrumento para perpetuar as elites no poder, o pagamento da dívida e o equilíbrio das contas externas, para dar o suor de nosso povo a especuladores gringos, a abertura ao livre comércio e aos capitais estrangeiros, para espoliar a nossa pátria, a estabilidade econômica, para impedir o desenvolvimento, a distribuição de renda e a justiça social.

Qualquer candidato que se opuser a ele terá sempre o objetivo de privatizar a Petrobras, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica, demitir funcionários em massa e acabar com o bolsa família. E, naturalmente, como qualquer um que se oponha ao ideário e à prática do lulo-petismo, estará contra os pobres e a serviço da direita, da burguesia e do capital internacional. Será só retórica barata de palanque?

A boca fala das abundâncias do coração, dizia minha mãe quando as crianças falavam palavrões e porcarias. Lula não é mais criança, mas será sempre um escorpião. Como eu.

**Texto 19****Jornal: O GLOBO / Autor: Bernardo Mello Franco****Editoria: / Tamanho: 1578 palavras****Edição: 1 / Página: 3****Coluna: / Seção: O País****Caderno:****Data: 22/01/2009****Ministro critica Bolsa Família****Porta de saída deve beneficiar quem é quase classe média, e não mais pobres, diz Mangabeira**

Às vésperas de embarcar numa caravana pelo Nordeste, o ministro de Assuntos Estratégicos, Mangabeira Unger, disse ontem que a região vive um vazio intelectual e precisa ser libertada do que chamou de "ilusão do pobrismo". Com ideias que exigiriam mudanças em vários ministérios, Mangabeira concentrou as críticas nos programas criados pelo governo para oferecer uma porta de saída aos beneficiários do Bolsa Família. Defendeu que, em vez de privilegiar os mais pobres, esses programas sejam direcionados aos que já estão próximos de se integrar à classe média.

Apesar de o Bolsa Família ser ligado ao Ministério do Desenvolvimento Social, comandado pelo ministro Patrus Ananias, Mangabeira disse que já começou a estudar um novo modelo de capacitação profissional para quem recebe o benefício. Em entrevista ao GLOBO, ele afirmou que o programa é importante, mas que precisa remodelar a oferta de formação profissional para reduzir o número de dependentes. Mangabeira quer aproveitar a viagem para empunhar uma bandeira controversa: que o governo passe a privilegiar quem já está empregado, e não a camada mais pobre da população. Para ele, os programas de capacitação não servem a quem vive na miséria: O ponto nevrálgico é escolher corretamente o alvo. Muitas vezes tenta-se abordar o núcleo duro da pobreza com programas capacitadores, e aí não funciona. Populações mais miseráveis são cercadas por um conjunto de inibições, até de ordem cultural, que dificulta o êxito desses programas.

Ao defender a tese, Mangabeira esboçou a criação de uma nova categoria sociológica, que batizou de "batalhadores". O grupo estaria situado "entre os mais pobres e a pequena burguesia empreendedora", com papel "decisivo e desconhecido" no país:

São trabalhadores saídos do mesmo meio pobre, mas que têm dois ou três empregos. Eles já demonstraram ser resgatáveis, porque já começaram a se resgatar.

**Texto 20****Jornal: O GLOBO / Autor:****Editoria: / Tamanho: 233 palavras****Edição: 1 / Página: 1****Coluna: / Seção: Primeira Página****Caderno:****Data: 29/01/2009****Lula amplia Bolsa Família um dia após cortar o Orçamento****Programa custará mais meio bilhão; merenda é estendida para ensino médio**

Depois de cortar R\$37,2 bilhões no Orçamento, o governo Lula ampliou o Bolsa Família, com a inclusão de 1,3 milhão de famílias em seu principal programa social. O custo extra será de R\$549 milhões este ano. Para permitir o aumento, o governo elevou o teto do programa, que atendia apenas famílias com renda de até R\$120 mensais por pessoa. O novo

teto é de R\$137. O valor do benefício não subiu. O ministro Patrus Ananias disse que o aumento da linha de renda corresponde à variação da inflação medida pelo INPC. A inclusão dos novos beneficiários será gradual, de maio a outubro. Num encontro com 17 governadores da Amazônia Legal e do Nordeste, o presidente Lula anunciou, por medida provisória, R\$547 milhões para a educação. O programa estenderá a merenda a estudantes do ensino médio e dará reforço ao transporte escolar. Mas o dia também foi de protestos por causa dos cortes no Orçamento. Em Belém, ambientalistas consideraram lamentável o bloqueio de recursos do Meio Ambiente.